

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

OSWALDO RIBEIRO DA SILVA

**O CAMPO DO JORNALISMO ENTRE RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE
CONVERSÃO NA ECONOMIA DA DIPLOMAÇÃO**

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

OSWALDO RIBEIRO DA SILVA

**O CAMPO DO JORNALISMO ENTRE RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE
CONVERSÃO NA ECONOMIA DA DIPLOMAÇÃO**

Relatório de tese apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Doutor.
Orientadora: Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva

**CAMPO GRANDE/MS
2014**

Oswaldo Ribeiro da Silva

**O CAMPO DO JORNALISMO ENTRE RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE
CONVERSÃO NA ECONOMIA DA DIPLOMAÇÃO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Doutor

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva



Profa. Dra. Ruth Pavan



Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota



Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez



Prof. Dr. Luiz Carlos Novaes

Campo Grande - MS, 18 de novembro de 2014

**Aos amores da minha vida:
Cristina,
Pedro Henrique
e Lays.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e minha família pelo investimento nos meus estudos desde o início da vida escolar. Sem minha mãe Darcy Ribeiro da Silva e meu pai José Sabino da Silva (*in memoriam*) não teria chegado até aqui.

Sou grato eternamente ao amor da minha vida Cristina Ramos da Silva Ribeiro por acreditar e incentivar meu processo de pesquisa no Programa de Pós- Graduação - Doutorado em Educação da UFMS. Agradeço também pela gentileza, companheirismo e amor dedicados nestes quase vinte anos de casamento. Sem a sua presença e apoio não teria conseguido. Eu te amo!

Aos meus outros amores Pedro Henrique Ramos Ribeiro e Lays Ramos Ribeiro, agradeço imensamente pela compreensão durante os estudos e escrita do relatório de tese, período que não pude estar com vocês. Não posso deixar de agradecer também aos companheiros felinos Bell, Puka, Cup, Cake, Cleo, Mia, Hannah e Lily que estiveram ao meu lado durante as leituras e análises dos referenciais teóricos, documentos curriculares, e na escrita da tese, principalmente, nas noites e madrugadas.

Meu agradecimento à querida professora Dra. Fabiany Cássia Tavares Silva, orientadora desta tese, pela paciência inesgotável com as todas as minhas dificuldades, bem como pelos encaminhamentos valiosos e essenciais para o resultado desta pesquisa. Fico grato por toda compreensão.

Aos membros da banca, professor Dr. Luiz Carlos Novaes, professora Dra. Daniela Cristiane Ota, Professora Dra. Margarita Victoria Rodriguez, professora Dra. Eurize Caldas Pessanha, Professora Dra. Ruth Pavan e professora Dra. Inara Barbosa Leão pelas contribuições feitas na qualificação e defesa. Aproveito para lembrar todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação que ajudaram a iluminar este caminho, desde a primeira aula.

Aos amigos/colegas de sala que também tiveram importante papel nesta trajetória: Marta Banducci, Franchys Santana, Sérgio Antunes, Luis Sinésio, Caio Nogueira, Baldinir Bezerra, Dante Alves, Ronaldo Pavão, Miguel Gomes, Luci Andrade, Jorge Dávila e Getúlio Lima. Além da sala de aula, no espaço do Observatório de Cultura Escolar, contei com a colaboração de pessoas especiais e sempre dispostas a ajudar: obrigado Maria do Carmo Paim, Renan Bressan (*in memoriam*), Wilcelene Pessoa, Aline Rabelo, Rafael Maldonado, Patrícia Meneghetti, Yara Riqueti e Daiani Tonetto. Gratidão especial pela inspiração aos

queridos amigos e agora professores doutores Marcus Vinícius Medeiros Pereira e Manoél Câmara Rasslan.

Agradeço também aos amigos que contribuíram com esta trajetória de pesquisa com sugestões e ajustes: Cristiane Hengler Corrêa Bernardo, Patrícia Alves Carvalho, Márcia Paulo, Maria Fernanda Borges Daniel, Gardênia Laura Coleti Freitas, Cláudia Durand Zwarg, Jesse Starita e Gilliano José Mazzetto.

À Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) nas pessoas da pró-reitora de Ensino e Desenvolvimento, professora Conceição Butera e do reitor Padre José Marinoni pela colaboração para eu participar das aulas e atividades do Doutorado.

Enfim, agradeço de coração a todos que de alguma forma colaboraram com a realização desta pesquisa. A todos o meu reconhecimento, respeito e gratidão.

Muito obrigado!

A avaliação prática da relação de forças simbólicas determinantes dos critérios de avaliação vigentes no mercado em questão somente leva em conta as propriedades propriamente linguísticas do discurso na medida em que elas anunciam a autoridade e a competência social daqueles que as pronunciam.

Pierre Bourdieu

RESUMO

Este estudo delineou-se a partir de questões do campo do Jornalismo, precisamente as colocadas nas últimas décadas do século XX, tais como a suspensão da exigência do diploma, inicialmente provisória, depois definitiva, para o exercício da profissão no Brasil. Neste contexto o campo sobrevive, há pelo menos cinco anos, desde 2009, sem a regulamentação da profissão. A recorrência a essas questões, nos limites desta pesquisa, está vinculada ao exercício do encontro de um objeto, **a economia dos documentos curriculares e das estratégias paralelas de recomposição do campo jornalístico**. Na configuração deste objeto estamos orientados pelo referencial teórico-metodológico, desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar, delineado pelos estudos da sociologia relacional, dos estudos curriculares críticos e dos estudos da área do Jornalismo. Neste contexto, temos como objetivo analisar os documentos curriculares organizados em 2007 (UNESCO) e em 2009 (MEC), como fontes documentais e, a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), a suspensão provisória do diploma pela Justiça Federal e definitiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a queda da Lei de Imprensa e, posteriormente, a elaboração de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), como fontes dialógicas, na perspectiva da economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à linguagem e ao poder simbólico. Para tanto, trabalhamos na análise das fontes documentais e dialógica com chaves de análise, “ritos de instituição”, “força da representação” e “descrição e a prescrição”, na perspectiva de entender a economia destes processos para o campo do jornalismo. Este trabalho está orientado pela hipótese de que os documentos curriculares e as estratégias paralelas são recursos de poder e estratégias de (re)conversão - a defesa do diploma como força de distinção - em um campo determinado por crises de autonomia e legitimidade, que acabam por criar condições para o aparecimento de uma *illusio*, o campo jornalístico existe apenas/ou é legítimo e autônomo, se houver a diplomação. Em conclusão, no processo de formação do jornalista, os documentos curriculares, bem como as estratégias paralelas atuam como forma de estabelecer acesa a chama de um campo de forças com agentes interessados na manutenção de seus poderes e investimentos em relações permanentes e constantes, que representam resistências, no sentido de transformar e conservar as forças instituídas ao longo de uma construção sócio histórica, ou histórico social estruturada.

Palavras-chave: Currículo. Documentos Curriculares. Formação do Jornalista. Diplomação. Jornalismo.

ABSTRACT

This study was drafted from questions of the Journalism field, precisely the ones placed in the last decades of the twentieth century, such as the suspension of the requirement of the diploma, that it was temporary in the beginning, and at the end, it was definitely, for those that want to be a journalist in Brazil. In this context, at least for five years, since 2009, the journalistic field survives without the profession's regulation. The recurrence of these issues, in the limits of this research, is linked to the exercise of the encounter of an object, **the economy of curriculum documents and parallel strategies for rebuilding the journalistic field**. In this object's configuration we are guided by the theoretical and methodological referential, developed at the Group of Studies and Research Centre School of Culture, outlined by studies of relational sociology, critical curriculum studies and studies of the Journalism area. In this context, we intend to analyze the curriculum documents organized in 2007 (UNESCO) and 2009 (MEC), as documentary sources and the creation of the Federal Council of Journalism (CFJ), the provisional suspension of the diploma by the Federal Court and the final Federal Supreme Court (STF), the fall of the Press Law, and subsequently the preparation of Proposed Constitutional Amendments (PEC), as dialogical sources from the perspective of the analysis of the genesis of the provisions of the agents confronted the language economy and power symbolic. Therefore, we work on the analysis of documentary sources and dialogical analysis with keys, "rites of institution," "strength of representation" and "description and prescription", from the perspective of understanding the economics of these processes to the field of journalism. This paperwork is based on the hypothesis that the curriculum documents and parallel strategies are power resources and strategies (re) conversion - the defense of the statute as a force of distinction - in an amount determined by crises of autonomy and legitimacy field that eventually create conditions for the emergence of a *illusio*, the journalistic field only exists / or is legitimate and autonomous, if the graduation. In conclusion, in the training process of the journalist, the curriculum documents, as well as parallel strategies act as a way to establish the flame of a field of forces with stakeholders in maintaining their power and investment in permanent and constant relations, representing resistances in to transform and preserve the forces imposed along a historic social construction, social or historical structured.

Keywords: Curriculum. Curriculum documents. Training process of the journalist. Graduation. Journalism.

RÉSUMÉ

Cet étude a été élaboré à partir de questions du domaine du journalisme posées dans les dernières décennies du XXe siècle, soit la suspension de l'obligation du diplôme pour l'exercice du métier de journaliste au Brésil, d'abord temporaire puis permanente. Dans ce contexte, le métier survit pendant au moins cinq ans, depuis 2009, sans réglementation. Dans le cadre de cette recherche, le problème est relié à l'exercice de la rencontre d'un objet, à **l'économie des documents des programmes et des stratégies parallèles pour la reconstruction du champ journalistique**. Pour bien cerner l'objet de recherche, nous nous sommes guidés par les cadres théorique et méthodologique développés au sein du Groupe d'Études et de Recherche Culturel Scolaire, pointé vers les études de sociologie relationnelle, des étude curriculaires critiques et les études du métier du journalisme. Nous visons à analyser la documentation curriculaire organisée en 2007 (UNESCO) et 2009 (MEC), en tant que source documentaire. Ensuite nous analysons la création du Conseil Fédéral de Journalisme (CFJ), la suspension du diplôme provisoire par la Cour Fédérale et la suspension définitive par la Cour Suprême (STF), la chute de la Loi sur la Presse, et par la suite la préparation des propositions des Amendements Constitutionnels (PEC): ceux en tant que sources dialogiques en vue de l'économie de l'analyse de la genèse des dispositions des agents confrontées à la langue et à la puissance symbolique. Nous nous sommes alors penchés sur l'analyse des sources documentaires tout en utilisant comme clés d'analyse: «rites d'institution», «la force de la représentation» et «Description et prescription », dans le bût de comprendre l'économie de ces processus dans le domaine du journalisme. Cette recherche est d'ailleurs basée sur l'hypothèse de ce que les documents des programmes et des stratégies parallèles soient des ressources de pouvoir et ce que les stratégies de reconversion - la défense du diplôme en tant que force de distinction - dans un domaine déterminé par des crises d'autonomie et de légitimité. Ce dernier crée finalement les conditions propices à l'apparition d'une *illusio*: le champ journalistique n'existe pas ou trouve sa légitimité et autonomie par biais de l'obtention du diplôme. Bref, dans le processus de préparation du futur journaliste, les documents pédagogiques, ainsi que des stratégies parallèles, agissent en tant qu'outils pour garder stable un champ de forces qui veut la manutention de son pouvoir et des investissements dans des relations permanentes et constantes. Leur représentation en tant que résistance ne voulant que transformer et conserver les forces imposées tout au long d'une l'histoire sociale bien structurée.

Mots-clés: Curriculum. Les programmes d'études. Formation des journalistes. Diplomation. Journalisme.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Teses e Dissertações – Formação em Jornalismo.....	27
---	----

LISTA DE SIGLAS

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	14
UnB - Universidade de Brasília	15
OCE - Grupo de Estudos e Pesquisa Observatório de Cultura Escolar	16
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	18
CFJ - Conselho Federal de Jornalismo	18
STF - Supremo Tribunal Federal	18
PEC - Proposta de Emenda Constitucional	18
MEC - Ministério da Educação	24
CAPES/MEC - Banco de Teses do Portal de Periódicos	25
USP - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo	25
MC - Modelo Curricular	25
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais	25
ECA - Escola de Comunicações e Artes	26
INTERCOM - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação	28
FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas	28
FNPJ - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo	28
REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo	28
SBPJor - Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo	28
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	28
PROCAD - Programa de Cooperação Acadêmica	28
CD - <i>Compact Disc</i>	29
CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina	44
MPF - Ministério Público Federal	46
SERTESP - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo	48
PDT - Partido Democrático Trabalhista	53
ADPF - Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF	53
RE - Recurso Extraordinário	54
DRT - Delegacias Regionais de Trabalho	65
SRTE - Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego	65
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil	67
PT - Partido dos Trabalhadores	67
PSB - Partido Socialista Brasileiro	68
CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação	70
CNE - Conselho Nacional de Educação	73
COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação	73
ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social	73
NDJ - Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo	73
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso	85

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	14
1 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O CAMPO DO JORNALISMO: APROXIMAÇÕES ÀS INSTÂNCIAS EM CRISE	30
1.1 OS CAMPOS DA COMUNICAÇÃO E DO JORNALISMO: TENSÕES EM FOCO ...	30
1.2 O CAMPO DO JORNALISMO: UM CAMPO TENSIONADO POR CRISES DE LEGITIMAÇÃO	37
1.3 O CONTEXTO DAS CRISES DE LEGITIMAÇÃO	46
1.3.1 Suspensão provisória do diploma de Jornalista no Brasil	46
1.3.2 Retirada da Lei de Imprensa	51
1.3.3 Suspensão Permanente do Diploma de Jornalista	54
2 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO (CFJ), PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS (PEC) E DIRETRIZES CURRICULARES (DC): ESTRATÉGIAS DE RECONVERSÃO NA CRISE DO CAMPO	65
2.1 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO (CFJ): ESTRATÉGIA DE BUSCA PELA AUTO-REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	65
2.2 PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS (PEC): TENTATIVAS NO RESGATE DA LEGITIMAÇÃO DO CAMPO DO JORNALISMO	68
2.3 DIRETRIZES CURRICULARES (DC): DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS RUMO AO FIM DA CRISE DO CAMPO DO JORNALISMO	71
2.3.1 UNESCO: proposta curricular como forma de garantir os direitos dos países ao processo democrático	75
2.3.2 MEC: uma proposta curricular para o momento de maior crise do campo do Jornalismo	77
3 RITOS DE INSTITUIÇÃO, FORÇA DA REPRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO NA ECONOMIA DOS DOCUMENTOS CURRICULARES E DAS PRÁTICAS DO CAMPO JORNALÍSTICO	89
3.1 OS RITOS DE INSTITUIÇÃO, A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO E DESCREVER E PRESCREVER COMO CHAVES DE ANÁLISE	92
3.1.1 Os Ritos de Instituição	92
3.1.2 A Força da Representação	103
3.1.3 A Descrição e a Prescrição	109
3.2 AS CHAVES DE ANÁLISE NAS PRÁTICAS DO CAMPO DO JORNALISMO	116
3.2.1 Conselho Federal de Jornalismo (CFJ)	117
3.2.2 Diploma na Justiça Federal, no Supremo Tribunal Federal (STF) e a Lei de Imprensa	119
3.2.3 Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) na Câmara e no Senado Federais	123
4 RECURSOS DE PODER E ESTRATÉGIAS DE CONVERSÃO NO CAMPO JORNALÍSTICO (OU NOTAS FINAIS)	125
REFERÊNCIAS	153
ANEXO (CD)	157

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O processo de formação universitária, acrescido da atuação como profissional de Jornalismo em empresas de rádio e televisão, principalmente, além dos doze anos de experiência como professor no curso de graduação despertou o interesse em estudo no campo da Educação na perspectiva de ampliar a visão sobre as tensões recentes que o campo, do qual faço parte, vem atravessando.

Para tanto, esse estudo delineou-se a partir de questões do campo do Jornalismo, precisamente as colocadas nas últimas décadas do século XX até a primeira do seguinte, tais como a suspensão da exigência do diploma, inicialmente provisória, depois definitiva, para o exercício da profissão no Brasil. Neste contexto o campo sobrevive, há pelo menos cinco anos, desde 2009, sem a regulamentação da profissão.

O interesse pela Comunicação (e em seguida pelo Jornalismo) nasceu primeiro ao ouvir emissoras de rádio da cidade, quando pequeno, e imaginar as possibilidades do veículo. Logo depois ao acompanhar pela televisão todos os produtos audiovisuais disponíveis, principalmente, os cinematográficos. Esses dois veículos foram fundamentais para a minha escolha profissional. Influenciado por eles consegui, ao passar no vestibular, o meu ingresso no Jornalismo em 1991 (curso que mais se aproximava da minha pretensão, ser cineasta) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). As possibilidades que imaginava ter complicaram-se quando as crises começaram a ser instaladas e tiveram audiência nas salas de aula. Todo o entusiasmo de tornar-me profissional da área passava a ser desconstruído, auxiliado pela crítica contundente de vários autores aos meios de Comunicação de massa (entre eles, Adorno e Horkheimer, representantes de correntes teóricas da Escola de Frankfurt). Na sala de aula via os temas serem debatidos e os posicionamentos contrários ao mercado de trabalho.

Mesmo em meio a esse conflito, nos veículos de imprensa, em que trabalhei, busquei equilibrar (ainda com muitas dificuldades) os conhecimentos acumulados, assim como as dúvidas sobre eles, ao longo dos quatro anos e meio de curso (hoje a duração média é de quatro anos). Os tempos de estudante não foram fáceis, primeiro pelas crises instituídas, que pretendemos discutir de forma mais aprofundada, depois pela falta de professores e estrutura para que exercitássemos a prática, tão necessária para sermos contratados pelo criticado mercado de trabalho. As contradições estiveram sempre presentes nesta época.

Formado há algum tempo e trabalhando em emissoras de televisão e rádio, senti a necessidade de estudar, como forma de reciclar os conhecimentos, pois a rotina do trabalho

estava ficando enfadonha. Retornei aos estudos no curso de especialização em Imagem e Som, também pela UFMS e, neste período, a ideia de aprofundar os conhecimentos se deu pela aproximação ao audiovisual como tema de pesquisa e produção de vídeo-documentário, um exercício que colaborou para a busca pela pós-graduação *stricto sensu*.

No ano de 2002 ingressei em uma Universidade privada de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) para dar aulas, inicialmente no curso de Rádio e TV, na disciplina de Direção de Programa de Rádio. Como a instituição também oferecia os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda ministrei algumas disciplinas nos referidos cursos, por conta da formação específica. Os primeiros passos, como professor, não foram nada fáceis também, já que como bacharel não tinha formação específica para atuar em sala de aula, problema que se multiplica e estabelece em várias áreas. Fiz e ainda faço tentativas constantes de colocar-me no lugar dos estudantes para não repetir comportamentos que me desagradaram ao longo do curso de Jornalismo. Contudo, confesso não ser tarefa fácil, pois a classe docente continua, ainda, a trabalhar com as mesmas estratégias que provocaram estes conflitos que tive/tenho com a profissão.

Em 2004, pressionado pela necessidade de titulação mais apropriada (situação comum nas Instituições de Ensino Superior) e já há dois anos como docente nos cursos citados, fui aprovado no Curso de Mestrado em Ciência da Informação na Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa desenvolvida provocou o primeiro descolamento que fiz do campo do Jornalismo para uma área afim, o que significou a possibilidade de ampliar os conceitos até então construídos sobre a informação.

Cinco anos depois da defesa de dissertação no mestrado, isto é, em 2011, desta vez sem pressão pelo título, mas com a necessidade de aproximar-me do campo em que atuava há quase dez anos, ingressei no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. A proposta de pesquisa inicial constituía-se na perspectiva de maior aprofundamento no campo do Jornalismo, desta vez, com outras questões a serem investigadas, isto é, delineadas por referenciais distintos dos até então utilizados, a fim de entender os recursos de poder e as estratégias de conversão dos agentes (como eu), para manter a autonomia/legitimidade do campo, em meio às crises fomentadas pela retirada ou manutenção da diplomação.

Como agente deste campo em crise, acompanhei de perto todos estes movimentos e, nem tudo o que foi apresentado aparecia de forma tão clara na condição de estudante, ou mesmo, como profissional no mercado de trabalho/emprego e, posterior/atualmente como professor em um curso de Jornalismo.

Ainda como integrante do campo, as posições que adotei foram no sentido de defender a formação universitária em nível superior como única possível para o exercício da profissão, uma vez que formado neste processo e agora formando a partir dele, não poderia ser outra. Respeito os profissionais moldados pelo mercado de trabalho/emprego, vindos de um tempo que os cursos de Jornalismo não eram oferecidos em todas as cidades, dando a oportunidade para que estas pessoas pudessem ter este tipo de formação.

Destaco o papel do currículo neste processo, pois a base de qualquer curso superior, particularmente aqui, o de Jornalismo, é oferecer os conhecimentos necessários às especificidades da formação profissional, características que o constitui como artefato indispensável na organização do debate necessário. No mercado de trabalho/emprego, os conhecimentos disponibilizados no processo de formação parecem estar desqualificados, em nome de uma formação pela prática, que sem dúvida também está presente no debate das salas de aulas, nos laboratórios, isto é, na teoria *versus* prática.

Nas discussões trazidas pelo debate acerca da formação estão abertas possibilidades de aprendizado, dentro dos limites impostos pelo currículo e seus operadores, com a promoção contínua e flexível das experiências facultadas. Já no mercado de trabalho/emprego, o aprendizado é substituído pelas respostas, neste sentido os erros são eliminados, assim como seus autores, ou então, repetidos, tornam-se frequentes e incorporados, assim como seus responsáveis.

No curso de Doutorado, desde as primeiras aulas e aproximações teóricas com o campo da Educação percebi que as questões levantadas pelos referentes teórico-metodológicos apresentados, particularmente nas disciplinas, permitiam outras incursões analíticas acerca do cenário que enfrentava, agora na sala de aula no processo de formação dos futuros jornalistas.

Paralelamente às aulas, o envolvimento com os estudos e pesquisas delineados no Grupo de Estudos e Pesquisa Observatório de Cultura Escolar (OCE) serviu para precisar o objeto desta pesquisa, bem como o encontro com os referenciais teóricos que dariam suporte às análises pensadas. Importante destacar que a escolha estratégica de textos ligados aos objetos de estudo dos diferentes integrantes do OCE foi determinante no aprofundamento dos debates e, desta forma deu densidade investigativa aos determinantes que embasaram esta investigação.

Simultaneamente ao desenvolvimento das disciplinas, dos seminários e das reuniões do OCE delineei questões que viriam a ser discutidas na investigação acerca da eleição dos

documentos curriculares na formação do jornalista, na primeira década do século XXI, e quais seriam as estratégias colocadas no campo para a recomposição da diplomação.

Neste contexto, como pesquisador iniciante, estava desenhada a necessidade de sair de uma zona de conforto construída por um *habitus* jornalístico para avançar no entendimento dos campos educativo e do Jornalismo. Este último, num momento que os recursos e as estratégias estavam definidos para sua manutenção, ou não.

Como formador de futuros profissionais da área, deparei-me com a necessidade de entender os passos que constituíram a crise. Dentro da ciência social, segundo Bourdieu (2008), a ajuda mais decisiva neste caso seria:

[...] a que consiste em incitá-lo a ter consideração, na definição do seu projeto, as condições reais de realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe (em especial, a natureza de sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc. Muitas vezes, é só ao cabo de um verdadeiro trabalho de socioanálise que se pode realizar o casamento ideal de um investigador e do seu objecto, por meio de toda uma série de fases de sobreinvestimento e de desinvestimento. (BOURDIEU, 2008, p. 50).

A recorrência a essa ideia, nos limites desta pesquisa, esteve vinculada ao exercício do encontro de um objeto, **a economia dos documentos curriculares e das práticas de recomposição do campo jornalístico**, que veio configurando-se no processo de interlocução com as práticas idealizadas na formação do jornalista.

Apple (2006, p. 53) aponta que o currículo nunca é uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo.

Pacheco (2003, p. 115) complementa essa ideia, afirmando que uma teoria pública de decisão sobre a construção do currículo pode ser enquadrada nos parâmetros conceituais e pragmáticos, ou seja, “parâmetros que servem para elucidar os processos e as práticas de construção do currículo nos contextos de influência, de produção dos normativos, da prática escolar, dos resultados e da estratégia política”.

O estudo do currículo na formação do jornalista ganha relevância por conta do “esmagador poder de socialização que os meios de comunicação de massa adquiriram” (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 104), dos quais os jornalistas são importantes operadores.

Os meios de comunicação de massa adquiriram uma nova dimensão com a revolução eletrônica, capaz de transportar a informação em forma de imagens e em tempo real a todos os cantos do planeta. A comunicação e a tecnologia comprimiram o espaço e o tempo de maneira tal que se transforma e acelera o ritmo da mudança no mundo que queremos conhecer e nos meios que utilizamos para conhecê-lo. (PEREZ GÓMEZ, 2001, p. 105).

Na posse destes referentes é que tomamos como **fontes documentais**, os documentos curriculares organizados pela UNESCO em 2007¹ (“Modelo Curricular da UNESCO para o Ensino do Jornalismo”), e pelo Ministério da Educação em 2009 (“Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo”)² e, como **fontes dialógicas**, a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), a suspensão provisória do diploma pela Justiça Federal e definitiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a queda da Lei de Imprensa e, posteriormente, a elaboração de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), na condição de permitir-nos fazer a economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à linguagem e ao poder simbólico.

Entendemos os **documentos curriculares** como fontes documentais, por serem “impressos, que selecionam, legitimam e distribuem conhecimentos, mobilizam discursos na produção das verdades do processo de escolarização” (SILVA, 2014) e, as **práticas** como “fontes dialógicas, pois ocupam um espaço privilegiado de reconstituição das ideologias ou mentalidades subtraídas a uma projeção particular, oficial” (SILVA, 2014).

Para tanto, intentamos analisá-los a partir dos seguintes objetivos: **Geral:** analisar os documentos curriculares organizados pela UNESCO em 2007 e pelo Ministério da Educação em 2009, bem como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), a suspensão provisória do diploma pela Justiça Federal e definitiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a queda da Lei de Imprensa e, posteriormente, a elaboração de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), na perspectiva da economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à linguagem e ao poder simbólico e; **Específicos:** produzir processos de identificação e análise da disposição dos agentes no confronto ou consolidação do poder simbólico das fontes documentais e dialógicas no campo do Jornalismo, a partir das chaves de análise, *ritos de instituição, força da representação e descrever e prescrever*; identificar e analisar os *recursos de poder e estratégias de reconversão*, dos agentes do campo do Jornalismo na perspectiva do contorno das crises de

¹A versão utilizada nesta pesquisa foi finalizada em 2007, mas a publicação, em português, teve distribuição apenas no ano de 2010. Para o melhor entendimento, a data será mantida na finalização do documento e não na sua publicação.

²Ao longo deste relatório estas fontes serão tratadas por documentos curriculares.

autonomia/legitimação que transitam entre os documentos curriculares, as práticas e a diplomação.

Na configuração do objeto e proposição dos objetivos estivemos orientados pelo referencial teórico-metodológico, desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar, delineado pelos estudos da sociologia relacional³ (Bourdieu, 2001, 2003, 2004, 2007, 2007a, 2008, 2008a, 2010, 2011), dos estudos curriculares críticos (Pérez Gomes, 2001; Torres Santomé, 2003; Pacheco, 2003; Apple, 2006), e da área do Jornalismo (Guedini, 2002; Traquina, 2005; Tonus, 2011; Medistch, 1999; Girardi Jr., 2007; Dines, 2009; Leal Filho, 2009; Christofolletti, 2009; Mello, 2006; Gentilli, 1999; Aguirre, 2011; Thompson, 1998; Marcondes Filho, 2000).

Na perspectiva da sociologia relacional, ancorados em Bourdieu, buscamos o conceito de *campo*, por ser crucial na construção de nosso espaço de análise:

[...] a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. (BOURDIEU, 2004, p. 20 e 21).

Interessa-nos com o uso deste conceito incursionar pelo campo do Jornalismo na apresentação de sua autonomia relativa e das leis que a regem, uma vez que este campo específico parece se constituir, tendo como pano de fundo a crise da “identidade” profissional, os recursos de poder e as estratégias para contorná-la, o que deixa a autonomia, quando ela existe, bastante ameaçada.

Esta ameaça toma forma nas pressões exercidas pelos agentes no campo, ou melhor, “a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se caracterizam a autonomia”, ou seja, que mecanismos são acionados para “se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

As lutas e as forças envolvidas no campo foram incorporadas ao nosso processo de investigação na mesma perspectiva apontada por Bourdieu (2004, p. 23), qual seja “todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.

³Que entende os condicionamentos materiais e simbólicos agindo sobre nós (sociedade e indivíduos), em uma complexa relação de interdependência.

Os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Na distribuição dos recursos de poder desta estrutura determinada do campo, além da posição dos agentes, o volume de capital, neste caso específico, o capital científico caracteriza a proporção do peso deles. Este capital particular está ligado ao reconhecimento de uma competência que vai proporcionar autoridade e contribuir para a definição, não somente das regras do jogo, mas também de suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo.

Neste processo vamos incorporando outro conceito ligado ao campo e aos agentes, o de *habitus*:

Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo. Eles têm disposições adquiridas que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, e opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas posições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições. (BOURDIEU, 2004, p. 28 e 29).

Os agentes do campo do Jornalismo, neste momento sócio-histórico (termo que Bourdieu costuma usar), estão em dúvida sobre as suas posições, o espaço que ocupam e se eles, inclusive, existem. Pressões internas e externas provocaram a perda de identidade deste agente, que tem determinado sua posição profissional pelo que pode fazer, na expectativa de que os recursos e as estratégias definam quem não pode fazer jornalismo.

O *habitus* tem oferecido a certeza, a partir de uma *illusio* (ou seja, uma crença que garanta o interesse e o investimento de agentes sociais nos jogos sociais e simbólicos que produzem neste momento da história), de que o campo existe e tem uma estrutura forte, inabalável (toda ela baseada na defesa do diploma para atuação como profissional da área), e talvez esta seja a única estratégia possível para este período. Inseridos nesta estrutura, os agentes sociais “desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte dessas posições, nos limites de suas disposições” (2004, p. 29).

As estratégias são orientadas, normalmente, pela conservação da estrutura do campo no estado da relação de força entre os agentes ou instituições envolvidas na luta ou, se preferir, de distribuição do capital específico que, “acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores” (2003, p.120).

Dessa forma, a agilidade e rapidez, a clareza, o rigor e a correção para a formação do jornalista são exigências estratégicas que figuram na economia dessas fontes documentais, aliadas ao mercado de trabalho/emprego e às mudanças tecnológicas, que também fazem parte do mundo atual - mas que parecem ser legitimadas pela diplomação em Jornalismo.

É imprescindível prestar atenção às trajetórias econômicas, aos modos nos quais o capitalismo está se reestruturando e, sobretudo, à evolução do mundo das comunicações, por meio do vertiginoso desenvolvimento de novas tecnologias informáticas, tanto para adequar os sistemas educacionais quanto para detectar e compreender o significado das novas reformas educativas destas últimas duas décadas, e das que podem ser realizadas nos próximos anos. (TORRES SANTOMÉ, 2003, p. 14).

Para enfrentar as adequações realizadas nos sistemas educacionais como respostas ao mercado de trabalho/emprego, os estudantes de Jornalismo investem nas redes de ligações para criar garantias durante o processo de formação.

[...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes com as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). (BOURDIEU, 2007, p. 68).

Os limites fazem parte das ações destes agentes recém chegados ao campo e interessados em manter seu lugar e guardá-lo quando ocorre o risco de novos integrantes. No entanto, quanto ao Jornalismo, os limites foram suspensos e qualquer pessoa pode atuar na área.

Cada membro do grupo encontra-se assim instituído como guardião dos limites do grupo: pelo fato de que a definição de critérios de entrada no grupo está em jogo em cada nova inclusão, um novo membro poderia modificar o grupo mudando os limites da troca legítima por uma forma qualquer de “casamento desigual”. (BOURDIEU, 2007, p. 68).

Na economia das trocas do campo faz parte também uma estratégia de reconversão disponível para que eles passem pelos novos agentes, e acumulem, cada vez mais capital, pois estão por mais tempo no campo e são legitimados por um diploma (mesmo que suspenso).

[...] os agentes ou os grupos mais ricos (relativamente) de uma espécie de capital outra que não aquela que servia de base ao poder antigo serão mais propensos e mais aptos a empreender uma reconversão; ao contrário, as frações mais estritamente ligadas à espécie de capital ameaçada serão condenados ao conservadorismo do desespero. (BOURDIEU, 2007, p. 124 e 125).

As oportunidades de lucro neste procedimento também cumprem com o papel de estabelecer investimentos no processo de reprodução.

[...] as estratégias de reconversão pelas quais os indivíduos ou as famílias visam a manter ou a melhorar sua posição no espaço social, mantendo ou aumentando seu capital ao preço de uma reconversão de uma espécie de capital numa outra mais rentável e/ou mais legítima, dependem das oportunidades objetivas de lucro que são oferecidas aos seus investimentos num estado determinado dos instrumentos institucionalizados de reprodução e do capital que elas têm para reproduzir. (BOURDIEU, 2007, p. 147).

Formados para o mercado de trabalho/emprego, os estudantes de Jornalismo acreditam, ou, pelo menos, devem acreditar e fazer investimentos para se destacarem. Mas Bourdieu (2007) explica que os estudantes ganham valor apenas com relação do cargo e do diploma que vão possuir.

O valor que recebem no mercado de trabalho depende tão mais estritamente de seu capital escolar quanto mais rigorosamente codificada for a relação entre o diploma e o cargo. Ao contrário, quanto mais fluidas e incertas forem a definição do diploma e do cargo, portanto, sua relação como o caso das novas profissões, mais espaço sobra para as estratégias de blefe, mais possibilidades terão por exemplo de capital social de obter um rendimento elevado de seu capital escolar. (BOURDIEU, 2007, p. 134).

A autonomia relativa do capital cultural dos estudantes também fica ameaçada por conta da suspensão do diploma, que deveria estar garantido pelo campo jurídico.

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem autonomia relativa em relação ao seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (BOURDIEU, 2007, p. 78).

Esta instabilidade do campo do Jornalismo, no caso do futuro profissional que investiu na área, é levada para toda a estrutura da sociedade.

[...] o sistema de ensino introduz, pouco a pouco, todas as profissões - mesmo as menos racionalizadas e as mais abandonadas à pedagogia tradicional - no universo hierarquizado do certificado escolar, de modo que o efeito de naturalização e de eternização das classificações que ele tende a produzir em razão de sua inércia estende-se, progressivamente, a toda a estrutura social. (BOURDIEU, 2007, p. 144).

Ou seja, os agentes do campo do Jornalismo, principalmente, os estudantes, neste momento, estão interessados na defesa do diploma como forma de legitimar o conhecimento que recebem nas Instituições de Ensino Superior e levar todas estas questões para a estrutura social que os cerca. Naturalmente esta estratégia discursiva é fomentada pelos outros agentes interessados na autonomia da profissão, como professores e profissionais da área.

Todos os agentes que estão num campo têm em comum, interesses fundamentais, ou seja, tudo o que está ligado à própria existência do campo, daí uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos, o que acaba por indicar o esquecimento de que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre aquilo que merece que se lute e que está recalcado no que é óbvio.

Nesta luta imposta ao campo, o poder simbólico em jogo também foi analisado nos movimentos propostos nesta pesquisa. Bourdieu (2011, p. 09) o define da seguinte forma:

[...] tem o mérito de designar explicitamente a função social do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. (BOURDIEU, 2011, p. 10).

O conceito de sistema simbólico também foi destacado, pois apresentou caminhos que foram percorridos na intenção de relacioná-los com os agentes do campo do Jornalismo, dessa forma:

[...] distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção relativamente autônomo. (BOURDIEU, 2011, p. 12).

Importante ressaltar que o poder simbólico perpassa pelos agentes que já atuam no campo, como também por aqueles que o buscam, ou seja, os estudantes de Jornalismo que pretendem profissionalizar-se a partir da formação nos cursos superiores. Sendo assim, o poder simbólico é o mesmo, no entanto os agentes vão se especializando ao longo desta busca. Ao analisá-lo como ação sobre o mundo, Bourdieu (2011) afirma que o:

[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma - *illocutionary force* - mas se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. (BOURDIEU, 2011, p. 14 e 15).

No sentido de identificarmos e analisarmos o processo de imposição de poder incursionamos por algumas chaves de análise, *rito de instituição*, *força da representação* e *descrição e prescrição*, tendo como objeto para tal exercício os documentos curriculares da UNESCO e do MEC⁴ e as estratégias paralelas de recomposição do campo.

Entendemos o *rito de instituição*, como instrumento para observação e análise dos objetos acima referidos, na perspectiva apresentada por Bourdieu (2008, p. 98) qual seja, “a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção do observador para a passagem quando na verdade, o que importa é a linha”. A linha no caso do campo do Jornalismo é o processo de diplomação.

No que diz respeito à *força da representação* “o poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma única visão de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade” (BOURDIEU, 2008, p. 111). As observações neste caso estão delineadas pelo grupo no campo e seus *habitus*.

Já *descrever e prescrever* configurou-se na perspectiva da linguagem veiculada pelo grupo, isso por que:

⁴A Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou no dia 20 de fevereiro de 2013 o parecer 39, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Em seguida, este documento seguiu para revisão técnica e, posteriormente, para homologação pelo Ministério da Educação. A homologação ocorreu em 12 de setembro deste mesmo ano. Nesta pesquisa analisamos a proposta elaborada em 2009, por entendermos que representa a descrição/prescrição mais completa dos interesses dos agentes do campo jornalístico. Importante destacar ainda que grande parte da redação da proposta elaborada em 2009 foi mantida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Jornalismo.

[...] é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce autoridade e para cuja produção enquanto grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências. (BOURDIEU, 2011, p. 119).

Neste contexto, alguns *questionamentos* surgiram como pontos de partida:

- Quais as principais formas de legitimação do campo jornalístico diante das crises instauradas pela suspensão da exigência do diploma?
- Os documentos curriculares (UNESCO, 2007; MEC, 2009), bem como as práticas constituem-se como recursos de poder e estratégias de reconversão da autonomia e legitimidade do campo?
- Quais são as principais estratégias dos agentes do campo encontradas nos documentos curriculares e nas práticas?

Na tentativa de resposta a este grupo de questões, a *hipótese* delineada neste estudo partiu da premissa, de que os documentos curriculares e as práticas são recursos de poder e estratégias de reconversão - a defesa do diploma como força de distinção - em um campo determinado por crises de autonomia e legitimidade, que acabaram por criar condições para o aparecimento de uma *illusio*, o campo jornalístico existe apenas/ou é legítimo e autônomo, se houver a diplomação.

Na concretização do ineditismo desta perspectiva de investigação operamos o levantamento sobre a produção acadêmica no/para o campo do Jornalismo, tendo como foco os estudos sobre documentos curriculares, em teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses do Portal de Periódicos - CAPES/MEC e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), aqui particularmente, os elaborados no campo das Ciências da Comunicação.

Para este levantamento recortamos o período que compreendeu os anos de 2005 a 2011⁵ por entendê-lo referencial para a pesquisa, a saber: no ano de 2005 teve início discussão a respeito do Modelo Curricular (MC) organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que foi finalizada em 2007, já em 2011 completaram dois anos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) confeccionadas por

⁵Estabelecemos como recorte temporal, para a construção do estado do conhecimento, os dois anos anteriores (2005-2007) e os dois posteriores (2009-2011) a publicação dos documentos curriculares selecionados como fontes para as análises a que esta tese se propõe.

especialistas do campo do Jornalismo para o Ministério da Educação (MEC), e finalizadas em 2009.

Neste recorte temporal entendemos ser possível o encontro de pesquisas que tocaram nas propostas curriculares que foram aqui estudadas. Com este objetivo, construímos a pesquisa, realizada nos bancos de dados informados, a partir dos descritores “currículo na formação do jornalista” e “currículo”, que entendemos ter relação direta com o tema.

Para o primeiro descritor inserido no Banco de Teses do Portal de Periódicos - CAPES/MEC apareceram 922 (novecentos e vinte e dois) resultados, dos quais apenas 06 (seis) tiveram relação direta ou indireta ao objeto deste estudo. Já no descritor “currículo”, nas duas bases de dados, os números foram muito superiores, a saber:

- no Portal de Periódicos - CAPES/MEC foram encontradas 1333 (mil trezentas e trinta e três) publicações, sendo 493 (quatrocentas e noventa e três) e,
- no Scielo.org⁶, 840 (oitocentas e quarenta).

A partir das proximidades dos conteúdos com o Jornalismo e a Comunicação, como resultado, contamos, especificamente para incursionarmos pela compreensão de como o campo constituiu-se em objeto de estudos, relacionados às propostas curriculares para formação do Jornalista, seis relatórios de teses e um de dissertação.

A maior parte destes trabalhos foi realizada na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação. Sendo assim foi feita também uma pesquisa no banco de dados da USP para o descritor “currículo” e foram apresentados 4800 (quatro mil e oitocentos) resultados, entre publicações em periódicos, relatórios de teses e dissertações.

A partir do cruzamento destas informações chegamos à identificação do quantitativo organizado, no quadro que segue, acerca das Teses e Dissertações:

⁶ Endereços eletrônicos: <<http://www.doaj.org>> e <www.scielo.org>.

Quadro1: Teses e Dissertações - Formação em Jornalismo

Ano	Título - Tipo	Enfoque(s) Temático(s)	Tipo de Pesquisa	Instituição
2005	“A Formação Cidadã do Jornalista no Brasil: Um estudo de caso da formação do jornalista na USP” - Dissertação	Formação do Jornalista – USP	Estudo de Caso	USP
2005	“Vivências com a escrita de textos nos cursos de jornalismo: das proposituras curriculares às interações em sala de aula” - Tese	Redação Jornalística e Sala de Aula	Observação Participante	USP
2007	“Prática e aprendizado: a importância da agência universitária de notícias como jornal-laboratório” - Tese	Agência Universitária e Jornal-Laboratório	Estudo Comparado	USP
2007	“Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo” - Tese	Professor e Pedagogia do Jornalismo	Estudo de Caso	USP
2008	“Moral Provisória - Ética e Jornalismo: da gênese à nova mídia” - Tese	Ética e Jornalismo	Estudo de Caso	USP
2009	“Múltiplas possibilidades: a estruturação dos projetos experimentais no ensino de jornalismo” - Tese	Projetos Experimentais	Estudo de Caso	USP
2010	“Educação Jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado”- Tese	Formação de Jornalistas e Mercado de Trabalho	Estudo Comparado	UFMS
2011	“O ensino do interesse público na formação de jornalistas, elementos para a construção de uma pedagogia” - Tese ⁷	Formação de Jornalistas	Análise de Conteúdo	USP

Fonte: Ribeiro-Silva, 2014.

A leitura e a análise destes trabalhos indicaram que grande parte utilizou-se de metodologias do tipo estudo de caso, estudos comparados, observação participante e análise de discurso. Neste contexto, abordaram direta ou indiretamente o currículo na formação dos jornalistas, a partir de identificações acerca das questões históricas do currículo no curso de Jornalismo, a partir de interesses ligados a determinadas disciplinas como Ética, Projeto Experimental, Redação Jornalística e Jornal-Laboratório. Junto a essas encontramos uma proposta de Pedagogia de Jornalismo e questões sobre a relação com o Mercado de Trabalho.

No tocante a pesquisa na base de dados do *Scielo*, optamos por identificar periódicos, que indicaram circulação na área específica: a Revista Imprensa de 1987 (hoje Portal Imprensa, desde 2006), o Observatório de Imprensa de 1996 e o Comunique-se de 2001⁸.

Nesta base de dados não figuraram artigos que colocassem em foco questões de análise do currículo na formação dos jornalistas a partir de estudos sobre políticas curriculares, ideologia, sociologia *bourdieusiana* (recursos de poder e estratégias de conversão), Comunicação e Jornalismo.

⁷A referida tese, defendida em 2011, foi transformada em livro no ano de 2013 pela editora Annablume. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=129028>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

⁸Endereços eletrônicos: <www.portalimprensa.uol.com.br>, <www.observatoriodeimprensa.org.br> e <www.comunique-se.org.br>.

Acrescemos a essa busca, na perspectiva do encontro de análises para além do currículo, discussões acerca das estratégias, anais de Encontros entre profissionais da área, professores e acadêmicos dos cursos de Jornalismo, por entendermos consolidados como material de leitura e provocações no campo:

- Intercom (Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação que está na sua 37ª edição);
- Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) que promove encontros nacionais há 36 anos;
- Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) atualmente na sua 15ª edição e que publicou o quarto volume de uma revista no ano de 2014, Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (Rebej) e;
- Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) que já organizou 10(dez) encontros nacionais.

Os textos, objetos dos anais publicados nestes eventos, refletiram questões diárias do trabalho, da formação, de pesquisas, de relato de experiências, entre outros, ligados, essencialmente, aos estudos das Ciências da Comunicação.

Vale destacar que, ainda, na perspectiva do “estado do conhecimento”, incluímos livros publicados e de circulação irrestrita no campo, a saber:

- “Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade”, organizado pela FENAJ e publicado em dois momentos diferentes 2002 e 2008, apresentando artigos de pesquisadores, professores e jornalistas sobre a suspensão provisória do diploma, ocorrida em 2001;
- “Ensino de Jornalismo em tempos de convergência” (2010), organizado por Elias Machado e Tattiana Teixeira, a partir de resultados de pesquisas desenvolvidas pela equipe da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que participa da Rede Procad (Programa de Cooperação Acadêmica), financiada pela CAPES;
- “Horizontes do Jornalismo: formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais”, organizado por Marcelo Kischinnhevsky, Fábio Mario Iório e João Pedro Dias Vieira, publicado em 2011, trazendo coletânea, de reflexões e resultados de pesquisas, artigos e relatos de experiência, apresentado durante o quinto Encontro

Rio-Espírito Santo de Professores de Jornalismo, contou com o apoio do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).

Acessado esse conjunto de produção, ou se quisermos construído este “estado do conhecimento”, informamos que não foram encontradas propostas de estudos, a partir do campo da Educação, na formação de jornalistas.

E nesta pretensão de estudos, organizamos os resultados deste processo em quatro capítulos. O primeiro denominado **“Campo da Comunicação e Campo do Jornalismo: aproximação às instâncias de crise”** objetivou definir os dois campos em questão, buscando identificar e analisar as principais crises ocorridas nas tensões entre eles e, neste percurso contextualizar os processos que envolveram a necessidade de legitimação, especificamente, do campo do Jornalismo. O segundo, **“Conselho Federal de Jornalismo, Propostas de Emendas Constitucionais e Diretrizes Curriculares: estratégias de reconversão na crise do campo”**, focado na identificação e análise das estratégias de reconversão dos agentes na tentativa de contornar as crises de autonomia e legitimação instauradas no campo. No terceiro, **“Rito de Instituição, Força da Representação e Descrição e Prescrição na Economia dos Documentos Curriculares e das Práticas do Campo Jornalístico”**, incursionamos pelos conceitos desenvolvidos por Bourdieu, utilizados aqui como chaves de análise, tomando como objetos para tal os documentos curriculares da UNESCO (2007) e do MEC (2009) e as práticas desenvolvidas pelo CFJ e as PEC na perspectiva de entender a economia destes processos para o campo do Jornalismo.

A título de finalização, ou da identificação de novos posicionamentos neste espaço social, **“Recursos de Poder e Estratégias de Conversão no Campo Jornalístico (ou Notas Finais)”** trazem, de um lado e de forma sintética, as respostas encontradas no decorrer das investigações operadas e, de outro, apresenta indicadores de outra leitura, da mesma hipótese, configurada a partir de posições, que nem sempre são suficientes para entender a complexidade da presença ou retirada da diplomação nestes campos.

Também compõe a pesquisa um *CD (Compact Disc)* onde estão anexados os documentos completos do “Modelo Curricular da UNESCO para o Ensino do Jornalismo” (2007, editado no Brasil em 2010), das “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo” do MEC (2009), bem como o parecer final e homologado das DCN pelo Conselho Nacional de Educação (2013), junto ao Projeto de Resolução.

1 CAMPO DA COMUNICAÇÃO E CAMPO DO JORNALISMO: APROXIMAÇÕES ÀS INSTÂNCIAS EM CRISE

A partir do conceito de *campo*, aplicado por Bourdieu (2004) em suas pesquisas, este capítulo procura aproximações com as principais características do campo da Comunicação, levando em conta essencialmente aspectos simbólicos dos meios de comunicação social de massa, que vão influenciar no percurso de formação dos futuros agentes. São descritos, ainda, interesses que interferiram na constituição deste campo.

Em seguida, na perspectiva de reconhecimento dos campos, incursionamos pelo que nomeamos de campo do Jornalismo e o descrevemos a partir dos agentes desta classe profissional, que buscam autonomia e legitimidade em meio às transformações do atual fazer jornalístico. Neste espaço de reconhecimento, dos campos de Comunicação e do Jornalismo, é que identificamos “a primeira grande crise” do Jornalismo no Brasil, ocorrida no início do processo de formação do estudante. Formação essa, que em nossas análises está delineada pela influência do Jornalismo nos outros campos sociais e profissionais, o que resulta no processo de diplomação.

O diploma, neste contexto, nos aproxima da “segunda grande crise”, alimentada pelas suspensões provisórias da sua obrigatoriedade para o exercício da profissão, pela Justiça Federal e da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse sentido, tomamos “as grandes crises” delineadas na realidade brasileira, como práticas no processo de formação do jornalista, para nos aproximarmos de análises sobre a falta de identidade profissional dos agentes deste campo.

1.1 OS CAMPOS DA COMUNICAÇÃO E DO JORNALISMO: TENSÕES EM FOCO

O desenvolvimento de uma ampla variedade de instituições de comunicação, sobremaneira, a partir do século XV, provocou e vem provocando mudanças significativas no contexto social. Jornais, revistas, emissoras de rádio, de televisão e, mais recentemente, as atividades ligadas à rede mundial de computadores são alguns exemplos de instituições de comunicação que trabalham na produção, armazenamento e circulação de conteúdo simbólico.

Segundo Thompson (1998) essas são características do avanço na era moderna, para a qual as formas simbólicas produzem-se e reproduzem-se numa escala sempre em expansão:

[...] tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. (THOMPSON, 1998, p. 19).

O desenvolvimento dos meios de comunicação e suas mercadorias são, então, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais “a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” e também uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (THOMPSON, 1998, p. 19).

Os contextos sociais são estruturados de muitas maneiras e por sua vez interferem, produzem impactos na comunicação mediada, portanto esta é sempre um fenômeno social contextualizado:

Uma vez que a comunicação é geralmente “fixada” num substrato material de algum tipo - palavras inscritas em papel, por exemplo, ou imagens gravadas em películas - é fácil localizar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia e ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação destas mensagens. (THOMPSON, 1998, p. 20).

Na abordagem dos temas ação, poder e comunicação, a organização da comunicação é tomada como um contexto social estruturado. A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos variados, que agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que oferecem a eles diferentes inclinações e oportunidades, conceituados como “campos de interação”.

Quanto ao poder, a posição ocupada por um indivíduo dentro de um campo, ou instituição, é diretamente ligada ao poder que possui, isto é, a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e suas consequências. Neste processo, os indivíduos empregam recursos que estão disponíveis, ao mesmo tempo, que acumulam aqueles que os tornam capazes de tomar decisões. O poder é um fenômeno social característico de diferentes formas de ação.

Existem vários tipos de poder, como o econômico, que opera com recursos materiais e financeiros, o político que age pela autoridade, o coercitivo que trabalha a partir da força

física e armada. Contudo, o que mais interessa no campo da Comunicação é o poder simbólico.

O quarto tipo de poder é o cultural ou simbólico, que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. A atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva. Os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. (THOMPSON, 1998, p. 24).

Assim, os meios de comunicação e informação incluem os meios técnicos de fixação e transmissão, habilidades, competências e formas de conhecimentos empregadas na produção, na transmissão e na recepção de informação, do conteúdo simbólico (ao que Bourdieu chama de “capital cultural”) e, o prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições (“capital simbólico”).

O uso dos meios de comunicação é parte importante para que se entenda este fenômeno social. Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos normalmente empregam um meio técnico, que é o substrato material das formas simbólicas. Nele, o conteúdo simbólico é fixado e transmitido ao receptor. A natureza do meio técnico pode variar de um tipo de produção simbólica para outro, e as propriedades de cada um facilitam e circunscrevem os tipos de produção simbólica e intercâmbios possíveis.

O primeiro atributo dos meios é a fixação da forma simbólica. O grau de fixação depende do meio utilizado, isto é, seja na escrita no papel, na escultura em madeira, na pintura, na impressão, na filmagem, na gravação, pode haver um alto grau de fixação.

Em virtude desta capacidade de fixação, os meios técnicos podem armazenar informações ou conteúdo simbólico, e por isso são considerados diferentes tipos de mecanismos de armazenamento de informação, preparados, em diferentes graus, para preservar informações e conteúdo simbólico e torná-los disponíveis para uso subsequente. Os meios técnicos, e as informações ou conteúdo simbólico neles armazenados, podem servir de fonte para o exercício de diferentes formas de poder. (THOMPSON, 1998, p. 26).

O segundo atributo destes meios técnicos é o grau de reprodução, entendido aqui pela capacidade de multiplicar cópias de uma forma simbólica. Esta reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de

comunicação. Estas formas podem ser mercantilizadas, ou seja, transformadas em mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado.

A viabilidade comercial das organizações da mídia depende também do exercício de controle, em certo grau, sobre a reprodutibilidade da obra. Por isso a proteção do direito de reproduzir, de licenciar e de distribuir é de fundamental importância para a indústria da mídia.

Outro aspecto dos meios técnicos é que eles oferecem certo grau de distanciamento espaço-temporal, pois todo processo de intercâmbio simbólico geralmente implica um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção. Ela se afasta do seu contexto, tanto no espaço quanto no tempo e é replantada em novos contextos que podem estar situados em tempos e lugares diferentes.

Este processo ocorre com todas as formas de comunicação, modificando, também, o exercício de poder de alguns indivíduos, já eles se tornam capazes de interagir à distância, podendo intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes.

Acrescem-se a estas análises, os tipos de habilidades, competências e formas de conhecimento exigidas pelo uso dos meios técnicos. Seus usos pressupõem um “processo de codificação e decodificação da informação e do conteúdo simbólico”, que implica no uso de um conjunto de regras e procedimentos, cujo domínio não exige necessariamente formulá-lo de modo claro e explícito, apenas a habilidade e usá-lo na prática.

Quando indivíduos codificam e decodificam mensagens, eles usam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo, que fazem parte dos recursos culturais que trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico. Os conhecimentos e as habilidades dão forma às mensagens, sendo o processo de compreensão sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os intérpretes situados, que trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo.

A comunicação mediada ou mídia, de acordo com Thompson (1998, p. 32), tem cinco características, sendo a primeira delas, aquela que mais recebe atenção por parte dos pesquisadores especializados, e envolve meios técnicos e institucionais de produção e difusão. Naturalmente o desenvolvimento da mídia passa por transformações tecnológicas que podem ser exploradas comercialmente, mas também determinam avanços e possibilidades da produção de conteúdo nos meios de comunicação. Além dos caminhos operacionais da mídia, apreendemos “o desenvolvimento das indústrias de mídia, das numerosas organizações que, desde a Idade Média até nossos dias, têm se interessado pela exploração comercial das

inovações técnicas, tornando possível a produção e a difusão generalizada das formas simbólicas”.

Esse processo provoca a mercantilização das formas simbólicas, a segunda característica da mídia, entendendo-a como um tipo particular de valorização.

A “valorização simbólica” é um processo de atribuição de “valor simbólico” às formas simbólicas. Este é o valor que os objetos têm em virtude do apreço, da estima, da indiferença ou do desprezo dos indivíduos. A “valorização econômica” é processo de atribuição de “valor econômico” às formas simbólicas, um valor pelo qual elas podem ser trocadas no mercado. Em virtude da valorização econômica, as formas simbólicas se tornam *mercadorias*: objetos que podem ser vendidos e comprados no mercado por um determinado preço. (THOMPSON, 1998, p. 33).

A comunicação mediada implica na mercantilização das formas simbólicas no sentido de que os objetos produzidos pelas instituições de mídia passam por um processo de valorização econômica. As maneiras de valorização variam muito, por exemplo, no caso de alguns impressos, como livros, ela depende da capacidade de multiplicar os exemplares e vendê-los. Já com jornais, ela se dá pela capacidade de vender o espaço da propaganda. O mesmo ocorre com as transmissões de rádio e televisão. Mudanças tecnológicas, como satélite e cabo, também estão influenciando no processo de valorização econômica do campo.

A terceira característica da comunicação mediada é que ela estabelece uma dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e a sua recepção. Em todos os tipos de comunicação mediada, o contexto de produção é geralmente separado do contexto de recepção. Os bens simbólicos são produzidos em um contexto ou em conjunto deles e transmitidos para receptores localizados pela distância e diversidade.

No lado da produção, ela significa que o pessoal envolvido na produção e transmissão das mensagens da mídia são geralmente privados das formas diretas e contínuas de *feedback* característico da interação face a face. Os processos de produção e transmissão, portanto, são caracterizados por um tipo de distintivo de indeterminação, uma vez que ocorrem na ausência de deixas fornecidas pelos receptores. No lado da recepção, a dissociação estrutural significa que os receptores das mensagens mediadas ficam à vontade. Podem fazer o que bem entenderem das mensagens, e o produtor não está lá para reelaborar ou corrigir os possíveis mal-entendidos. Ela ainda revela uma fundamental desigualdade entre os participantes do processo comunicativo. Os receptores são, pela própria natureza da comunicação de massa, parceiros desiguais no processo de intercâmbio simbólico. (THOMPSON, 1998, p. 34 e 35).

Se comparados com os produtores e transmissores, os receptores pouco podem fazer para determinar os conteúdos ou tópicos da comunicação. O que não significa que eles estejam totalmente privados do poder e que sejam meros espectadores passivos de um espetáculo sobre o qual não têm nenhum controle.

A quarta característica é a extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço, relacionada com a anterior, uma vez que a mídia estabelece uma separação entre contextos de produção e recepção. As mensagens mediadas tornam-se disponíveis em contextos mais remotos e distantes dos contextos em que foram produzidas originalmente.

Isso não ocorre somente no campo da Comunicação, mas com todas as formas simbólicas, em virtude de serem intercambiadas entre indivíduos que não ocupam posições idênticas no espaço e no tempo, implicam certo grau de distanciamento espaço-temporal.

Mas com o desenvolvimento de instituições orientadas para a produção em grande escala e para a difusão generalizada de bens simbólicos, a ampliação da disponibilidade das formas simbólicas se torna um fenômeno social cada vez mais significativo e penetrante. Informação e conteúdo simbólico são colocados à disposição de um número incalculável de indivíduos, em espaços cada vez mais amplos e em velocidade sempre maior. A ampliação da disponibilidade de formas simbólicas se tornou tão pronunciada e rotineira, que todos supõem como uma característica corriqueira da vida social. (THOMPSON, 1998, p. 35).

O que nos leva a quinta característica sobre a comunicação mediada, a circulação pública das formas simbólicas, na qual os produtos de mídia, feitos em múltiplas cópias, são disponíveis, em princípio, a uma pluralidade de destinatários, que tenham acesso aos meios técnicos, as habilidades e os recursos para adquiri-los. Uma característica da comunicação mediada é ficar disponível para a pluralidade de receptores, mesmo quando, por uma série de razões, estes produtos circulem especificamente entre um pequeno e restrito setor da população.

É importante assinalar, nesta característica, a diferença da comunicação de massa e de outras formas de comunicação. Como, por exemplo, as conversas telefônicas, as teleconferências, que empregam os mesmos meios técnicos de fixação e transmissão, mas são dirigidas para um indivíduo ou para um grupo bem restrito de receptores.

Tanto na pluralidade de receptores em um número incalculável quanto na disponibilidade simbólica no espaço-tempo em contextos separados de produção e recepção,

os futuros operadores dos meios técnicos de comunicação mediada ficam sabendo destas características durante o processo de formação, ora colocando-se no papel de produtor, ora na figura de receptor das mercadorias simbólicas despejadas diária e ininterruptamente na vida social de cada um.

A formação do campo da Comunicação exigiu reconversões intelectuais¹ dos mais variados tipos, de acordo com Girardi Jr. (2007, p. 23) pesquisadores de várias áreas, nas quais a comunicação apresentou-se de forma inicial como objeto de estudo, deslocaram-se por uma “força centrífuga, para um novo espaço institucional, acadêmico e administrativo”.

Este movimento produziu um intenso debate sobre os limites do campo, a dispersão de objetos e métodos, a construção de um discurso próprio e rituais de instituição, tornados visíveis. A consolidação da legitimidade da comunicação depende da busca de seus mitos de origem, seus pais fundadores.

A iniciação passa pelo reconhecimento desses “mitos da gênese do campo, incorporação de manuais de introdução aos seus mistérios, rituais de iniciação e uma série de outros procedimentos que retiram normalmente de sua dinâmica o processo de lutas por meio dos quais se fundaram”. (GIRARDI JR., 2007, p. 24).

Isso que chamamos de campo da Comunicação institui-se, desde o início, como ponto de encontro de problemas, que pesquisadores de diversos outros campos foram chamados a responder. Logo em seguida torna-se novo lugar institucional para o qual diversos pesquisadores migraram com seus investimentos intelectuais. Um campo de forças que elabora uma *illusio* muito particular, a produção da crença nesse novo jogo e tudo o que passa a ter valor nele.

As construções dos campos são fundadas e fundamentadas, apresentando-se como realidades objetivas aos agentes sociais dispostos a reconhecê-las como legítimas. No processo o campo da Comunicação desenvolve formas de legitimação, gêneros discursivos, recompensas simbólicas e possibilidades de trajetórias muito próprias, o sucesso de determinadas abordagens, a introdução de objetos inusitados como legítimos para estudo, as estratégias de subversão das regras implícitas, os mecanismos de identificação dos criadores, dos pais fundadores, envolvem um complexo trabalho de construção social.

A produção de “verdades” sobre a Comunicação está diretamente ligada à construção de um campo autônomo que precisou encontrar as marcas da sua

¹ Segundo Girardi Jr. (2007, p. 23), as reconversões intelectuais ocorreram principalmente com pesquisadores das seguintes áreas: psicologia social, sociologia, ciência política e linguística.

autonomia, construindo para isso um discurso, uma história social particular sobre suas origens, lutas em seu interior, seu mitos, etc. Qualquer manual de introdução às Teorias da Comunicação obedece a esse ritual muito claro. Em certa época e em certo local, é desenvolvido por certo autor, um certo modelo que pensa a comunicação de certo modo. (GIRARDI JR., 2007, p. 35).

Neste contexto, vale a incursão por aspectos deste cruzamento de campos e de seus interesses, destacando-se as características da profissão de jornalista no espaço da cultura social, que vem sofrendo transformações decorrentes das mudanças tecnológicas, ocorridas nos meios de comunicação mediada, bem como os aspectos sobre o maior bem que os estudantes, quando profissionais terão que operar, as notícias e os valores que elas ganham. Nas contradições da formação profissional ocorre a primeira crise do campo, que atinge o estudante e vai ganhar corpo na discussão a respeito da diplomação do jornalista.

1.2 O CAMPO DO JORNALISMO: UM CAMPO TENSIONADO POR CRISES DE LEGITIMAÇÃO

Com o campo em crise, reforçamos a tese de que os jornalistas formados pelos conteúdos presentes nas disciplinas distribuídas em currículos, influenciados pelos interesses econômicos nacionais e internacionais, acabam perdendo a identidade profissional e a esperança na conquista por autonomia e legitimidade. E mesmo com problemas, os agentes deste campo recorrem a estratégias específicas para o enfrentamento dos dilemas que vão sendo determinados historicamente pela sociedade.

Traquina (2005, p. 19) aponta que a existência de um campo implica em “1) um prêmio que é disputado por agentes sociais diversos, e 2) a existência de um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos e saberes especializados”. Traduzindo, o prêmio seriam as notícias e os grupos especializados, os jornalistas, afirmando saber o que os outros não sabem (o que são notícias e como produzi-las).

Esta aparição de um grupo de profissionais implica na aparição de um campo específico e diferenciado de relações competitivas, no qual com o passar do tempo, o grupo especializa-se e os membros tem que dominar uma linguagem específica. A sua competência implica a incompetência dos “não-profissionais” e, neste contexto, constituir uma categoria socialmente distinta de profissionais representa autonomia porque a especialização significa autoridade.

Impulsionado pelas grandes mudanças do século XX, o jornalismo vive, atualmente, a sua quarta fase², na qual o agente humano jornalista é substituído pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas. De um lado, o papel do jornalista como “contador de histórias” entra em cheque; de outro, as tecnologias virtualizam o trabalho jornalístico e interferem radicalmente nos conteúdos. As chamadas novas tecnologias influenciam na relação do homem com a redação, o ambiente de trabalho passa para a lógica imaterial da tecnologia.

No atual jornalismo o fascínio da imagem contamina os impressos, as páginas precisam ser dinâmicas, os assuntos devem ser curiosos, imagéticos. O jornal impresso passa a abusar de infográficos, fotos rasgadas, sem relação de aprofundamento. Parte desse fascínio é fruto da tecnologia, que imprime uma nova lógica nas relações de trabalho.

A luta pelo privilégio da imprensa foi impulsionada com a inovação tecnológica da década de 1970³, que atingiu sem precedentes o ambiente redacional, promovendo a digitalização, a informação facilmente manipulada, disseminada, transformada. A tecnologia digital é inexorável, quem se coloca à margem é tido como ultrapassado.

Nesta fase, o jornalismo tornou-se disciplina técnica, antes que uma habilidade investigativa. O bom jornalista é o que consegue, em tempo hábil, dar conta da exigência de produção de notícias. O futuro do jornalismo se torna ameaçado quando todos podem acessar dados e informações na Internet, pois o jornalista funciona como mero selecionador de informações. Entra em crise o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto.

As principais consequências são as visualidades que substituem a literariedade, as “notícias fabricadas” tomam lugar dos “fatos reais”, o campo é invadido pela auto-referência midiática e por um jornalismo minimalista. Mais do que um promotor da informação, o jornalista torna-se um montador, especialista em ícones e dados esparsos.

O papel do jornalista é simplificar, condensar, escolher e sintetizar, enquanto os objetivos visados pelas empresas são de se tornarem interlocutores únicos dos cidadãos. Os

² Marcondes Filho (2000, p. 48) define as quatro fases do jornalismo. A pré-história classifica como artesanal (impulsionado por alguns empreendedores, divulgava apenas assuntos relevantes e incomuns, nesta época era uma atividade sem lucro). O primeiro é descrito pelo autor como político-literário (como consequência se profissionalizou, foram criados setores específicos e assume o papel como meio de promover a verdade e a transparência). O segundo Jornalismo é da imprensa de massa (busca pelo furo jornalístico, o sensacionalismo e assuntos atuais) e no chamado terceiro Jornalismo, o da imprensa monopolista (as tiragens de jornais aumentam substancialmente, indústria publicitária surge como nova forma de comunicação e entra em disputa com o jornalismo). O quarto e atual é da informação eletrônica e interativa.

³ Segundo Marcondes Filho (2000, p. 30), o jornalismo na era tecnológica ocorre a partir da década de 1970, quando ocorrem dois processos: a expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação; e a substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica.

jornalistas não são mais os únicos a produzir e divulgar informação. Toda empresa tem a sua forma de disseminar sua imagem, seja pela emissão de textos completos, estatísticas, resultados, conclusões a partir das suas assessorias. Na fase do quarto jornalismo, a informação buscada, agora chega, pois os meios de comunicação falam de si mesmos, constroem um universo, em si próprios.

O espetáculo visual torna-se tão importante quanto a informação que a TV transmite. O enfoque dos grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal, deixando de fora uma análise sistêmica da economia e da política. O jornalismo atual⁴ privilegia a notícia curta, de três parágrafos, sendo parte do processo de produção a de oferecer os *drops* informativos, mesmo matérias maiores são fragmentadas em *boxes*. A narrativa didática de outrora aumentava a bagagem cultural, o atual estilo dispersa e deprecia a narrativa, ao mesmo tempo, que provoca o desaparecimento do ambiente humano da redação.

No processo histórico da construção do jornalismo, o próprio valor noticioso foi mudando do espetacular para partidário, do inusitado para o isento, objetivo, equilibrado, com todos os lados sendo ouvidos e publicados. Estas “lentes especiais”⁵ passaram e vem passando por configurações, assim como os interesses do capital.

O campo jornalístico deve sua importância no mundo social ao fato de deter um monopólio sobre os instrumentos de produção e de difusão a grande escala da informação e “por estes instrumentos sobre o acesso do simples cidadão, mas também de outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que por vezes se chama de ‘o espaço público’, quer dizer, à grande difusão”. (BOURDIEU, 2001, p. 48).

Ainda valendo-se desta crítica ao campo, atenta que, embora os jornalistas ocupem uma posição inferior, dominada, mesmo alguns tendo uma consideração desproporcional a sua capacidade intelectual, nos campos de produção cultural, exercem uma forma absolutamente rara de dominação, tem o poder sobre os meios de expressão pública, de existência pública, de reconhecimento e de acesso a notoriedade pública.

Neste sentido, muitos podem desviar uma parte deste poder de consagração em seu proveito e impor ao conjunto da sociedade os seus princípios de visão do mundo, a sua problemática, o seu ponto de vista. O mundo jornalístico é dividido, diferenciado,

⁴ No Brasil é importante pontuar que a escola norte-americana teve e tem grande influência neste modelo de fazer notícia.

⁵ Com este termo, fazemos referência ao trecho do livro *Sobre a Televisão*, no qual Bourdieu (2001, p. 12) diz que “os jornalistas têm seus ‘óculos’ particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”.

diversificado, e por isso de modo a representar todas as opiniões, todos os pontos de vista ou a proporcionar-lhes ensejo de se exprimirem.

Não existe discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve, etc.) que, para aparecer ao debate público, não deva submeter-se a esta prova de seleção jornalística, ou seja, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, “sem saberem sequer, retendo apenas o que capaz de interessá-los, de ‘reter a sua atenção’, quer dizer, de entrar nas suas categorias, na sua grelha, e rejeitando para a insignificância ou para a indiferença expressões simbólicas que mereceriam chegar ao conjunto de cidadãos”. (BOURDIEU, 2001, p. 50).

O campo do Jornalismo tem uma particularidade, é dependente das forças externas do que todos os outros como o da produção cultural, das matemáticas, da literatura, do jurídico, científico, etc.

Depende muito directamente da procura, está submetido à sanção do mercado, do plebiscito, talvez ainda mais que o campo político. A alternativa entre o “puro” e o “comercial” que se observa nos outros campos impõem-se aqui com uma brutalidade particular e o peso do pólo comercial torna-se particularmente forte: sem precedentes quando o comparamos sincronicamente, no presente, àquilo que é nos outros campos. (BOURDIEU, 2001, p. 57).

Dessa forma, encontra-se sobre a coação do campo económico por meio da audiência. E este, muito heterónimo, fortemente submetido às coações comerciais, exerce, ele próprio uma coação sobre todos os outros, enquanto uma estrutura. O efeito estrutural, objetivo, anónimo, invisível, nada tem a ver com o que se observa de forma directa, com o que habitualmente se denuncia, quer dizer, com a intervenção desta ou daquela pessoa. Se os mecanismos estruturais que engendram as faltas morais se tornassem conscientes, seria possível uma ação consciente visando controlá-los.

Na lógica específica de um campo orientado para a produção de um bem altamente precíval que são as notícias, a concorrência em torno da clientela tende a assumir a forma de uma concorrência pela prioridade, ou seja, pelas notícias mais novas e tanto mais quanto mais próximo se está do pólo comercial.

Nesta direção, segundo Traquina (2005, p. 208), jornalismo são “estórias” acerca da vida, das estrelas, das tragédias e dos espetáculos dos congressos partidários. As mudanças nas estruturas da economia das empresas em grupos de multimídia, a crescente

competitividade, acentuaram a integração do campo jornalístico ao mais vasto espaço mediático, na definição e construção de notícias,

[...] a importância do que é importante não pode ser apagada pelo imperativo do que é interessante. Os imperativos da concorrência e luta pelo brilho profissional na procura de furos e ‘exclusivas’ não podem fazer esquecer o direito à vida privada e o poder do jornalismo de denegrir o bom nome. No calor da luta contra a tirania do fator tempo, as empresas jornalísticas e os jornalistas não podem esquecer que as regras elementares do trabalho, como, por exemplo, a verificação da informação, ou o respeito total pela fronteira entre ‘fato’ e ‘ficção’. (TRAQUINA, 2005, p. 208).

O crescente apagamento das fronteiras da informação e do entretenimento com a ascensão dos comunicadores é tendência que aponta para a importância da identidade profissional dos jornalistas, um processo irreversível. O reforço da identidade jornalística não deve tornar os membros do campo jornalístico cegos aos efeitos nocivos das práticas e das rotinas que as empresas e “os jornalistas precisam implementar para por ordem no espaço e no tempo, bem como dos seus próprios valores-notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 209).

No processo de valorização da notícia, um efeito identificado por Bourdieu (2001, p. 86), no campo, é descrito como “pouco favorável à afirmação da autonomia colectiva ou individual”. Para ele, a concorrência entre as empresas incita “ao exercício de uma ‘vigilância permanente’, que pode levar à espionagem mútua, sobre as atividades da concorrência, a fim de levar vantagem dos seus fracassos, evitando seus erros, e de combater os seus sucessos”.

Assim com o objetivo de apresentar assuntos que “não se pode deixar de falar” ou que “devem ser cobertos”, a concorrência que deveria gerar originalidade e diversidade tende a favorecer uma uniformidade de ofertas.

A influência do campo jornalístico na sociedade tende a reforçar em cada um dos outros, os agentes e as instituições mais próximos do pólo submetido ao efeito do número e do mercado. Esse reforço da influência do jornalismo, cada vez mais submetido à dominação direta/indireta da lógica comercial, tende a ameaçar a autonomia dos outros campos de produção cultural, destacando no interior de cada um, os agentes ou as empresas mais inclinadas a cederem à sedução dos “lucros externos, porque menos ricos em capital específico e menos seguros dos lucros específicos que o campo lhes garante no imediato ou a um prazo mais ou menos dilatado” (BOURDIEU, 2001, p. 89).

Os produtores culturais que exercem esta função de influenciar estão situados num lugar incerto entre o campo jornalístico e os especializados. Esses intelectuais-jornalistas, que se servem de duplo pertencimento para se esquivarem às exigências específicas dos dois

universos e para importarem para cada um deles poderes melhor ou pior adquiridos no outro, estão em condições de exercer dois efeitos maiores:

Por um lado, introduzir formas novas de produção cultural, situadas num lugar intermédio entre o esoterismo universitário e o esoterismo jornalístico; por outro lado, impor, nomeadamente através de seus juízos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, dando a ratificação de uma aparência de autoridade cultural às sanções do mercado e reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores para a alodoxia, tendem a reforçar o efeito de nível de audiência ou de *best-seller* sobre a recepção dos produtos culturais e também, indirectamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas para produtos menos exigentes e mais vendáveis. (BOURDIEU, 2001, p. 89 e 90).

Para combater esta situação, estão propostas duas estratégias de garantia da autonomia, marcar firme os limites do campo e tentar restaurar as fronteiras ameaçadas pela intrusão do modo de pensamento e de ação jornalísticos; ou “sair da torre de marfim (segundo o modelo inaugurado por Zola) para impor os valores resultantes do abrigo da torre e usar todos os meios disponíveis” (BOURDIEU, 2001, p. 91), nos campos especializados ou no exterior, e dentro do próprio campo jornalístico, para tentar impor no exterior as aquisições e conquistas que a autonomia tornou possíveis.

No campo político, a influência do jornalismo, se dá numa relação de luta e concorrência permanentes, e embora o jornalístico esteja englobando de certa forma o político em cujo exterior exerce efeitos muito poderosos, os dois campos tem em comum estarem muito direta e estreitamente sob o império da sanção do mercado e do plebiscito. Processo semelhante ocorre na relação entre o campo jornalístico e o jurídico.

O campo jurídico acredita ser um universo puro de todo o compromisso com as necessidades da política ou da economia. Mas o facto de conseguir fazer-se reconhecer como tal contribui para produzir efeitos sociais muito reais e em primeiro lugar sobre aqueles que têm por profissão a declaração do direito. Mas o que será dos juristas, encarnações mais ou menos sinceras da hipocrisia coletiva, se tornar publicamente notório que, longe de obedecerem a verdades e valores transcendentais e universais, são atravessados, como todos os outros agentes sociais, por coacções como as que fazem pesar sobre eles, transtornando os procedimentos ou as hierarquias, a pressão das necessidades económicas ou a sedução dos sucessos jornalísticos? (BOURDIEU, 2001, p. 94).

No que diz respeito ao campo do jornalismo e sua influência nos outros, justifica-se que descobrir as coacções que pesam sobre os jornalistas e que eles fazem pesar nos outros produtores culturais não é denunciar responsáveis ou culpados. A ideia é oferecer a alguns a

possibilidade de libertação, pela tomada de consciência, da influência desses mecanismos e fazer a proposta de um programa de ação concertada entre artistas, escritores, cientistas e jornalistas, detentores do (quase) monopólio dos instrumentos de difusão.

Só uma colaboração deste tipo permitiria trabalhar de forma eficaz em vista da divulgação das aquisições mais universais da investigação e também, em parte, em vista da universalização prática das condições de acesso ao universal.

A relação entre os campos influenciados pelo Jornalismo, que sofre interferência na sua construção dos conteúdos vindos da Comunicação (principalmente, no dilema, do cruzamento teórico-crítico/prático-alienante na formação dos estudantes), apresenta-se como um problema difícil de resolver. No entanto, as escolas de Comunicação Social continuam a produzir pessoas e conhecimento.

Os reconhecimentos dos campos da Comunicação e do Jornalismo ocorrem nos produtos simbólicos que a sociedade consome diariamente. Todos os aspectos, apresentados até agora com relação à Comunicação e ao Jornalismo, aparecem de forma intrínseca nas notícias veiculadas (e nos valores delas) pelos mais variados veículos de comunicação e imprensa. De acordo com Meditsch (1999, p. 01), o problema localiza-se na figura do “comunicador polivalente”, introduzido “por razões mais políticas do que técnicas ou científicas, que apontam para o absurdo de uma prática sem teoria e de uma teoria sem prática”.

Este problema teve início no período denominado Guerra Fria, que condicionaria o destino de gerações nos mais diversos pontos do planeta nas quatro décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, e a área de Comunicação Social, por ser estratégica do ponto de vista militar, sofreu efeitos e desdobramentos.

No jornalismo, costuma-se dizer que a verdade é a primeira vítima de qualquer guerra. Em nossa área acadêmica, por analogia, pode-se afirmar que esta vítima foi o contato com a realidade: ruptura da teoria com a prática, com a perda do objeto de estudos da comunicação social. As “razões de Estado” das duas grandes potências - primeiro uma, em seguida outra - ideologizaram o nosso campo de conhecimento de tal maneira que até hoje não conseguimos nos livrar da confusão que isso provocou. (MEDITSCH, 1999, p. 01 e 02).

Neste processo, destaca-se o papel da UNESCO, que no fim da década de 1940, durante um encontro na França, resolveu dar atenção especial à formação dos jornalistas no Terceiro Mundo, a partir de uma política delineada pelos Estados Unidos. Na ocasião advertiu

que o jornalismo poderia “agravar, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos” - como pregava o comunismo soviético - “ou atenuá-los até, o ponto de extingui-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos”. (MEDITSCH, 1999, p. 02).

Em 1965, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (CIESPAL) realizou quatro seminários regionais no Continente, um deles no Rio de Janeiro, recomendando a transformação dos cursos de Jornalismo em “institutos de comunicação” ou “ciências da informação coletiva”. De fato, a figura do “jornalista polivalente depois chamado de comunicador social” foi rejeitada pelas escolas do Brasil.

Mas os cursos, contraditoriamente, passaram a se chamar “de comunicação social”, adotando a linguagem padronizada pelo CIESPAL para todo o continente. E a teoria estudada e desenvolvida nas escolas, longe de atender às necessidades de formação dos profissionais das diversas habilitações, continuou voltada às supostas necessidades de um comunicador alternativo que vive à margem da mídia e a despreza. O desprezo pela prática profissional como objeto de estudo, por parte dos teóricos colocados no topo da hierarquia acadêmica, teve uma série de efeitos negativos e perversos. O primeiro e mais evidente é a violentação das expectativas dos estudantes que ingressam na Universidade em busca da carreira profissional a que se sentem vocacionados. (MEDITSCH, 1999, p. 04).

Não bastasse todo este debate, que ocorreu principalmente na academia e em órgãos que representavam a classe, justamente dois dos campos que sofrem influência do jornalístico, o jurídico e político, apareceram como problema e solução para os agentes, que foram provocados e atingidos por fatos, que mais uma vez, colocaram em debate a legitimidade profissional do Jornalismo.

Neste sentido, parece existir uma contradição patronal quando se trata da diplomação dos profissionais de uma área específica, pois o objetivo é conservar as vantagens que a titulação oferece à reprodução da classe dominante, sem deixar de controlar o acesso das outras classes aos poderes conferidos pelo diploma. Essa contradição:

[...] encontra sua solução no desenvolvimento das instituições de ensino privado, das empresas de formação, recuperação e reciclagem incrementadas pela aparição da “formação permanente” e talvez, mais geralmente, na instauração de um sistema de ensino tripartido: grandes *écoles* para a reprodução da classe dominante; escolas técnicas, controladas pela economia, para a reprodução da força qualificada de trabalho; universidade para a reprodução da universidade. (BOURDIEU, 2007, p. 139).

O reconhecimento dos campos da Comunicação e do Jornalismo nos apresenta praticamente todas estas características em relação à diplomação. Esse processo tem início quando a classe patronal recorre à justiça para não contratar diplomados (ou mesmo, manter em seus quadros de funcionários aqueles que já praticavam o ofício jornalístico, por que tinham vindo de outras áreas do conhecimento como Letras, História, Direito, etc.) ou tinham habilidades de escrita ou reconstrução de fatos, a partir de depoimentos, e já cumpriam a função de jornalista sem ter passado pelos bancos das escolas de Comunicação.

Os interesses destes compradores de força de trabalho,

[...] levam-nos a reduzir ao mínimo a autonomia do sistema de ensino, colocando-o, assim como a família, sob a dependência direta da economia: nesse caso, a autonomia manifesta-se sob a forma de defasagem temporal entre a rapidez da evolução do sistema de ensino e a rapidez da evolução do aparelho econômico (daí, por exemplo, a vontade do patronato de encurtar os estudos). (BOURDIEU, 2007, p, 131).

Toda esta rapidez coloca o estudante de jornalismo, no caso brasileiro, em uma encruzilhada cujos contornos vêm sendo construídos desde o que chamamos de - uma primeira grande crise, entre a teoria e prática, vindas de campos de conhecimento próximos (Comunicação e Jornalismo), instaurada de forma provisória com a suspensão da exigência do diploma para trabalhar na área, que ocorre no início dos anos 2000. A premissa deste cenário caótico está delineada desde a concessão de liminar em 2001 pela Justiça Federal, que acabava com a obrigatoriedade da formação em nível superior para o exercício da profissão de jornalista.

No ano de 2009, novamente, a profissão sofre novo ataque com a decisão pela inconstitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho, como condição para o exercício da profissão. De acordo com Christofolletti (2009, p. 08), com estes desdobramentos não totalmente definidos, os episódios recentes devem interferir na trajetória dos cursos de Jornalismo no Brasil, “provocando reorientações didático-pedagógicas, acelerando ajustes curriculares ou mesmo precipitando reacomodações no mercado de oferta de vagas na área”.

O tempo do diploma parece não ser o da competência e, sim, da dissimulação da obsolescência das capacidades,

[...] (equivalente ao desgaste das máquinas) negado pela intemporalidade do diploma. As propriedades pessoais, como o diploma, são adquiridas de uma só vez e acompanham o indivíduo durante toda sua vida. Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma, as características dos cargos, cuja mudança, depende da economia, é mais rápida. (BOURDIEU, 2007, p. 132).

Para uma análise mais aprofundada deste processo, no próximo item tratamos do que nominamos de primeira crise, nos campos da Comunicação e do Jornalismo, pois o que parecia fácil de resolver, ou seja, apenas com os limites mais claros entre os campos e suas instaurações legítimas, como sugere Bourdieu, passa a discutir a autonomia da profissão de jornalista pela necessidade ou não de um diploma para exercitá-la.

1.3 O CONTEXTO DAS CRISES DE LEGITIMAÇÃO

As crises instauradas no campo do Jornalismo começam na articulação do setor patronal, que recorre ao Ministério Público Federal (MPF), com a discussão da suspensão provisória do diploma, passam pela derrubada da Lei de Imprensa e terminam com a queda definitiva da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Os textos das ações, no campo do judiciário, são carregados de estratégias com o intuito de eliminar a autonomia e legitimidade do campo jornalístico.

1.3.1 Suspensão provisória do diploma de Jornalista no Brasil

Esta crise se instaurou, particularmente, no campo do Jornalismo, em outubro 2001, quando a juíza substituta da 16ª. Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, Carla Abrantkoski Rister, concedeu liminar que extinguiu a obrigatoriedade da formação em nível superior para o exercício da profissão de jornalista. Esta decisão provocou o debate sobre a necessidade e a especificidade da formação, além de colocar em foco as implicações de ordem ética, técnica, estética e tecnológica do parecer da juíza, com suas consequências para a profissão, para a categoria e para a sociedade.

Para chegar à decisão, foram considerados:

Dentro do escopo conferido pela Constituição de 1988, consagrador das liberdades públicas, donde se insere a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão intelectual, artística e científica,

independentemente de censura prévia, tenho que, em princípio, um diploma legal anterior à Constituição, a par do fato de ter sido editado sob a forma de Decreto-Lei e não de lei em sentido formal, que impõe a necessidade de formação superior para o exercício da profissão de jornalista, elaborado em época eminentemente diversa, em termos dos valores sociais vigentes, em que inexistia tal liberdade de expressão, inclusive nos meios de comunicação, à época fortemente controlados pela censura, não foi recepcionado pela Constituição atual, em função da colidência com tais princípios nela consagrados. (FENAJ, 2001, p. 15).

As justificativas apresentadas apontam que a profissão de jornalista não requer qualificações profissionais específicas “indispensáveis à proteção da coletividade, diferentemente das profissões técnicas (a de Engenharia, por exemplo)”, nas quais o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior colocaria em risco a vida de pessoas, “como também ocorre com os profissionais da área de saúde (por exemplo, de Medicina ou de Farmácia)”.

De acordo com tais justificativas, o jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com “a frequência a uma faculdade (muito embora seja forçoso reconhecer que aquele que o faz poderá vir a enriquecer tal formação cultural)”, mas sim pelo “hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional”. (FENAJ, 2002, p.15).

Ainda segundo a juíza, a obrigatoriedade do diploma de jornalista é de cunho elitista, e não considera a realidade social do País, na medida em que se impede o acesso de profissionais talentosos à profissão, que não teriam acesso a um curso de nível superior, restringindo-lhes a liberdade de manifestação do pensamento e da expressão intelectual. (FENAJ, 2001, p.15). Sobre esses dois últimos temas:

E nem se levante a objeção, ademais, de que tal pessoa poderia enviar uma carta ao jornal, expressando-se livremente, pois é certo que há enorme diferença em assinar uma matéria como jornalista, expressando suas ideias, e ter uma carta, sintetizada em duas linhas, publicada na seção de leitores, eis que a livre manifestação do pensamento importa em manifestar-se num veículo em que aquele que se expressa seja ouvido. (FENAJ, 2001, p. 16).

Além de reforçar o papel importante do especialista e defendê-lo para o “público não ter prejuízo”, toca no tema da liberdade de imprensa, e apela, entre outros dispositivos, para a Convenção Americana de Direitos Humanos⁶. A referida Convenção consagra “a liberdade de

⁶ Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em *San Jose* de Costa Rica, em 22.11.1969 - ratificada pelo Brasil em 25.09.1992. (FENAJ, 2001, p. 16).

expressão e a proibição de qualquer forma de obstáculos ou meios indiretos ao direito de informação, como se verifica com a exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão do jornalista”. (FENAJ, 2001, p. 18).

Mesmo dando crédito que a existência do registro junto ao Ministério do Trabalho não é de todo despropositada, “desde que não se faça a exigência do referido diploma”, na conclusão do documento, a juíza afirmava que em todas as profissões, “é salutar que exista uma entidade de controle e fiscalização daquelas pessoas que as exercem de modo profissional”. (FENAJ, 2001, p. 19).

Na defesa dos que atuam no jornalismo sem diploma, descreve que a decisão pretende evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação, pois viriam a ser autuados a qualquer momento pela ré (União), assim como sofrer constrangimentos de toda sorte. Depois de apresentar estas justificativas, encerra o texto da seguinte forma:

Diante do exposto, defiro parcialmente o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para determinar que a ré União Federal, em todo o país, não mais exija o diploma de curso superior em Jornalismo para o registro no Ministério do Trabalho para o exercício da profissão de jornalista, informando aos interessados a desnecessidade de apresentação de tal diploma para tanto, bem assim que não execute mais fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau de nível universitário de Jornalismo, assim como deixe de exarar os autos de infração correspondentes, até decisão ulterior do presente Juízo, sob pena de comissão de multa diária, nos termos do artigo 11 da Lei nº 7.347/85. (FENAJ, 2001, p. 19).

É importante ressaltar que boa parte das justificativas apresentadas será retomada, alguns anos mais tarde, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) debater sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Para tal leva-se em conta, o histórico da decisão anterior.

A decisão provocou reações da categoria em várias instâncias, desde os profissionais da área, professores e alunos das escolas de formação até as entidades da sociedade civil. Essas reações culminaram em recursos impetrados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SERTESP). A FENAJ congrega mais de 31 sindicatos, distribuídos pelas diferentes regiões do País.

A decisão que deferiu parcialmente os efeitos de tutela antecipada, *data vênia*, a par de sua nulidade, ainda causadora de grande dano irreparável a toda a categoria da profissão reconhecida pela Constituição Federal e

Consolidação das Leis Trabalhistas, que é a dos Jornalistas, bem como a milhares de alunos que atualmente se encontram cursando as faculdades de jornalismo em diversas instituições educacionais em nosso país, quer Federais, Estaduais e particulares. (AGRAVO, 2001, p. 05).

Três manifestos foram organizados e distribuídos pelo País em torno do assunto. No primeiro deles, chamado de “Em Defesa da Profissão de Jornalista”, de acordo com a FENAJ, desde o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918, no Rio de Janeiro, quando pela primeira vez reivindicaram o estabelecimento de um curso específico de nível superior para a profissão, “os jornalistas brasileiros vêm lutando pelo direito a uma regulamentação que garanta o mínimo de qualificação profissional àqueles que pretendam trabalhar como jornalistas”. (FENAJ, 2002, p. 48).

A Federação considerou a decisão provisória, “um ataque sem precedentes”, que procurava aniquilar a regulamentação da profissão de jornalista no Brasil, com o argumento de que a profissão de jornalista não requeria qualificações profissionais específicas. Segundo a entidade representativa, uma “visão mesquinha de quem pretende atacar um direito garantido na Constituição Federal”. Para a Federação, sem ouvir as partes, em matéria de tamanha relevância pública, a juíza decidiu com base no Artigo 220 da Constituição Federal segundo o qual:

[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição (...). Mas, esquece o restante da frase: observado o disposto nesta Constituição. A Constituição estabelece, no Parágrafo 1º desse mesmo Artigo, que nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV. No inciso XIII, está escrito que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, o que garante de forma inequívoca nossa regulamentação. (FENAJ, 2002, p. 49).

O documento produzido pela FENAJ intitulado “Manifesto em Defesa do Jornalismo”, datado de novembro de 2001, registrava que “a sociedade brasileira está ameaçada de perder uma de suas mais expressivas conquistas: o direito à informação independente e plural, condição indispensável para a vida em uma democracia”. A Federação chamava a decisão judicial de a “mais nova ofensiva patronal para desregular a profissão de jornalista, através da tentativa de impor o fim da obrigatoriedade do diploma de curso superior para o exercício profissional”. (FENAJ, 2002, p. 50).

Em fevereiro de 2002, mais um documento da FENAJ promoveu a defesa do diploma. “Somos jornalistas e temos uma profissão: em defesa da sociedade brasileira” trabalha com a ideia de que as sociedades contemporâneas, cada vez mais complexas, exigem “o conhecimento de assuntos de interesse público que circulam em todas as áreas, da Medicina à Antropologia, da Engenharia ao Direito, da Biotecnologia à História”. Para isso, segundo o manifesto:

É preciso saber, no calor da hora, de temas, fatos e versões que ocorrem tanto em tais áreas quanto nas ruas. Para isso, existe um profissional, envolvido diariamente com o seu fazer, que busca informações, as apura, faz entrevistas, contextualiza, registra e edita, para que mais gente, em todas as áreas e em todos os cantos, possa tomar conhecimento e melhor se situar frente à realidade. A este profissional se chama jornalista. Em escala pública e dimensão planetária, em períodos extremamente curtos (dia, hora, minuto tal como é o andar diário da humanidade), e em linguagem acessível à população e não hermética, há profissionais que se empenham para esta reconstrução do mundo. A este profissional se chama jornalista. Sem este profissional, não há jornalismo. (FENAJ, 2002, p. 52).

Neste manifesto retoma-se, de um lado, o tempo de “60 anos de regulamentação profissional e 80 de luta pela formação superior em Jornalismo”, identificando ainda que “o ataque contemporâneo do neoliberalismo à profissão jornalística é mais um ataque às liberdades sociais e às profissões em particular”. De outro, relata-se o perigo da ampliação do campo das desregulações em geral, que aumentam as barreiras à construção qualificada e lúcida de um mundo mais democrático, visível e justo. Isto anuncia que “o ataque à regulamentação em Jornalismo atinge profissionais e estudantes”, desrespeita as identidades de cada área, nisso desrespeita também as demais, e “fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais”, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. “É um ataque, portanto, ao próprio futuro do país e da sociedade brasileira”. (FENAJ, 2002, p. 53).

A decisão de 2001 e toda a reação posterior a ela fizeram parte do processo provisório de derrubada da exigência do diploma para exercer a profissão. Este foi o segundo passo, seguido por outros que tiveram as mesmas intenções e justificativas muito parecidas.

Atualmente o campo do Jornalismo vive um momento de incerteza estabelecida, mas as ações começaram a ser articuladas quase uma década antes com decisões provisórias que atenderam a determinados interesses patronais e acabaram complicando a legitimidade do campo. Ainda há que se dizer sobre as reações dos agentes do jornalismo: elas apontavam para a defesa da categoria, bem como para o reforço do ambiente escolar do ensino superior

para a estruturação e garantia, a partir do diploma, de controle sobre a distribuição de um conhecimento específico.

Sobre o processo de diplomação, destacamos que os mestres da economia, neste caso específico representado pelo setor patronal, têm interesse em suprimir o diploma e constroem seu fundamento na autonomia do sistema de ensino (no modelo brasileiro, recorreram à justiça com este intento), pois:

[...] interessa-lhes a confusão completa entre o diploma e o cargo. Desejam ter capacidades técnicas produzidas pelo instrumento de produção de produtores (o sistema de ensino), sem pagar a contrapartida, ou seja, as garantias que confere a existência de um sistema de ensino relativamente autônomo. Daí o sonho patronal de uma escola confundida com a empresa. (BOURDIEU, 2007, p. 136).

Além do diploma, os patrões, agentes poderosos do campo, arquitetaram mais uma manobra que seria a porta principal da segunda grande crise do campo do Jornalismo. Com a ajuda do campo político e o discurso recorrente da democracia, derrubaram na instância jurídica um documento histórico sobre os direitos e deveres da imprensa no Brasil, a Lei de Imprensa, que apresentava controvérsias, principalmente por ser datada do período do regime militar, porém fazia parte dos documentos que constituíam o campo do Jornalismo. E por este ponto de vista que a queda deste documento será analisada no item seguinte deste relatório.

1.3.2 Retirada da Lei de Imprensa

A Lei de Imprensa (número 5.250), de 09 de fevereiro de 1967, tinha sete capítulos. O primeiro tratava da Liberdade de Manifestação do Pensamento e da Informação; Do registro, era o segundo; o Capítulo III versava sobre abusos no Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e Informação; o Direito de Resposta era tema do quarto capítulo; em seguida vinha a Responsabilidade Penal (com três seções); o capítulo VI, sobre a Responsabilidade Civil e por último, o das Disposições Gerais.

Quanto à liberdade de Manifestação do Pensamento, a Lei dizia o seguinte:

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

§ 2º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos, sendo rigorosamente vedada qualquer modalidade de contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, que lhes faculte, sob qualquer pretexto ou maneira, ter participação direta, indireta ou sub-reptícia, por intermédio de prepostos ou empregados, na administração e na orientação da empresa jornalística. (BRASIL, 2000, p. 01 a 06).

No terceiro capítulo que tratava dos abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, as penas, em alguns casos, eram maiores do que as previstas na legislação civil, exemplo:

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.

Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe:

Pena - de um a quatro anos de detenção. (BRASIL, 2000, p. 11).

Outro capítulo importante da Lei de Imprensa tratava do direito de resposta, informando que:

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação. (BRASIL, 2000, p. 17 e 18).

O direito de resposta consistia, de acordo com a Lei:

I - na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

II - na transmissão da resposta ou retificação escrita do ofendido, na mesma emissora e no mesmo programa e horário em que foi divulgada a transmissão que lhe deu causa; ou

III - na transmissão da resposta ou da retificação do ofendido, pela agência de notícias, a todos os meios de informação e divulgação a que foi transmitida a notícia que lhe deu causa. (BRASIL, 2000, p. 18).

Entre outros artigos, a Lei de Imprensa regulamentava os meios de comunicação e o trabalho dos jornalistas. E apesar da Constituição de 1988 ser promulgada e garantir o direito à cidadania e dignidade humana, a Lei de 1967 ainda continuava a valer. Na tentativa de revogação da lei, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 2008, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 130.

O caso foi levado ao plenário do STF para julgamento, mas assim que o processo chegou ao Supremo, em fevereiro de 2008, o relator do processo ministro Ayres Britto, em decisão liminar, decidiu suspender 22 dispositivos de um total de 77 artigos da Lei. A decisão liminar também foi referendada pelo plenário. A partir da decisão, a corte autorizou juízes de todo o País a usar, quando cabíveis, regras do Código Penal e Civil para julgar processos sobre os dispositivos suspensos da Lei. Além disso, pela decisão do plenário, todos os outros julgamentos baseados na referida Lei também foram suspensos.

Depois das liminares, no dia 1º de abril de 2009, o plenário do Supremo começou a discutir o mérito da questão. Foram duas sessões de julgamento e mais de dez horas de debates. Sete dos onze ministros seguiram o voto do relator, ministro Ayres Britto, e votaram pela derrubada total. Três defenderam a manutenção parcial. E para apenas um ministro do Supremo, a lei deveria continuar valendo do jeito que foi editada. A Lei foi suspensa por completo em 30 de abril de 2009.

Traçamos aqui um paralelo com a análise de Bourdieu, quando trata da questão do diploma e descreve a importância do vocabulário das profissões, uma vez que a Lei de Imprensa, parte do ensino de Jornalismo até então (no caso de conteúdos como o Direito de Resposta, Responsabilidade das Empresas Jornalísticas, entre outros temas do documento) com a sua suspensão, poderia ajudar na legitimação do campo (mesmo sendo datado do período militar) é revogado (assim como o diploma de forma provisória).

Produtos momentaneamente fixados da luta ou negociação entre os grupos, determinados sistemas de classificação - tais como o vocabulário das profissões ou das condições, com seus termos crus e seus eufemismos - não são, como pretendido pela tradição idealista, formas de construção da realidade social ou mesmo da experiência desta realidade, mas simplesmente os princípios de constituição da experiência oficial e legítima do mundo social em um dado momento do tempo. Na codificação social, as palavras

são seguidas de efeitos (eis a definição do direito). No estabelecimento da definição da profissão, o esquecimento de uma palavra provoca efeitos. (BOURDIEU, 2007, p. 143).

É inegável que as distorções que a Lei apresentava, respondiam a um determinado momento histórico do país, no qual a censura e o acompanhamento de perto do jornalismo por parte dos militares que governavam era intenso. A suspensão da Lei dividiu em parte os ministros do STF, alguns pediam que artigos fossem mantidos e apenas um deles viu na continuidade da mesma, respostas para o trabalho da imprensa no Brasil. A extinção dela - “a palavra sendo esquecida” (BOURDIEU, 2007, p. 143) - foi um avanço para a democracia, mas um passo para derrubar no mesmo plenário judicial outro documento datado do regime militar, a regulamentação da profissão de jornalista, tema que será tratado a seguir neste relatório de tese como o início da segunda grande crise do campo do Jornalismo, pois a partir dele ela se instaurou de forma permanente.

1.3.3 Suspensão Permanente do Diploma de Jornalista

Em 17 de junho de 2009, outro julgamento complicou de forma definitiva a legitimação do campo do Jornalismo. Por maioria (oito votos contra um), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista. O entendimento dos Ministros do STF foi de que o Decreto-Lei 972/1969, instituído na época do regime militar, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e por isso as exigências que nele constavam feriam a liberdade de imprensa e contrariavam o direito à livre manifestação do pensamento inscrita no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de *San Jose* da Costa Rica.

O julgamento se deu sobre Recurso Extraordinário (RE) de número 511961, que discutia a constitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e a obrigatoriedade de registro profissional para exercer a profissão de jornalista. O RE foi interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (SERTESP) contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Acórdão esse

que afirmava a necessidade do diploma, contrariando uma decisão da 16ª Vara Cível Federal em São Paulo, numa ação civil pública.

Segundo o relator do processo, Ministro Gilmar Mendes, na época presidente do STF, em resumo, a controvérsia constitucional estava delimitada por duas teses opostas. Por um lado, defendia o Ministério Público Federal, assim como o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo - SERTESP (recorrentes) que:

a) o art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 1969, não foi recepcionado pela Constituição de 1988, pois viola o art. 5º, incisos IX e XIII e o art. 220. Segundo o MPF, “a restrição feita pelo art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal, refere-se somente a determinadas profissões, nas quais se exige conhecimentos técnicos específicos para o regular desempenho na atividade, sem acarretar qualquer dano à coletividade, como os profissionais na área de Saúde, por exemplo”. (fl. 1657). (MENDES, 2009, p. 10).

Mendes relata ainda, nesta primeira tese, sobre os Conselhos e Ordens profissionais, que no caso a existência das mesmas não se aplica aos jornalistas:

Afirma, ainda, que “vigora no Brasil a regulamentação das profissões por meio dos Conselhos e Ordens Profissionais, que instaura um ‘monopólio’ sobre a atividade profissional”. A função de tais Conselhos – continua o MPF – decorre do poder de polícia do Estado, sendo seu objetivo principal defender a sociedade também do ponto de vista ético, sendo inseridas no Sistema Nacional de Organização e Condições para o Exercício de Profissões, como pessoas jurídicas de Direito Público. (...) No entanto, tal raciocínio não se aplica à classe dos jornalistas, vez que inexistente, naquele ramo, um Conselho ou uma Ordem Profissional, justamente pelo fato de que tal atividade prescinde de controle ético por um órgão público, o que acaba sendo realizado pelos próprios leitores das matérias jornalísticas e ainda por editores e outros responsáveis pelas empresas jornalísticas. (MENDES, 2009, p. 10).

Na conclusão do relato aparecem também questões ligadas à formação do Jornalista:

Conclui então o MPF que “os requisitos principais para ser um bom jornalista, quais sejam, bom caráter, ética e o conhecimento sobre o assunto abordado, não são matérias a serem aprendidas na faculdade, mas no cotidiano de cada indivíduo, nas suas relações intersubjetivas, de forma que o exercício da profissão em comento prescinde de formação acadêmica específica” (fl. 1663).b) O art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 1969, foi revogado pelo art. 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de *San Jose* da Costa Rica). Segundo o MPF, “qualquer posição que

se adote – que o tratado tenha força de lei ordinária ou de norma constitucional – leva à mesma conclusão: de que o art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972/69, foi revogado pelo Pacto de *San Jose* da Costa Rica” (fl. 1669). (MENDES, 2009, p. 11).

Por outro lado, a União, a FENAJ e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (recorridos), defendiam outra posição, segundo Mendes (2009):

a) O Decreto-Lei nº 972, de 1969, é plenamente compatível com a Constituição de 1988. Sustenta a União que “a Constituição Federal pretérita, em seu art. 150, § 23, já dispunha sobre a liberdade de exercício profissional, observadas as condições de capacidade estabelecidas por lei. Tais condições de capacidade foram à época determinadas pelo Decreto-Lei nº 972/69, que condicionou o exercício da profissão de jornalista ao curso superior em jornalismo e o registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A Constituição de 1988 também trouxe em seu corpo o princípio da liberdade profissional, em moldes idênticos à Constituição Federal anterior, em seu art. 5º, XIII, (...). Portanto, em termos doutrinários, ambas as disposições constitucionais caracterizam-se como normas constitucionais restringíveis, ou seja, passíveis de regulamentação infraconstitucional, podendo a lei delimitar condições para o exercício das profissões, de acordo com os imperativos do bem comum e em observância dos demais princípios constitucionais” (fl. 1719). No mesmo sentido, afirma a FENAJ e o Sindicato dos Jornalistas que, “por estar o referido Decreto-Lei apenas disciplinando as questões relacionadas com os conhecimentos técnicos e específicos da área de jornalismo, na esteira do que disciplina o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, resta evidente a sua recepção pelo novo ordenamento constitucional vigente”. (MENDES, 2009, p. 12).

Ainda foram justificados pela União e FENAJ, que “estão previstas na legislação situações nas quais se dispensam a exigência do diploma para o exercício da mencionada profissão”. Eram os casos de colaborador e provisionados, previstos como exceções que dispensavam a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, nos termos do art. 5º do Decreto nº 83.284/79 (MENDES, 2009, p. 14).

Também, segundo as referidas partes, não descuidava a lei das localidades nas quais não existiam faculdades de jornalismo reconhecidas, prevendo nesses casos a figura dos provisionados. Ao abrir essas exceções, a lei, a um só tempo, resguardava a necessidade de requisitos técnicos para o exercício profissional, compatibilizando-o com os princípios constitucionais da livre manifestação de pensamento e de informação.

Por fim, sustentava a União que “não existe qualquer incompatibilidade face à Convenção Americana de Direitos Humanos”, pois a exigência do diploma de jornalismo era

um meio de proteção de toda a sociedade, que necessitava da informação de qualidade e com responsabilidade, “não representando óbice, mas sim resguardo a quaisquer direitos humanos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos”. A exigência do curso superior de jornalismo jamais poderia ser interpretada como violação ao direito de informação.

Na verdade, por meio desta exigência, o nosso sistema infraconstitucional apenas assegurou maior eficácia a este direito e garantia fundamental, na medida em que visa garantir que a informação seja prestada à população com mais qualidade e respeito aos princípios éticos e profissionais inerentes à profissão de jornalismo. O advogado, o médico, o engenheiro, etc., em razão das técnicas peculiares às atividades que exercem, devem, antes, cursar as respectivas faculdades. E não é diferente para o jornalista, o qual, além de operador da comunicação, conhecedor não só da palavra e da escrita, deverá, invariavelmente, ser também detentor de uma macro visão do processo de produção da notícia, requisito este que, igualmente, se adquire nos bancos das universidades. (MENDES, 2009, p. 16 e 17).

No que diz respeito à formação do Jornalista, acrescia, ainda, que a graduação na área não era meio idônea para evitar danos ao indivíduo e à sociedade:

De forma extremamente distinta de profissões como a medicina ou a engenharia, por exemplo, o jornalismo não exige técnicas específicas que só podem ser aprendidas em uma faculdade. O exercício do jornalismo por pessoa inapta para tanto não tem o condão de, invariável e incondicionalmente, causar danos ou pelo menos risco de danos a terceiros. A consequência lógica, imediata e comum do jornalismo despreparado será a ausência de leitores e, dessa forma, a dificuldade de divulgação e de contratação pelos meios de comunicação, mas não o prejuízo direto a direitos, à vida, à saúde de terceiros. (MENDES, 2009, p. 62).

Tal ideia corroborava, ainda, a distinção entre jornalismo e os profissionais formados pelo ensino superior:

O jornalismo despreparado diferencia-se substancialmente do jornalismo abusivo. Este último, como é sabido, não se restringe aos profissionais despreparados ou que não frequentaram um curso superior. As notícias falaciosas e inverídicas, a calúnia, a injúria e a difamação constituem grave desvio de conduta e devem ser objeto de responsabilidade civil e penal. Representam, portanto, um problema ético, moral, penal e civil, que não encontra solução na formação técnica do jornalista. Dizem respeito, antes, à formação cultural e ética do profissional, que pode ser reforçada, mas nunca completamente formada nos bancos da faculdade. (MENDES, 2009, p. 62).

Neste sentido, os cursos de graduação em jornalismo não tornar-se-iam desnecessários, mesmo com a decisão do STF:

É inegável que a frequência a um curso superior com disciplinas sobre técnicas de redação e edição, ética profissional, teorias da comunicação, relações públicas, sociologia etc., pode dar ao profissional uma formação sólida para o exercício cotidiano do jornalismo. E essa é uma razão importante para afastar qualquer suposição no sentido de que os cursos de graduação em jornalismo serão desnecessários após a declaração de não-recepção do art.4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972/1969. (MENDES, 2009, p. 63).

Contudo, comparações entre o curso de Jornalismo e outras áreas que necessitavam de liberdade profissional, foram incorporadas às análises e remetiam a proposição de que:

Tais cursos são extremamente importantes para o preparo técnico e ético de profissionais que atuarão no ramo, assim como o são os cursos superiores de comunicação em geral, de culinária, marketing, desenho industrial, moda e costura, educação física, dentre outros vários, que não são requisitos indispensáveis para o regular exercício das profissões ligadas a essas áreas. Um excelente chefe de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área. Certamente o poder público não pode restringir dessa forma a liberdade profissional no âmbito da culinária, e disso ninguém tem dúvida, o que não afasta, porém, a possibilidade do exercício abusivo e antiético dessa profissão, com riscos à saúde e à vida dos consumidores. (MENDES, 2009, p. 64).

Em que pesem as considerações anteriores, o relator concluiu que:

[...] o Decreto-Lei nº 972, também de 1969, foi editado sob a égide do regime ditatorial instituído pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. Também assinam este Decreto as três autoridades militares que estavam no comando do país na época: os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferiu o Ato Institucional nº 16, de 1969 e o Ato institucional nº 5, de 1968. Está claro que a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão tinha uma finalidade de simples entendimento: afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime militar. Fica patente, assim, que o referido ato normativo atende a outros valores que não estão mais vigentes em nosso Estado Democrático de Direito. Assim como ficou consignado naquele julgamento, reafirmo que não só o Decreto-Lei nº 911/1969, mas também este Decreto-Lei nº 972/1969 não passaria sob o crivo do Congresso Nacional no contexto do atual Estado constitucional, em que são assegurados direitos e garantias fundamentais a

todos os cidadãos. Esses são os fundamentos que me levam a conhecer do recurso e a ele dar provimento. É como voto. (MENDES, 2009, p. 90 e 91).

Na sessão de 17 de junho de 2009, acompanharam o voto do relator, a ministra Cármen Lúcia e o ministro Ricardo Lewandowski, segundo ele, tanto o decreto-lei quanto a já extinta – também por decisão do STF – Lei de Imprensa, como apresentado anteriormente, representavam “resquícios do regime de exceção, entulho do autoritarismo”, que tinham por objeto restringir informações dos profissionais que lhe faziam oposição.

Votaram da mesma forma ainda, os ministros Carlos Ayres Britto, Eros Grau, Celso de Melo e a ministra Ellen Gracie. O único a votar favoravelmente à obrigatoriedade do diploma de jornalista, o ministro Marco Aurélio ressaltou que a regra estava em vigor há 40 anos e que, nesse período, a sociedade se organizou para dar cumprimento à norma, com a criação de muitas faculdades de nível superior de jornalismo no país.

Após os votos dos ministros do STF, ficaram ainda determinadas, como solicitado pelo Ministério Público Federal, as seguintes ações:

- 1) seja obrigada a União a não mais registrar ou fornecer qualquer número de inscrição no Ministério do Trabalho para os diplomados em jornalismo, informando aos interessados a desnecessidade do registro e inscrição para o exercício da profissão de jornalista;
- 2) seja obrigada a União a não mais executar fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau de curso universitário de jornalismo, bem como não mais exarar os autos de infração correspondentes;
- 3) sejam declarados nulos todos os autos de infração lavrados por auditores-fiscais do trabalho, em fase de execução ou não, contra indivíduos em razão da prática do jornalismo sem o correspondente diploma;
- 4) sejam remetidos ofícios aos Tribunais de Justiça de todos os Estados da Federação, dando ciência da antecipação de tutela, de forma a que se aprecie a pertinência de trancamento de eventuais inquéritos policiais ou ações penais, que por lá tramitem, tendo por objeto a apuração de prática de delito de exercício ilegal da profissão de jornalista. (MENDES, 2009, p. 02).

Assim como as outras decisões provisórias, esta que passou a ser definitiva levantou debate entre profissionais, professores e acadêmicos das Instituições de ensino superior pelo Brasil. No relatório, o ministro Gilmar Mendes dizia que esperava, a partir da decisão, influenciar a vida de muita gente:

O julgamento do mérito da questão, que passamos agora a analisar, repercutirá diretamente sobre o trabalho desses jornalistas e, dessa forma, sobre os meios de comunicação e a imprensa em geral no Brasil. Não se

pode menosprezar, também, a repercussão deste julgamento nos diversos cursos de graduação em jornalismo, com implicações sobre a vida dos alunos, professores e, enfim, das universidades e faculdades. (MENDES, 2009, p. 41).

Centenas de artigos, manifestos, documentos de apoio foram produzidos logo após a decisão do STF. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) reuniu e disponibilizou em seu *site* algumas manifestações (47 ao todo), e encabeçou várias campanhas pelo retorno da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no Brasil.

Em um dos artigos, disponíveis no *site* da FENAJ, destacamos o de Dines (2009), intitulado “O tamanho do estrago”, por apontar a existência de uma confusão no STF ao relacionar Lei de Imprensa e Diploma:

Acontece que a imprensa (hoje chamada de indústria jornalística) era parte interessada nos dois casos. Não apareceu formalmente na proposta de extinção da Lei de Imprensa, mas estimulou, criou o clima, deu total cobertura ao autor da ação, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). No caso do fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, a indústria jornalística foi parte, atuou direta e ostensivamente através de uma de suas entidades corporativas (o Sindicato de Empresas da Rádio e Televisão do Estado de São Paulo - Sertesp). Agora, quando começa a ficar visível o tamanho do estrago produzido pela afoiteza da maioria dos ministros do STF, as empresas de comunicação engavetam qualquer tipo de reflexão sobre o ocorrido. Aquele resultado de 8 votos a 1 é irreversível - ninguém discute - mas além de um placar conviria rever os principais lances daquela desgraçada partida. (FENAJ, 2009, sn).

Dines (2009), ainda destaca os equívocos do relator do processo Gilmar Mendes, principalmente, quando foca no relatório a falta de especificidade da profissão:

O enorme saber jurídico do relator-presidente do STF não o animou a estudar os antecedentes históricos do caso que o Estado colocara em suas mãos: ignorou que no Senado romano já existiam jornalistas (*diurnarii* ou *actuarii*, redatores das *Acta e Diurnae*), ignorou a designação de "redatores das folhas públicas" consignada por Hipólito da Costa em junho de 1808 e, como grande apreciador da cultura alemã, ignorou que em Leipzig, 1690, um teólogo de nome Tobias Paucer apresentou uma tese de doutoramento, *De relationibus novellis* – O Relato Jornalístico – comprovando a sua especificidade e suas diferenças com outros gêneros narrativos. Segundo Paucer, a publicação de notícias (*novellae*) tem uma técnica e uma ética próprias. (FENAJ, 2009, sn).

Já em Leal Filho (2009), que também escreveu um artigo disponibilizado no *site* da FENAJ, encontramos uma série de perguntas aos ministros que votaram junto com Gilmar Mendes:

Gostaria de saber se alguns dos juízes que votaram contra o diploma – e que escrevem nos jornais com absoluta liberdade – sabem como se define e se produz uma pauta jornalística, como se apuram as informações e como se faz a edição de uma reportagem, por exemplo? Ou ainda quais são as diferenças entre um texto escrito para ser lido nos jornais, na internet ou para ser ouvido através do rádio. E como escrever para a TV combinando com precisão texto e imagem? Isso não tem nada a ver com liberdade de informação. É conhecimento especializado que sociólogos, advogados e médicos não aprendem em suas faculdades. Só os jornalistas. (FENAJ, 2009, sn).

Acresce a esse rol, outros questionamentos de Leal Filho (2009) levando em conta o processo de formação dos jornalistas:

E o mais importante: gostaria de saber se esses doutos juízes se debruçaram sobre o currículo teórico dos cursos de comunicação, base fundamental para o trabalho prático acima descrito. Não há hoje jornalista formado que não tenha tido contato com as diferentes correntes teóricas da comunicação, estudadas e discutidas nas faculdades. São essas leituras que permitem aos futuros jornalistas compreender melhor o funcionamento da mídia, as suas relações com os diferentes poderes, os seus interesses muitas vezes subalternos. É nas faculdades que se formam jornalistas críticos, não apenas da sociedade, mas principalmente da mídia, capazes de saber com clareza onde estarão pisando quando se formarem. É tudo que os donos dos meios não querem. (FENAJ, 2009, sn).

Em “O Supremo errou, cabe consertar”, Leal Filho (2009) lembra-se de como era antes da obrigatoriedade do diploma, reforça a importância do ensino superior e lamenta a decisão do STF:

Voltamos agora à pré-história do jornalismo brasileiro quando os donos de jornais davam “carteiras de jornalistas” para os empregados e diziam: “agora você já é jornalista, pode ir buscar o salário lá fora”. Se o “jornalista” tivesse algum pudor iria ganhar seu dinheiro em outra profissão trabalhando no jornal por diletantismo. Se não tivesse iria usar do seu espaço para ameaçar pessoas, em troca de remuneração. Era o chamado achaque que, obviamente não era generalizado, mas que constrangia os jornalistas idôneos. A obrigatoriedade do diploma foi responsável pela moralização da profissão. Além disso, estimulou os diplomados a refletirem sistematicamente sobre o seu trabalho. Será que os nobres juízes do Supremo ouviram falar alguma vez na riquíssima experiência de pesquisa, necessária ao trabalho de conclusão de curso, condição para se obter o grau superior de jornalismo? Acredito que não. E não sabem também como, ao ingressar na profissão com o diploma, o jornalista tem olhos mais atentos para recolher na prática

profissional os elementos necessários para a realização de novas pesquisas acadêmicas. (FENAJ, 2009, sn).

Sobre o conserto do erro cometido pelo STF informa que tramitam no Congresso Nacional duas Propostas de Emenda Constitucional determinando a volta da exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão. Segundo o jornalista, não será fácil a aprovação dadas às exigências regimentais, pois na Câmara são necessários três quintos de votos favoráveis (308 de 513) e no Senado (49 de 81). “Votos que só serão conseguidos com a mobilização ampla da categoria e dos estudantes, o que, aliás, já vem ocorrendo em todo o Brasil. Resta agora intensificar essa luta que já se mostrou vitoriosa em outros momentos de nossa história”. (FENAJ, 2009, sn).

O contexto de crise parece ser permanente nos campos da Comunicação e do Jornalismo e sobre essa questão Melo (2006, p. 100) afirma que:

A busca do equilíbrio entre a formação humanística e técnico-profissionalizante do comunicador social na estrutura curricular dos cursos está nas disciplinas que ainda são compostas em dois eixos clássicos que acompanham o decorrer da história do ensino de Comunicação Social no Brasil, sendo as humanísticas nos primeiros semestres do curso (formação crítico-acadêmica) e as disciplinas técnico-específicas (formação técnico-profissionalizante) nos últimos semestres. Se por um lado o profissional que trabalha com os meios de comunicação influencia o público ao difundir idéias e interesses de onde trabalha, por outro, é influenciado pela sua trajetória pessoal e pelo próprio ambiente em que está inserido. (MELO, 2006, p. 100).

Este contexto complica de forma determinante o futuro do egresso destes cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Para Gentilli (1999, p. 05), o estudante é induzido a um processo esquizofrênico:

[...] através de uma lavagem cerebral em que, durante a metade teórica do curso, ele é convencido a abandonar e desprezar a sua vocação. Neste processo, os estudantes que passam por nossos cursos são obrigados a uma opção dramática: ou desprezam a teoria ensinada e reafirmam a vocação profissional que os levou à faculdade, desenvolvendo forte resistência à atividade teórica, ou abandonam a vocação inicial e tornam-se “comunicadores” sem mercado de trabalho e sem prática, só encontrando colocação na própria universidade como “comunicólogos”. (GENTILLI, 1999, p. 05).

Em resumo, as crises descritas abalaram a identidade profissional, pois o jornalista, com dúvidas sobre a legitimidade do seu campo e críticas ferozes a ele, normalmente, é alvo fácil do desarme de outros setores da sociedade, principalmente do patronal que encontra justificativas para agir da forma que o interessar, seja ela econômica ou social. Justamente foi quando ocorreu a segunda grande crise do campo do Jornalismo brasileiro, apresentada nos itens anteriores.

A Justiça Federal do Estado de São Paulo a partir de uma ação do sindicato patronal decidiu suspender a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista por indicar que a lei que regulamentou a profissão em 1969 fazia parte dos resquícios da Ditadura Militar, portanto respondendo aos interesses desta época e não encontrando eco na Constituição Federal de 1988, quando o país dava os primeiros passos no processo de democratização.

Representantes do campo do Jornalismo reuniram-se para recorrer judicialmente à decisão do processo, ainda provisório, e articularam para resolver o problema a partir da criação de um Conselho Federal com o objetivo de delimitar, acompanhar e regulamentar definitivamente a profissão. A proposta enviada ao Congresso Nacional foi rejeitada. Além do diploma, suspenso provisoriamente, mais um documento do campo foi rejeitado. Em seguida, mais outro foi colocado em análise, desta vez, pela corte suprema do país, o STF. Por fim, a Lei de Imprensa foi suspensa por completo no país. No mesmo ano em que a Lei foi derrubada, 2009, chega ao Supremo Tribunal Federal, a discussão sobre o diploma do jornalista, e este foi o último documento do campo a ser suspenso, desta vez, de forma permanente. A segunda grande crise do campo do Jornalismo foi desenhada, com contornos complicados para serem resolvidos.

A última saída no caso do diploma foi recorrer a outro documento, agora em nível legislativo para a busca da legitimidade. Entidades representativas do campo enviaram ao Congresso Nacional, Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) para a volta da obrigatoriedade do diploma.

Interessa-nos, neste sentido, a investigação de outros dois documentos que se apresentam na perspectiva de dissolução dessa perene crise do campo do Jornalismo: a proposta curricular da UNESCO de 2007 e a do MEC de 2009, recentemente aprovada no Conselho Nacional de Educação, assim como as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), que necessitam de aprovação definitiva no Congresso Nacional. O Conselho Federal,

as PEC e a elaborações de modelos curriculares, estas estratégias de recomposição serão objetos do próximo capítulo deste relatório de tese.

2 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO (CFJ), PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS (PEC) E DIRETRIZES CURRICULARES (DC): ESTRATÉGIAS DE RECONVERSÃO NA CRISE DO CAMPO

Depois das ações contra a legitimidade do Jornalismo, os agentes interessados na continuidade articularam algumas estratégias de reconversão para tentar garantir a autonomia. Estamos analisando essas estratégias de reconversão no sentido proposto por Bourdieu, isto é, estratégias que dão lugar a deslocamentos no espaço social, por meio do abandono de posições instituídas, valorizadas ou ameaçadas pelos agentes que as ocupavam.

E, neste contexto, localizamos três estratégias específicas, denominadas pelos jornalistas como propostas, que foram encampadas na perspectiva de manutenção do campo: a primeira delas, a de criação de um Conselho Federal de Jornalismo para defender os interesses da classe; a segunda, organizada no campo político, por meio das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que tramitam na Câmara e no Senado Federal ajustando o texto da regulamentação da profissão de 1969; a terceira e última estratégia, é própria do campo educativo, são as diretrizes curriculares, da UNESCO e do MEC, que apostam na organização do ensino como saída para a crise instaurada com a perda do diploma.

Por fim, este capítulo descreve e analisa inicialmente estas estratégias de modo a localizá-las dependentes, em larga medida, do estado dos sistemas de reprodução e do estado dos recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que os grupos procuram reproduzir.

2.1 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO (CFJ): ESTRATÉGIA DE BUSCA PELA AUTO-REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Com os jornalistas profissionais abalados pela decisão provisória da Justiça Federal de São Paulo, em 2001, que suspendeu a obrigatoriedade do diploma para exercer o ofício, representantes sindicais começaram a preparar outras saídas para o problema. A retomada de uma ideia, que havia sido proposta pela primeira vez em 1965, da criação de um órgão de fiscalização profissional que substituísse as Delegacias Regionais de Trabalho (DRT)¹, entrou em pauta nas discussões dos Congressos Nacionais de Jornalistas.

¹ Atualmente esta função tem sido cumprida pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), ligadas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Todavia esta proposta ficou em segundo plano, pois a FENAJ estava empenhada na aprovação de um projeto de lei que passava para a Federação, a responsabilidade de conceder em território nacional o pré-registro dos jornalistas. Projeto vetado em 1999, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A justificativa para o veto foi de que o registro profissional era de atribuição do Estado e que não poderia ser transferida apenas para um Conselho. Depois desta derrota, a proposta do CFJ voltou à tona a partir da aprovação no 29º. Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em setembro de 2000 na cidade de Salvador na Bahia (BRASIL, 2004, p. 01).

A ampliação da proposta começou em março de 2001 com a criação de uma comissão de jornalistas, essa responsável pelo anteprojeto, o qual englobaria toda a legislação que regulamentava a o exercício da profissão, bem como deveria ouvir, debater e organizar emendas à proposta, juntamente com todos os representantes dos sindicatos de jornalistas do País. Finalizada esta etapa, o anteprojeto seria apresentado no 30º. Congresso Nacional dos Jornalistas, em 2002, na cidade de Manaus, quando novas sugestões puderam ser incluídas.

No mesmo ano, a FENAJ entregou o anteprojeto ao Governo Federal, que não deu andamento. Em 2003, com novo Governo no poder, outra entrega foi feita ao então Ministro Jacques Wagner, que determinou formação de comissão para estudar o assunto.

No primeiro texto de 2003, dois fatos chamavam a atenção quanto à formação do jornalista. No capítulo I que versava sobre o exercício do Jornalismo, no seu artigo 4º. das atividades privativas do jornalista, aparecia o “ensino, em qualquer nível, de disciplinas teóricas ou práticas de jornalismo” e em seguida no artigo 5º., nas funções desempenhadas pelos jornalistas, era identificada a figura do “professor de jornalismo: o jornalista incumbido de lecionar em curso de nível superior as disciplinas de jornalismo” (BRASIL, 2004, p. 01 a 05).

Ainda em 2003, o Conselho de representantes dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais propôs uma redução no texto para facilitar a tramitação no legislativo. Foram retirados artigos sobre a regulamentação da profissão, a maioria deles já disponível na legislação existente, e feita adequação técnica do texto - quando desaparece o detalhamento citado acima sobre o professor de jornalismo (BRASIL, 2004, p. 01).

O texto mais enxuto apresentou a seguinte divisão: Capítulo I, tratando dos fins e da organização dos Conselhos dos Jornalistas; Capítulo II, intitulado “Do Conselho Federal”; Capítulo III, que versa sobre os Conselhos Regionais dos Jornalistas e suas seções; Capítulo IV, das Comissões de Ética; Capítulo V, das Comissões e Mandatos; Capítulo VI, da

Inscrição; Capítulo VII, das Sociedades de Jornalistas; Capítulo VIII, da Ética do Jornalista; Capítulo IX, do processo no CFJ; Capítulo X, das infrações e sanções disciplinares; e Capítulo XI, último, das disposições gerais e transitórias. O documento contou ainda com anexo único: Código de Ética do Jornalista.

Em sete de abril de 2004, dia do Jornalista, a direção da Federação, acompanhada de 17 dirigentes dos sindicatos de jornalistas, tiveram uma audiência com o Presidente da República à época, Luís Inácio Lula da Silva. Essa audiência resultou no envio da proposta entregue, em quatro de agosto do mesmo ano.

Segundo a FENAJ, desde o encaminhamento ao Congresso Nacional, vários debates foram promovidos com inúmeros segmentos da sociedade civil, do poder legislativo, da academia, etc.; e realizadas diversas audiências públicas. Em todo este processo o CFJ teve amplo apoio. Inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do chamado “Conselhão”, que reúne todos os conselhos profissionais do país, apoiaram a ideia levada aos parlamentares.

Como resultado deste processo, novas adequações foram realizadas ao texto original, e sob forma de substitutivo foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em 15 de dezembro de 2004, em votação simbólica, atendendo acordo de lideranças da casa, “sem nenhum debate público, a Câmara dos Deputados cedeu ao forte *lobby* patronal e decidiu rejeitar o projeto de criação do CFJ” (BRASIL, 2004, p. 01).

Sem Conselho, o campo do Jornalismo se enfraquece e a classe patronal ganha força, mostrando, mais uma vez, que detém poder sobre as instâncias que distribuem ou autorizam a diplomação, por meio de leis ou da aprovação de propostas enviadas ao legislativo. Esta é uma forma indireta de controlar a colação de grau:

[...] favorecendo as instituições de ensino vinculadas à economia por ligações pessoais (corpo docente, etc.) ou institucionais (conselhos, etc.), em detrimento das instâncias relativamente autônomas (universidades) - em relação a estas, vale lembrar que elas têm por missão a “formação de professores e de mestres” e não a instrução e a “seleção de homens” destinados à produção. (BOURDIEU, 2007, p. 139).

O fator político foi determinante, uma vez que conseguir o encaminhamento durante o primeiro Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) soava seguro, ao mesmo tempo, por conta de declarações e da relação com o Presidente da República na época, Luís Inácio Lula da Silva, significava a possibilidade de trabalho fiscalizado. O que de certa forma já ocorria, mas que com o Conselho seria maior.

Pouco se pensava nos benefícios de poder dominar o próprio destino e não deixar que a desregulamentação, ainda que provisória, poderia vir definitiva e justificada, inclusive, pela falta de um Conselho Profissional (que foi apresentada neste texto, na parte sobre a decisão do STF). Sobre a rejeição do Conselho, mais uma vitória da classe patronal, nota oficial foi divulgada pela Federação, abaixo alguns trechos do documento que informa não ser a última tentativa dos Jornalistas em controlar o destino:

O projeto que propõe o Conselho Federal dos Jornalistas está morto. A esperança de milhares de jornalistas e a expectativa de segmentos sociais importantes foram enterradas pelos coveiros tradicionais da democracia e da organização da sociedade, aliados a inusitados novos cúmplices. Os donos da mídia e do poder real, mais uma vez, impuseram sua vontade. Durante o debate público, suscitado pelo envio do projeto, era visível o alinhamento submisso à retórica patronal de preconceito e infâmia. Os jornalistas brasileiros não desistirão de terem o controle do seu destino, que é a auto-regulamentação de sua profissão. Há 39 anos, o Congresso arquivou o primeiro projeto de criação de um Conselho Federal dos Jornalistas. Essa não é a primeira, e não será a última vez que nos mobilizamos. (BRASIL, 2004, p. 02).

Se a oficialização não veio pelo CFJ, os agentes agiram com o objetivo de buscá-la, a manifestação dos interesses ganhou forma, porém ainda não foi esquecida. O Conselho Federal de Jornalismo é um capítulo importante para entender o que veio em seguida com foco na legitimação da categoria. Outra estratégia que ocorreu logo após a queda permanente da obrigatoriedade do diploma, definida por votação no Supremo Tribunal Federal (STF) foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Duas delas tramitam, uma no Senado e outra na Câmara Federal.

2.2 PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAIS (PEC): TENTATIVAS NO RESGATE DA LEGITIMAÇÃO DO CAMPO DO JORNALISMO

No ano de 2009, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), entidades representativas dos jornalistas profissionais, encabeçadas pela FENAJ já haviam procurado o poder legislativo para rever a obrigatoriedade do diploma. Em dois de julho de 2009, no Senado, Antônio Carlos Valadares do PSB/SE, apresentou a PEC número 33/2009 que restabelece a necessidade do curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Seis dias depois, o deputado federal pelo PT/RS, Paulo Pimenta protocolou outra Proposta de Emenda à Constituição (número 386/2009), com o mesmo objetivo.

O texto da PEC que tramita no Senado diz o seguinte:

Acresce o art. 220-A à Constituição Federal para dispor que o exercício da profissão de jornalista é privativo do portador de diploma de curso superior de comunicação social, com habilitação em jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação, nos termos da lei. Trata, no parágrafo único do mencionado artigo, que a exigência do diploma a que se refere o caput é facultativa: ao colaborador, assim entendido aquele que, sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor; aos jornalistas provisionados que já tenham obtido registro profissional regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego. (BRASIL, 2009, sn).

O da proposta que tramita na Câmara Federal, sugere:

Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a exigência de graduação em jornalismo para o exercício da atividade profissional. § 7º A exigência de graduação em jornalismo e de registro do respectivo diploma nos órgãos competentes para o exercício da atividade profissional, em atendimento ao disposto no inciso XIII do art. 5º, não constitui restrição às liberdades de pensamento e de informação jornalística de que trata este artigo. (BRASIL, 2009, sn).

A base textual das duas é muito parecida e propõe alteração na Constituição Federal. Segundo informações da assessoria do Senado Federal, o debate poderia ter um desfecho ainda no ano de 2013², já que em agosto de 2012, o Senado aprovou, em segundo turno, a PEC 33/09. Então a proposta foi enviada à Câmara dos Deputados, onde aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O que ocorre é a PEC ter sua apreciação acelerada caso passe a tramitar em conjunto com a proposta de mesmo objetivo, PEC 386/2009. Por conta disso, uma das PEC terá que ser considerada prejudicada e então se a proposta do Senado for aprovada, ela vai à promulgação pelo Congresso Nacional e o diploma volta a ser uma obrigação para o exercício do jornalismo. Mas se for modificada, a mesma retorna ao Senado. Enquanto isso, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, datados de agosto de 2012, de julho de 2010 a junho de 2011 foram concedidos 11.877 registros profissionais, sendo 7.113 com apresentação de diploma e 4.764 com base na decisão do STF.

Por fim, para reforçar a importância desta articulação dos jornalistas profissionais, assim como outras apresentadas, em novembro de 2012, reunidos na capital do Acre, em seu 35º. Congresso Nacional, elaboraram a Carta de Rio Branco quando reforçaram que “a categoria, que é protagonista no debate sobre a democratização dos meios de comunicação, reitera a urgência da aprovação de um novo marco regulatório para a área das comunicações”,

² A previsão ainda não foi confirmada. No primeiro semestre de 2014, a situação permanecia a mesma.

sob o princípio do controle público dos meios, entendido como um conjunto de mecanismos e espaços públicos que atuem “no sentido de impedir o predomínio de interesses privados em detrimento do interesse geral da sociedade”. Para isso, conclamaram a presidenta Dilma Rousseff a levar adiante as propostas aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2009 (FENAJ, 2012, sn). Entre estas propostas, os jornalistas destacavam:

[...] a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a aprovação de uma nova Lei de Imprensa para o país e a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação da profissão de jornalistas, tendo como base a criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Jornalistas (CFJ) e, ainda, a retomada da exigência da formação de nível superior em Jornalismo para o exercício da profissão, com a aprovação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), já aprovada no Senado. Neste sentido, os jornalistas repudiam todas as tentativas de classificar como autoritárias as propostas de regulamentação da profissão de jornalista e do setor das comunicações, manipulação promovida pela mídia conservadora que, frequentemente, também atua contra os governos progressistas da América Latina. (FENAJ, 2012, sn).

De acordo com o texto, os jornalistas brasileiros reafirmaram seu compromisso com “promoção da igualdade de gênero e etnicorracial”, entendendo que os grupos sociais historicamente discriminados têm o direito de desfrutar do binômio justiça e desenvolvimento. Reforçaram também o compromisso com a observância “de seu Código de Ética, com a defesa das liberdades de expressão e de imprensa e do direito do cidadão(ã) à comunicação, ressaltando o papel fundamental do Jornalismo na consolidação da democracia e da cidadania” (FENAJ, 2012, sn).

Neste contexto, o “jornalismo como produção de informação cotidiana tem um percurso próprio que remete a sua institucionalização, da profissionalização das redações à instituição do campo universitário” (AGUIRRE, 2011, p. 125), o que reforça que a formação do jornalista, por conta dos modelos curriculares que definem o futuro profissional que vai atuar do campo jornalístico, é único espaço que pode garantir oficialmente a legitimidade/autonomia aos profissionais do jornalismo.

Este processo transitório entre o estado de grupo prático para grupo instituído requer a construção de um princípio classificatório, o que as PEC representam, ainda, pois seriam:

[...] capazes de produzir o conjunto de propriedades distintivas características do conjunto dos membros desse grupo e, ao mesmo tempo, de anular o conjunto das propriedades não pertinentes que uma parte ou a totalidade de seus membros possuem por outras razões e que poderiam ser de base para outras construções. (BOURDIEU, 2008, p. 120).

A luta se localiza, portanto, no próprio princípio de construção da classe (no nosso caso, a jornalística) todo e qualquer grupo é “palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos, sendo que qualquer distribuição de propriedades sociais, instrução, etc., alicerçam divisões e lutas propriamente políticas” (BOURDIEU, 2008, p. 120).

Além das propostas de emendas constitucionais, os agentes do campo também recorreram ao educativo para mais um processo de resistência. Duas propostas estão encaminhando as articulações em busca da sua legitimação: uma da UNESCO de 2007 e outra realizada por especialistas para o MEC, finalizada no ano de 2009. As duas serão descritas no item a seguir.

2.3 DIRETRIZES CURRICULARES (DC): DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS RUMO AO FIM DA CRISE DO CAMPO DO JORNALISMO

Nos documentos curriculares propostos para a formação do jornalista, tanto da UNESCO³ (2007) quanto do MEC (2009), existem ações iniciais para justificar as necessidades que motivaram a confecção dos mesmos. Nestas introduções, os responsáveis pelo texto apresentam detalhes sobre o cenário da sociedade contemporânea e propõem, de forma estratégica, o Jornalismo como importante neste contexto.

De acordo com o documento da UNESCO (2007, p. 04), nos últimos anos, países em desenvolvimento e democracias emergentes viram um rápido crescimento dos meios de comunicação, paralelamente, puderam ver ainda o reconhecimento do “papel crucial do jornalismo na promoção da democracia, o que tem gerado uma demanda urgente por jornalistas formados com qualidade”.

No preâmbulo do documento do MEC⁴ (2009, p. 01), a justificativa vai pelo mesmo caminho, uma sociedade em transformação é um fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual “o jornalismo, assim como outras áreas de conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública”.

³ O documento impresso brasileiro foi editado em 2010, mas finalizado em 2007, como explicado anteriormente. Por isso optamos em deixar a data em que ele foi terminado para fazer a comparação entre eles de forma cronológica.

⁴ Optamos também por colocar como referência ao documento solicitado pelo governo brasileiro aos especialistas do campo do Jornalismo como MEC, e não Brasil. Isso por que a referência ao governo aparece em outras partes do texto com relação a outros documentos.

Os dois documentos identificam no jornalismo um pilar para que a democracia e que suas transformações sejam acompanhadas de perto e tenham divulgação feita com qualidade para que os cidadãos possam ter seus direitos garantidos neste processo. Deixam claro ainda que a importância da formação de uma opinião pública. Portanto, o ensino do Jornalismo é essencial para a construção de cenário social dentro dos padrões esperados para os cidadãos.

Neste sentido, o documento da UNESCO (2007, p. 04), um organismo das Nações Unidas responsável pela promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento, tem adotado várias iniciativas na busca de melhorar a qualidade da formação do Jornalista em todo o mundo. E que em 2005, em resposta a inúmeros pedidos de Estados-membros interessados na elaboração de um modelo curricular para “o ensino de Jornalismo, convocou uma reunião consultiva com especialistas em Paris. A identificação de disciplinas que deveriam ser incluídas no programa dos cursos de Jornalismo foi um dos principais resultados do encontro”.

No Brasil, uma comissão de especialistas⁵, nomeada pelo MEC, recebeu do então Ministro Fernando Haddad, a missão de repensar a formação do jornalista. O fato ocorreu em fevereiro de 2009 e, no fim do mesmo ano, o relatório com ideias e ações pertinentes foi apresentado. Os responsáveis dividiram o documento em três partes: fundamentação e justificativas, diretrizes propostas e recomendações finais (2009, p. 02 e 03).

Para chegar ao texto final, os responsáveis pelo documento do MEC, decidiram ouvir de forma preliminar a sociedade com o argumento de “ali atuarem as forças que configuram a fisionomia do Jornalismo Brasileiro, das fontes aos usuários, ou seja, da emissão à recepção das notícias e comentários” (MEC, 2009, p. 01). Foram realizadas três audiências públicas, abertas à participação de todos os agentes dos processos jornalísticos.

No Rio de Janeiro foram ouvidos representantes da comunidade acadêmica: professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa. Já no Recife foi a vez de organizações sindicais ou corporativas (empresas, setor público e terceiro setor) representando a comunidade profissional. Na cidade de São Paulo, lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, educadores, religiosos, ecologistas, bem como outros segmentos comunitários puderam manifestar-se a respeito do ensino de Jornalismo (MEC, 2009, p. 03).

Uma consulta pública no portal do MEC para que qualquer cidadão pudesse colaborar e reuniões com sugestões específicas de empresários, profissionais renomados, líderes

⁵ A comissão foi presidida pelo professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

estudantis, docentes e pesquisadores também fizeram parte da construção do documento brasileiro. Também foi agregada ao documento uma revisão do conhecimento existente sobre a formação do jornalista, na literatura nacional e internacional. Segundo a comissão responsável, “conteúdos que embasaram substancialmente tanto o diagnóstico do cenário atual quanto os argumentos utilizados para justificar as mudanças propostas”. (MEC, 2009, p. 02).

No caso do documento da UNESCO (2007, p. 04), além de uma resposta aos estados-membros, uma equipe de especialistas da Organização solicitou a análise inicial do rascunho do currículo para os cursos de jornalismo a vinte professores da área, com reconhecida experiência na profissão, dado “o trabalho realizado por eles em países em desenvolvimento e/ou democracias emergentes. As respostas obtidas se revelaram essenciais para o estabelecimento de um modelo apropriado e viável”.

O documento analisado contava com “uma lista de disciplinas tanto para os níveis de graduação quanto para os de pós-graduação, uma breve descrição de cada curso e um esboço de competências fundamentais do jornalismo”. Posteriormente, outro grupo de instrutores de jornalismo, também com experiência em países em desenvolvimento e/ou democracias emergentes, “foi selecionado criteriosamente em países da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e Américas do Norte e do Sul, para escrever o programa com 17 disciplinas fundamentais”.

Este programa foi avaliado durante uma segunda reunião consultiva com especialistas em Paris, na sede da UNESCO. Nesta reunião foi escolhido um determinado número de disciplinas para completar o documento apresentado durante o primeiro Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo, em junho de 2007, realizado em Cingapura.

As duas propostas optaram por ouvir os envolvidos nos processos de construção. No caso do MEC, as audiências e consultas públicas deram a impressão de um processo mais abrangente, ouvindo desde a comunidade acadêmica até os cidadãos interessados⁶. A UNESCO pareceu interessada em ouvir especialistas e professores de várias regiões do mundo para a confecção do documento, que depois foi apresentado em um evento mundial.

⁶ Durante o processo, oficialmente, duas entidades foram contra as diretrizes propostas pelo MEC. Em documento, encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) afirma que “o texto da Comissão de Especialistas deixa entrever uma perspectiva separatista que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil”. Em email enviado ao CNE, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) afirma que “o que está colocado para nós com a NDJ (Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo) é a extinção da área de Comunicação Social como área de conhecimento”, questiona também a forma pela qual o processo foi conduzido, uma vez que não possibilitou, segundo argumenta, ampla participação dos interessados.

De uma forma ou de outra, estrategicamente, a sociedade foi consultada para interferir em determinados níveis nas construções das diretrizes curriculares para o a formação do jornalista.

Dois fatos novos entraram em discussão quando da construção do documento pela Comissão do MEC: a decisão do Supremo Tribunal Federal, revogando a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional; e a nova regulamentação do mestrado profissional⁷, anunciada pela CAPES e publicada no Diário Oficial da União.

A comissão entendeu que estes instrumentos demarcavam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar a formação, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício. Desta forma, contribuiriam também para esse aperfeiçoamento a restauração do estágio supervisionado, que correspondeu à antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo.

Para o MEC (2009, p. 03):

As iniciativas recomendadas para a melhoria dos cursos de graduação, no contexto das novas regras para o exercício profissional, correspondem aos anseios das entidades sindicais e acadêmicas, defensoras do ensino de qualidade, e ganham legitimidade com as declarações explícitas das empresas do ramo, assegurando que, mesmo sem a obrigatoriedade do diploma, continuarão a contratar os graduados em jornalismo que tenham competência profissional. Trata-se de um desafio para os cursos de graduação plena, cuja autonomia curricular constitui imperativo para a reciclagem dos seus projetos pedagógicos, restaurando a identidade do jornalismo sem abdicar de sua inserção histórica na área de comunicação e de sua natureza acadêmica como ciência social aplicada.

Depois de avaliar a trajetória percorrida pela educação dos jornalistas no Brasil, dos currículos mínimos às diretrizes curriculares, a comissão compatibilizou todas as contribuições recebidas, decidindo de modo predominantemente consensual. O consenso e a pluralidade estão nas justificativas dos dois documentos, nenhum dos responsáveis deixou de consultar os principais interessados na questão. A sociedade foi ouvida de uma forma ou de outra, especialistas do campo e do outros setores também tiveram voz no documento, os principais futuros operadores dos documentos: professores e alunos também colocaram suas posições.

No caso do documento da UNESCO, especialistas dos cinco continentes ajudaram na elaboração do texto final, no Brasil, a partir do MEC, representantes de todas as regiões do país puderam dar contribuição aos debates. O texto a seguir apresenta os principais pontos dos

⁷ Neste relatório de tese não será abordada a questão do mestrado profissional.

dois documentos curriculares para o ensino do Jornalismo elaborados pelo MEC e pela UNESCO.

2.3.1 UNESCO: proposta curricular como forma de garantir os direitos dos países membros ao processo democrático

Segundo o modelo da UNESCO, a formação do jornalista deve considerar vários objetivos: ensinar a identificar notícias e reconhecer fatos de interesse em ambiente complexo de dados e opiniões; ensinar a conduzir uma apuração jornalística, ensinar como escrever, ilustrar, editar e produzir material para diferentes formatos de mídia (jornais e revistas, rádio e televisão, e meios on-line e multimídia) para públicos heterogêneos. Uma boa formação deve fornecer aos estudantes conhecimento e treinamento suficientes para que reflitam sobre a ética no jornalismo, suas boas práticas e sobre o papel do jornalismo na sociedade (2007, p. 07).

Ainda segundo o texto, os estudantes devem também aprender sobre a história do jornalismo, a legislação da comunicação e da informação e sobre a economia política da mídia (incluindo tópicos como propriedade dos meios, estrutura organizacional e competição). Os cursos devem ensinar como cobrir questões sociais e políticas de importância particular para o próprio país por meio de disciplinas ministradas em parcerias com outros departamentos da faculdade ou universidade (2007, p. 07).

A UNESCO a partir do documento sugere que a formação deve também assegurar que os alunos desenvolvam – ou tenham como pré-requisito - habilidades linguísticas necessárias para o trabalho, incluindo, onde se fizer necessário, a habilidade de trabalhar com línguas indígenas ou vernáculos locais. Os estudantes também deverão estar preparados para se adaptarem ao desenvolvimento tecnológico e as outras mudanças nos meios de comunicação (2007, p. 08).

A organização, por conta de sua abrangência global, sugere uma formação amparada na conversa com outras áreas do conhecimento, bem como a partir da relação de alguns países em que a linguagem pode ser uma barreira para a comunicação de massa, que ignora, em algumas ocasiões, as particularidades dos povos que constituem uma nação.

O documento identifica e reconhece que o ensino na área é oferecido de formas diferentes, com tradições educacionais e recursos também diferentes, em diversos contextos, circunstâncias e culturas, sob as mais variadas condições políticas. Os organizadores do MC da UNESCO identificam a existência também de muitos programas de treinamento profissional em instituições especializadas, inclusive oferecem um anexo sobre um programa

de ensino adaptado para formação profissionalizante, entretanto, continuam a acreditar que o estudo em cursos universitários deva continuar como fonte básica para a formação profissional no campo do Jornalismo (o documento, portanto, foca no ensino oferecido nas universidades, nos níveis de graduação e pós-graduação) (2007, p. 07).

Mesmo entendendo as diferenças de procedimentos na formação, a UNESCO posiciona-se a partir daquela oferecida em nível superior, defendendo a importância da diplomação (graduação e pós-graduação) para o exercício do jornalismo de forma responsável e ética. Só por este caminho é que a imprensa poderá oferecer jornalismo de qualidade e ser fiscalizada pelo serviço que presta à sociedade, seja ele bom ou ruim. Se bom, poderá ser melhorado, se ruim fica passível de ser responsabilizado por tal comportamento.

A formação do jornalista é organizada em torno de três eixos curriculares ou linhas de desenvolvimento no documento da UNESCO:

1. Compreende normas, valores, ferramentas, padrões e práticas do jornalismo; 2. Enfatiza os aspectos social, cultural, político, econômico, legal e ético da prática jornalística, nacional e internacional; e 3. Centrado no conhecimento do mundo e nos desafios intelectuais ligados ao jornalismo. No primeiro eixo, os estudantes são formados para apurar, redigir e editar para os diferentes meios de comunicação, representando assim o coração de qualquer programa de preparação para as carreiras do jornalismo. O segundo eixo de estudos explica os contextos sociais e institucionais nos quais os jornalistas realizam seu trabalho e faz conexão entre a prática jornalística e outras atividades humanas afins. Estes estudos reforçam a identidade profissional, valores e objetivos. As aulas devem enfatizar a importância de adotar sempre atitudes profissionais e éticas, além da importância do jornalismo independente para a democracia. O terceiro eixo tem a função de expor os acadêmicos ao saber contemporâneo, tendo em mente que o jornalismo não é um saber isolado, ele deve ser combinado com estudos de matérias de outras áreas das humanidades e ciências. Aqui o papel do professor é essencial para buscar a colaboração de colegas de campos correlatos. (2007, p. 08 e 09).

Os responsáveis pelo documento da UNESCO finalizam, antes de apresentar detalhadamente cada disciplina do programa, definindo os objetivos da formação do jornalista. Para eles, a ideia é formar profissionais que disponham de um leque de competências exigidas e, que, além disso, contem com saberes e capacidade de reflexão de que precisam, como o substrato da cobertura jornalística e a análise exigida em qualquer ramo do jornalismo.

O documento da UNESCO oferece modelos de currículos para os três níveis:

[...] bacharelado (três ou quatro anos); mestrado de dois anos (para estudantes que fizeram ou não jornalismo anteriormente); e um programa de estudos de dois anos (que pode ser considerado como uma preparação básica para a profissão de jornalista ou como uma ponte entre ensino médio e o curso universitário de jornalismo). As faculdades de jornalismo podem criar, dentro dos procedimentos de admissão, um sistema de validação de créditos de diplomas anteriores para a obtenção de um bacharelado. (2007, p. 11).

O modelo curricular é apresentado, a partir dos estudos sobre o currículo escolar, no qual todos os interesses de representatividade de um órgão mundial, que defende a “promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento”, os interesses, as estratégias do capital e sua reconfiguração aparecem claramente na operação e nos objetivos que devem ser atingidos para a qualidade do ensino.

Os profissionais pretendidos devem atender às demandas sociais, cada vez mais determinadas pela urgência das tecnologias. A informação é vista como mercadoria, que precisa ter qualidade, e o profissional responsável por ela deve atender a todas as necessidades da audiência, seja ela qual for.

O profissional formado deve ser capaz de atuar em qualquer veículo, a partir de um processo formativo que atenda a todas estas necessidades. Ele não pode se especializar em um determinado veículo, segundo o documento da UNESCO. O discurso da diversidade aparece em alguns momentos, como o entendimento do órgão em olhar para as diferenças culturais (inclusive, no caso de dialetos que o jornalista deve ser capaz de entender, se necessário). A formação do jornalista como profissional em generalidades é possível de ser identificada, pois há a solicitação de que faça no período de formação, disciplinas em outras áreas de humanidades e ciências. A defesa da democracia é citada por várias vezes no documento, o que revela interesses do órgão internacional em oferecer ferramentas para que ela seja mantida, organizada e divulgada, principalmente pelas empresas jornalísticas.

2.3.2 MEC: uma proposta curricular para o momento de maior crise do campo do Jornalismo

O documento do MEC (2009) foi dividido em três partes que tratam da fundamentação e das justificativas, diretrizes propostas e recomendações finais. Na parte de fundamentação e das justificativas são apresentados os cenários do jornalismo, em meio às descobertas tecnológicas das últimas décadas, abordando ainda as redes de troca de informação,

movimentos culturais e atores sociais, um mundo caracterizado pela capacidade discursiva das organizações e cidadão.

A fundamentação/justificativa do documento apresentado ao MEC versa ainda sobre o acelerado potencial das tecnologias da informação, novos ordenamentos sociais, comportamentos culturais e novas relações de poder, que fortalecem movimentos periféricos sociais. O texto atenta também para os conteúdos da atualidade, veiculados pelos gêneros jornalísticos, que são, em esmagadora maioria, ações discursivas de sujeitos que agem no mundo por meio de acontecimentos, atos, falas e/ou silêncios (MEC, 2009, p. 03).

Valorizados pelas técnicas e pela identidade ética, esses conteúdos são socializados no tempo e no espaço do Jornalismo, pelos instrumentos da difusão instantânea universal. E, assim, pelas vias confiáveis do Jornalismo, se globalizam ideias, ações, mercados, sistemas, poderes, discussões, interesses, antagonismos, acordos. No ritmo vigoroso da instantaneidade, acontecem eventos transformadores dos cenários sociais, culturais, políticos, econômicos etc., com efeitos imediatos na vida presente de indivíduos, povos e instituições. Em tal cenário, é necessário clarear conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão do Jornalismo, que terá de assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público (MEC, 2009, p. 04).

A fundamentação e as justificativas do documento abordam também o fenômeno denominado “revolução das fontes”, uma revolução acelerada pelas tecnologias de difusão, graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários e conflitos da atualidade:

O Jornalismo entrou no século XXI em estado de crise, aí, até então ocorria o entendimento do Jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. Trabalhava-se com uma noção passiva de atualidade e uma concepção auto-referida (“as coisas que aconteciam”), sobre as quais o jornalista atuava de forma determinante, com a sua capacidade de “captar e recriar fatos”. Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob sua decisão. Logo, não havia notícia fora do Jornalismo e sem a intervenção mediadora do jornalista. Reduzidas ao papel de instâncias sem vida própria, as fontes nem citadas eram. Como se não fizessem parte do todo. (MEC, 2009, p. 05).

De acordo com o documento (MEC, 2009, p. 05), o estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova, moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa,

com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas.

Nesse contexto, o processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o fato e a notícia. A tecnologia da banda larga aumentou ainda mais o poder da notícia, com a possibilidade de emissões interativas entre todos os mecanismos difusores - rádio, TV, jornal, revista e quantos mais aparecerem, na síntese chamada Internet. Tudo isso com infinitas possibilidades de uso inteligente, pelo saber estratégico das organizações e a criatividade das pessoas.

O documento de fundamentação e justificativas diz ainda que não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular. Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania.

Numa profissão em que a liberdade de informar constitui requisito essencial e numa atividade em que a independência editorial representa fundamento basilar, e em que os valores do interesse público se tornam vetores determinantes das decisões cotidianas, as razões das escolhas têm de resultar evidentemente da consciência cívico-social. A Ética que interessa à sociedade e ao Jornalismo é aquela definida e sintetizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É o ideário de um mundo a construir e o compromisso politicamente assumido de construí-lo. É, também, o referencial cultural mais avançado e sábio a que o Jornalismo e os Jornalistas se devem ater, na relação crítica com a realidade próxima a transformar. (MEC, 2009, p. 06).

A “revolução das fontes”, realmente, aponta para uma discussão atual do campo, se as próprias fontes podem ser emissoras dos assuntos que as interessa, o Jornalismo estaria no fim. Os responsáveis pelo documento do MEC souberam identificar o problema e já apontar saídas para rever o cenário, pensar no futuro dele. Assim como o documento da UNESCO (2007), um novo profissional deve ser formado para atender às demandas das revoluções tecnológicas e sociais. Naturalmente, os documentos não podem deixar de responder a estas expectativas do campo. Os problemas são novos e inesperados, por isso respostas seguras e fundamentadas devem aparecer nos currículos.

As diretrizes curriculares confeccionadas para o MEC apresentam as seguintes divisões, que serão abordadas no texto abaixo: formação do jornalista, a especificidade do curso de Jornalismo, proposta de diretrizes curriculares, organização do curso, projeto pedagógico, perfil do formando/do egresso, conteúdos curriculares, organização curricular,

trabalho de conclusão do curso, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, acompanhamento de avaliação e recomendações finais.

Quanto ao item Formação do Jornalista, as diretrizes curriculares do MEC (2009, p. 07) abordam a formação do jornalista, como um desafio da sociedade brasileira há mais de um século. A demanda floresceu gerada pela industrialização da imprensa. Os jornais deixavam de ser correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas autossustentáveis. A sociedade requeria profissionais competentes para produzir notícias de interesse coletivo e comentários sintonizados com as aspirações do público leitor.

Estima-se que atualmente sejam mais de 300 cursos superiores de jornalismo⁸ em universidades e outras instituições de ensino superior em todo o país. (MEC, 2009, p. 08). Essa rede educacional beneficiou-se do acervo pedagógico legado pelos idealizadores do nosso modelo de formação, desde Cásper Líbero, em São Paulo, Danton Jobim, no Rio de Janeiro, estão pensadas estruturas didáticas sintonizadas com as experiências consolidadas em outras partes do mundo. Contudo, destinadas a formar profissionais para atuar nas empresas jornalísticas do país, o que lhes conferia consistência metodológica.

Danton Jobim teve oportunidade de debater a via brasileira para educar jornalistas profissionais com os professores de outros países (França, Estados Unidos e América Latina). Tal esforço para construir uma pedagogia brasileira de jornalismo foi continuado por Luiz Beltrão, na cidade do Recife, onde implantou um modelo alternativo para regiões em fase de desenvolvimento. Por isso mesmo, ele foi imediatamente chamado a compartilhar essa inovação com outros países latino-americanos. Na sequência histórica, outras universidades do país aperfeiçoaram e consolidaram tais métodos e processos de ensino-aprendizagem (MEC, 2009, p. 08).

Portanto, o Brasil acumula, há pelo menos seis décadas, experiência na formação universitária de jornalistas, tendo construído uma matriz pedagógica que lhe confere singularidade em nível mundial.

Tanto assim que a revista *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, publicada simultaneamente em Washington, Londres, Nova Déli e Cingapura, dedica o Vol. 10-1, de 2009, ao caso brasileiro. No entanto, a partir da entrada em vigor da Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, os Cursos de Jornalismo estão referenciados pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações”. Desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a área acadêmica da comunicação com os cursos de graduação voltados para a formação das

⁸ Os dados do ano de 2013, segundo a FENAJ, apontam para mais de 350 cursos de Jornalismo. Pesquisa do Jornal Folha de São Paulo divulgada no segundo semestre de 2014 avaliou 341 cursos de Jornalismo pelo Brasil. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdecursos/jornalismo/>> Acesso em: 08 set. 2014.

profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos”. (MEC, 2009, p. 08).

Sendo assim, o processo de formação do Jornalista no Brasil mistura modelos experimentados em outros países do mundo, assim como sofre das características impostas em determinados momentos históricos do país. A preocupação em organizar a formação do jornalista no Brasil é relativamente recente se comparada a outros campos profissionais mais tradicionais, mas ainda revela interesses de grupos em acompanhar de perto os caminhos deste campo, que influencia a configuração de tantos outros campos.

Quando trata da especificidade do Curso de Jornalismo, o documento aborda sobre a profissão, que é reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho.

A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões. É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, é inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde. (MEC, 2009, p. 09).

Por conta desta colocação que aparece no documento do MEC (2009), o Jornalismo sempre foi acusado pelas outras habilitações da Comunicação Social, como um campo que, mesmo não tendo legitimidade para tal, sempre se considerou independente da chamada grande área.

O equívoco, segundo o documento do MEC (2009) não se origina nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em vigor.

Anteriormente a elas, a mesma organização já estava prevista nos Currículos Mínimos “do Curso de Comunicação Social” emanados do Conselho Federal de Educação a partir de 1969. Desde então, os Currículos Mínimos de Comunicação Social substituíram os Currículos Mínimos “do Curso de Jornalismo” adotados até então. Ocorre que, no contexto da ditadura militar, o Brasil adota, como obrigatório, o modelo de ensino da Comunicação Social proposto então pela UNESCO para o Terceiro Mundo, com a intenção de substituir todas as profissões do campo da Comunicação historicamente existentes (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Editoração, etc.) por uma “profissão de novo tipo”, a de “Comunicador Polivalente”. (MEC, 2009, p. 10).

O aniquilamento das profissões consolidadas no campo era então justificado com o argumento do Terceiro Mundo “não necessitar do jornalismo tal qual o existente nas

sociedades desenvolvidas”, mas sim de outra forma de Comunicação Social, voltada ao desenvolvimento econômico e educacional. Conforme o mesmo raciocínio, só uma vez alcançado este desenvolvimento, é que então se justificaria a existência do Jornalismo nas sociedades antes subdesenvolvidas.

Em abril de 2006, o 9º. Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo aprovou uma resolução recomendando ao Ministério de Educação que, em razão da maturidade teórica e do reconhecimento social de sua importância, os Cursos de Jornalismo devem constituir graduação específica em Jornalismo e não mais uma habilitação dos cursos de Comunicação Social. Poucos meses depois, o 32º. Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, aprovou uma resolução no mesmo sentido.

No plano internacional, a UNESCO revisou o seu equívoco histórico reconhecendo a importância do jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação. Em 2007, um novo modelo de currículo, com tais indicações, foi apresentado no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo apoiado pela entidade e realizado em Cingapura pelo Centro Asiático de Informação e Comunicação Midiática.

A iniciativa da UNESCO se dá no contexto de uma série de outros acontecimentos que sinalizam a retomada do estudo específico do Jornalismo, em nível internacional, nesta virada de século. Neste mesmo caminho, outro Curso da Área de Comunicação, o de Cinema e Audiovisual, já foi desmembrado das Diretrizes Curriculares comuns pelo Conselho Nacional da Educação, através da Resolução nº. 10 de 27 de junho de 2006 (MEC, 2009, p. 12).

Por fim, o próprio MEC, em 2010, acabou com as habilitações em Comunicação Social, mudando as nomenclaturas dos cursos. A partir desta determinação, eles passam a ser denominados de Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Rádio, TV e Internet, por exemplo. Comunicação Social passou a ser considerada uma grande área que abarca os referidos cursos. Uma das justificativas da mudança foi colaborar com a decisão dos jovens interessados na área, que, até então, ficavam confusos por da conta da vasta nomenclatura adotada.

No item que trata das diretrizes curriculares, o documento do MEC (2009), apresenta orientações para a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil do formando/do egresso, conteúdos curriculares, organização curricular, trabalho de conclusão do curso, estágio curricular supervisionado, atividades complementares e acompanhamento e avaliação.

A organização do curso deve responder às exigências de um currículo, que prevê a formação teórica e prática do estudante, respondendo ao mesmo tempo para ao indivíduo e sociedade, nas suas necessidades de informação. O estudante deve ser aproximado de

vivências reais da futura profissão, para que, mesmo como estagiário, possa desempenhar todo o trabalho de um jornalista já formado/diplomado.

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo MEC (2009), com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

[...] concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social; condições objetivas de oferta e a vocação do curso; cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; formas de efetivação da interdisciplinaridade; modos de integração entre teoria e prática; formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; modos da integração entre graduação e pós-graduação; incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã; regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de conclusão de curso, como componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente; regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização; concepção e composição das atividades complementares. (MEC, 2009, p. 15).

A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos. Neste trecho do documento do MEC (2009), é possível identificar o projeto neoliberal sendo atendido pela proposta curricular, pois ao mesmo tempo em que propõe, a partir do projeto pedagógico do curso, um profissional ético e crítico, sugere o empreendedorismo como uma das vias para experiências inovadoras do campo, tudo para acompanhar a vertiginosa (re)configuração do capital:

[...] ter por objetivo a formação de profissionais dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento; dar ênfase ao espírito empreendedor e ao domínio científico que gerem pesquisas ao conceber, executar e avaliar projetos inovadores capazes de dar conta das exigências contemporâneas e de ampliar a atuação profissional a novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente. (MEC, 2009, p. 15 e 16).

Versa, ainda, já prevendo prejuízos causados pelo processo, que o profissional empreendedor deve ser autônomo, pois a oferta de mão de obra não cresce na mesma proporção da oferta de emprego. Outras questões reveladas neste item são relacionadas aos padrões globais instituídos, estrategicamente pelos órgãos internacionais, como a UNESCO, por exemplo:

[...] estar focado teórica e tecnicamente na especificidade do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à

informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público; aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da auto-estima profissional, dando ênfase à formação do jornalista enquanto intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos. (MEC, 2009, p. 15 e 16).

A preocupação com a tecnologia, segundo o documento, também deve estar presente no Projeto Pedagógico dos cursos de Jornalismo. A adaptação aos dispositivos de comunicação e informação é importante, inclusive, para a continuidade da profissão:

[...] cuidar da preparação de profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecer os seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente; ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, onde o impresso não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho nem dite as referências da profissão, embora conserve a sua importância no conjunto midiático; incluir na formação as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos. (MEC, 2009, p. 15 e 16).

O egresso do Curso de Jornalismo, segundo a proposta do MEC (2009), é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados.

Dessa forma terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação. Logo depois, o documento apresenta uma lista de competências, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos. O perfil do egresso acompanha o texto no entrelaçamento de organização do curso e projeto pedagógico, articulando os dois no sentido de formar um profissional generalista, que atenda às expectativas da sociedade. (MEC, 2009, p. 15).

Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação (MEC, 2009): eixo de fundamentação humanística, eixo de fundamentação específica, eixo de fundamentação contextual, eixo de formação profissional, eixo de aplicação processual e eixo de prática laboratorial (MEC, 2009, p. 16). Todos os eixos configuram as estratégias de construção de um currículo que responda às necessidades de legitimação do campo.

A organização curricular do Curso de Graduação em Jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotar:

[...] regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema sequencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento. As IES têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (400 horas para cada eixo, em média, reservadas 300 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso). (MEC, 2009, p. 21).

A integração curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos: carga horária suficiente para distribuição estratégica dos eixos curriculares e demais atividades previstos; distribuição das atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem; garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local e regional. “A carga horária total do curso deve ser, no mínimo, de 3.200 horas, incluídas neste total 200 horas de estágio supervisionado e 300 horas de atividades complementares” (MEC, 2009, p. 20). Nesta parte do documento, a operacionalização do currículo aparece com questões mais técnicas de operação do mesmo, segundo uma distribuição coerente e equilibrada de conteúdo ao longo de toda formação profissional do jornalista, respeitando ainda as especificidades de cada Instituição de Ensino Superior, assim como das regiões do país que ela faça parte.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados. Deve envolver a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico, acompanhado necessariamente por relatório, memorial ou monografia que realize uma reflexão crítica sobre sua execução, de forma a reunir e consolidar a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados (MEC, 2009, p. 21 e 22).

Um fato interessante a ser considerado neste trecho do documento do MEC (2009) é a sugestão de um trabalho individual, o que pressupõe uma avaliação mais clara do estudante e

aprovação, apenas do que estiver realmente preparado para atuar na profissão. Mas não podemos esquecer que boa parte do trabalho jornalístico ocorre em equipe, principalmente, em veículos de comunicação mediada como o rádio e a televisão. Neste sentido, trabalhos em grupo, poderiam ser adotados, de acordo com os projetos pedagógicos e necessidades das Instituições de Ensino Superior, bem como por conta do produto jornalístico escolhido pelo acadêmico para desenvolver durante o Trabalho de Conclusão do Curso.

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, a quem compete aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização (MEC, 2009, p. 22).

No preâmbulo do documento do MEC, as mudanças sofridas no campo durante a elaboração das propostas apontam, segundo os responsáveis pelo documento, para “a restauração do estágio supervisionado, que corresponde a uma antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor privado” (MEC, 2009, p. 02). E nesta parte do texto, a intenção é que este problema seja encaminhado, de acordo com as características próprias de cada instituição. Naturalmente, neste caso, deverá ser levada em conta a participação dos sindicatos dos Jornalistas, bem como de outras entidades representativas da categoria.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente de ensino. As atividades complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando. Não devem ser confundidas com Estágio Curricular Supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso (MEC, 2009, p. 23).

Neste sentido, além das atividades ligadas ao processo de formação do acadêmico na sala de aula e laboratório, entram em questão palestras, eventos, cursos de capacitação que ajudam no futuro profissional do estudante de jornalismo. Atividades ligadas à formação em áreas afins também são contabilizadas, como cursos de línguas ou de operação de *softwares* utilizados na área, por exemplo.

As Instituições de Ensino Superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, que sejam centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter - além dos conteúdos e das atividades - a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente acessível na biblioteca da instituição. Desta maneira, eles poderão discernir claramente a relação entre estas diretrizes curriculares, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso. (MEC, 2009, p. 23 e 24).

Os processos de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) bem como dos cursos de graduação e pós-graduação tem passado por mudanças nestes últimos anos, o que deverá ser incorporado ao documento na sua revisão técnica no Conselho Nacional de Educação.

Nas recomendações finais, sugerem que com a finalidade de tornar compatíveis o requisito da titulação do corpo docente e a necessidade de aderência às disciplinas ministradas, a Comissão de Especialistas recomenda:

[...] a criação de um Programa Nacional de Aperfeiçoamento Docente destinado às novas gerações de professores de Jornalismo. Muitos foram titulados pelos cursos de pós-graduação da área teórica de Comunicação ou de disciplinas conexas, sem ter exercido plenamente a profissão e não raro sem o domínio cognitivo da sua especificidade. Concomitantemente, deve ser fomentada, nas Escolas de Comunicação, a abertura de cursos de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Jornalismo, para atender à demanda crescente de novos professores para os cursos de graduação e de projetos de pesquisa científica na área. (MEC, 2009, p. 24).

Apenas na parte final do documento, os docentes e a formação continuada ganham destaque levando em conta que se há a defesa da formação do jornalista em nível superior é preciso cuidar, também, da formação dos que ensinam. Um aspecto importante a ser considerado neste trecho do texto é a importância do docente ter experiência na prática do Jornalismo e não apenas na teoria.

Finalmente, a Comissão de Especialistas manifesta, no documento, sua crença na formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista. A responsabilidade social do jornalismo, seu papel essencial na democracia e a competência específica exigida para exercê-las, lidando com as novas tecnologias, aspectos enfatizados ao longo deste documento, recomendam uma formação fundamentada na ética, na competência técnica, no discernimento social e na capacidade crítica, habilidades que só podem ser adquiridas em uma sólida formação superior própria (MEC, 2009, p. 25 e 26).

Todo o documento organizado pela comissão de especialistas nomeada pela MEC (2009) tem semelhanças com o documento proposto pela UNESCO (2007). O do Ministério da Educação e Cultura brasileiro de uma forma estratégica e natural responde a características próprias do país e da configuração profissional contemporânea do Jornalismo feito por aqui. O da UNESCO (2007) carimba no documento aspectos mais globais, sem deixar de lado características de cada país, pois na confecção do mesmo, ouviu especialistas dos cinco continentes. As propostas do Conselho Federal de Jornalismo e de Emendas Constitucionais também apresentam características estratégicas que respondem a este momento de ameaça da constituição do campo.

3 RITOS DE INSTITUIÇÃO, FORÇA DA REPRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO NA ECONOMIA DOS DOCUMENTOS CURRICULARES E DAS PRÁTICAS DO CAMPO JORNALÍSTICO

Neste capítulo analisamos os documentos curriculares da UNESCO e do MEC, publicados respectivamente em 2007 e 2009, bem como das práticas no campo jornalístico. Tanto os documentos quanto as práticas são tomados na perspectiva de expressarem os conceitos de Ritos de Instituição, Força de Representação e Descrever e Prescrever, desenvolvidos por Bourdieu (2008) na condição de permitir-lhes fazer a economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à linguagem e ao poder simbólico.

A ciência social precisa examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais, bem como a contribuição que a luta entre classificações, dimensão de toda luta de classes, traz a constituição das classes, classes de idades, classes sexuais ou classes sociais, clãs, tribos, etnias ou nações. (BOURDIEU, 2008, p. 81).

Interessa nesta perspectiva, a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, para eles a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira um tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida, isto é, autorizada.

Os documentos curriculares e as práticas, neste contexto, aparecem como linguagem reconhecida/autorizada que constitui a estrutura/classificação deste mundo social. Os documentos e as práticas cumprem a tarefa de apontar áreas que precisam ser retificadas, ajustadas.

Essas propriedades de criação de leis e de expansão da consciência inerentes às situações de conflito¹ oferecem, combinadas, um efeito bastante positivo. Pelo fato de o conflito trazer à tona novas situações que em grande parte não estavam definidas pelos pressupostos anteriores, atua como estímulo para o estabelecimento de novas normas de atividade e, possivelmente, mais flexíveis ou pertinentes. Por literalmente forçar a atenção consciente, definem questões, e novas dimensões podem ser exploradas e esclarecidas. (APPLE, 2006, p. 141).

Nomeados, autorizados e reconhecidos, os documentos e as práticas servem ao controle social e econômico. Para Apple (2006, p.103), no caso dos documentos curriculares, este controle também é exercido por meio das formas de significado que a escola distribui: “o corpus formal do conhecimento escolar” pode tornar-se uma forma de controle. As escolas

¹ Nos limites de nossa análise substituímos a ideia de conflito pela de crise.

não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado (preservam e distribuem o que se percebe como conhecimento legítimo).

O diploma, que está intrinsecamente ligado ao resultado da operação dos documentos e das práticas e, portanto, faz parte deles, é a palavra/o significado que “institui a partir de um rito”, “tem a força de representar” e também “descreve e prescreve”.

Os ritos de instituição localizados na perspectiva da Ciência Social devem:

[...] levar em conta o fato da eficácia simbólica inteiramente real pelo fato de transformar efetivamente a pessoa consagrada: de início, logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela; em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação. (BOURDIEU, 2008, p. 99).

De acordo com este autor, o rito tende a consagrar ou a legitimar, um antes e um depois, ao marcar de forma solene a passagem de uma linha, o rito estabelece uma divisão fundamental da ordem social. O rito chama a atenção do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem).

Quando se refere ao diploma, Bourdieu afirma que ele tem tanto a ver com a magia como os amuletos, pois neste caso a ciência social leva em conta a eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real.

Pode-se compreender nesta lógica o efeito de todos os títulos sociais de crédito ou de crença - o que os ingleses denominam *credentials* - os quais, a exemplo dos títulos de nobreza ou do título escolar, multiplicam de maneira duradoura o valor de seu portador ao multiplicar a extensão e a intensidade de crença em seu valor. A instituição é um ato de magia social capaz de criar a diferença, ou então, como é o caso mais frequente, de explorar de alguma maneira as diferenças preexistentes. (BOURDIEU, 2008, p. 99 e 100).

Acresce-se, ainda, o rito de instituição como um processo de comunicação, que determina em ampla medida a elevação do nível de aspirações subjetivas que determinam o reconhecimento coletivo a uma classe de agentes. Considerado uma espécie de notificação de identidade para alguém, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos.

Esta comunicação representa ainda aspirações impostas, deveres mediante esforços, encorajamentos e incessantes apelos à ordem. Uma figura que aparece neste momento é a do herdeiro. “O herdeiro que respeita a si próprio tenderá a se comportar como herdeiro e

acabará sendo herdado pela herança, conforme a fórmula de Marx, ou seja, investido nas coisas, apropriado pelas coisas das quais se apropriou” (BOURDIEU, 2008, p. 102).

Quanto à força da representação nos remete às estratégias do poder sobre o grupo a que se pretende dar existência, dito de outra forma, enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade.

O ato da magia social de tentar dar existência à coisa nomeada será bem-sucedido quando aquela que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite. (BOURDIEU, 2008, p. 111).

Este novo limite também depende da objetivação e da eficácia do discurso, pois está diretamente ligado ao agente que o autoriza e, portanto, tem autorização para tanto.

Mas o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação do discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém; depende também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade do grupo ao qual está endereçado, ou seja, tanto ao reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros desse grupo. (BOURDIEU, 2008, p. 111).

O autor utiliza o discurso científico para exemplificar os procedimentos da força de representação, apresentando critérios objetivos que consagram um estado de divisões e da visão das divisões. Neste contexto, o efeito simbólico exercido pelo discurso científico, é tanto mais inevitável, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento.

No tocante ao conceito de descrever e prescrever, Bourdieu (2008) propõe que:

Toda teoria, a palavra mesma o diz, constitui um programa de percepção, sendo isso tanto mais verdadeiro no caso das teorias do mundo social. E sem dúvida existem poucos casos nos quais o poder estruturante das palavras - sua capacidade de prescrever sobre a aparência de descrever, ou então, de denunciar sobre a aparência de enunciar - seja tão indiscutível. (BOURDIEU, 2008, p. 118).

Neste contexto, reforça a importância da linguagem autorizada utilizada pelos grupos no processo de descrever e prescrever, isto é, “investida de autoridade deste grupo” e suas experiências. “Ele autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária”. (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Tal expressão alia-se, ainda, a questão das categorias destes dois últimos conceitos apresentados, especificamente, como os grupos se veem, ou melhor, as categorias, segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa a própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo.

A seguir, incursionamos a partir do que chamamos de chaves de análise, pelos documentos curriculares, intencionando localizar as práticas dos agentes do campo do Jornalismo quando da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, da suspensão provisória do diploma, das votações no Supremo Tribunal Federal da Lei de Imprensa e decreto-lei que regulamentava a profissão no Brasil.

3.1 OS RITOS DE INSTITUIÇÃO, A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO E DESCREVER A PRESCREVER COMO CHAVES DE ANÁLISES

Aqui delineamos uma operação de seleção e identificação, a partir destes três conceitos, entendidos como chaves de análises, que, como tais, ativam processos inferenciais, trazendo à tona aquilo que na tradição *bourdieusiana* é conhecido como *doxa*, ou seja, opiniões, crenças e valores compartilhados, que, geralmente, comparecem como premissas implícitas que circulam nos documentos curriculares analisados e, pertencem a uma determinada comunidade cultural, neste caso composta por agentes do campo do Jornalismo.

3.1.1 Os Ritos de Instituição

No documento da UNESCO (2007) encontramos a sugestão de que os estudantes sejam formados para a prática do Jornalismo a partir de currículos que tratam o conhecimento como dado e social, devendo os estudantes cumpri-lo, isto é, um currículo baseado no cumprimento. A organização deste documento antecipa que os currículos foram concebidos para aproximar os alunos dos contextos com que se defrontam, para acomodarem-se aos futuros empregos.

Neste contexto, os comportamentos esperados dos egressos dos cursos de Jornalismo seriam de prática, de trabalho e de profissão. Os herdeiros destes currículos teriam como herança uma prática profissional, que negaria a reflexão dos estudos acadêmicos sobre como se exerce a profissão de jornalista. A realização de trabalhos pelos estudantes simularia o cotidiano da profissão, a partir de representações dos comportamentos que os demais agentes envolvidos no campo tem e por conta desta semelhança, apresentaria uma eficácia simbólica

do real. O que leva a interpretação de que o herdeiro será capaz de transformar-se em pessoa consagrada pelo rito de instituição.

Para herdar o Jornalismo, o estudante deverá treinar representações e comportamentos que serão reconhecidos pelos demais agentes envolvidos com a profissão, bem como o próprio herdeiro reconhecerá nele, representações e comportamentos legítimos, instaurando um antes e um depois para o modelo de estudante proposto pela UNESCO (2007).

A representação e o comportamento de um acadêmico que estuda e reflete sobre o processo não faz parte da premissa do documento, pois, neste caso, o herdeiro e a herança seriam outros e não interessariam aos objetivos e ações do organismo internacional e seus países-membros.

Espera-se pelo documento de 2007 que os conhecimentos distribuídos ofereçam ao acadêmico a possibilidade de “escrever, ilustrar, editar e produzir material para os mais variados formatos de mídia” (p. 06). Esta distribuição propõe ainda que os estudantes adquiram habilidades na apuração de fatos e na construção de representações, somadas aos métodos de conhecimento e reflexão.

Assim, pensando nos diplomados em Jornalismo, este documento registra a cobrança acerca da capacidade de “cobrir questões sociais e políticas de importância particular para o próprio país por meio de disciplinas ministradas em parceria com outros departamentos da faculdade ou universidade” (UNESCO, 2007, p. 06).

As disciplinas, neste sentido, reuniriam os objetos de pensamento em conjuntos de conceitos práticos sistematicamente relacionados. Tal proposta faz parte do que está sendo apresentado como segundo eixo deste documento curricular, no qual a prática é o grande foco, sem esquecer-se das outras atividades humanas.

Possuidor do diploma, o jornalista multiplica a intensidade da crença no valor da profissão, que interfere diretamente nas ações sociais e políticas. É preciso reforçar a importância da crença sobre o real na representação dele, não existe o Jornalismo se não houver a cobertura destas questões que interessam aos países-membros da UNESCO.

Neste mesmo eixo encontramos a necessidade das habilidades linguísticas pelo estudante de Jornalismo, já que estas ofereceriam ao herdeiro, a chance de explorar as diferenças preexistentes no campo. Apresentar domínio sobre a construção do texto jornalístico significaria ter um padrão a ser respeitado, escrever dentro deste limite de igualdades e diferenças.

Conquistar esta habilidade representaria um processo de comunicação, importante para o herdeiro receber o reconhecimento de uma classe de agentes, que já conquistaram este

mesmo reconhecimento de forma semelhante. Portanto, se já reconhecidos, determinaram as diferenças que separam os profissionais daqueles que não são instituídos por este ato de magia social.

Os agentes do campo jornalístico precisam rentabilizar sua identidade diante de todos e com este objetivo o documento curricular da UNESCO (2007, p. 06) propõe que os estudantes aprendam sobre a “história do jornalismo, a legislação da comunicação e da informação e sobre economia política da mídia”. Conteúdos esses que reforçam a identidade do jornalista, diferenciando-o das demais profissões, instituindo comportamentos específicos de quem atua na área.

Importante apontar que os herdeiros da identidade jornalística precisam conhecer o processo histórico pelo qual foram concebidos e ajustar questões mais práticas quanto ao caráter identitário. O sentido de identidade, no documento de 2007, é destacado pela necessidade da proposição de disciplina acadêmica, que apresente os fundamentos do Jornalismo como forma de oferecer “pré-requisitos intelectuais e profissionais ao estudante” (p. 09). Os organizadores apontam, ainda, para dois princípios na construção da identidade profissional nos estudantes, a saber: um primeiro, que trabalha a redação e a cobertura jornalística e; o segundo, que destaca a arquitetura do curso.

Tais apontamentos se sustentam com a finalidade “de que não sejam marginalizadas disciplinas voltadas para conteúdos teóricos e ao desenvolvimento intelectual” (2007, p. 09). Dessa forma, aspirações são impostas aos egressos destes cursos, mediante esforços e encorajamentos.

Neste contexto, inferimos que este documento concebe o caráter socialmente construído do conhecimento reduzido aos interesses e às perspectivas dos que conhecem, particularmente, de uma classe de agentes. Ao mesmo tempo, que o restringe à experiência, negando a possibilidade de categorias que transcendam a experiência. E, por último, parece desconsiderar que a objetividade e a verdade são possíveis no conhecimento, a despeito de seu caráter social.

Ao sugerir o modelo de um currículo por cumprimento, a UNESCO (2007) defende valores sociais, políticos e econômicos em torno das intenções apresentadas/representadas para os países-membros (que a procuraram para dar parâmetros ao procedimento). Só a partir da referida organização internacional, os países integrantes teriam salvaguardados seus valores/interesses. O ponto de partida é segurança para as nações emergentes interessadas em manter o posto e não perder as possibilidades que virão a ter.

O resultante deste processo de valorização (vista aqui como a defesa dos valores citados anteriormente) da formação do jornalista são estudantes que cumpram todos os passos contidos no documento, operadores deste currículo também são essenciais para o resultado (no entanto não abordaremos o papel dos professores nesta análise). Com alunos bem formados pelo documento da UNESCO (2007), os países-membros não teriam problemas em garantir o processo democrático em seus territórios, pois o Jornalismo funcionaria como suporte.

As simulações de cenários do cotidiano profissional do jornalista funcionariam como mais um recurso do currículo para cumprir as metas definidas pelos valores sociais, políticos e econômicos da organização internacional, que representa os países-membros. Mais uma justificativa que a UNESCO (2007) caminha neste sentido é a reflexão, contida no currículo, deixada em segundo plano no texto, com pouco destaque. Os agentes do campo do Jornalismo seriam formados nesta simulação de realidade profissional com problemas que movimentam o mercado de trabalho/emprego, portanto, de questões mais ligadas ao desenvolvimento das nações representadas. Os diplomados em Jornalismo herdariam uma profissão regulamentada por padrões historicamente construídos para a Educação, a Ciência e Cultura que a UNESCO sempre defendeu.

Mais uma forma de garantir controle sobre o cumprimento do currículo é apoiar-se nos fundadores do Jornalismo, na história, na legislação e, muito principalmente, na economia política - três disciplinas elencadas do documento. Para finalizá-lo, os representantes da UNESCO ouviram especialistas do campo, fizeram ajustes, adequações (todos a partir da *doxa* - opiniões, crenças e valores- da organização mundial), o apresentaram em nível mundial num importante evento. A instituição do mesmo foi feita em rito, portanto veio a consagração. Os conteúdos curriculares sobre a história, a legislação e a economia política já foram selecionados, e estão dentro dos interesses do campo, daqueles agentes escolhidos para representá-lo. E se o representam, comportam-se com tal e se estão ligados à UNESCO, também tem comportamentos autorizados por ela e a representam.

Na relação com o campo da Comunicação e do Jornalismo, o documento da UNESCO (2007) enxerga as diferenças e semelhanças entre os dois. O mais importante é que, segundo os agentes do segundo campo, corrige um erro histórico ao sugerir um modelo específico para a formação do jornalista, levando em conta as características mais particulares da profissão. No entanto também entende que em alguns países-membros existem maneiras de operar o currículo, como no Brasil, que ainda guarda resquícios da crise entre os dois campos.

No documento da UNESCO (2007) é possível encontrar o conceito de campo, analisado por Bourdieu (2004, p. 20 e 21). Ao percorrer o texto, “um espaço relativamente autônomo” com “leis próprias” e “graus de autonomia” é identificado na apresentação das características tanto da Comunicação como do Jornalismo. A UNESCO é a representação de um campo, que sugere, a partir do acionamento dos agentes dele (países-membros), o modelo de ensino para o Jornalismo. O aprendizado das técnicas jornalísticas serve como mote para a construção de um documento que servirá de modelo para o controle desta profissão, dos agentes que vão trabalhar nela, por ela, para que ela exista, tenha autonomia e seja legitimada.

Poder, conceito pesquisado por Thompson (1998) na construção do campo da Comunicação, pode ser identificado ao longo do documento da UNESCO (2007). Em alguns casos aparece de forma implícita permeando as recomendações dadas, em outras é declarado como suporte para o cumprimento do currículo. A UNESCO apresenta o poder como possibilidade para os estudantes de jornalismo no processo de sua formação, quem responder melhor ao mercado de trabalho/emprego terá direito ao capital, resultado dele. Operando de forma eficaz um bem simbólico, como as notícias, o capital simbólico pode ser transformado em capital econômico.

Já o documento organizado pelo MEC em 2009, contempla aspectos de representação e comportamento esperados dos estudantes e, esses aparecem no item que trata da organização do curso. Com o intuito de consagrar a pessoa pelo rito de instituição, o documento pede “metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos” (2009, p. 14).

Essa solicitação está ancorada na promoção da “integração teoria/prática”, além da “utilização de cenários de ensino-aprendizagem para a vivência de situações reais da profissão”, bem como a aproximação do aluno “com fontes, profissionais e públicos de jornalismo”, assim ele conseguirá assumir “responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia” (2009, p. 14 e 15).

A partir destas proposições, o aluno teria condições de ajustar-se a tal representação de características da profissão. Os outros agentes do campo também enxergariam neste estudante, formado por estes procedimentos, a eficácia simbólica do real.

No item que trata do Projeto Pedagógico, este documento apresenta os profissionais como sendo aqueles que, terão “competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento” (2009, p. 15).

Neste sentido, determina este valor ao portador deste título social, que deve ser reconhecido, pois esta formação pode multiplicar a extensão e intensidade da crença neste valor instituído. Este egresso seria capaz de criar esta diferença e explorar as diferenças preexistentes.

É possível identificar neste documento, a especificidade do Jornalismo e da prática profissional como processos de comunicação que devem ser apresentados e reconhecidos como diferença. Essa diferença reforça a identidade e determina o reconhecimento de uma classe de agentes.

Entre as sugestões do item relativo ao Projeto Pedagógico encontram-se prescritos, o compromisso com a profissão e os seus valores, a preparação e formação profissional continuada e permanente a partir da graduação.

Quanto a esta característica, a ideia de Apple (2006, p. 116) sobre controle social parece adequada à análise que construímos, pois “o controle social, portanto, foi coberto pela linguagem da ciência, algo que continua a acontecer até hoje. Controlando-se e diferenciando-se os currículos escolares, as pessoas e as classes também poderiam ser controladas e diferenciadas”.

Além do controle social, a questão da aprendizagem relevante é nitidamente destacada nas proposições apresentadas. Pérez Gómez (2001) define o conceito como o que “se refere àquele tipo de aprendizagem significativa que, por sua importância e por sua utilidade para o sujeito, provoca a reconstrução de seus esquemas habituais de conhecimento” (2001, p. 268).

Os efeitos da aprendizagem provocam a reconstrução de esquemas básicos do pensamento do indivíduo, ao menos no estágio presente de seu desenvolvimento evolutivo, nos diferentes domínios da realidade. Isso significa, para Pérez Gómez (2001, p. 268), “a ampliação reconstruída de seus esquemas experienciais, de modo que vão incorporando conteúdos e estratégias mais elaborados, distanciados e críticos em relação ao localismo da própria experiência”. O controle social e a aprendizagem relevante aparecem de forma intrínseca no texto do documento (2009) oferecendo o caminho que o profissional deve seguir.

A notificação de identidade, determinada no item Perfil do Egresso, endereça a percepção do “jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva” (p. 16). Esta aspiração imposta capacita-o a “atuar como produtor intelectual e agente da cidadania”.

O currículo, neste documento, se expressa em intenções de garantia da ordem social, o que garantiria o processo de cidadania do indivíduo. Na formação do jornalista, esta premissa destaca-se ao lado da produção intelectual.

O conceito de hegemonia implica que padrões fundamentais na sociedade sejam mantidos por meio de pressupostos ideológicos tácitos, regras, melhor dizendo, que não são em geral conscientes, e também por meio do controle econômico e do poder. Essas regras servem para organizar e legitimar a atividade de muitos indivíduos cuja interação constitui a ordem social. (APPLE, 2006, p. 129).

Ainda operando o conceito de função social do currículo, Pérez Gómez (2001, p. 261) ressalta que são trabalhadas intenções, pois “o verdadeiramente importante é que os alunos se envolvam de forma ativa e esperançosa nos campos do saber, porque vivem um cenário cultural que os impulsiona e estimula”.

Assim, capacitá-lo, por conta de uma produção intelectual, a ser agente da cidadania, criaria uma esperança numa sociedade menos desigual, mesmo que estejamos vivendo um cenário mais complicado.

O absoluto relativismo cultural e histórico, a ética pragmática do vale-tudo, a tolerância superficial entendida como ausência de compromisso e orientação, a concorrência selvagem, o individualismo egocêntrico junto ao conformismo social, o reinado das aparências, das modas, do ter sobre o ser, a exaltação do efêmero e mutável, a obsessão pelo consumo, podem-se considerar as consequências lógicas de uma forma de conceber as relações econômicas que condicionam a vida dos seres humanos, reguladas exclusivamente pelas leis de mercado. É evidente que todos estes aspectos da cultura contemporânea estão presentes nos intercâmbios cotidianos fora e dentro da escola, provocando, sem dúvida, a aprendizagem de condutas, valores, atitudes e determinadas idéias. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 262).

Mesmo tendo este obstáculo claro, a escola deve estar apta a preparar o indivíduo para enfrentar as instabilidades sociais.

[...] a formação de cidadãos autônomos, conscientes, informados e solidários requer uma escola onde se possa recriar a cultura, não uma acadêmica para aprendizagens mecânicas ou aquisições irrelevantes, mas uma escola viva e comprometida com a análise e a reconstrução das contingências sociais. Quando nos propomos a preparar indivíduos para o seu desenvolvimento profissional acima de qualquer outra consideração, selecionamos a organizamos uma cultura acadêmica bem distinta de quando nos propomos a emergência do sujeito autônomo e crítico. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 264).

Se a escola de Jornalismo conseguir atingir este patamar, poderá proporcionar ao estudante esta possibilidade. Inserida nas sociedades pós-industriais, ela “cumpre este complexo e contraditório conjunto de funções: socialização, transmissão cultural, preparação

do capital humano, compreensão dos efeitos das desigualdades sociais e econômicas” (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 266). De um lado,

[...] esta tarefa tão digna e tão complexa - facilitar a cada indivíduo seu processo singular de construção de identidade subjetiva, de recriação da cultura – requer atenção próxima e constante num espaço social de intercâmbios experimentais e alternativos, de vivências compartilhadas e contrastes intelectuais. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 266).

De outro:

[...] a complexidade, a abertura e a ambigüidade são características do contexto pedagógico de reprodução, o que denominamos de cultura acadêmica, por ser um território intermediário, mediador e artificial, cujos propósitos explícitos e implícitos se confundem e mesclam em função de interesses políticos, econômicos e sociais de cada comunidade em cada época histórica. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 270).

O herdeiro do campo jornalístico, em meio a este cenário de complexidade, “terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação” (2009, p. 17). Para ter direito à herança, o egresso deve ter competências para ser reconhecido na classe de agentes do campo, ser consagrado e legitimado pelos demais integrantes dele.

Como competências gerais aparecem as seguintes ações: “compreender e valorizar, conhecer, identificar e reconhecer, distinguir, pesquisar, selecionar e analisar, ter domínio, interagir, ser capaz, saber utilizar, pautar-se, cultivar, possuir, saber conviver, perceber, procurar ou criar, atuar” (MEC, 2009, p. 17 e 18) - verbos que vão provocar a diferenciação deste profissional com relação aos outros que não são.

No sentido de instaurar uma investidura que transforma o agente, estão descritas competências específicas que passam pelas cognitivas, pragmáticas e comportamentais, estas últimas presentes no conceito de rito de instituição descrito por Bourdieu (2008).

Os conteúdos curriculares prescritos pelo MEC (2009, p. 19) em “função do perfil do egresso e suas competências deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação”, são eles: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e de prática laboratorial.

Este processo de comunicação da identidade do jornalista tem como objetivo elevar o nível de aspirações subjetivas para determinar o reconhecimento a uma classe de agentes do campo. O documento determina, ainda, a representação e o comportamento por meio do chamado Trabalho de Conclusão de Curso como forma de “consolidar a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso” (2009, p. 21 e 22).

Outra forma de comunicar o reconhecimento da classe está contida nos itens Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares, uma vez que eles definem ações que são realizadas, em grande parte, fora das instituições de ensino, o que ajuda na notificação da identidade do profissional com relação a outras instituições ligadas ao mercado de trabalho/emprego e à sociedade em geral.

Representações e comportamentos são determinações encontradas no documento curricular produzido por especialistas do campo do Jornalismo para o MEC (2009). O texto preparado para o Ministério define a integração entre teoria e prática como recomendação para formar os estudantes, o rito de instituição, neste caso, apresenta algumas diferenças do adotado pela UNESCO (2007). Tem interesses sociais, políticos e econômicos intrínsecos à proposta, mas olha de um jeito mais complexo para o processo de formação. O cenário de 2009, com a suspensão da obrigatoriedade do diploma pelo Supremo Tribunal Federal (STF), está inserido em dois parágrafos do texto, mas aparece de forma implícita ao longo de todas as sugestões dadas.

A opinião dos especialistas que organizaram o documento está presente quanto à decisão tomada pelo STF. Ela é baseada nas crenças e valores do campo do Jornalismo em melhorar a qualidade do ensino e mesmo sendo uma decisão que interfere na autonomia e legitimidade, não é vista desta forma por eles - talvez seja vista, mas o que está registrado no texto não deixa este temor ser revelado. Enfim, o espaço para este problema no documento é pequeno e os interesses maiores vão ganhar mais destaque, de forma estratégica.

Voltando à integração teoria/prática, o documento do MEC (2009) justifica este valor fomentando a ideia que, na formação, a responsabilidade deve aumentar gradativamente para o estudante, e, progressivamente, a autonomia vai também ocorrer. Como rito de instituição, o processo gradativo assume papel importante na formação. Reforçando a diferença e a identidade do profissional do campo, os especialistas do MEC defendem a especificidade do Jornalismo. Aqui a instituição, a partir do rito, entende de forma mais específica o campo, diferente da UNESCO que busca responder a diferentes características dos países-membros. A intenção dos especialistas do MEC é definir os parâmetros no Brasil, para isso discutiram exaustivamente o documento, ofereceram oportunidade de participação para todos os interessados. Portanto, não há o que debater sobre o documento final. Nele estão incorporados todas as opiniões, crenças e valores dos agentes do Jornalismo no Brasil, a *doxa* está instituída como rito.

Para o MEC (2009, p. 16), a crença é que o estudante seja um “jornalista profissional diplomado” por “formação universitária generalista, humanista, crítica e reflexiva” e o valor

está na atuação dele como “produtor intelectual e agente de cidadania”. Para o Brasil, o documento fecha as possibilidades de discussão sobre a identidade do profissional, ela é apenas uma e instituída pelo diploma, como resultado da diretriz curricular proposta para o campo.

Ao currículo, moldado pelo controle social (APPLE, 2006) e pela aprendizagem significativa (PÉREZ GÓMEZ, 2001), fica a consagração de “um antes e um depois” (BOURDIEU, 2008). A diferenciação do estudante de Jornalismo vem por instrumentos internos do currículo, tais como, Perfil do Egresso, Trabalho de Conclusão do Curso, Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares, todos dispostos no Projeto Pedagógico. O controle social é distribuído ao longo destes dispositivos que dizem buscar a intelectualidade e a cidadania dos seus agentes.

O MEC (2009) defende uma “identidade profissional singular” para o jornalista, diferenciada “dentro do campo maior da Comunicação”. O rito de instituição se estabelece pela particularidade, pela especificidade do campo, por uma “divisão social fundamental”, de acordo com Bourdieu (2008). Ficam claras para os agentes do Jornalismo, as representações e comportamentos esperados pela operação do currículo na formação dos futuros profissionais. Tudo é milimetricamente ajustado para dar impressão aos operadores do currículo de que as questões principais foram postas no sentido de garantir autonomia e legitimidade. Não há contestação das ideias apresentadas como forma de representação do real.

É possível perceber que o conceito de ritos de instituição aparece com maior destaque tanto no documento da UNESCO (2007) quanto do MEC (2009) quando do tratamento ao perfil do egresso dos cursos de Jornalismo que devem apresentar determinadas competências, responder a questões específicas de formação, a partir de diferenças, representações e comportamentos bem próprios da classe profissional.

As propostas para os futuros jornalistas definem aspirações impostas por conta de deveres mediante esforço e encorajamentos incessantes de apelos à ordem da profissão. E essas propostas no conteúdo dos documentos apontam para a perspectiva dos processos de ensino-aprendizagem com modelo no enfoque técnico que:

Não podem ser endereçados como processos físicos ou mecânicos, posto que os indivíduos que intercambiam representações simbólicas criam atitudes, idéias e condutas no próprio intercâmbio, imprevisíveis *a priori* e irreguláveis por meio de projetos e normas técnicas gerais e prévias. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 281).

Para Pérez Gómez (2001, p. 281), esses modelos de ensino pretendem “transformar todo o conhecimento em regras técnicas de intervenção, ignorando, por um lado, o caráter experimental, parcial e provisório de todo conhecimento”.

Assim, negligenciar a diferenciação estrutural entre os distintos domínios do conhecimento e entre o conhecimento escolar e o conhecimento do cotidiano, pode significar não reconhecer que o currículo apresenta uma forma institucional que vai além das realidades diárias das atividades de sala de aula e dos interesses dos agentes.

O que ambos os documentos curriculares têm em comum, é o ponto de partida o conhecimento e não o aluno, nem tampouco os contextos com que os alunos se defrontam, como intencionam os currículos concebidos para acomodar-se ao futuro emprego dos educandos.

Os documentos analisados como rito de instituição cumprem bem seu papel no campo do Jornalismo, abalado pela discussão em torno do diploma, que começa em 2001 e termina no ano de 2009. Consagram os direitos e deveres dos agentes do campo. Apresentam diferenças, pois tem alcances que vão do internacional ao nacional, mas não perdem a oportunidade de versar sobre o controle social a partir dos operadores da informação jornalística diária. O que está em jogo no campo do Jornalismo é possibilidade do rito de instituição defendido nas propostas não se estabelecer como legítimo.

Práticas anteriores ao documento do MEC (2009), que tratam do caso brasileiro, foram gestadas no campo do Jornalismo: o Conselho Federal de Jornalismo e a defesa pela obrigatoriedade do diploma, entretanto, como não obtiveram respaldo junto aos que as julgaram, o caminho foi apelar para o ensino como forma (re)estabelecer as perdas e tentar, mais uma vez, instituir o campo com todas as suas características mais fundamentais.

A proposta do Conselho Federal de Jornalismo está parada, quanto ao diploma, pelo documento do MEC (2009) é uma possibilidade de ritual para o campo. A obrigatoriedade dele para a contratação pelas empresas continua sendo defendida pelos agentes do campo, que por ocasião da suspensão pelo STF, recorreram aos agentes políticos com Propostas de Emenda Constitucional (PEC) para tentar restituir a validade do mesmo. O processo ainda corre no Senado e na Câmara Federais.

3.1.2 A força da representação

No interior das estratégias de poder percebidas no documento da UNESCO (2007, p. 10), destacamos o que se registra como objetivo da formação de jornalistas, isto é, “que disponham de um leque de competências exigidas pela profissão”.

O grupo, nesta proposição, impõe princípios de visão e divisão, que consagram um novo limite para o profissional formado, “a importância do desenvolvimento intelectual e as competências necessárias para a cobertura e a apuração jornalística e a redação de matérias, ao invés da subespecialização nos diversos tipos de mídia” (2007, p. 10).

No tocante às prescrições acerca da formação, este documento sugere que o desenvolvimento intelectual deva ser iniciado nas disciplinas de fundamentos (do Jornalismo), citadas como estratégia, também, no conceito de ritos de instituição. Ou seja, ao mesmo tempo, que significa a instituição da profissão serve como força de representação da mesma.

A UNESCO reitera a unidade em torno do curso de graduação, com duração de três ou quatro anos. Contudo, encaminha para uma relação entre outros cursos na formação do jornalista, uma vez que “o estudante de jornalismo poderia frequentar três ou quatro disciplinas de um curso de outra área, ao mesmo tempo, que continuaria progredindo na sua formação jornalística” (2007, p. 10).

Importante afirmar que a coisa nomeada, o curso de Jornalismo, as disciplinas, a duração dos estudos, reconhecem neste limite maneiras do grupo impor sua visão sobre a formação do futuro profissional.

Este documento propõe que o estudante frequentador da universidade obtenha, além do diploma de Jornalismo, uma formação em outro curso. Neste sentido, o grupo indica a objetividade e a identidade, aceitando os novos limites para o conhecimento na área.

A questão do limite é reforçada com as definições do andamento das disciplinas no decorrer do curso de Jornalismo. No primeiro ano, “20% das aulas devem ser dedicadas à prática profissional, 10% aos estudos do jornalismo e 70% às aulas de humanidades e ciências” (2007, p. 11). Visões e divisões continuam a ser determinadas, no segundo ano, “os percentuais são de 40%, 20% e 40%”, no terceiro ano, “80% das aulas são de prática profissional e 20% para humanidades e ciências” (2007, p. 11).

Para tal divisão percentual estão elencadas várias competências para o jornalista que será formado, tendo como meta a eficácia e a objetividade, o que indica um profissional com

“habilidades no uso das ferramentas jornalísticas e de adaptação às novas tecnologias e práticas inovadoras” (2007, p. 33). Um profissional que se adapte sem perder a identidade de grupo, com limites bem definidos do que é possível fazer no campo jornalístico.

Os limites do documento são baseados em outros determinados por muitas organizações de mídia e Jornalismo como, por exemplo: a “Declaração de Tartu da Associação Européia de Formação Jornalística”² (2006), documento que agrupa competências jornalísticas em três categorias: “padrões profissionais, jornalismo e sociedade e conhecimento”.

A força de representação da UNESCO como órgão internacional serve para reforçar a estratégia de poder do campo do Jornalismo, principalmente, nos países-membros que fizeram a consulta no intuito de definir balizamentos para a formação do jornalista nestes locais. Os interesses do grupo integrante da UNESCO aparecem na tentativa de oferecer um modelo único para o campo, mesmo levando em conta características de cada nação, cuja ideia é consagrar este novo limite para o currículo da formação do jornalista nos chamados países emergentes.

A flexibilidade da operação do currículo parece estar autorizada, dadas às especificidades de cada nação, no entanto, ao oferecer um modelo curricular, como é chamado o documento, os parâmetros apresentam-se como unidade e identidade.

As disciplinas de fundamentos na construção do documento da UNESCO (2007) são ponto de partida, mais uma vez, para representar a objetividade do grupo. Objetivamente os agentes apostam no fazer como conhecimento e reconhecimento do campo, que, neste sentido, enfrenta determinadas lutas simbólicas. A distribuição das disciplinas, que dividem o ensino em partes no currículo, reforça os interesses na manutenção do controle sobre os que virão a produzir um bem simbólico presente no cotidiano da sociedade, que é a notícia. Os estudantes terão, a partir da operação do documento, competências necessárias para executar cobertura e apuração jornalísticas.

De acordo com a chave de análise em questão, para a UNESCO (2009), os limites demarcados são representados por organizações de mídia e declarações mundiais em torno das questões do campo. A força de representação, ganha corpo, com a utilização de documentos que também vão reforçar os interesses dos agentes. Quanto aos campos da

² Elaborado na Estônia em junho de 2006, o documento diz que o princípio fundamental dos jornalistas é servir a sociedade e tendo como missões, aprofundar o entendimento sobre as condições políticas, econômicas e socioculturais; fortalecer a democracia, aumentar as chances para que os cidadãos escolham livre e conscientemente, fortalecendo a responsabilidade pessoal, respeitando a integridade do outro, sendo críticos frente às fontes, entre outros valores. (UNESCO, 2007, p. 38).

Comunicação e do Jornalismo, o documento da UNESCO (2007) também enxerga as proximidades e afastamentos entre eles e utiliza de uma visão equilibrada a respeito das interferências de um no outro. Diferente do documento organizado pelo MEC (2009) que defende mais claramente o campo do Jornalismo. Tal agrupamento parece conduzir a elaboração de respostas práticas às necessidades de um tipo específico de sociedade, a determinados modelos de vida e a certa hierarquia de valores.

Thompson (1998) aponta o poder como características dos meios de comunicação de massa, locais onde os futuros profissionais do Jornalismo vão cumprir suas funções. Como força de representação, o documento da UNESCO (2007) oferece receitas de como “fazer jornalismo” para dar suporte às democracias emergentes que vão operar o documento curricular na formação destes profissionais. O controle imposto ao currículo e a distribuição de conhecimento dão segurança aos estados-membros representados pela organização mundial.

O Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e a defesa da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão como práticas da força de representação foram caminhos percorridos pelos agentes na tentativa de estabelecer uma autonomia para o campo. Entretanto, as duas ações tiveram os trajetos interrompidos por campos que interferem sobremaneira na vida da sociedade brasileira, o político/legislativo e o jurídico. Apesar das manobras dos agentes do campo do Jornalismo, as propostas não encontraram eco e formalização nas duas áreas, que decidiram sobre as matérias levadas em plenário na Câmara Federal e no STF.

No que diz respeito ao documento do MEC (2009, p. 06), o Jornalismo “está nas expectativas da sociedade” e no atendimento a elas são indicados “o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias de argumentação”. Exige-se também o manejo “competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões consistentes e responsáveis” (2009, p. 06).

As novas práticas educativas (que geram e difundem significados, formando opiniões, preferências, aspirações, comportamentos) trazem um grande desafio ao currículo de Jornalismo.

E para o enfrentamento deste desafio é possível identificar a objetivação e a eficácia de um discurso que reforça a necessidade da sociedade, na qual o futuro jornalista estará inserido, de se abrir às novas formas culturais, aos problemas próximos, às novas formas de comunicação, na composição da identidade de quem faz parte do grupo. Nesta perspectiva, o

jornalista pode entender “o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir” (2009, p. 07). O grupo de jornalistas, tendo habilidade em ler todo este cenário conseguiria impor princípios de visão e divisão sobre o mundo contemporâneo com uma “nova fisionomia”.

Nesta luta simbólica em busca do entendimento, o profissional deste campo precisa conhecer e reconhecer seu papel, seu discurso e sua identidade. O que chamamos de luta simbólica está ancorada na perspectiva de uma linguagem que se apresenta como neutra, mas é carregada de interesses. Para Bourdieu (2008):

O recurso a uma linguagem neutralizada se impõe sempre que se trata de estabelecer um consenso prático entre agentes ou grupos de agentes dotados de interesses parcial ou totalmente diferentes; quer dizer, evidentemente, em primeiro lugar, no campo da luta política legítima, mas também nas transações e interações da vida cotidiana. (BOURDIEU, 2008, p. 27).

Este conceito refere-se ao limite como processo desta luta que os agentes travam em busca do conhecimento e do reconhecimento, pois os rituais representam o limite de todas as situações de imposição nas quais, por meio do exercício de uma competência técnica, que pode ser muito imperfeita, se exerce competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar e a falar com autoridade.

Outro fator importante levantado por Bourdieu, nesta perspectiva, é o peso de determinados agentes, uma vez que isso “depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica”. A partir do estágio conquistado, reconhecido, o futuro jornalista pode receber esta imposição (2008, p. 59 e 60).

Pela força da representação, o jornalista consagra um novo limite no intuito de reforçar a “dignidade do jornalismo e da profissão, e para tanto é indispensável à noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania” (2009, p. 07).

A prescrição oferece indícios de estratégias de poder revelando uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade, ou, pelo menos, em defesa dela. Também por este viés da unidade, o documento aponta, dentro da especificidade do curso, que o “Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho” (2009, p. 09). Objetivamente é necessário idealizar critérios de conhecimento e reconhecimento da profissão, principalmente, em nível nacional, foco essencial deste documento.

Neste sentido, pela força da representação revela que a área acadêmica de Jornalismo é mais antiga, pois o primeiro curso de graduação “surge nos Estados Unidos em 1908, e o primeiro doutorado na década de 1920. Quando do aparecimento da Comunicação, décadas mais tarde, várias escolas de Jornalismo já existiam”. Diz que “as duas áreas e suas respectivas concepções de cursos passaram a funcionar em paralelo, conforme as opções das diversas escolas, situação que em alguns casos perdura até o presente”.

Criando o conhecimento e o reconhecimento do campo, este documento expõe por um discurso estratégico de poder o quanto “a imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão” (2009, p. 11).

Revelando mais lutas simbólicas de identidade, informa que conteúdos fundamentais desaparecem ou foram diluídos em conteúdos gerais da Comunicação, “que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional”.

A ideia é finalizada com a declaração de que nos últimos anos, as áreas acadêmica e profissional do Jornalismo “apontam o desmembramento das diretrizes comuns e a retomada do curso específico como caminho para a solução desses problemas” (2009, p. 12).

Existe uma intersecção entre os documentos analisados quando os responsáveis por este último (2009), identificam que o órgão internacional revisou um equívoco histórico quando recomendou - curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da Comunicação.

O documento de 2009 reconhece algumas limitações, mas o mesmo não se dá no de 2007, que valoriza a “equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (400 horas para cada eixo, em média, reservadas 300 horas) para o Trabalho de Conclusão de Curso”.

O discurso produzido neste documento sugere que a “integração curricular deverá valorizar o equilíbrio da teoria e prática durante toda a duração do curso” (2009, p. 21) e, a objetivação e a eficácia deste discurso permeiam todo o documento, isto é, como expressão da força da representação.

Em consequência disso, estes documentos parecem ter negligenciado, ou pelo menos minimizado, o papel educacional fundamental do currículo, que decorre tanto daquilo para que as escolas servem, quanto do que elas podem ou não podem fazer.

Este mesmo documento trabalha com propostas práticas, pois o jornalismo é representado como expectativa da sociedade, e, desta forma, ganha força junto aos modelos de vida e hierarquia de valores construídos pelo documento em questão.

O domínio das técnicas é sugestão que reforça os limites para a atuação dos profissionais no campo. A técnica impõe-se como identidade daqueles que vão operar a produção de conteúdos na imprensa, nos meios de comunicação de massa. Seus organizadores defendem a força de representação do Jornalismo como suporte para a tomada de decisões “consistentes” e “responsáveis”, portanto, impondo uma visão e uma divisão do campo.

O reforço da identidade do jornalista, neste documento, se expressa na tomada da tecnologia como fator de interferência no trabalho do jornalista, o que incorpora rapidamente a nova fisionomia do campo, como necessidade que o profissional deve estar apto a resolver.

A representação é definida a partir da sugestão que o jornalista entenda o mundo que o cerca, se o cerca interfere na sua identidade, na sua unidade como grupo. O subtexto carrega critérios objetivos de formação deste profissional, apresentando as lutas simbólicas, com a tecnologia ao alcance de todos (incluídos no processo) como complicadora do trabalho profissional, ou a carga de necessidades impostas para o cumprimento das atividades jornalísticas.

A representatividade nomeada pelo campo é apresentada a partir do conhecimento e reconhecimento, pois o Jornalismo é profissão contida no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, portanto tem legitimidade. As estratégias de poder são apresentadas pelos organizadores do documento brasileiro por meio de justificativas bem consistentes com relação à força de representação do campo. A defesa continua no sentido de informar que a área do Jornalismo é mais antiga que a da Comunicação, portanto, há mais tempo representada.

Aqui as tensões entre os campos do Jornalismo e da Comunicação se tornam mais presentes no sentido de garantir ao primeiro, autonomia com relação ao segundo. Sendo assim, a justificativa prioriza as especificidades da profissão, características que devem ser ressaltadas neste momento histórico social brasileiro como forma de transformar o currículo em estratégia de poder para o estabelecimento do diploma como distinção, daqueles que estão autorizados a atuar na profissão.

O conceito de poder, descrito por Thompson (1998), aparece coisa nomeada apenas para o campo de Jornalismo, consagrando este limite entre os campos e impondo a profissão específica como única legítima. Os agentes do campo agem de forma objetiva para limitar as possibilidades de quem ingressa nos cursos de Jornalismo, impondo apenas a eles as características da profissão. Quem não responder às estratégias de poder não terá, segundo este documento, o conhecimento e o reconhecimento dos demais integrantes da área profissional.

Como força da representação, os agentes do campo arquitetaram práticas como o CFJ, com o objetivo de defender e acompanhar as atividades profissionais dos jornalistas por todo o Brasil. A iniciativa foi barrada pela representatividade dos campos político/legislativo e judiciário no confronto de interesses. O mesmo ocorreu com a discussão a respeito da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, levada a plenário o choque entre duas representatividades revelaram o poder maior de uma delas: a das empresas da área, dos donos, dos patrões. Os funcionários, empregados do Jornalismo não tiveram a defesa do diploma garantida. Mais uma vez o capital econômico obteve resultados benéficos à sua legitimação e autonomia.

Como ponto de partida, a referida chave de análise detecta uma ligação entre o documento da UNESCO (2007) e o do MEC (2009). Nos currículos a proposta de emergência da prática, sem o descuido com a teoria, apresenta-se como diretriz.

Para a organização internacional, aspectos peculiares a cada país-membro devem ter atenção na operação do currículo. No caso do Brasil, nossas características servem de patamar para a aplicação das sugestões.

As Propostas de Emenda Constitucional (PEC) aparecem posteriormente como tentativas de resgatar a regulamentação da profissão de jornalista no Brasil, reposicionando, assim, a representatividade do campo.

3.1.3 A DESCRIÇÃO E A PRESCRIÇÃO

Os responsáveis pela escrita do documento de 2007 utilizam de um programa de percepção para descrever o processo de necessidade da proposição deste documento curricular prescrevendo-o como indiscutível. Ele é necessário e uma resposta democrática aos pedidos endereçados ao órgão por países-membros com problemas neste campo.

A UNESCO, como um representante internacional, apresenta uma linguagem autorizada pelo grupo, veiculada por ele e investida da autoridade dele. Já que é um “organismo responsável pela promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento” (2007, p. 04).

Como linguagem autorizada, precisou do reconhecimento do grupo, isso se consolidou em reuniões internacionais para discutir o tema, além do acompanhamento e sugestões de especialistas, que acabou por legitimá-lo.

A crise no campo foi denunciada e como resolução do problema, o documento foi enunciado em eventos globais, destacando-se que o mais importante deles foi o primeiro Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo, realizado em Cingapura no ano de 2007.

Professores com reconhecida experiência na profissão utilizaram o “poder estruturante da palavra” na construção deste documento, contando também com apoio e acompanhamento de especialistas da Organização. O programa de percepção inseriu a adaptação do documento em outras línguas, como forma de manter o poder estruturante das palavras utilizadas: “o modelo curricular de jornalismo foi traduzido para o francês, espanhol, árabe, russo e, várias outras línguas, e está sendo amplamente distribuído em centros de formação de jornalismo”, os países em desenvolvimento e transição também receberam cópias deste documento (2007, p. 04 e 05).

Na intenção de prescrever sugere que “o currículo seja fonte de inspiração e ajuda para as instituições de ensino de jornalismo e professores”, pois os especialistas sabem que “o jornalismo e os programas educacionais” para o campo profissional “são ferramentas fundamentais na sustentação de princípios essenciais para o desenvolvimento de cada país” (2007, p. 05). É a linguagem autorizada veiculada pelo grupo investida pela autoridade do grupo.

A contextualização revela que educadores do campo foram procurados pelo organismo internacional para avaliar linhas mestras de um currículo para a formação do jornalista que fosse possível de ser adotado em países em desenvolvimento e democracias emergentes. A justificativa reforça o quanto o documento pode ser discutível, pois foi uma resposta a pedidos de orientação feitos por países-membros que desejavam implantar cursos de Jornalismo em seus sistemas educacionais.

Ao enunciar a pretensão, os idealizadores reforçam, mais uma vez, a descrição que prescreve, pois, segundo eles, “nossa única pretensão é de ter tentado criar currículos que, uma vez adaptados às condições locais, construirão os fundamentos para um bom ensino de jornalismo” (2007, p. 07).

Ainda acerca da pretensão, a ideia é preparar os estudantes para que sejam críticos a respeito do seu próprio trabalho e em relação ao de outros jornalistas. Nesta preparação persiste o programa de percepção com o objetivo de ordenar a operação do texto produzido, do discurso estruturante e, aparece a figura do grupo e como ele se pensa na realidade.

Neste contexto parece estar estabelecida a existência de uma estrutura social de dominação que, ao organizar as práticas e percepções sociais, opera em todas as dimensões, interpelando os diversos agentes e definindo-os um em relação aos outros. Tal exercício

elucida as ações sociais mobilizadas pelo *habitus*, que só podem se travar a partir da existência simultânea de um consenso tácito, porém generalizado, acerca das regras que definem o jogo social e que estabelecem que este mereça ser jogado.

O jogo estabelecido pelo documento da UNESCO (2007) estrutura por meio da palavra, uma descrição sustentada por reuniões internacionais, que autorizam o grupo a propor programa de percepção. Todo o processo é idealizado por especialistas ligados ao órgão internacional, que constroem como estratégia tornar o documento resultado de discussões com todos os envolvidos e interessados no currículo, fonte de inspiração para ajudar às instituições de ensino que oferecem a formação do jornalista, bem como os professores que são os principais operadores do currículo.

Ainda como forma de sustentar o jogo, a organização descreve o Jornalismo como ferramenta para garantir o desenvolvimento dos países, e por isso, o ensino dos conteúdos ligados à referida profissão devem ter acompanhamento interessado por parte dos agentes do campo. Aos educadores são prescritas linhas mestras para a operação do currículo no sentido do resultado apontar para a prática de um bom jornalismo. A adaptação é preocupação constante deste documento, compreensível, pois a organização mundial representa 193 países³.

Justamente por conta desta característica há cuidado em tratar no documento, questões relativas às especificidades dos campos da Comunicação e do Jornalismo. Isso se registra no texto, pois são encontradas referências aos dois campos, sempre respeitando como são abordados em cada um dos países-membros. As relações entre a Comunicação e o Jornalismo aparecem também nos anexos do documento, quando são descritas e prescritas as disciplinas que comporão o currículo.

Aspectos ligados ao poder, como conceito apresentado por Thompson (1998), são detectados no modelo sugerido pela UNESCO (2007) a partir da descrição, no sentido de oferecer subsídios, ou seja, prescrever, para que os países-membros possam garantir o desenvolvimento de cada nação partindo dos operadores das informações que serão lidas, ouvidas e assistidas nos territórios que a UNESCO acompanha com sugestões nas áreas de Ciência, Educação e Cultura.

Já com relação ao CFJ e também à obrigatoriedade do diploma são encontrados aspectos que identificam a chave de análise, tais como a tentativa de localizar o diploma como linguagem autorizada, que foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal e, também, no sentido

³ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

do grupo pensar a realidade dele com um Conselho, que poderia livrar os agentes de terem o diploma suspenso pela mais alta corte jurídica do país.

Para o documento do MEC, além do grupo poder pensar a sua realidade, o caso brasileiro, a missão da comissão de especialistas nomeada pelo Ministério foi de “repensar o ensino do jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação”. Isso ocorre por conta do “fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando cidadãos e formando as correntes de opinião pública” (2009, p. 01).

Um mesmo programa de percepção é organizado neste documento, assim como no da UNESCO (2007), destacando a discussão pública do conteúdo presente na proposta brasileira. A participação dos cidadãos envolvidos direta e indiretamente com o tema também descreve a preocupação dos especialistas e simultaneamente prescreve o documento como discutido por todos e, portanto, indiscutível.

O cenário brasileiro do campo jornalístico, quando da elaboração do documento, passa por transformações e elas são imediatamente incorporadas ao discurso deixando-o, ainda, sobre a prescrição de indiscutível.

No ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal revoga a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, o que levou os especialistas brasileiros a lançarem mão do poder estruturante da palavra. Neste caso, passam a tentar entender o que ocorria e encontram legitimidade nas declarações explícitas das empresas do ramo, assegurando que, mesmo sem a obrigatoriedade do diploma, continuarão a contratar os graduados em Jornalismo que tenham competência profissional.

Tomando a linguagem autorizada como ponto de partida, o documento brasileiro descreve o cenário tecnológico como um desafio na formação do jornalista, já que “novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo” (2009, p. 04). Por isso, mais uma vez, o campo jornalístico precisa repensar seu papel neste cenário.

No plano internacional, as necessidades aparecem dando destaque ao Jornalismo como espaço para garantir a democracia, mas, parece que no Brasil, as necessidades são outras. Aspectos tecnológicos da informação, o diploma e as novas configurações comunicacionais fazem parte do programa obrigatório de percepção do cenário brasileiro.

Todas as mudanças apontam para uma nova compreensão do Jornalismo, “que terá que assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público” (2009, p. 04). A complexidade do cenário repousa sobre a linguagem autorizada, no seu processo de autonomia e legitimação.

As crises instituídas no campo do Jornalismo descrevem perguntas que precisam de respostas prescritas rápidas para que o grupo não perca sua autoridade ou pelo menos a crença de que ela exista.

Assim, o documento identifica a nova fisionomia do Jornalismo que “relativiza teorias e crenças que historicamente sustentavam o poder hegemônico das redações tradicionais” (2009, p. 06). Contudo, a dificuldade instaura-se quando a realidade do grupo esbarra na falta de contribuição para a construção de uma realidade que aponte para o indiscutível.

O momento é de discussão do campo jornalístico e do embate de forças no sentido de estabilizar o cenário. Se pensarmos relacionadamente este momento do Jornalismo, centrados no conceito de campo, diríamos que cada campo possui a sua lógica própria, e a autonomia dele será tanto maior quanto mais determinante se revela a sua lógica interna.

Estas discussões podem estar relacionadas também às questões econômicas e de poder que permeiam o currículo.

Elas ampliam e dão legitimidade a determinados tipos de recursos relacionados a formas econômicas desiguais. A fim de atender isso, devemos pensar sobre os tipos de conhecimento que as escolas consideram os mais importantes, que pretendem maximizar. Definirei isso como conhecimento técnico, não para desaboná-lo, mas para diferenciá-lo, digamos, da estética, da boa forma física, etc. O conceito de maximização do conhecimento técnico é útil, penso eu, para começar a desvelar algumas conexões entre o capital cultural e o capital econômico. (APPLE, 2008, p. 71).

As estratégias contidas nos documentos analisados apontam para a relação entre os capitais e, também, para apontamentos ligados ao interesse econômico como necessidade de formação de profissionais mais técnicos, que responderiam mais rápido e de forma competente ao mercado de trabalho/emprego.

Apple reforça que “as regras sociais e econômicas constitutivas ou subjacentes fazem ser essencial que os currículos centrados em disciplinas sejam ensinados e que o *status* de alto nível seja dado ao conhecimento técnico” (2008, p. 73). Isso apresenta uma facilidade, pois é mais fácil estratificar os indivíduos de acordo com critérios acadêmicos quando se usa o conhecimento técnico.

O aspecto técnico da formação do jornalista está presente nos documentos, bem como iniciativas de uma formação mais crítica e reflexiva. No entanto a necessidade de aproximação com as técnicas do cotidiano profissional, a rapidez da compreensão e utilização de tecnologias, capacidades e competências revelam um currículo em que o conflito aparece como forma institucionalizante do currículo oculto.

O currículo oculto serve para reforçar as regras básicas que envolvem a natureza do conflito e seus usos. Ele impõe uma rede de hipóteses que, quando internalizadas pelos alunos, estabelece os limites de legitimidade. Esse processo realiza-se não tanto pelos exemplos explícitos que demonstram o valor negativo do conflito, mas pela quase total ausência de exemplos que demonstrem a importância do conflito intelectual e normativo em diferentes áreas do conhecimento. O fato é que essas hipóteses são obrigatórias para os alunos, já que em momento algum foram articuladas ou questionadas. Pelo próprio fato de serem tácitas, de não estarem no topo, mas na base de nossos cérebros, é que aumenta seu potencial para tornarem-se aspectos de hegemonia. (APPLE, 2008, p. 130).

As contradições encontradas nos documentos ressaltam que mesmo sugerindo profissionais com características mais humanas, essas práticas apresentam-se insustentáveis. Isto porque as estratégias materiais e simbólicas que nelas se geram e explicam, tornam necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e, não como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

Repensar o modelo de formação do jornalista, prescrição idealizada pelo MEC no documento de 2009, ancorado na descrição acerca do contexto de uma sociedade em transformação, acaba por prescrever, que o Jornalismo fortalece a democracia, pois tem papel decisivo para informar o cidadão e formar correntes de opinião pública.

Neste cenário a discussão pública apresenta-se como justificativa para o fortalecimento deste documento, já que ele passa por apreciações de vários setores da sociedade, ao mesmo tempo, que sofre interferências, organiza-se de forma sintética e, finalmente, é enunciado como algo indiscutível.

Estratégia clara dos agentes do campo no documento de 2009 é a incorporação imediata de alterações no cenário da profissão de jornalista no Brasil, a principal delas, a suspensão da obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo. Além disso, o tratamento de temas como a tecnologia e as novas configurações comunicacionais, resultantes dela.

A descrição da crise no campo do Jornalismo acaba por prescrever armas para o enfrentamento e, neste caso, parece conter a denúncia do que interferiria na autonomia da profissão, ao mesmo tempo, que se enuncia o caminho da formação acadêmica como saída para o problema.

Este documento, neste sentido, propõe a operação do currículo por disciplinas que vão dotar aos indivíduos, formados em nível superior, de competência para o mercado de trabalho, baseada no conhecimento técnico. Conhecimento esse cuja defesa atrela-se ao

desenvolvimento de habilidades, para que sejam capazes de enfrentar as mudanças tecnológicas e as discussões em torno da suspensão do diploma para o exercício da profissão.

Se o estudante responder a estas necessidades, conquistará o diploma e todos os benefícios trazidos por ele, mesmo que sua validade esteja, acreditam os agentes do campo, suspensa temporariamente.

O currículo como resposta às demandas do campo, apresenta-se como a descrição do caminho a ser percorrido pelos interessados em fazer parte do campo. O que para os agentes significa investir interesses no sentido de prescrever um futuro para a profissão, ao mesmo tempo, que colocar limites e reforçar incessantemente o sentido de autorização do grupo. Autorização que, pensando a realidade dos profissionais integrantes, se estabelece em um caminho da formação, para o qual a interiorização dos *habitus* do campo em que pretende atuar, já seja um processo.

Na construção dos campos da Comunicação e do Jornalismo, a descrição e prescrição, são delineadas no programa de percepção sobre cada característica que os identifica. Quando descritos como autônomos, estes campos apresentam tensões e agentes que trabalham para que eles existam, uma vez que aspectos descritos e prescritos fazem parte dos conteúdos presentes nas suas distintas composições.

As categorias pelas quais os agentes pensam os campos, bem com as realidades e unidades instituídas são detectadas, de um lado, servem como poder para os agentes que estão investindo neles, de outro, tornam-se indiscutíveis para os que depositam esforços intelectuais e objetivos na continuidade deles.

Quanto às práticas, que partiram de propostas como a do CFJ e a defesa da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, as chaves de análise permitiram identificar as defesas idealizadas pelos agentes do campo do Jornalismo.

No tocante a essas identificações, o CFJ ao descrever caminhos para o acompanhamento e fiscalização das ações dos agentes jornalistas, prescreveu sanções aos que não cumprissem os limites da profissão, estabelecendo características específicas para os que poderiam atuar como profissional da área, definindo, também, o programa de percepções para que o grupo conhecesse e reconhecesse a sua realidade.

A defesa do diploma ocorre pela descrição necessária àqueles que forem trabalhar no campo, prescrevendo a obrigatoriedade de sua utilização como única opção para os que almejam fazer parte do grupo, de uma unidade, da realidade da profissão de jornalista.

Os documentos curriculares prescreveram o diploma como forma de ingresso no mundo particular do Jornalismo, entendendo a tensão do campo, mas apostando nesta peça de

poder para estabilizar a profissão. Desta forma, apelaram para sociedade, que precisa do Jornalismo para o seu desenvolvimento, ancorados na informação e formação do cidadão. Os formados e diplomados por esses currículos seriam técnicos na operação dos conteúdos jornalísticos.

Neste sentido, quando uma sociedade ‘exige’, tanto econômica como culturalmente, a maximização (não a distribuição) da produção de conhecimento técnico, a ciência que se ensina estará separada das práticas humanas concretas que sustentam a “produção” dos agentes.

Quando uma sociedade “exige”, economicamente, a “produção” de agentes que tenham internalizado normas que enfatizam o envolvimento com trabalhos frequentemente sem sentido para os próprios agentes, que enfatizam a aceitação de nossas instituições políticas e econômicas como sendo estáveis e sempre benéficas, que enfatizam uma estrutura de crenças que depende do consenso e uma lógica positivista e técnica, então podemos esperar que os currículos formais e informais das escolas, o capital cultural, se tornem aspectos de hegemonia. (APPLE, 2008, p. 145).

Este mesmo autor propõe que “a lógica interna dessas tensões e expectativas definirá os limites, as regras constitutivas, que passarão a ser nosso senso comum” (2008, p. 145). Estes limites e regras vão definir a eficácia simbólica dos ritos de instituição, revelar as estratégias de poder da força da representação e expor o programa de percepção dos atos de descrever e prescrever. Tudo com o aval de documentos organizados pelo/para/dentro do campo do Jornalismo.

3.2 AS CHAVES DE ANÁLISE NAS PRÁTICAS DO CAMPO DO JORNALISMO

As tentativas de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), a suspensão provisória do diploma pela Justiça Federal e definitiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a queda da Lei de Imprensa e, posteriormente, a elaboração de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) para a Câmara e o Senado Federais foram práticas instituídas ao estabelecimento dos documentos da UNESCO (2007) e do MEC (2009) no campo do Jornalismo.

Na condição de práticas também apresentam características ancoradas nas chaves de análises estruturadas para analisar os documentos curriculares. Por isso, incursionamos por essas ações na perspectiva de identificar como elas se expressam na composição dos campos da Comunicação e do Jornalismo.

3.2.1 Conselho Federal de Jornalismo (CFJ)

As tentativas de criação de um órgão de fiscalização profissional, o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), foram ações no sentido de estabelecer “um antes e um depois” na organização do trabalho dos profissionais formados e diplomados. Enquanto rito de instituição tal criação foi proposta ao Governo Federal em duas ocasiões, com dois partidos diferentes no poder, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A intenção de “agir sobre o real e a representação” dele sucumbiu a duas derrotas, a primeira por conta do interesse da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) em assumir a responsabilidade de conceder o pré-registro de jornalistas e, na segunda, por um acordo de lideranças partidárias que em “votação simbólica” rejeitou a proposta. Votação essa constituída no campo político, mas que encontra eco no campo educativo, uma vez que relacionados aos conceitos de poder e capital.

Com o CFJ haveria a “elevação do nível de aspirações” que levariam ao “reconhecimento” de toda a classe de agentes, no entanto, interesses internos e externos complicaram os resultados esperados pelos jornalistas. A intenção de valorizar/organizar/legitimar a profissão e, desta forma, deixar uma herança para os bacharéis formados em Jornalismo não se concretizou. Os herdeiros tiveram que se adequar ao que havia sido estabelecido para eles sem a figura de um Conselho.

No que diz respeito à força de representação, o CFJ seria a materialização deste conceito, uma vez que o poder, a identidade e o reconhecimento viriam por meio da instituição deste Conselho, que representaria para os profissionais do campo a objetivação das estratégias de poder que o grupo pretendia impor como “visão” e “divisão”, estabelecendo limites para todos.

As forças internas (que clamavam pelo registro profissional quando este seria de responsabilidade do Estado) e, externas (votação pela rejeição da criação do CFJ sem as devidas discussões) ao campo, tiveram papel crucial na suspensão de uma prática que poderia salvar os agentes de problemas que, num futuro próximo, vieram a complicar a legitimação/autonomia do Jornalismo brasileiro.

Quanto ao descrever e prescrever, a criação do CFJ enquanto prática seria a da profissão pensada, representada e realizada por ela própria contribuindo para a legitimidade/autonomia do campo. Tal fato representaria, estrategicamente, a autoridade do grupo sobre ele mesmo, ou seja, pelo poder estruturante da palavra. A possibilidade de

fiscalizar a profissão de jornalista daria ao CFJ um “programa de percepção” para os agentes do campo, bem como a capacidade de narrar/contar/detalhar e também revelar/ordenar/receitar.

Observando a proposição do CFJ, a partir dos campos da Comunicação e do Jornalismo, a proposta apontava para uma defesa específica do segundo como forma de estabilizar a profissão no Brasil.

As tentativas foram idealizadas neste sentido, mas outros poderes instituídos (legislativo e executivo) decidiram não aceitar a solicitação dos profissionais da área. Contudo, a apresentação da proposta demonstrava o interesse dos agentes do campo na força de uma representação em nível nacional, que garantiria estabilidade e reconhecimento do Jornalismo.

A ideia era que o CFJ instituísse, pelo rito, as intenções dos representantes do campo para que toda a sociedade identificasse o nível de organização. O rito foi suspenso por interesses de campos que influenciam e são influenciados pelo Jornalismo. O poder destes definiu o controle sobre todo o processo.

Nos documentos curriculares da UNESCO (2007) e do MEC (2009), o CFJ não aparece citado, nem quando eles tratam de questões históricas ou fundamentos do campo. No caso da UNESCO apenas são citadas as adequações de acordo com as estruturas de cada país, sendo assim, se este tipo de representatividade estiver presente, naturalmente, deverá ser levado em conta na operação do currículo, para formação do jornalista deste determinado país.

Quanto ao documento do MEC (2009) não há citação direta a esta prática, contudo ela aparece intrínseca à defesa da organização da profissão, que percorre todo o texto. Com um CFJ as reivindicações do campo ganhariam peso, representação e provavelmente, algumas justificativas no sentido de descrever especificidades da profissão estariam resolvidas e oficializadas.

Sem o CFJ, receitar determinadas ações de controle e suporte para o campo ficava mais complicado. Por exemplo, as diretrizes curriculares enviadas ao MEC em 2009 ficaram até o final do ano de 2013 (como já informado) aguardando parecer do Conselho Nacional de Educação. Entidades representativas do campo como a FENAJ, o FNPJ, entre outros, apresentaram solicitações, por meio de documentos oficiais elaborados durante congressos e encontros, na perspectiva da agilidade na aprovação do processo. Com um CFJ este período de espera para a aprovação poderia ter sido menor.

3.2.2 Diploma na Justiça Federal, no Supremo Tribunal Federal (STF) e a Lei de Imprensa

Cronologicamente, o diploma foi suspenso provisoriamente em 2001 por intermédio da Justiça Federal, sendo a primeira tentativa de suspender os fundamentos da profissão.

No tocante às chaves de análise, o rito de instituição, desta vez, veio do campo jurídico contra o do Jornalismo. Havia a intenção da justiça de consagrar “um antes e um depois” da exigência do diploma para o ofício de jornalista.

A suspensão representou um “processo de comunicação” por meio de justificativa, que identificava o período e a forma como a profissão foi oficializada na Carta Magna da nação. Quanto à herança deixada, mais uma vez, a instabilidade pairava sobre o campo do Jornalismo.

O campo jurídico decidiu sobre o futuro dos profissionais formados e a serem formados nos cursos de Jornalismo, utilizando características da segunda chave da análise em questão, a força da representação.

A força do campo foi determinante para minar todas as intenções do Jornalismo em se reconhecer pelo poder da “coisa nomeada”. A identidade do grupo foi colocada em cheque, deixando as chances das “lutas simbólicas” internas pela legitimação/autonomia do campo sem “conhecimento/reconhecimento”.

O parecer da Justiça Federal seria a peça que descreve uma decisão fundamentada na leitura das leis e prescreve ações posteriores a este entendimento. Mesmo com a possibilidade do parecer ser reavaliado em outras instâncias, o deferimento dado tornava “indiscutível”, ou seja, “linguagem autorizada” no campo jurídico.

A realidade que o grupo projetava sobre ele ganha instabilidade. Como forma de representação, o grupo reage, apelando às instâncias superiores obtendo algumas vitórias, entretanto, a profissão começa a ser desestabilizada com os próximos passos cada vez mais complicados.

Alguns anos depois, em 2009, a Lei de Imprensa é levada a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), última instância do campo jurídico no Brasil. Como rito de instituição, a Lei era um dos documentos que regulamentava os meios de comunicação e o trabalho dos jornalistas, apesar das distorções que apresentava e a época que foi instituída, em pleno regime militar.

Depois de duas sessões em plenário, a Lei foi suspensa por completo e os herdeiros do Jornalismo ficaram mais preocupados com o futuro da profissão no Brasil. A “crença nos valores” do título social havia sido abalada por decisão em última instância no campo jurídico, campo este que vinha e vem ganhando poderes, cada vez mais, absolutos.

Como força da representação, a Lei de Imprensa representava para o campo do Jornalismo parte da identidade dos profissionais da área. O poder a ela conferido “consagrava limites” nos modos de fiscalizar os meios de comunicação e o trabalho do jornalista, portanto, “coisa nomeada” do campo, usada de forma objetiva para as leituras de processos ligados ao *habitus* da imprensa no Brasil.

Ao descrever e prescrever, a Lei era “linguagem autorizada” e “indiscutível” para os agentes do campo, ou melhor, estratégia que culminaria na suspensão permanente do diploma de jornalista no Brasil.

A revogação da Lei foi o passo inicial do campo jurídico para desconfigurar o “programa de percepção” do “poder estruturante das palavras” para a profissão de jornalista. Em mais esta oportunidade, o campo jurídico interferiu nos rumos da organização do Jornalismo.

No mesmo ano, de 2009, o julgamento de um Recurso Extraordinário (RE) no Superior Tribunal Federal (STF) coloca em discussão a constitucionalidade da exigência do diploma e a obrigatoriedade do registro profissional para exercer a profissão. No relato do processo aparecem as chaves de análise levantadas aqui, bem como no posicionamento dos agentes do campo do Jornalismo com relação ao processo como um todo.

As duas teses dos recorrentes, Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo e, dos recorridos, União, FENAJ e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que sustentavam a controvérsia constitucional sobre a obrigatoriedade do diploma discutem o “rito de instituição” do campo jornalístico, ou seja, o Decreto-Lei de 1969 que regulamenta a profissão de jornalista e a sua recepção na Constituição de 1988.

Este “antes e depois” da regulamentação do campo entra em discussão nas considerações do relator do processo. O argumento dos recorrentes tenta derrubar a “consagração” legitimada pelo diploma, enquanto que o dos recorridos busca a “valorização” deste título social e toda a crença no valor dele.

A discussão em torno da identidade do profissional torna-se clara nas colocações do relator do processo no STF, Ministro Gilmar Mendes, que defende a ideia da não especificidade de atividade na profissão de jornalista, reforçando que fazer um curso de

graduação não oferece a formação necessária para trabalhar na área e, por fim, declarando que o decreto-lei que criou a profissão em 1969 foi “editado sob a égide do regime ditatorial” e “o referido ato normativo atende a outros valores que não estão mais vigentes em nosso Estado Democrático de Direito” (2009, p. 90 e 91). A herança, neste caso, torna-se um empecilho para a legitimidade do campo.

O julgamento no STF seria a própria força da representação, pois apresentava as estratégias de poder do campo jurídico, que a partir dos votos dos Ministros, seguindo as posições do relator, impunha uma nova visão ou nova divisão sobre os rumos da profissão no Brasil.

As lutas simbólicas pelo conhecimento e reconhecimento do grupo foram desestabilizadas, a “visão única da identidade do grupo”, bem como sua “unidade”, passaram a ser desconsideradas na votação.

Assim como o ritual do julgamento, o relatório apresentado “descreve” minuciosamente todos os detalhes que desqualificariam o diploma de jornalista, ao mesmo tempo, que “prescreve”, a partir deste pressuposto, os caminhos que a profissão percorreria após a decisão.

A defesa da não necessidade do diploma apresentava-se descrita com todo o “poder estruturante da palavra” no campo jurídico, tornando-se “indiscutível”. Ancorada na linguagem autorizada, veiculada e investida pelo poder do grupo de Ministros do STF, o documento apresentado pelo relator do processo mostrava-se como um “programa de percepção”, inclusive, destacando que com o fim da obrigatoriedade do diploma, os cursos não seriam extintos e muito menos a profissão.

Todo este cenário delineado na sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal quando Mendes determina como pedido pelo Ministério Público Federal que “seja obrigada a União a não mais registrar ou fornecer qualquer número de inscrição no Ministério do Trabalho para os diplomados em jornalismo”; “seja obrigada a União a não mais executar fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau de curso universitário de jornalismo”; “sejam declarados nulos os autos de infração contra indivíduos em razão da prática do jornalismo sem o correspondente diploma” e “trancamento de eventuais inquéritos policiais tendo por objeto a apuração da prática de delito de exercício ilegal da profissão de jornalista” (2009, p. 02).

Após a decisão, os principais órgãos representativos dos jornalistas profissionais no Brasil organizaram manifestos, como forma de reagir. Importante salientar que num julgamento, acusação e defesa elaboram documentos e articulam por meio de advogados e

promotores, narrativas muito parecidas, pois partem de um mesmo referencial, no entanto, defendem pontos de vista diametralmente diferentes.

Neste caso, tanto o campo jurídico quanto o jornalístico agem de formas semelhantes, observando de lados opostos a permanência ou o abandono do rito de instituição, da força da representação e da descrição e prescrição do que está sendo analisado em plenário. Os interesses dos agentes diferem, mas funcionam de forma similar.

Quanto às questões ligadas ao campo da Comunicação e do Jornalismo, as suspensões, provisória e definitiva, vão direto ao diploma como ferramenta de luta entre os dois. O Jornalismo em processo de legitimação e autonomia do campo é abalado com as propostas que colocam a Comunicação Social como guarda-chuva sobre as habilitações, bem próximo da época em que a profissão é regulamentada, em 1969, no entanto, o primeiro currículo mínimo para os cursos de Jornalismo ocorre no ano de 1962⁴. Em 1969, as habilitações que existiam eram, segundo Moura (2002, p. 86), em Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

Em 2001 começa o processo de suspensão desta peça fundamental, o diploma. Com a suspensão provisória, o campo da Comunicação ganha força. Paralelamente, os agentes do campo do Jornalismo vão buscar estratégias para resgatar o que havia sido desconfigurado. As lutas foram constantes durante este período, mas em 2009, a votação de Lei de Imprensa que, de certa forma, versava sobre a profissão de jornalista é suspensa pelo STF. A crise do campo se agrava a votação seguinte, a suspensão definitiva do diploma para o exercício da profissão no Brasil.

Partindo do conceito de campo, pesquisado por Bourdieu (2004), todos os integrantes estão ligados fundamentalmente a existência dele e com a existência suspensa as ligações fundamentais perdem força. A confusão com relação à identidade profissional e seus documentos é instaurada, o principal deles cai em descrédito. Mas como os agentes ainda ocupam o campo, estratégias são montadas para tentar rever o que foi perdido. Estas estratégias baseiam-se no poder simbólico, único disponível para um campo sem rumo, em busca dele, várias formas de ações são investidas pelos agentes interessados em retomar os limites, impor o ritual do diploma a partir de um discurso próprio. Eles vão então procurar agentes de outros campos para buscar apoio na tentativa de resgatar modos de pensamento, ações objetivas e fronteiras que foram (des)configuradas pela justiça.

⁴ De acordo com Moura (2002, p. 88), o currículo mínimo foi instituído pelo parecer 323/62 do Conselho Federal de Educação. A estrutura do currículo mínimo era composta por três eixos com disciplinas gerais, especiais e técnicas.

3.2.3 Propostas de Emenda Constitucional (PEC) na Câmara e Senado Federais

Ainda em 2009, como forma de reação à decisão do STF, duas Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) foram apresentadas ao poder legislativo com o objetivo de rever a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Elas estão em processo de votação uma na Câmara Federal (386/2009) e outra no Senado Federal (33/2009). Analisadas pelo conceito de rito de instituição, as propostas apresentam a tentativa dos agentes do campo em (re)instituir a “eficácia simbólica do real”, retomar o valor do título social, no caso, o diploma do jornalista. Desta forma, as PEC objetivam uma “divisão social fundamental”, perdida graças à decisão descrita anteriormente.

As propostas, vistas como rito, pretendem a (re)instituição de tudo o que foi perdido pelos agentes. As estratégias reaparecem como ações sobre o real, com a meta de consagrá-lo e legitimá-lo novamente. Quando a instituição do “ato da magia social” está suspensa, é preciso encontrar saídas para que o diploma volte a ter validade, e a herança dele permaneça.

Como força da representação, as PEC na Câmara e no Senado são recursos dos agentes ao campo político/legislativo com intenção de rediscutir a decisão tomada pelo jurídico. Houve a necessidade de encontrar um campo com poderes semelhantes ao da justiça para recorrer de forma próxima como “estratégia de poder”, na pretensão do grupo em reassumi-lo. Não adiantaria recorrer a campos com poderes menores que o jurídico para apresentar as propostas. A ação do grupo foi rápida e encontrou suporte nos dois ambientes que ofereceram a possibilidade da (re)conquista da identidade profissional perdida.

A estratégia encontrou suporte tanto na Câmara quanto no Senado Federal e em dois documentos elaborados de forma semelhantes solicitando o retorno do diploma como exigência para o exercício da profissão de jornalista no Brasil, a ação consagra “um novo limite”, que parte das justificativas dadas para a derrubada do limite anterior. Toda a identidade do grupo, bem como sua objetividade é utilizada com este intuito.

Em essência as PEC são prescrições para descrições que foram contestadas, pois apresentavam brechas ou então faziam parte de uma luta de interesses. Dessa forma, constituem-se em um “programa de percepção” aliado ao “poder estruturante das palavras”, “denunciam sobre a aparência de enunciar”, tornando-se “indiscutíveis”. Impõem-se como a “linguagem autorizada” que representa o grupo e são investidas pela autoridade do grupo

também. O campo do Jornalismo aliado ao da política revela-se como força do grupo, conseguir representatividade e defender sua identidade.

Neste contexto, as PEC arquitetadas pelos agentes do campo do Jornalismo podem ser consideradas estratégias anexas à volta da regulamentação da profissão de jornalista no Brasil e, conseqüentemente, o retorno da obrigatoriedade do diploma. São espécies de apêndices do documento curricular do MEC (2009) e foram produzidas no mesmo ano em que as diretrizes curriculares foram enviadas ao Ministério para avaliar.

De forma intrínseca ao processo, a defesa dos diplomados traz a intenção de garantir vantagens apenas a um determinado grupo social, isso serviria à reprodução da classe dominante.

No que tange às estruturas do campo da Comunicação e do Jornalismo, as PEC são documentos que transitam entre as tensões existentes nos dois. Isso por que as PEC defendem a regulamentação da profissão e o diploma de jornalista no país. A defesa era apenas das particulares do Jornalismo, ignorando o campo da Comunicação. Os indivíduos, que defendem este ponto de vista, têm a intenção de reassumir o poder, que segundo Thompson (1998), é a capacidade de agir para atingir os próprios interesses de forma objetiva, intervindo no curso dos acontecimentos e conseqüências.

Essas PEC funcionam também como mais um dispositivo descrito por Bourdieu, a chamada *illusio* que seria a crença num novo jogo e tudo o que pode passar a ter valor nele. Ou seja, a possível aprovação das emendas constitucionais funciona como esta intenção que o resultado pode mudar em favor dos jornalistas e se o resultado for positivo, os valores que virão, abrem o novo jogo para os agentes do campo do Jornalismo.

Estas práticas estratégicas somadas aos documentos curriculares produzidos pelo/para/sobre o campo do Jornalismo revelam, ao final da análise, aqui proposta, os posicionamentos dos agentes na consagração e legitimação das linguagens autorizadas em busca do poder simbólico destes dispositivos constituídos. Utilizam-se da instituição (pelo rito), representação (pela força), descrição e prescrição deles para estabelecer seus interesses nos limites do campo, na perspectiva de transformá-los. O grande recurso do poder simbólico aqui posto é o diploma de jornalista, ancorado pelos documentos curriculares da UNESCO (2007) e do MEC (2009), defendido, antes da suspensão, pelo Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), Lei de Imprensa e decreto-lei que regulamentava a profissão e depois da suspensão pelas Propostas de Emenda Constitucional (PEC).

4 RECURSOS DE PODER E ESTRATÉGIAS DE CONVERSÃO NO CAMPO JORNALÍSTICO (OU NOTAS FINAIS)

Esta pesquisa objetivou analisar os documentos curriculares organizados pela UNESCO em 2007 e pelo Ministério da Educação em 2009, bem como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), a suspensão provisória do diploma pela Justiça Federal e definitiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a queda da Lei de Imprensa e, posteriormente, a elaboração de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), na perspectiva da economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à linguagem e ao poder simbólico. Para tanto, produziu processos de identificação e análise da disposição dos agentes no confronto ou consolidação do poder simbólico das fontes documentais e dialógicas no campo do Jornalismo, a partir das chaves de análise, *ritos de instituição, força da representação e descrever e prescrever*; identificar e analisar os *recursos de poder e estratégias de reconversão*, dos agentes do campo do Jornalismo na perspectiva do contorno das crises de autonomia/legitimação que transitam entre os documentos curriculares, as práticas e a diplomação.

Tais objetivos visavam responder a hipótese delineada, que parte da premissa, de que os documentos curriculares e as práticas seriam recursos de poder e estratégias de (re)conversão - a defesa do diploma como força de distinção - em um campo determinado por crises de autonomia e legitimidade, que acabaram por criar condições para o aparecimento de uma *illusio*, o campo jornalístico existe apenas/ou é legítimo e autônomo, se houver a diplomação.

Diante disso, este capítulo, que também pode ser apreendido como Notas Finais, pretende apresentar nova leitura, da mesma hipótese, configurada a partir daquilo que Bourdieu investiga como recursos de poder e estratégias de conversão e, retomamos aproximações aos campos da análise, isto é, da Comunicação e do Jornalismo.

No processo de identificação de alguns indicadores de nova leitura do exercício de análise construído ao longo desta tese, recorreremos a Thompson (1998) com os conceitos de ação, poder e comunicação, que entendemos presentes nos textos dos documentos curriculares. A ação, no documento de 2007, desenvolveu-se na perspectiva dos indivíduos, isto é, no sentido de responder às necessidades apresentadas à Instituição, e ainda ouvir especialistas do campo em vários continentes mundiais para chegar a um texto que contemplasse a todos os envolvidos. Indivíduos ligados à organização mundial ficaram encarregados de um documento inicial, que também contou com a colaboração de professores

reconhecidos na área, deixando nítido, neste procedimento, a ação de agentes no sentido de enunciar o documento.

Na ação e no poder, os indivíduos dependem das posições ocupadas dentro campo, arquitetadas num contexto social estruturado. Nesta perspectiva, a UNESCO e o MEC, constituídos por indivíduos, normalmente, conquistaram poder entre os seus pares do campo ao longo do trabalho desenvolvido, além de estudos e pesquisas realizados, reconhecidos também como poder. Os que faziam parte das comissões consultadas por estes dois órgãos ocupavam lugar de destaque, não sendo recém-formados ou profissionais com pouca experiência no Jornalismo, construíram no campo, posições ligadas ao poder que tinham e que viriam a acumular.

Indivíduos do campo do Jornalismo que colaboraram com a confecção dos documentos curriculares detinham poderes reconhecidos pelos seus pares, aqui entendidos como a capacidade de agir para alcançar objetivos próprios, interesses e intervir no curso dos acontecimentos e de suas consequências. Thompson (1998) classifica o poder como um fenômeno social característico de diferentes formas de ação.

A ação é importante no caminho em busca do poder, de acordo com as análises realizadas, pois os indivíduos do campo do Jornalismo buscam determinados interesses ligados ao grupo como um todo, sem perder, nesta trajetória, a oportunidade de determinar seu próprio poder. No caso dos documentos analisados, a participação de representantes que encabeçaram as discussões e promoveram o caminho a ser percorrido até a sua consecução, foi um exemplo dessa busca.

Em relação aos campos da Comunicação e do Jornalismo ligados ao espaço social, o poder simbólico parece nascer da atividade de produção, transmissão e recepção de significado das formas simbólicas. Na perspectiva de como os jornalistas formados desempenharão sua profissão nestes veículos de produção simbólica, os documentos analisados orientam práticas pelas quais os agentes dominariam todas as fases do processo de produção, passando pela transmissão até a recepção.

Sendo assim, operadores desta espécie de capital, ao mesmo tempo, seriam operados por ele. Dito de outra forma parece existir um reforço ao uso dos meios de comunicação mediada como parte importante para o entendimento do fenômeno social, isso ocorre, pois, preveem habilidades e competências, além de formas de conhecimento empregadas no processo já citado.

A base dos documentos curriculares, defendemos, foi a distribuição de conhecimentos para que os futuros operadores destes meios pudessem desenvolver técnicas e estratégias para explorar da melhor forma possível os espaços de comunicação e informação.

A partir deste cenário, segundo os especialistas que atuaram para os organismos que desenvolveram estes documentos curriculares, foi preciso clarear conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão de Jornalismo, que assumiria uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público.

Neste sentido nos documentos curriculares a ideia da eficácia representa interesses desenvolvimentistas, já que as habilidades e as competências para operar os meios de comunicação estão ao alcance de qualquer cidadão incluído no processo das tecnologias de comunicação e informação. Ou seja, dividir este poder, que ao longo do século XX foi apenas do jornalista, pareceu um problema a ser solucionado na formação dos profissionais, que devem acompanhar e responder a todas as necessidades impostas pela tecnologia.

Esse procedimento, de acordo com Thompson (1998) faz parte da primeira característica da comunicação mediada ou mídia, que é a utilização dos meios técnicos para o avanço e as possibilidades de produção de conteúdo. Entendemos que a profissionalização sugerida nos documentos curriculares é peça-chave, pois estão previstas na formação as capacidades de escrever, ilustrar, editar, produzir material para diferentes formatos de mídia (jornais e revistas, rádio e televisão, e meios *on-line* e multimídia), bem como o conhecimento da legislação da comunicação, da informação e sobre a economia política da mídia, incluindo tópicos como propriedade dos meios, estrutura organizacional e competição.

Quanto ao campo do Jornalismo propriamente dito, os documentos curriculares o tratam com destaque, já que as propostas são direcionadas exatamente para a formação deste profissional. Traquina (2005, p. 19) classifica algumas características de um campo como “a disputa de um prêmio pelos agentes sociais e a existência de um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos e saberes especializados”.

Dessa forma os documentos analisados apresentam, ainda, o que Bourdieu (2007, p. 139), destaca como sendo uma contradição patronal, na diplomação de profissionais de área específica. Sendo que o objetivo é “conservar as vantagens que a titulação oferece à classe dominante, sem deixar de controlar o acesso das outras classes ao poderes conferidos pelo diploma”.

Tanto a UNESCO quanto o MEC defendem a diplomação dos jornalistas por meio da utilização do currículo na formação dos mesmos. A UNESCO, como um órgão internacional entende as diferenças entre os modelos educacionais dos países interessados, mas sugere a

formação em nível superior como adequada aos interesses das chamadas democracias emergentes.

No caso brasileiro, como a discussão é específica, o diploma para os jornalistas é a principal defesa realizada, e a construção argumentativa para tal encontra no documento curricular, as justificativas históricas para o posicionamento dos especialistas responsáveis. De um lado, não é dada qualquer concessão para os interesses diferentes daquele que balizam o ensino superior em Jornalismo e a diplomação dos profissionais formados por ele; de outro, a estratégia foi ouvir todos os participantes do processo jornalístico em audiências públicas e os outros canais abertos para a manifestação de qualquer cidadão interessado no processo apresentado.

No que diz respeito a outras estratégias, que também chamamos de práticas, discutidas anteriormente como o CFJ e as emendas constitucionais, o documento curricular da UNESCO não faz menção a elas por se tratar de um texto de âmbito mundial, direcionado aos países-membros da organização. Contudo, os responsáveis deixem claro que as particularidades de cada país devem ser levadas em consideração na aplicação das sugestões dadas para a formação de jornalistas profissionais com qualidade.

No documento curricular do MEC (2009) também não aparecem citações ligadas aos temas, principalmente no que diz respeito ao CFJ, proposta que ocorreu em período anterior e não fez parte de justificativa por parte dos especialistas organizadores, mesmo que alguns deles tenham participado e acompanhado de perto esta ação.

O desenho dos documentos curriculares revela estratégias de reconversão dos agentes do campo do Jornalismo, qual seja, de um lado, a UNESCO (2007) preocupada com o controle social pelo estabelecimento de recursos de poder, considerando para tais interesses internacionais como parte de suas estratégias; de outro, o caso documento do MEC (2009), elaborando como estratégia de conversão a transformação do diploma no poder simbólico do campo, mesmo com sua suspensão pelo STF, pois inserido no campo educativo, o documento tem garantia de validade.

Como possibilidade de análise deste movimento, o que parecia ser o fim de todas as possibilidades do campo acabou por representar o começo, pois quase que, simultaneamente, o MEC recebeu da comissão de especialistas do campo um documento essencial, estratégico para o campo do Jornalismo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, que atualizaram o cenário caótico, inclusive, fazendo menção no texto do documento sobre a suspensão da obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo. O documento do MEC vem reforçar todos os limites que haviam sofrido tensão por causa da decisão do STF e

representa como defendemos: a expressão mais objetiva dos recursos e estratégias dos agentes.

Como documento para o campo traz uma possível autonomia com intenção de conservar, mesmo que com transformações, os limites e apresentam-se como lei própria, determinando o que os agentes interessados podem e o não se podem fazer. O documento brasileiro cria o espaço para o agente estabelecer suas relações objetivas, oferecendo ainda volume para os capitais disponíveis. O documento do MEC proporciona por meio destes capitais, os reconhecimentos de competência e de autoridade aos operadores e operados por ele.

Obviamente que para todos os agentes do campo, o primeiro impacto deste período foi o da suspensão do diploma de forma definitiva, mas logo depois o documento do MEC veio trazer possibilidade de lucro para os agentes do campo. Pelo conceito de estratégia, o documento curricular do MEC é a sustentação da estrutura do campo, clamando por sua conservação, já que neste momento de crise instaurada, ganha um suspiro de vida para que os agentes possam investir objetivamente em capitais que poderão trazer lucros e sustentar todos os depósitos feitos na conta do campo, pelos que lá já estavam como profissionais ou professores, estudantes e daqueles que possam vir a fazer parte dos limites impostos.

Este documento é a possibilidade dos agentes traçarem relações de reconversão dos capitais que até então utilizavam como forma de manter a autonomia nas suas posições internas. Daí a confirmação de que ele, neste momento, é o capital mais rentável para os ocupantes deste campo instável. A aposta é única, não existem outras alternativas que deem aos agentes, as chamadas oportunidades reais de lucro. Com elas autorizadas pelo governo brasileiro, a possibilidade do diploma voltar a ser o documento de maior valor do campo tem condições de ocorrer.

Justamente neste sentido, este documento passa a ser a principal estratégia para o reconhecimento da formação do jornalista como único limite para a entrada e permanência no campo. Estrategicamente isso pode dar um valor absoluto ao diploma como documento essencial para estas operações internas e externas do campo jornalístico. Todos os investimentos dos agentes devem ser feitos neste sentido de depositar no diploma os valores mais disputados e fazer com que ele reconquiste o seu posicionamento na estrutura de sustentação do campo. Para o Brasil, o documento do MEC é o único caminho possível para que esta estratégia seja institucionalizada.

Por conta disso, entendemos que o único capital que pode ser distribuído no campo do Jornalismo é o que veio por meio do diploma de jornalista no ensino superior, outras práticas

como chamamos, também incidem nesta proposta, mas o único homologado/autorizado/reconhecido até agora, segundo semestre de 2014, é o do MEC. Todas as possibilidades de lucro do campo apontam para o diploma como dispositivo com maior potencial de limite para a estabilidade.

Por consequência, entendemos o *habitus* que precisa ganhar permanência e durabilidade é apenas aquele ligado aos que detém o diploma, conseguido somente nos bancos escolares do ensino superior. O diploma representa para os agentes uma forma de resistir às forças externas ao campo, que provocaram e mantiveram as tensões e crises ao longo da primeira década deste século, notadamente no território brasileiro.

Como força de resistência, o *habitus* orienta estudantes, professores e profissionais no sentido da sustentação pela instituição de um diploma e o documento curricular brasileiro trata de reforçar este limite, levando em conta inclusive o cenário de instabilidade provocado pela queda da exigência do diploma para o exercício da profissão. E mesmo com ele suspenso, no campo da Educação continua com sua validade e ganha valor por ser balizado como único meio de ter acesso ao campo de forma organizada, pelo conhecimento legítimo e autorizado. Nesta contradição, o mercado de trabalho/emprego, também de forma estratégica e assumindo o *habitus* empresarial prefere contratar os oriundos do diploma e da formação superior.

Diante disso, a instabilidade se apresenta, nas articulações dos agentes do campo que sustentam todas as modificações impostas e conseguem, mesmo que com grandes dificuldades, manter os limites, provocar investimentos e estabelecer regras para os que pretendem transitar pelo campo e toda a complexidade que a estrutura enfrenta pela sua autonomia na busca pela legitimidade não só interna como externa também. Não fossem os *habitus* dos agentes, as forças externas ao campo poderiam tê-lo desfigurado e a possibilidade de configurar e reconfigurar seria mais complicada, ou então, inexistente.

Os capitais dos agentes do Jornalismo foram e são base para que os limites continuem a existir e as lutas incessantes sejam travadas no jogo, sempre na intenção de fortalecer o campo para que todos, em suas disposições, lucrem com os depósitos e investimentos feitos no espaço da formação do jornalista. Desta forma, os que não estão bem colocados no espaço do campo, terão que se reposicionar ou não farão mais parte dele.

O documento do MEC evidencia que no movimento de reconfiguração do campo, a partir destes conceitos analisados, pelo menos, neste momento, é o único documento de suporte das estratégias e dos *habitus* dos agentes interessados e envolvidos pelos limites do campo. Ao mesmo tempo que dá suporte, é expressão deles. Como suporte e expressão não se

pode flexibilizar para que os limites sejam alterados e modificados, as articulações ou a falta delas em determinados momentos acabaram por complicar sobremaneira a existência do campo do Jornalismo, suas estratégias de conversão e reconversão de capitais e também os *habitus* sustentados pelos agentes integrantes e interessados nos lucros obtidos pelo jogo e as movimentações de forças na constituição do campo.

Entendemos que os responsáveis pelo documento brasileiro preocupados com o cenário de crises insistentes que o campo vinha passando, souberam canalizar e expressar os investimentos que poderiam ser feitos pelos agentes a partir de apenas um dispositivo que é o diploma. Valorizando este documento, todos os envolvidos poderiam direcionar seus esforços para a autonomia e legitimação do documento curricular e do resultado dele na formação em nível superior de jornalistas, só desta forma os limites poderiam ser estabelecidos fortemente entre os agentes.

Olhando para os documentos analisados e tomando o campo dos estudos curriculares críticos, inferimos que os mesmos não apresentam neutralidade no processo de distribuição de conhecimentos, partem de uma tradição seletiva de conhecimento decidida pelo ponto de vista de grupos com uma visão bem determinada e estruturada sobre que é legítimo e deve ser inserido no currículo. Produzidos por conflitos e tensões internas e externas ao campo que sugerem diretrizes, apresentam-se como compromissos culturais, políticos e econômicos. Portanto, construídos em contextos de influência para uma prática escolar com resultados e estratégias políticas e, por conta disso continuam, defendemos, a expressar os recursos e estratégias dos agentes.

Quanto ao documento da UNESCO, a tradição seletiva da organização mundial é ponto de partida para a construção do modelo, a neutralidade nunca foi característica dela, no entanto apresenta-se com ares de proximidade com ela. Os documentos produzidos pela UNESCO sempre tiveram a intenção de padronizar procedimentos pelo mundo no sentido de legitimar comportamentos, ou seja, pelo viés adotado nesta pesquisa, por ditar *habitus*. Sempre utilizou de estratégias nem sempre claras para estabelecer a organização mundial, interferindo em campos como educação, ciência e cultura. Destacamos que talvez o discurso da neutralidade faça parte das intenções da UNESCO, entretanto, na prática os compromissos da referida organização sempre trabalham estrategicamente com movimentos milimetricamente planejados no sentido de limitar e delimitar as ações dos países-membros.

Com o documento curricular, a UNESCO incursiona por parâmetros estratégicos a serem operados no que chama de países em desenvolvimento e democracias emergentes, a produção do documento é justificada por conta de solicitações apresentadas no sentido destes

territórios melhorarem a qualidade da formação de jornalistas, oferecida nestes locais pelo mundo. Questões sociais, culturais, políticas e econômicas fazem parte da seleção dos conteúdos que são legitimados no modelo curricular, como resposta a estas estratégias, *habitus* e limites do campo são inseridos no documento.

Identificamos que como órgão das Nações Unidas, a UNESCO vai apenas produzir documentos que respondam aos *habitus* dos países-membros, aos capitais que interessam às estruturas que compõem o campo desta referida organização. A intenção aqui não é a modificação de nenhum comportamento, a não ser que ele precise de alguma alteração para responder mais rapidamente às questões desenvolvimentistas e emergentes do capital econômico, primeiramente. O documento da UNESCO expressa compromissos entre os integrantes da organização e, ao mesmo tempo, que sugere caminhos hegemônicos, entende as diferenças entre os integrantes com seus *habitus* particulares que, no geral, não devem destoar dos limites impostos pelas configurações e reconfigurações do capital globalizado.

O conhecimento legítimo sugerido pelo documento da UNESCO refere-se a estratégias bem claras de desenvolvimento para os países-membros. Se a democracia é uma necessidade e ela precisa de suporte, um deles está no jornalismo bem conduzido por profissionais formados e padronizados pelas ideais democráticas ligadas ao desenvolvimento econômico. Para sustentar este discurso estratégico, uma formação mais completa do futuro jornalista também é indicada, prescrita para os operadores do currículo. No entanto o espaço das sugestões do modelo é maior para o profissional que responda rápido às exigências do mercado de trabalho/emprego.

Sendo assim, a análise possível é que o documento da UNESCO responde a todos os quesitos dos interesses sociais, culturais, políticos e econômicos mundiais na formação do jornalista. E se está organizando os procedimentos que são operados na profissionalização dos agentes de um determinado campo, o controle sobre eles pode ser feito com menos complicação. Ao padronizar sugestões a organização tem mais referenciais para agir em possíveis correções de percurso e parâmetros para os agentes e seus *habitus* profissionais. O currículo é dispositivo estabelecido para atingir esta meta. No campo da Educação, a organização do conhecimento legítimo fundamentado pela escola funciona muito bem para os interesses de organismos que operam dentro de resultados e normas.

De forma objetiva entendemos que o documento curricular oferecido pela UNESCO às solicitações dos países-membros é limite para que a hegemonia da distribuição de conteúdos seja perpetuada e mantenha os poderes simbólicos instituídos como forma de lucrar entre os agentes envolvidos e interessados nas questões de diversos campos, no caso desta

pesquisa, o do Jornalismo a partir da formação de profissionais no da Educação. O currículo é uma peça de poder instituída estrategicamente pelo campo da Educação para que a partir da distribuição hegemônica e ideológica de conhecimento, a estrutura social não sofra com alterações que possam provocar perdas para quem se acostumou sempre a lucrar. Entendemos que os agentes interessados neste movimento globalizado investiram muitos tipos de capitais nesta estabilidade de posições, para que pudessem fazer transformações no campo e de *habitus* bem permanentes e duráveis. Percebemos que as forças destes agentes dos campos não precisam de novas lutas, novos riscos, aqueles que estão postos dentro de uma estabilidade de disposições são suficientes para deixar os limites onde eles sempre estiveram. Mas, é claro que se novas lutas e novos riscos se impuserem, os acúmulos de capitais vão ajudar estes agentes do campo a fazer reconversões menos traumáticas em seus capitais guardados.

Na investigação do documento brasileiro, a legitimação dele parte da fundamentação dada pelo campo do Jornalismo, reforçando referências para o conhecimento por meio de especificidades. O posicionamento vem de especialistas do campo que passaram por conflitos e tensões na busca por uma estabilidade que oferecia autonomia e colaborava com a legitimidade da profissão. É possível identificar compromissos culturais, políticos e econômicos ao longo do texto do documento, todos ligados às características de operação do currículo no território brasileiro. Os conflitos e as tensões já foram descritos ao longo desta pesquisa, mas apontam, principalmente, para a suspensão definitiva do diploma no exercício da profissão de jornalista. Eles aparecem no texto como forma estratégica, pois descrevem uma situação prescrevendo como ela seria, se fosse ideal.

Idealizando o campo, limitam e também estabelecem *habitus* para os que vão operar o documento nos cursos de Jornalismo pelo Brasil afora. A comissão de especialistas do campo nomeada pelo MEC para a construção do documento curricular organizou um texto com parâmetros estratégicos respondendo a todas as necessidades que o campo apresentou até o ano de 2009, que como explicado, foi emblemático para todos os agentes envolvidos na formação e no mercado de trabalho/emprego do jornalista.

Analisamos que os contextos de influência aparecem na tentativa de contemplar todos os interessados na formação do jornalista, ouvindo por variados canais públicos as reivindicações dos agentes. Entretanto, a palavra final apontou para normativos bem específicos limitando o campo a determinada estrutura. Os parâmetros conceituais e pragmáticos do currículo descrevem características do campo em busca de autonomia com

leis bastante próprias. Os agentes que criaram este espaço enunciaram as lutas e forças investidas na conservação do referido campo profissional.

O documento do MEC diz exatamente o que os agentes que investem capitais no jornalismo podem ou não fazer, objetivamente a partir da conquista de um diploma, sem ele não existe o capital científico autorizado. Estrategicamente expressam regras bem definidas, que ocorrem com regularidade para a distribuição dos lucros daqueles que podem participar do jogo. Defende o capital científico de agentes na perspectiva de reconhecer competências e desta forma proporciona autoridade aos envolvidos.

As estratégias contidas no documento do MEC são basicamente orientadas pela conservação da estrutura do campo e ao orientar expressam recursos de poder e as próprias estratégias. Para os especialistas responsáveis pelo documento, não há brechas para ampliar os limites, eles estão delineados pela exigência do diploma de jornalista profissional, pois as lutas anteriores que defenderam este ponto de vista serviram como base para a estratégia que está sendo colocada para todos os agentes envolvidos e mais que isso, interessados nos lucros que virão de um campo com estabilidade instituída.

O diploma é apresentado como um capital mais rentável e legítimo para dar autonomia ao campo e neste momento apenas o único que oferece ao agente as oportunidades reais de lucro. Neste ponto defendemos que ele, como resultado do documento curricular, também é expressão dos recursos de poder e da estratégia de conversão. Todo este contrato está descrito e prescrito nas vinte seis páginas do documento do MEC. São *habitus* que deverão ser incorporados pelos agentes como estudantes, professores e profissionais, pois eles serão os principais atingidos por estes capitais disponibilizados para os autorizados a entrar no campo do Jornalismo.

Resultado e expressão de tensões e crises, o documento do MEC pretende estabelecer por meio de maneiras duráveis e permanentes resistência às forças internas e externas, estas últimas as que precisam ser limitadas com mais urgência. O limite é palavra-chave no caso do documento brasileiro, pois com o diploma suspenso por decisão do STF, no campo da Educação continua com o seu valor e ganha mais ainda por que se encontra homologado pelo Ministério da Educação. Com a estrutura delimitada de forma textual, o documento do MEC oferece posições bem estáveis para os agentes, pelo menos teoricamente.

Defendemos que ainda teóricas, elas são as únicas disponíveis para aqueles que podem investir capitais e acumular lucros com este movimento. O documento do MEC prescreve pela conservação e estrutura do campo do Jornalismo, deste modo impulsiona a legitimação da formação do jornalista e o diploma como lutas prováveis e necessárias na perspectiva de

dar autonomia aos investidores dos mais variados capitais disponíveis no espaço do processo de formação dos jornalistas.

O documento do MEC revela características de um currículo com estratégias bastante claras com relação aos objetivos que pretende atender em consonância com todos os interesses disponíveis e importantes para os agentes permanecerem na crença de investimentos ligados ao diploma e todos os benefícios e poderes que pode trazer aos autorizados por ele.

Seguindo a análise, agora a partir do que denominamos de crises, Bourdieu (2008, p. 37) nos lembra que existe a necessidade de se fazer a história social da emergência dos problemas, de como são constituídos progressivamente, “para não ser objecto dos problemas que se tomam para objecto”. Ele ainda diz que este trabalho é coletivo, realizado na concorrência e na luta, o que provoca o reconhecimento destes problemas como legítimos e oficiais.

Desta maneira percebemos a construção da “história social da emergência desses problemas” revelando-se como fundamentação necessária para mapear as grandes crises do campo. Como identificamos na investigação, a primeira ocorre na força dos campos de Comunicação e do Jornalismo e nos passos iniciais da formação do jornalista, instaurando a dúvida sobre a profissão, suas funções e disfunções. A segunda com a diplomação e suas suspensões provisória e definitiva, como estratégias para contorná-las identificamos as propostas do Conselho Federal de Jornalismo e das Emendas Constitucionais, bem como a que consideramos a principal, os documentos curriculares da UNESCO (2007) e do MEC (2009).

A história social do problema é constituída de forma progressiva, com todos os lances novos na discussão e caminhos que são apresentados para os agentes. Se não são apresentados, os agentes tratam de criar alguns para percorrer na *illusio* de seguir investindo forças para mantê-lo, ou seja, a concorrência e a luta estão postas para o campo.

Na primeira grande crise, como chamamos, a formação do profissional é luta contra a gênese da regulamentação do Jornalismo no Brasil, sob os interesses de que a Comunicação Social é a grande área de conhecimento, enquanto o Jornalismo uma habilitação dela. O nascimento, em 1969, vai parar na formação do estudante que acaba de chegar ao curso e começa a assistir o embate de ideias entre autores, escolhidos pelos professores, para a fundamentação do campo. Pois a visão crítica do aluno sobre o campo é necessidade imposta pelo currículo e suas disciplinas fundamentais.

Estas tensões são originadas quando o estudante/estagiário no mercado de trabalho/emprego dá início às suas dúvidas e vai construindo certezas sobre os problemas que são delineados na sala de aula, nos laboratórios, e os confronta no dia a dia da profissão. Estabelece, desta forma, os problemas legítimos da sua formação e da aplicação deles no trabalho/emprego. Conhece e faz reconhecer as suas ações como agente do campo, por vezes de forma crítica e em outras, aceitando o que lhe é colocado.

Sua formação ganha o destaque ou perde, segundo as rotinas que coloca para o seu futuro profissional. Os problemas legítimos vão sendo compartilhados com os colegas na mesma situação, sendo assim, o grupo vai formando suas expectativas e depositando forças no que pode ser instituído com uma lei própria do campo e de seus agentes interessados.

Surgem questionamentos quando o diploma é colocado em cheque, a situação complica um pouco mais, pois a crise legítima era alimentada apenas na sala de aula, e em alguns momentos no mercado de trabalho/emprego.

Agora a discussão ganha outros espaços com a suspensão provisória do diploma, o debate ocorre no mercado de trabalho/emprego, nos sindicatos e na academia. O diploma torna-se problema legítimo de todos os envolvidos com o campo profissional.

Em nossas análises, a chegada dos documentos curriculares serve para sustentar os posicionamentos dos defensores do diploma, como forma de exercer a profissão de jornalista no Brasil. Os principais interessados estão nos cursos de Jornalismo distribuídos por todo o país, mas também em determinadas organizações como a FENAJ, o FNPJ, entre outras.

É preciso ter consciência que se por um lado, a defesa do diploma revela, por exemplo, a reserva de mercado ou mesmo uma visão corporativista, por outro indica a organização do conhecimento produzido pelo campo, no intuito de estabelecer a escolarização dele. E se a análise aqui proposta parte do campo da Educação, o posicionamento não poderia ser outro, “a educação não era um empreendimento neutro e de que, pela própria instituição, o educador estava envolvido em um ato político, estivesse ciente ou não disso” (APPLE, 2006, p. 05).

Numa tentativa de neutralidade do *habitus* profissional (se isso é possível) para analisar o cenário como agente do campo e reconstruí-lo, talvez a imposição seja de uma visão crítica sobre o processo que participo. Mesmo com dificuldades para realizar a ação, algumas dos possíveis resultados deste estudo passam por este ato político, por vezes de forma explícita e em outras não confessadas pelos agentes envolvidos nas lutas diárias e no investimento do campo de forças que provoca os movimentos internos e externos à operação dos documentos curriculares discutidos e analisados nesta pesquisa.

Num campo em crise, como o do Jornalismo, reconhecemos que propósitos pretendidos e não-previstos fazem parte do dia a dia em busca da sustentação dos projetos e dos investimentos de todos os agentes. Com documentos oficiais, como os elencados por esta pesquisa, as resistências são menos difíceis de manter. Incentivados pela UNESCO (2007) e pelo MEC (2009), os caminhos a percorrer parecem, pelo menos, traçados, por mais que a operação dos documentos curriculares seja árdua e diária, ainda assim ela deve provocar o estudante no trajeto que está percorrendo.

Na análise proposta, as estratégias de reconversão dos capitais disponíveis para os agentes do campo foram tomadas como principal dispositivo para o enfrentamento das crises que vinham ocupando as forças e os investimentos do Jornalismo. Estas estratégias foram aplicadas em diferentes ciclos da vida dos agentes investidores do jogo instituído no campo, e postas como processos irreversíveis e articulados ao longo do tempo.

No processo de tomada de consciência dos agentes, os interesses específicos do campo do Jornalismo implicam na organização de leis próprias para o campo, ocupado frequentemente pelas crises que vieram do da Comunicação, no espaço educativo/acadêmico e depois com as movimentações contra o diploma (a partir do Decreto-Lei que regulamentava a profissão) e contra a Lei de Imprensa. Prevendo a suspensão definitiva da diplomação para o exercício do Jornalismo, os agentes do campo, estrategicamente, solicitaram a UNESCO e ao MEC sugestões para a formação do jornalista em nosso país.

Os pedidos à UNESCO foram mais amplos, mas os do MEC, na verdade, vieram do próprio Ministério, no intuito de atender à nova fisionomia do Jornalismo no país. Pedidos atendidos, o único campo em que a formação ficou com validade oficial foi o da Educação.

Assim, outras ações estratégias de reconversão do poder abalado foram tomadas imediatamente depois da suspensão do diploma pelo STF como as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que corrigem o texto reprovado pela suprema corte brasileira. Analisamos que com a aprovação de uma das PEC, mais uma estratégia dos agentes no sentido de limitar o ingresso do campo estaria determinada. Hoje o mercado de trabalho/emprego limita a entrada, mesmo que ainda exista a flexibilização neste espaço. No da academia, o único capital disponível é o que vai ter como resultado o diploma e nele estão investidas as forças dos agentes do campo do Jornalismo. Como prática, incluímos ainda o Conselho Federal de Jornalismo que há anos vinha sendo defendido por uma parte dos profissionais e negado por outra.

As ações dos agentes do campo jornalístico nunca foram interrompidas ao longo do processo, elas sempre estiveram presentes na tentativa de estabelecer uma ordem para o

campo. Não fosse este extenuante trabalho, provavelmente, a situação que se apresenta de forma crítica e complexa, estivesse, certamente, insustentável.

Ao analisar as crises entre os campos da Comunicação e do Jornalismo, que apareciam como definitivas e com grande importância, percebemos que foram apenas um pequeno capítulo ainda persistente na crítica aos modelos que eram operados nas relações “entrecampos”, com definiria Girardi Jr. (2007). Elas talvez tenham agravado o processo, no qual todo o campo está imerso, mas parecem problemas menores e contornáveis.

A suspensão do diploma para se exercer a profissão de jornalista apresenta-se como maior crise de todas para os agentes do campo, pois sem o título escolar, instituído no campo educativo, a validade do espaço de formação do jornalista perde o sentido.

Os níveis em que os recursos e estratégias são encontrados transformados ora mais intensos e explícitos, ora sutis e implícitos, sempre dependem das forças depositadas pelos agentes envolvidos, inegavelmente como recurso e estratégia com características muito próprias e relativas à estrutura social que buscam limitar e defender.

Ao apresentar o movimento histórico social da organização dos documentos curriculares para a formação do jornalista, a partir dos conceitos de campo e *habitus*, no espaço da cultura social, nos campos da Comunicação e do Jornalismo, foi possível considerar que os recursos de poder e as estratégias de reconversão também estiveram e estão presentes na fundação e continuidade dos campos e na relação entre eles no espaço de formação profissional. Os documentos curriculares estão impregnados pela gênese dos campos, pois operam estes conteúdos e são operados por eles, moldam e são moldados por ele.

A partir desta pesquisa, defendemos que na formação do jornalista, as crises que aparecem entre os campos e especificamente do Jornalismo, buscam estabilizar o poder das forças instituídas. Buscam um limite para os recursos de poder, e se limitados, oferecem garantias para os operadores dele. Os conceitos de campo e *habitus* aparecem descritos e prescritos nos documentos curriculares e também nas movimentações que os agentes promovem no sentido de relações objetivas e estruturadas. Revelam-se nos recursos e estratégias postas nas tomadas de posição que são ritualizadas e representadas dentro de cada movimento interno do campo e nas maneiras permanentes de resistir às forças.

O mapeamento das crises oportuniza uma análise sobre a construção do processo de regulamentação da profissão, em meio ao regime militar ditatorial brasileiro, justificativa utilizada nas diversas vezes em que a profissão foi debatida em vários níveis judiciais. Passando pela proposta do Conselho Federal de Jornalismo, órgão que poderia oferecer algum tipo de proteção às discussões e ameaças sofridas pela regulamentação da profissão de

jornalista. O espaço que teria força para representar a categoria, foi sendo desconstruído por vários interesses que não os de grande parte dos jornalistas. E o que parecia também, para alguns, fiscalização e censura ao trabalho do campo jornalístico foi derrubado numa sequência que terminou na suspensão definitiva do diploma.

Ao tecer uma análise deste movimento podemos fazer a leitura que depois do pior, as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) foram usadas como remendo ao que, ainda hoje parece irreversível, a volta da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Caminhando a passos arrastados no Congresso Nacional, as PEC revelam uma prática de reconversão como recurso de retomada do poder que é do diploma. Indicam movimentos articulados, mas esbarram na morosidade das votações que interessam pouco aos olhares parlamentares de Brasília. Ainda assim revelam a insistência em reassumir um poder perdido.

Na investigação do campo reconhecemos o Conselho Federal de Jornalismo, os documentos curriculares da UNESCO (2007) e do MEC (2009), as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) como recursos e estratégias dos agentes que apontam para a avaliação que fizemos a partir das chaves de análise estudadas por Bourdieu (2008). Como rito de instituição, o CFJ, os documentos curriculares, as PEC respondem a determinadas questões idealizadas pelo campo do Jornalismo no sentido da formação dos estudantes. O que deu certo sobrevive instituído no campo e no *habitus* deles, o que foi suspenso e as que tramitam ainda mostram possibilidades para todos aqueles que investiram e ainda continuam investindo no campo.

É preciso enfatizar que, partindo desta perspectiva, de forma lógica, os documentos curriculares fazem parte do que passa a valer, ter valor, significar possibilidade de investimentos de variados capitais. Sendo assim, os documentos oferecem segurança aos agentes, em meio às crises, não podem ser considerados como riscos e são sinais de resistência. Como sinais podem significar uma estrutura forte e inabalável. Os agentes mais bem posicionados no campo são os responsáveis por estes documentos validados e oficiais. Aos outros agentes sobram os investimentos para que o processo não seja desestabilizado.

Ao investigarmos, a partir do que delineamos, nesta pesquisa como chaves de análise nos aproximamos dos processos de instituição, representação, descrição e prescrição na identificação e análise do posicionamento espacial que os documentos curriculares e as práticas do campo jornalístico ocupam na idealização dos recursos de poder e estratégias de reconversão, que culminam com a diplomação dos agentes do campo do Jornalismo. Tal

diplomação implica em distinção, uma vez que o poder simbólico do campo com ela está instituído, representado, descrito e prescrito novamente.

Com o campo do Jornalismo em crise, as estratégias de reconversão¹, contidas nos documentos curriculares foram canalizadas como recurso do poder simbólico na defesa do diploma, única forma de distinção. A ideia foi recuperar este poder perdido com a (re)instituição do diploma, suspenso diante da regulamentação da profissão, mas que continua valendo como resultado da formação em nível superior. Com isso, a meta final, dos agentes do campo, é o diploma consolidado como poder. A crença no diploma, entendemos, delineada na seleção e distribuição dos conteúdos que determinam os conhecimentos em cada área disciplinar de formação, toma forma nos documentos curriculares.

O movimento idealizado na construção dos documentos curriculares do campo do Jornalismo é sustentado por este sistema de controle, que prescreve uma ideologia e sustenta a distribuição de um tipo específico de capital, na perspectiva de delimitação de um conjunto, relativamente, homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social. Dessa forma, portadores de um *quantum* de capital específico - universitário, tem sua distinção constituída automaticamente.

Importante com relação aos recursos dos agentes do campo do Jornalismo é a transformação do poder, a estratégia para legitimá-lo é estabelecer o limite, a distinção que apresenta o diploma como capital simbólico.

As estratégias discursivas que tomam forma nos documentos curriculares tentam produzir uma fachada de objetividade, ao mesmo tempo, que dependem do capital universitário. Capital este que é um dispositivo operado para que os documentos curriculares, aqui analisados, se transformem em força dentro do campo, instituída por distâncias temporais.

Na análise realizada o poder sempre está em jogo, todos os movimentos dos agentes do campo são relacionados a partir das relações estabelecidas. E neste contexto, o tempo é uma variável importante quanto ao poder, pois “como qualquer forma de poder institucionalizada e que exclui a delegação aos líderes dos poderes, o poder propriamente

¹ As estratégias que têm sido utilizadas pelos indivíduos e famílias para salvaguardar ou melhorar sua posição no espaço social retraduzem-se em transformações que, inseparavelmente, afetam o volume das diferentes frações de classe e sua estrutura patrimonial. A relativa estabilidade morfológica de um grupo profissional pode ocultar uma transformação de sua estrutura que resulta na reconversão no próprio trabalho dos agentes (ou dos filhos) que, no início do período, estavam presentes no grupo e/ou de sua substituição por agentes oriundos de outros grupos. (BOURDIEU, 2007, p. 128 e 133).

universitário não pode ser acumulado e mantido apenas pelo preço de uma despesa importante e constante de tempo.” (BOURDIEU, 2008a, p. 130)².

O movimento detectado é justamente apelar para que, com o tempo, o diploma seja instituído como poder simbólico e forma de distinção dentro do campo do Jornalismo, retomando uma prática passada, pois a regulamentação oficial da profissão valeu por 40 anos (1969/2009). Sendo assim, com este poder distinto, os agentes conseguem manter todos os benefícios perdidos pela decisão no STF.

As análises realizadas indicam que os agentes do campo do Jornalismo estão interessados em recursos de poder e estratégias de (re)conversão, que se apresentam como única forma de estabelecer a autonomia e a legitimidade da profissão diante da sociedade. Isso é revelado na detecção dos interesses dos agentes responsáveis pelo campo em busca de caminhos na resolução do que estamos chamando de “crises”.

Desde a fundação do campo do Jornalismo em contraponto com a da Comunicação identificamos defesas dos agentes em torno do que acreditavam ser relações objetivas no sentido de estabelecer características próprias da posição profissional de um jornalista, formado em uma Universidade. Dito de outra forma, o estudante universitário em busca de conhecimento específico do campo é confrontado diariamente com a falta de especificidade, ou a amplitude da Comunicação, que continua fundando os estudos iniciais do Jornalismo.

A partir do ponto de vista do estudante de Jornalismo tentaremos uma nova leitura desta crise que se configura como possibilidade para eles. Neste contexto, o poder da Comunicação, utilizado para desconfigurar a estrutura da formação jornalística, ao mesmo tempo revela ao estudante iniciante os meandros dos Meios de Comunicação de Massa e sua organização “manipuladora”, uma vez que este começa a ver sua profissão pretendida abalada pelas revelações de interesses intrínsecos aos operadores dos conteúdos comunicacionais e informativos. Muito possivelmente, deste primeiro movimento crítico, nasça a estratégia de constituição da estabilidade de suas convicções na futura profissão.

Neste movimento instituído, a estratégia do agente/estudante é acumular capital científico para saber até que ponto a crise pode ir, para articular a resistência e opor-se ao limite apresentado. Desta forma compondo e recompondo as forças, o agente/estudante continua a luta com as forças que acredita ter, arrisca-se como forma de estabelecer caminhos

² “como toda forma de poder poço institucionalizada y que excluye la delegación em favor de mandatários de poderes, el poder propriamente universitario no puede ser acumulado y mantenido sino al precio de um gasto constante e importante de tiempo” (BOURDIEU, 2008a, p. 130, tradução nossa).

a seguir em busca de um campo cada vez mais estável para a construção de uma profissão autônoma e legítima.

Ao acumular capital científico, o agente/estudante consegue estabelecer a *illusio* necessária para investir no jogo social e simbólico colocado constantemente pelo campo do Jornalismo. O campo, assim como tantos outros, tem uma base nas trajetórias econômicas pelas quais o capitalismo se estrutura e reestrutura. Sendo assim, estes movimentos influenciam sobremaneira nas articulações das empresas do campo jornalístico.

Reiteramos que, na tentativa de aprofundamento da análise, o processo de diplomação representa, simultaneamente, também um recurso de poder e uma estratégia de reconversão, pois busca a retomada do poder simbólico suspenso definitivamente pela justiça, mas que pode retornar pelo poder legislativo. Mesmo assim um poder que nunca perdeu sua validade no campo da Educação, o que interessa muito ao agente/estudante que participa do processo.

Como rito de instituição, o diploma de jornalista, pelo campo da Educação, pode transformar a pessoa consagrada, mas para a justiça e o mercado de trabalho/emprego, que recebeu a possibilidade de não exigí-lo, não consagra este limite. Mesmo assim guarda e resguarda o valor do portador, pois em um dos campos, o educativo, a validade nunca foi discutida.

A diplomação tem força da representação no campo educativo, significa a eficácia simbólica do real, no entanto para o mercado de trabalho/emprego é um a possibilidade, mesmo que ele só aceite os agentes que tenham o diploma para representá-lo. Como força da representação, o diploma necessita de comportamentos e ajustes daqueles detentores do documento, pois impõe aos diplomados diferenças dos que não conseguem ter acesso. Como herdeiro de um diploma, o agente assume uma identidade que vai exigir esforços para mantê-la.

Percebemos que nesta trajetória, o diploma de jornalista descreve qual formação foi oferecida e aproveitada pelo agente, prescreve também limites para serem conhecidos e reconhecidos apenas pelos que conquistaram o documento oficial. Os recursos de poder e as estratégias de reconversão estão postas para os donos do diploma, aqueles que pela formação tiveram oportunidade de incorporar características específicas de jornalista. O diploma é indiscutível no campo da Educação, porém para o mercado de trabalho/emprego ele se apresenta como documento exigido, neste determinado momento, mas que pode ser deixado de lado sem prejuízo nenhum do setor patronal. Ele é linguagem autorizada no campo educativo, mas possibilidade de discussão para os representantes do mercado de trabalho/emprego.

Ainda assim, neste momento histórico, o diploma de jornalista revela-se como único recurso de poder disponível e estratégia de reconversão possível de ser acessada no sentido de legitimar e impor a autonomia para o campo do Jornalismo. Sem outras saídas, o diploma é a única distinção simbólica de poder que os agentes podem acessar para contornar a crise pelas discussões e decisões impostas ao campo do Jornalismo pela esfera da justiça.

Diante de todo o processo estabelecido no campo do Jornalismo é possível notar e reforçar que os agentes são figuras essenciais para que os recursos e estratégias ocorram de forma objetiva no jogo diário interno das “relações constantes, permanentes e de desigualdades”. Os agentes estão dispostos ao campo de lutas colocado estrategicamente em suas posições. Este movimento ocorre desde a gênese da economia das trocas simbólicas/linguísticas da fundação do campo do Jornalismo e na tensão que existe com relação ao da Comunicação.

Há tensão na luta entre os dominantes e dominados dentro do campo e fora dele, expressas nas tentativas de apresentação da proposta, nas correções no texto, nas adequações realizadas para a sua votação, estão presentes as ações dos agentes com capital estabelecido e em busca dele no interior desse espaço.

Na defesa dos agentes, quando da primeira suspensão provisória do diploma, o campo de forças é detectado como espaço de transformação e conservação dele mesmo. Existe um investimento anterior às discussões, que sempre parece menor do que o necessário, com menos mobilização do que a prevista, mas demonstra o interesse deles nas questões estratégicas do campo. Após a decisão, contrária aos objetivos, o investimento ainda continuou como forma de recorrer ao que foi decidido, a estratégia de reconversão do capital foi encaminhada para transformar a posição dentro do campo.

No acompanhamento da trajetória notamos que as atenções dos agentes foram polarizadas para rever as consequências impostas ao andamento das forças, a partir de estratégias que ocorreram de forma paralela a todas as ações constantes e permanentes. Os agentes revisitaram suas posições, rearticularam seus posicionamentos, instalaram novas posições no interior do campo para a própria autonomia dele, mas as relações continuaram na busca pelo poder suspenso, ora perdido, ora desvalorizado.

Os recursos de poder dos agentes foram transformados em novas tentativas de legitimação do campo. Paralelamente ao fim da obrigatoriedade do diploma, ele continuou a ser instituído como única forma de distinção no campo Educativo.

Ainda assim concordamos que o maior golpe em todos os recursos e estratégias do campo do Jornalismo foi realmente a votação da obrigatoriedade do diploma para o exercício

da profissão de jornalista no STF. Isto porque, quando da informação da possibilidade, os agentes do campo promoveram muitas ações no sentido de impedir a votação dos ministros, utilizando todas as manobras disponíveis no campo Jurídico. Contudo, a pior decisão veio de forma permanente, logo após, novos manifestos e cartas da classe, na análise e posicionamento dos Ministros do STF.

Foi possível detectar que com a habilidade específica do campo em escrever e reportar os fatos, jornalistas de todo o país deram sua contribuição como agentes de um campo em transformação e reconverteram suas estratégias e recursos para colocar em discussão, o poder que foi perdido, ou temporariamente, suspenso, por mais que a decisão tenha sido tomada em última instância jurídica. A perda do diploma tomou conta de todas as discussões na academia, nos órgãos representativos, na sociedade. Festejada por quem ganhou a possibilidade de contratar sem a formação específica de jornalista, foi abominada pela classe que sempre defendeu este ponto de vista.

Como dito anteriormente, o diploma ainda constitui-se no campo da Educação, orientado pela proposição dos documentos curriculares, como um instrumento cuja validade e oficialização está garantida, particularmente pelas ações do mercado de trabalho/emprego, que estrategicamente, faz contratações, na grande maioria das vezes, de jornalistas profissionais diplomados em curso de nível superior.

Numa análise determinada do momento consideramos que se o jogo parecia perdido e os agentes sem poder estabelecido, os recursos em prol deste poder e as estratégias de reconversão deram aos investimentos feitos no/para/sobre o campo uma força para o diploma como distinção e poder estabelecido do Jornalismo. O diploma está ancorado em pelo menos dois documentos curriculares oficializados por diversas instâncias sociais, em nível global pela UNESCO e brasileiro pelo MEC, além das instituições que oferecem o curso de Jornalismo. A estabilidade do campo é sustentada pelos referidos documentos, pois são recursos e estratégias dos agentes do campo jornalístico, que com suas posições diferentes, com seus poderes próprios, convertidos e reconvertidos, mantém a questão presente.

Neste contexto a discussão a respeito do mercado de trabalho/emprego, que é sempre tão criticado pela academia, mas neste período, de suspensão definitiva revela-se pilar de sustentação, por conta da manutenção de contratações de apenas jornalistas diplomados, profissionais, também apresenta distorções no tocante ao processo complementar da formação, o estágio. Necessário explicar sobre esta colocação, isto é, por conta do estágio não estar regulamentado no campo (a regulamentação veio pelo documento de 2009 do MEC, mas precisa que o projeto de resolução passe a valer), muitas empresas utilizam os estagiários

como profissionais que cumprem todas as funções e sofrem as pressões da produção veloz de conteúdo jornalístico. Isso ocorre por que não há acompanhamento de profissionais e professores simultaneamente no desenvolvimento das atividades extracurriculares, como é de praxe nos chamados estágios supervisionados. Como professor é possível ouvir depoimentos de estudantes com carga horária diária maior do que cinco horas, que é definida por lei para o trabalho do jornalista, e que atuam em plantões aos fins de semana, o que também é praticado usualmente pelas empresas jornalísticas. E ainda assim, como estas distorções, o mercado de trabalho/emprego vem sustentando pelo menos nos últimos cinco anos (2009-2014), como já informamos a autonomia e legitimidade da profissão.

Entendemos que quanto às crises instituídas nos limites do campo do Jornalismo com relação ao da Comunicação, o *habitus* incorporado pelos professores na formação dos jornalistas e a busca dos futuros profissionais por estas maneiras de ser do profissional estabilizam as lutas em torno da autonomia e legitimidade. De forma objetiva, os estudantes procuram estabelecer relações de investimento do capital científico oferecido em sala de aula e laboratório. Os conteúdos discutidos provocam instabilidade nos limites do campo para os futuros profissionais. Mesmo assim, os que decidem continuar no campo descobrem investimentos próprios, acumulam capitais no decorrer desta luta que acabam por orientar as estratégias posteriores.

Como resultado, defendemos que neste cenário, o *habitus* fica fortalecido, isso por que os professores que trabalham na formação dos futuros agentes do campo, também como estudantes optaram por este acúmulo de capital durante as lutas internas do campo para estabelecer novas estratégias de contorno da crise. Os professores, na sua maioria bacharéis vindos do mercado de trabalho/emprego, fizeram este movimento também no espaço de lutas do campo do Jornalismo, por isso o repetem. Os capitais são alimentados pelos *habitus* e estratégias dos agentes que não medem esforços em investir sucessivamente na autonomia e na legitimidade do campo que atuam e pretendem permanecer.

Na perspectiva de aproximarmos (ou nos afastarmos) da uma visão de um agente, quanto às estratégias nas lutas internas e externas dos campos em questão, elas são formuladas e reformuladas de acordo com o capital acumulado no decorrer da trajetória das crises. Na relação entre os campos da Comunicação e do Jornalismo, elas são responsáveis pela continuidade dos dois, pois, os agentes de cada um deles, investem nos limites como forma de manter a autonomia e a legitimidade inabaláveis. Como estamos partindo do jornalístico, existem complicações na relação entre eles, mas as estratégias de conservação intrínsecas dos campos colaboram para a estabilidade dos agentes e da estrutura dele.

Consideramos que neste mesmo cenário, os capitais são orientados no sentido de sustentar as forças de resistência instituídas pelos *habitus* dos agentes. Os investimentos dos agentes ocorrem com o objetivo de estabelecer durabilidade nos comportamentos e agem a partir da resistência. Tanto para os estudantes como para os professores enfatizamos que estes capitais asseguram disposições adquiridas ao longo do tempo. Como agente que passou por todas as fases das lutas do campo do Jornalismo, sejam elas internas ou externas - relação com o de Comunicação, por exemplo - o *habitus*, as estratégias e os capitais sempre foram trabalhados incansavelmente na sala de aula, nos laboratórios, no mercado de trabalho/emprego e em todo o resto das relações sociais. Não havia estrutura em que eles não eram acionados, por isso a impressão era que a instabilidade sempre rondou o campo, talvez por conta da exposição diária dos produtos jornalísticos.

É preciso destacar que as estratégias de conversão, reconversão e conservação do campo do Jornalismo sempre estiveram presentes também na forma agir quando ainda estudante, depois atuando no mercado de trabalho/emprego, bem como na academia. Uma análise também pertinente a respeito de um outro agente inserido no campo é a que trata dos jornalistas que não são diplomados, mas atuam nas redações. Pela proximidade com alguns deles, *habitus*, estratégias e capitais também sempre fizeram parte dos recursos destes diante da instabilidade constante do campo do Jornalismo. Objetivamente, eles tinham que trabalhar com semelhanças às operações dos diplomados, no entanto sem as crises que eram instauradas nas salas de aula e laboratórios. Estes profissionais, formados pelo mercado de trabalho/emprego, grosso modo, também representam um parte da crise e instabilidade que sempre fez parte do *habitus* jornalístico.

Entendemos que, todavia, a presença destes profissionais não abalou tanto os limites do campo, quando da obrigatoriedade do diploma com validade, isso por que muitos deles conquistaram o direito e o registro de jornalista junto ao órgão responsável pelo tempo de serviço no campo e alguns não buscaram o diploma por que quando começaram não havia curso de Jornalismo na cidade ou estado onde moravam. Muitos para fugir da instabilidade chegaram a fazer o curso para regularizar ainda mais a sua situação profissional.

Ainda acerca das estratégias, quando das suspensões provisória e definitiva do diploma, que constantemente sobreviveu com suas flexibilidades, todos os agentes do campo foram atingidos. Neste sentido, *habitus*, estratégias e capitais também sofreram desvalorização. As crises que tomaram corpo ao longo da história do Jornalismo, principalmente em nível nacional, ganharam destaque em todos os ambientes do campo. Foram discutidas, debatidas, alvo de reflexão e manifestação dos agentes interessados.

Disposições permanentes e duráveis continuaram a valer pela *illusio*, pelos investimentos anteriores da totalidade de agentes do campo jornalístico.

A análise nos permite apreender que as ameaças à autonomia e legitimidade do campo ganharam, no período dos anos de 2001 a 2009, essencialmente, defensores poderosos no judiciário, a partir de solicitações patronais. Se a relação patrão-empregado sempre apresentou tensões, no Jornalismo, destacamos que ela é por natureza complicada, cheia de instabilidades internas e externas. Os cargos dentro das empresas jornalísticas apresentam, assim como em todas as outras áreas, agentes mais próximos de um ou outro pólo. A medida da força de cada um destes agentes, bem como as estratégias e *habitus* incorporados de um ou outro lado também apontam para os problemas que são postos ao grupo deste espaço empresarial. Os capitais destes agentes também estão em jogo neste momento.

No espaço acadêmico, neste período específico, acompanhamos que, de forma estratégica os estudantes foram incentivados a entrar no jogo de todos os agentes do campo, natural e objetivamente com um ponto de vista bem claro, o da defesa da regulamentação da profissão e do diploma. Orientados pelos professores e profissionais ligados aos órgãos representativos da área, foram todos conclamados a engrossar os investimentos em defesa dos limites do campo do Jornalismo. No início das discussões em 2001, apreendemos que a partir do mercado de trabalho ocorreram dois levantes: um contra os agentes provisórios na profissão e em defesa do diploma.

Em sala de aula o assunto, neste período específico, foi discutido em várias oportunidades, pois a informação chegou aos poucos, com muitos ruídos e entendimento superficial sobre a questão, sobremaneira, complexa. Enquanto isso, os investimentos diários no campo eram sempre feitos e alimentados para que não fossem perdendo forças. Em meio à suspensão provisória, a proposta do Conselho Federal de Jornalismo parecia uma saída ou, pelo menos, uma opção de reforçar os limites da profissão impondo um espaço de reconhecimento, acompanhamento e fiscalização do trabalho jornalístico no Brasil.

Entretanto, a proposta não foi levada adiante, justamente por causa da possibilidade de fiscalização do conteúdo e das ações dos agentes. Muitas controvérsias foram colocadas em questão e a iniciativa que poderia significar autonomia, legitimidade e estabilidade, todas juntas, para o campo do Jornalismo alguns anos depois foi justificativa para a suspensão da obrigatoriedade do diploma pelo Supremo Tribunal Federal. Mais uma vez *habitus*, estratégias e capitais tiveram que ser reconvertidos no campo para os agentes interessados na continuidade dele, obviamente uma defesa daqueles que já faziam parte do Jornalismo como estudantes, professores e profissionais da área.

Numa tentativa de observação mais crítica no ambiente acadêmico, a discussão sobre o Conselho Federal de Jornalismo teve espaço, dependendo muito da proximidade e interesse dos grupos de professores em discutir a questão com alunos ou no contato destes estudantes com o mercado de trabalho/emprego. Por fim como a proposta foi derrubada no legislativo, o assunto caiu no esquecimento ou mesmo perdeu destaque e importância como investimento para os agentes, isso ocorreu no ano de 2003. O tempo passou e as discussões sobre os profissionais diplomados e precários tiveram espaço nos debates do campo, mas como a regulamentação ainda tinha validade, as crises continuaram as mesmas de sempre.

As estratégias identificadas em nível mundial demonstram que, a partir de solicitação de estados-membros, a UNESCO começa no ano de 2005 a confecção de um modelo curricular para a formação do Jornalista, contando com a participação de agentes brasileiros do campo jornalístico, que foi finalizada dois anos depois. Este documento foi enviado pela organização aos países integrantes, mas não interferiu de forma maciça nos cursos de Jornalismo pelo Brasil.

Alguns cursos pelo país utilizaram as sugestões para atualizarem os projetos pedagógicos, sem interferir nas regras que ainda valem no país, ou seja, o documento curricular do ano de 2002 (quando o de 2001 foi atualizado). As alterações aproximaram-se dos interesses patronais e jurídicos bem definidos, que acabaram por levar o campo, a maior crise de todas.

Por conta disso, o ano de 2009 foi definitivo no Brasil para as mudanças de estratégias, com o fortalecimento do *habitus* e o investimento diferenciado em capitais dos agentes do campo do Jornalismo. De um lado, pela suspensão da Lei de Imprensa e a derrubada de 77 artigos, que significou tanto para a academia quanto para o mercado de trabalho/emprego a retirada de um dos documentos fundamentais do campo, mesmo que datado do regime militar e com necessidades de ajustes e atualizações. De outro, que ainda como documento foi apenas a perda de um deles, não o principal.

Neste mesmo ano, alguns meses antes da suspensão definitiva da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, o MEC³ instituiu uma comissão de especialistas da área para a elaboração de novas diretrizes curriculares para a formação do Jornalista no Brasil.

³ Marques de Melo (2009) conta que a grande preocupação do ministro, assim como de sua equipe gestora, tem como vetor o fortalecimento da democracia em nosso país: “o diagnóstico feito pelo *staff* ministerial identifica quatro campos universitários como pilares da sociedade democrática no país: medicina, direito, pedagogia e jornalismo. Por isso mesmo, os cursos respectivos foram declarados prioritários no calendário de atualização das diretrizes norteadoras do nosso ensino superior”. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/doi-pilares-da-sociedade-democratica-428823/> Acesso em: 20 nov. 2014.

Enquanto os trabalhos da comissão eram feitos, foi a julgamento no STF a obrigatoriedade do diploma e numa votação, por oito a um, o campo perdeu o seu principal documento. O que parecia, para muitos agentes do campo, um absurdo, tornou-se realidade.

Sobre a decisão do STF identificamos que mudanças foram instauradas no campo: as estratégias tiveram que ser alteradas. Como reação, vários documentos por órgãos representativos dos jornalistas foram produzidos. Neste momento o reforço do *habitus* jornalístico foi posto como essencial para a continuidade da profissão. Se com a suspensão provisória ficou difícil investir capital no campo, com a definitiva o risco de perdas aumentou muito. No final das contas, as estratégias de reconversão tiveram que ganhar mais investimento dos agentes do campo. O *habitus* que anteriormente foi referendado por um diploma, passou a ter que existir sem ele, pelo menos, no mercado de trabalho/emprego. Reforçamos que (re)converter estratégia passou a ser ponto chave da autonomia e da legitimidade do campo.

Com o futuro incerto, alguns desistiram dos cursos, do mercado de trabalho/emprego, enfim dos investimentos nos limites do campo. Mas muitos persistiram na defesa da profissão, tanto que mesmo cinco anos depois, no ano de 2014, os agentes continuam depositando seus mais diversos capitais no Jornalismo, bem como em estratégias para reverter esta situação a partir de documentos em várias áreas e por eles tentando reforçar o *habitus* da profissão. Talvez, inclusive, esta investigação faça parte deste tipo de capital.

Na análise deste poder, aos agentes do campo do Jornalismo resta o investimento nestes recursos e estratégias de conversão disponíveis que apontam para uma economia da diplomação. Os documentos curriculares analisados apresentam-se como expressão destes recursos e estratégias e revelam o diploma como a distinção possível e recurso para todos os investimentos dos agentes interessados nos limites do campo. Entendemos que o ritual imposto pelo diploma, as palavras contidas neste documento enunciam os limites, impõem pela competência técnica mesmo que ela não seja perfeita, oferecem os lucros para aqueles que o detém, além de trazer também o ônus.

É possível determinar que os agentes do campo do Jornalismo, empossados pelo diploma que só o campo educativo pode oferecer, transformam-se em locutores legítimos que podem exercer a profissão com autoridade. Eles conquistam, a partir deste documento, o direito de usufruir de uma competência social e, o poder simbólico conquistado pela autonomia das palavras inscritas no diploma, demonstra competência ampliada com relação ao mercado de trabalho/emprego. O grupo de agentes diplomados ganha força, pois investe com este objetivo.

Com o diploma, a estrutura do mercado de trabalho/emprego relaciona-se com a competência dos jornalistas, mas somente com aqueles que passaram por uma formação. Nesta perspectiva, os diplomados são os locutores legítimos do campo, pois resultado de uma situação legítima e constituídos por um mercado com forma também legitimada. O diploma estabelece as leis do poder simbólico instituído, a partir das relações em que ele foi produzido no mercado.

Defendemos que sem o diploma, os agentes do campo estão condenados a uma luta interna e externa pela defesa de um capital ameaçado. Nesta trajetória o diploma oferece aos agentes detentores dele um valor distintivo, ou seja, um valor social. Este lucro, ou mesmo a possibilidade dele, só pode ser alcançado pela formação no sistema de ensino superior brasileiro e como sugestão em nível internacional, levando em conta a UNESCO, pela mesma trajetória em 193 países, integrantes da organização mundial. Entendemos que, desta forma, o mercado apresenta-se estável, estruturado por este reforço coletivo em torno de uma chance objetiva de lucro.

Este estudo realizado expressa como registro da trajetória dos agentes do campo do Jornalismo, mais um recurso de poder e estratégia de (re)conversão das crises, que ainda insistem em permanecer no campo, na tentativa de posicionar outros objetos neste processo de formação do jornalista, entre eles os documentos curriculares com forma de estabelecer acesa a chama de um campo de forças com agentes interessados na manutenção de seus poderes e investimentos em relações permanentes e constantes, que representam resistências, no sentido de transformar e conservar as forças instituídas ao longo de uma construção sócio-histórica ou histórico social estruturada.

Nesta construção em andamento é importante destacar o que já identificamos sobre a importância do agente/estudante, do mercado de trabalho/emprego e da academia neste suporte ao campo do Jornalismo. Para Bourdieu (2007), poderes novos e antigos transitam pelo campo e, de forma natural, o agente/estudante está mais disposto a operar com os novos poderes que lhes são oferecidos. A energia destes estudantes sempre foi utilizada no sentido de engrossar as frentes do exército que defende as fronteiras do campo. Se dispostos estrategicamente no campo educativo com toda energia para entenderem os limites e possibilidades da profissão que decidiram para a vida toda, investem nos novos poderes, pois tem mais facilidades para empreender reconversões do que aqueles que estavam ligados aos velhos poderes da profissão regulamentada. Estes agentes, compostos por professores e profissionais formados, tiveram à disposição a estabilidade, a autonomia e a legitimação, por isso têm mais dificuldade em fazer movimentos de reconversão dentro do campo. Mas

notadamente a experiência que tiveram serve para injetar combustível nos agentes mais interessados em conseguir o diploma.

Este discurso estratégico é multiplicado na academia, que tem seus interesses no processo de diplomação, pois é alimentado por ele, e de forma consciente utiliza da capacidade do agente/estudante como empreendedor do poder simbólico disponível para limitar o campo do Jornalismo.

Entendemos que este processo encontra eco no mercado de trabalho/emprego onde também o agente/estudante frequenta como estagiário. Ao mesmo tempo, que serve para estabilizar as oportunidades, pois neste espaço, mesmo com a possibilidade de contratação sem diploma, ainda a opção é pelo diplomado - o agente/estudante sofre com as mazelas de exercer a profissão ainda sem diploma, mas com a consciência limpa de que logo terá, depois de cumprir todas as disciplinas e exigências de aprovação curricular, como resultado de tudo, direito ao diploma de jornalista.

Como é agente mais novo no campo do Jornalismo e nele permanece por cerca de quatro anos, na academia pelo menos, está disposto às reconversões necessárias na defesa do seu grupo e, para tanto, todas as indicações idealizadas na trajetória em busca do diploma são aceitas. Aceitas porque entendem a necessidade de atuação conjunta com os outros agentes interessados na preservação do campo. Como agentes interessados acessam toda a sua rede de ligações utilizáveis, como diria Bourdieu (2007), no sentido de convencer a si mesmos e os outros dos possíveis lucros que virão.

O agente/estudante encampa estratégias de investimento social e acaba por ser resultado delas, uma vez que na academia utiliza-se da rede de ligações no intuito de cumprir as disciplinas, fazer os trabalhos, participar das atividades do curso e quando necessário depositar recursos que vem recebendo pela autonomia e legitimidade do campo.

No mercado de trabalho/emprego, o sistema de ensino também é reproduzido pelo agente/estudante ao defender o diploma, mesmo que de forma inconsciente, pois nas redações que estagia representa os investimentos do campo educativo na hierarquização do certificado escolar. A sua presença é poder simbólico do movimento estratégico do campo do Jornalismo reproduzindo-se em toda estrutura social. Nas tentativas da academia em controlar a entrada de profissionais formados, também faz concessões e admite as distorções para que continue a estabelecer os posicionamentos junto ao mercado de trabalho/emprego.

Sendo assim, os agentes da academia tanto professores quanto estudantes precisam manter esta rede de ligações, como definiria Bourdieu (2007), com o mercado de trabalho como recurso de poder e estratégia de conversão disponíveis para ser acessadas quando

necessário. Estas relações devem tornar-se eletivas para ser, de acordo com Bourdieu (2007, p. 68), “subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos)”. O mercado de trabalho/emprego aplica o mesmo movimento com a relação à acadêmica e seus representantes, as relações também ocorrem de forma necessária e eletiva apontando para interesses econômicos, políticos e sociais, que garantem ainda sentimentos e direitos. O diploma entendemos nesta relação entre academia e mercado, pode ser encarado como direito e sentimento, simultaneamente. Para a academia e os agentes dela, os investimentos são no sentido dele ser encarado apenas como direito, mas, neste momento em que está suspenso no campo jurídico, uma relação sentimental com ele pode parecer suficiente.

Partindo desta ideia, entre uma das possíveis leituras e análises, a que descreve e prescreve trajetórias para a instituição do diploma, como única força estável para a manutenção do poder simbólico da profissão de jornalista, parece ganhar corpo a cada dia. É tentativa para todos os agentes interessados em instituir o rito e reforçar a representação do campo que também fazemos parte, investimos recursos e apostamos forças para mantê-la, pois precisamos de um campo para lutar, de um jogo para jogar. No poder relativo que temos dentro do campo, este estudo se apresenta como contribuição para o movimento histórico social vivido nos anos de regulamentação e suspensão da profissão de jornalista, com todas estas redes de ligações instituídas.

Por fim, a formação do jornalista realizada na academia e, o mercado de trabalho/emprego que recebe este profissional, apresentam-se como sínteses da construção pretendida, isto é, os recursos de poder e estratégias de conversão estiveram canalizados, principalmente, desde o final do século passado e a primeira década deste, no sentido de sustentar as redes de ligação entre estes dois espaços sociais e, desta forma manter as relações sociais utilizáveis. Este elo é o diploma, que só o jornalista formado por uma instituição de ensino superior tem direito institucional e, consciente ou inconscientemente, nutre sentimentos por ele e pelo campo em que ele é produzido.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Alexandra. O Jornalismo e a comunicação de massa como campos legítimos de produção da informação. In: KISCHINHEVSKY, Marcelo; IORIO, Fábio Mario; VIEIRA, João Pedro Dias. **Horizontes do Jornalismo: Formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSIS, Cássia Lobão. **Vivências com a escrita de textos nos cursos de jornalismo: das proposituras curriculares às interações em sala de aula**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2005.

AVANZA, Márcia Furtado. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2007.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêia. **Educação jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado**. Campo Grande: Tese de Doutorado, UFMS, 2010.

BRASIL, Decreto-Lei número 972 de 17 de outubro de 1969. **Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista**. Diário Oficial da União.

_____, Decreto-Lei número 83.284 de março de 1979. **Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista**. Diário Oficial da união.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Relatório da Comissão de Especialistas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>

_____. **Projeto de Lei: Criação do Conselho Federal de Jornalismo**. São Paulo, FENAJ, 2004.

_____. **Lei de Imprensa** número 5.250/67. Brasília, Congresso Nacional, 2000.

_____. **Agravo de instrumento** com pedido de liminar com efeito suspensivo número 2001.61.00.025946-3. 16ª. Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Portugal: Delta, 2001.

_____, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre os sistemas de produção e do sistema de reprodução. In NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio (org). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003a.

_____, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

_____, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: USP, 2008.

_____, Pierre. **Homo academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008a.

_____, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____, P. e CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

COSTA, Caio Túlio. **Moral Provisória - Ética e Jornalismo: da gênese à nova mídia**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2008.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) (org). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis. Imprensa UFSC, 2002.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) DINES, Alberto; LEAL FILHO, Laurindo; CHRISTOFOLETTI, Rogério; GENTILLI, Victor. MEDISTCH, Eduardo; (org). **Artigos sobre o diploma**. 2009. Disponível em <www.fenaj.org.br>

_____ (Federação Nacional dos Jornalistas) RÍSTER, Carla A. **Liminar da Justiça Federal**. 2001. Disponível em <www.fenaj.org.br>

_____ (Federação Nacional dos Jornalistas) Jornalistas, Congresso Nacional de. **Carta de Rio Branco**. 2012. Disponível em <www.fenaj.org.br>

GIRARDI Jr., Liráucio. **Pierre Bourdieu: questões de Sociologia e Comunicação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GUEDINI, Fred. Jogo dos Sete Erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos Jornalistas. In FENAJ (org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Cátedra FENAJ – UFSC, 2002.

MACHADO, Elias e TEIXEIRA, Tattiana. **Ensino de Jornalismo em tempo de convergência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **Dois Pilares da Sociedade Democrática**. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Brasília, set. 2009. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/dois-pilares-da-sociedade-democratica-428823/> Acesso em: 20 nov. 2014.

MELO, Paulo. **A Formação Atual do Comunicador Social no Brasil**: ECA/USP, um Estudo de Caso. Tese (Doutorado em Comunicação), UNICAMP. 2006

MENDES, Gilmar. **Relatório Recurso Extraordinário número 511961**. Brasília, STF, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. Santa Catarina: UFSC, 1999.

MORAES JÚNIOR, Enio. **O ensino do interesse público na formação do jornalista: elementos para a construção de uma pedagogia.** São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2011.

MOURA, Cláudia P. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

OLIVEIRA, Eliane Freire de. **Múltiplas Possibilidades: a estruturação dos projetos experimentais no Ensino de Jornalismo.** São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.

PACHECO, José Augusto. **Políticas Curriculares: referencias para análise.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PÉREZ GOMÉZ, A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, F. C. T. ; PESSANHA, Eurize Caldas. Estudo Histórico-Comparado da Produção de Conhecimento sobre Ensino Secundário em duas Regiões do Brasil. In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2014, Curitiba - Paraná. **Percursos e Desafios na História da Educação Luso-Brasileira.** Curitiba: PUCPR, 2014. p. 1-16.

TORRES SANTOMÉ, J. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

TOUNOS, Mirna. A formação em jornalismo em novas direções. In: KISCHINHEVSKY, Marcelo; IORIO, Fábio Mario; VIEIRA, João Pedro Dias. **Horizontes do Jornalismo: Formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005. v.1 e 2

UNESCO. **Modelo curricular para o ensino de jornalismo.** Paris: UNESCO, 2010.

ANEXO (CD)

CNE - Parecer - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo - Homologado
- Projeto de Resolução - MEC (2013).

MEC - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (2009).

UNESCO - Modelo Curricular da UNESCO para o Ensino de Jornalismo (2007-2010).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo		
COMISSÃO: Arthur Roquete de Macedo (presidente) e Reynaldo Fernandes (relator)		
PROCESSO Nº: 23001.000087/2010-91		
PARECER CNE/CES Nº: 39/2013	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 20/2/2013

I – RELATÓRIO

Trata-se das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, remetidas pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, para apreciação da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

I.1. Histórico

1. Em atenção aos anseios de entidades acadêmicas e profissionais, vinculadas ao ensino e ao exercício do jornalismo no Brasil, o Ministério da Educação constituiu Comissão de Especialistas para estudar e apresentar sugestões para compor as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo. A Comissão, instituída pela Portaria MEC Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009, foi composta por José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.
2. A Comissão realizou três audiências públicas. No Rio de Janeiro, foram consultados representantes da comunidade acadêmica: professores, estudantes, pesquisadores e dirigentes de escolas, curso e departamentos de ensino e pesquisa em jornalismo. No Recife, a audiência contou com a participação da comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas. Por fim, em São Paulo, manifestaram-se as lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, educadores, religiosos, dentre outros representantes.
3. Além das audiências públicas, os interessados tiveram oportunidade de encaminhar, em consulta pública no portal do MEC, recomendações para a Comissão de Especialistas. A Comissão ouviu também as propostas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores.
4. A proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, realizada pela Comissão de Especialistas, foi analisada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) na Nota Técnica Nº 001/2010 – DESUP/SESu/MEC, de 9 de abril de 2010. A análise da SESu é altamente favorável à proposta da Comissão de Especialista, tanto no que se refere à oportunidade de se estabelecer Diretrizes próprias para o jornalismo, sem abdicar de que essas integrem a área de comunicação social, quanto aos termos específicos da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo.

5. A proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em 15 de abril de 2010 e distribuída, em 9 de junho de 2010, para a Comissão formada pelos conselheiros Arthur Roquete de Macedo (presidente) e Reynaldo Fernandes (relator).
6. A Comissão do CNE/CES realizou audiência pública em Brasília, no dia 8 de outubro de 2010. Na oportunidade, diversos representantes de entidades profissionais e acadêmicas, ligadas ao jornalismo, manifestaram apoio à proposta elaborada pela Comissão de Especialistas. Entre essas entidades, destacamos a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).
7. Além das manifestações ocorridas na audiência pública, a Comissão do CNE/CES possibilitou também ao público o envio de contribuições por meio do correio eletrônico “audiencia.jornalismo@mec.gov.br”. Diversos professores e coordenadores de cursos de comunicação/jornalismo participaram e encaminharam sugestões sobre vários pontos específicos da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área. Duas entidades se manifestaram claramente contrárias à proposta de Diretrizes. Foram elas: a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Essa última critica também à forma pela qual o processo de discussão das Diretrizes foi conduzido.
8. A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) preocupa-se com o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de jornalismo, separadas dessas das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de comunicação social. Em documento, encaminhado ao CNE, a COMPÓS diz-se preocupada com “a atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes propostas poderia vir a causar numa área que vem tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico e suas conseqüências para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalista, para a formação para a docência e para a pesquisa”. E, mais adiante, afirma que o texto da Comissão de Especialistas “deixa entrever uma perspectiva ‘separatista’ que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil”.
9. Para a COMPÓS, a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo fragmenta e limita a formação jornalística, pois reflete “pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados”. De acordo com a COMPÓS, a “relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente: tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural, o que demandaria um jornalista com capacidade de olhar mais amplamente a sociedade”.
10. Do mesmo modo, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) é contrária à existência de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de jornalismo, pois, uma vez estabelecidas, haveria o processo de “separação” das habilitações que hoje compõem a comunicação social e, como conseqüência, a extinção da área. Em e-mail enviado ao CNE, a Enecos afirma que “o que está colocado para nós com a NDJ (Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo) é a extinção da área de Comunicação Social como área de conhecimento”.
11. A Enecos questiona também a forma pela qual o processo foi conduzido, uma vez que não possibilitou, segundo argumenta, ampla participação dos interessados. Nas palavras da Enecos, a “constituição de três audiências públicas (Rio de Janeiro, São

Paulo e Recife) para a formulação pública da proposta de NDJ (Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo) não contempla nem 1% das escolas de comunicação existentes no Brasil”. A Enecos defende que “a proposta de Diretrizes Curriculares para o Jornalismo, neste momento, seja paralisada, ou seja, que não se aprove as NDJ e que se reabram audiências públicas e debates políticos em todos os estados do Brasil”.

I.2. Análise

A discussão sobre a aprovação da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, elaborada pela Comissão de Especialistas, instituída pelo MEC, envolve duas questões conexas, que, porém, devem ser analisadas distintamente. A primeira diz respeito à oportunidade de se estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de jornalismo. A segunda refere-se à proposta específica elaborada pela Comissão de Especialistas.

Como destacado, grande parte das críticas a atual proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo é, na verdade, crítica à existência de Diretrizes específicas para o curso de jornalismo, retirando-o, portanto, do rol das Diretrizes Curriculares Nacionais de Comunicação Social do qual integra. Então, a primeira questão a ser respondida seria: deveríamos ter Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para jornalismo? Caso a resposta seja afirmativa, a segunda questão seria: a proposta elaborada pela Comissão de Especialista é adequada?

I.2.1. Sobre a oportunidade de se estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de jornalismo

No presente, o curso de jornalismo é uma das habilitações que integram as Diretrizes Curriculares Nacionais de Comunicação Social. A adoção, portanto, de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de jornalismo, visa, além de orientar a formação do jornalista, gerar estímulo para a criação de bacharelados específicos em jornalismo. A questão, todavia, é saber se tal estímulo deva ser considerado como apropriado.

Não há dúvidas de que o jornalismo pertence ao campo da comunicação social. Parece também haver concordância de que a organização curricular atual enfatiza questões e teorias gerais da comunicação social em vez de questões específicas das diversas formações ou profissões da área: jornalismo, publicidade, relações públicas, editoração etc. A divergência, portanto, se dá em relação à avaliação das vantagens e desvantagens de cada um dos modelos de organização: mais geral ou mais específico.

Para alguns, a ênfase em teorias gerais da comunicação seria positiva para a formação do jornalista. Ela proporcionaria aos futuros profissionais a necessária capacidade de “olhar mais amplamente a sociedade”, evitando-se assim uma formação estritamente “tecnicista”. Por outro lado, os que defendem o modelo de bacharelado específico para jornalismo alegam que o atual modelo, ou seja, generalista, reduz demasiadamente o espaço para discussões fundamentais à atividade do jornalismo em troca de discussões de natureza mais abstratas sobre comunicação e papel da mídia.

No relatório da Comissão de Especialistas, instituída pelo MEC, pode-se ler que: “A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve conseqüências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional”. E mais adiante,

afirma-se que as discussões teóricas ganharam “crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em consequência, passou a não [se] reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo”.

Não é, evidentemente, tarefa simples definir qual dos modelos acima seria o mais apropriado para formar jornalistas. É possível, certamente, levantar argumentos prós e contras a cada uma das alternativas apresentadas. Para o caso, seria sensato que a decisão a ser aprovada refletisse a posição hegemônica, dos que militam no jornalismo e estejam concomitantemente refletindo sobre a formação do profissional da área. O jornalismo, desnecessário dizer, é atividade profissional antiga, reconhecida nacional e internacionalmente, portanto, acumuladora de vasta literatura prática e teórica.

Nesse aspecto, ou seja, com relação à posição hegemônica, é importante destacar que as manifestações recebidas pela Comissão do CNE/CES e provenientes de entidades profissionais e acadêmicas ligadas ao jornalismo (FENAJ, FNPJ e SBPJor), professores de jornalismo e jornalistas, ou foram favoráveis a existência de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo ou se limitaram a discutir pontos específicos da proposta. O posicionamento contrário à adoção de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para jornalismo partiu de associações ligadas à área geral de comunicação social, como são a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos).

Por fim, vale ressaltar que a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de jornalismo não seria o primeiro caso de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, em outro momento já estabelecidas, para uma das formações da própria área da comunicação social. O curso de Cinema e Audiovisual, por exemplo, resultou do desmembramento, pelo Conselho Nacional da Educação, das Diretrizes Curriculares comuns, através da Resolução nº 10, de 27 de junho de 2006.

Dado o acima exposto, manifesto-me favoravelmente ao estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo e passo a analisar a proposta elaborada pela Comissão de Especialista.

I.2.2. Sobre a adequação da proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, elaborada pela Comissão de Especialistas, instituída pelo Ministério da Educação

A proposta da Comissão de Especialistas mostra-se bastante flexível no que diz respeito aos conteúdos curriculares. O currículo é organizado a partir de seis eixos de formação: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. Tais eixos possuem caráter bastante geral, possibilitando que as Instituições de Ensino Superior (IES) tenham bastante liberdade na composição das disciplinas e conteúdos a ser ministrados. No entanto, essa flexibilidade não ocorre em relação ao Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao menos essa é a opinião expressa em várias comunicações recebidas pela Comissão do CNE/CES.

A Comissão do CNE/CES recebeu diversas sugestões para aprimoramento da proposta elaborada pela Comissão de Especialistas. As sugestões versam sobre aspectos muito distintos, como o de se enfatizar o aprendizado em línguas estrangeiras, dar mais destaque à pesquisa e à extensão na formação do jornalista, considerar a questão da igualdade étnico-racial etc. Aqui destacamos cinco dessas sugestões, em virtude de sua importância e/ou por sua recorrência nas manifestações recebidas.

1. **Tornar o Estágio Supervisionado como uma recomendação e não como uma obrigatoriedade** – Na proposta da Comissão de Especialistas, o Estágio Supervisionado é obrigatório e, em mais de uma manifestação, solicita-se que ele seja optativo. É destacado, nas sugestões, que até o final dos anos 80, o Estágio Supervisionado era obrigatório, deixando de sê-lo a partir de então. Por exemplo, a manifestação da área de jornalismo da UFRGS afirma que a não obrigatoriedade do Estágio Supervisionado foi “uma conquista importante dos campos acadêmico e profissional” e que “a obrigatoriedade de 200 horas de estágio supervisionado desconsidera a realidade complexa e diversa do país, pois os estágios em Jornalismo dependem de uma série de negociações com os sindicatos e empresas de cada Estado ou cidade”.
2. **Possibilitar que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tenha caráter teórico (monográfico)** – O TCC, segundo a proposta da Comissão de Especialistas, deve “envolver a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico”. Isso exclui, por exemplo, a possibilidade de que o aluno realize trabalho de caráter reflexivo ou científico sobre o papel do jornalismo nas modernas sociedades democráticas. A solicitação de que o TCC possa ser realizado também por monografia, de caráter teórico ou conceitual, esteve presente em várias das manifestações recebidas pela Comissão do CNE/CES.
3. **Tornar a presença de jornalistas profissionais na banca examinadora do TCC uma opção e não uma obrigatoriedade** – O texto da proposta da Comissão de Especialistas determina, para avaliação do TCC, a composição de “uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados”. Isso tem levado à interpretação de que a presença de, ao menos, um jornalista profissional convidado seja obrigatória. Nesse sentido, a Comissão do CNE/CES recebeu diversas manifestações para que a presença de jornalistas profissionais convidados seja uma possibilidade, mas não uma obrigatoriedade. Tal argumento seria reforçado caso a sugestão anterior (da possibilidade de monografias, de caráter teórico ou conceitual) fosse acatada.
4. **Reduzir a carga horária mínima do curso** – A proposta da Comissão de Especialistas define que a “carga horária total do curso deve ser, no mínimo, de 3.200 horas, incluídas neste total 200 horas de estágio supervisionado e 300 horas de atividades complementares”. Diversas manifestações apontaram que 3.200 horas impossibilitariam que o curso fosse concluído em quatro anos, especialmente no caso de cursos noturnos. A solicitação é a de que a carga horária mínima seja reduzida. Por exemplo, a manifestação do curso de jornalismo da UFRGS sugere que a “carga horária mínima indicada pelas Diretrizes seja de 2.700 horas, seguindo a legislação em vigor”, pois “ao exigirem mínimo de 3.200 horas, as Diretrizes determinarão mudanças substantivas em todos os cursos do país, elevando o tempo mínimo de titulação”. Por sua vez, a Coordenação de Comunicação Social da UFU alerta para o fato de que o “número de horas sugeridos (sic) nas diretrizes vai em direção contrária aos encaminhamentos atuais no (sic) MEC e compromete uma formação em apenas 4 anos, pois exigiria tempo maior para os cursos noturnos”.
5. **Flexibilizar a carga horária mínima das diversas atividades do curso** – Esse tópico está diretamente ligado ao anterior. Além de reduzir a carga horária, solicita-se sua maior flexibilidade. O total de 3.200 horas foi obtido da seguinte forma: 400 horas para cada um dos seis eixos (totalizando 2.400 horas); 300 horas

para o TCC; 200 horas de Estágio Supervisionado e 300 horas de Atividades Complementares. Por exemplo, a Coordenação do Curso de Comunicação da UFJF propõe substituir o texto da Comissão de Especialistas, no trecho em que se descreve que “é valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (400 horas para cada eixo, em média, reservadas 300 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso)” por “é valorizado o equilíbrio entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (reservadas 300 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso)”. Já o curso de jornalismo da UFRGS questiona o total de 300 horas para o TCC, alegando que “não faz sentido exigir que o Trabalho de Conclusão de Curso tenha caráter laboratorial e seja desenvolvido em 300 horas de atividades. Na UFRGS, o TCC é um trabalho científico monográfico, de caráter reflexivo, desenvolvido em 120 horas”.

I.2.3. Sugestões de alteração da Comissão do CNE/CES na proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, elaborada pela Comissão de Especialistas

A Comissão do CNE/CES resolveu acatar as sugestões discutidas na seção anterior e, assim, propôs as seguintes alterações na proposta elaborada pela Comissão de Especialistas:

1. Tornar o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares uma recomendação, em vez de uma obrigatoriedade. É importante frisar que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, essas atividades (Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares) não poderão exceder 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.
2. Admitir a possibilidade de que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possa ter caráter teórico (monográfico).
3. Possibilitar a presença de jornalistas profissionais *ad hoc* na banca examinadora do TCC, mas sem que isso constitua obrigatoriedade.
4. Fixar a carga horária mínima do curso em 2.700 (duas mil e setecentas) horas, a exemplo do que ocorre hoje com a carga horária mínima em comunicação social.
5. Tornar a carga horária mínima mais flexível, não estipulando mínimo de horas entre as diversas atividades do curso.

I.3. Sugestões da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE

A Comissão do CNE/CES, composta para analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo apresentou, em reuniões de trabalho, sua proposta à Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Depois de aprofundada discussão, a maioria dos conselheiros da CES/CNE considerou mais apropriado manter o Estágio Supervisionado como obrigatório e, em função disso, promover ajuste na carga horária mínima, posicionamento esse acatado pela Comissão do CNE/CES

Em virtude disso, foram realizadas as seguintes alterações na proposta inicial da Comissão do CNE/CES:

- a) Manteve-se o Estágio Supervisionado como atividade obrigatória, com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.
- b) Fixou-se, em 3.000 (três mil) horas, a carga horária mínima do curso de jornalismo.

II – VOTO DA COMISSÃO

Voto pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, na forma apresentada no Projeto de Resolução em anexo, que é parte integrante deste Parecer.

Brasília (DF), em 20 de fevereiro de 2013.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

Conselheiro Reynaldo Fernandes – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da comissão.
Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2013.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Presidente

Conselheira Ana Dayse Rezende Dorea – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97, 583/2001 e 67/2003, e considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº /2013, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de / /2013, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, bacharelado, a ser observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em jornalismo deve:

I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;

IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;

IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

X - regulamentação das atividades do Estágio Curricular Supervisionado, quando existente, contendo suas diferentes formas e condições de realização;

XI - concepção e composição das Atividades Complementares, quando existentes.

Art. 4º A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

a) **formar profissionais** com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento.

b) **ênfatar**, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.

c) **orientar a formação** teórica e técnica para as **especificidades do jornalismo**, com grande atenção à **prática profissional**, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

d) **aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores**, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

e) **preparar profissionais** para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

f) **ter como horizonte profissional** o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

g) **incluir**, na formação profissional, as rotinas de trabalho do **jornalista em assessoria** a instituições de todos os tipos;

h) **atentar** para a necessidade de preparar **profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos** em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;

i) **instituir** a graduação como etapa de **formação profissional continuada e permanente**.

Art. 5º O concluinte do curso de jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuindo os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

Parágrafo único. Nessa perspectiva, as competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a ser desenvolvidos incluem:

I - Competências gerais

- **Compreender e valorizar**, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

- **Conhecer**, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;
- **Identificar e reconhecer** a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;
- **Distinguir** entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;
- **Pesquisar, selecionar e analisar** informações em qualquer campo de conhecimento específico;
- **Dominar** a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;
- **Ter domínio** instrumental de pelo menos dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;
- **Interagir** com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;
- **Ser capaz** de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;
- **Saber utilizar** as tecnologias de informação e comunicação;
- **Pautar-se** pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;
- **Cultivar** a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;
- **Compreender** que o aprendizado é permanente;
- **Saber conviver** com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;
- **Perceber** constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;
- **Procurar ou criar** alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;
- **Atuar** sempre com discernimento ético.

II - Competências cognitivas - Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania; compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício.

III - Competências pragmáticas - Contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis; propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; formular questões e conduzir entrevistas; adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade; dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir; conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados; traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação

não especializada; elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos; elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa; compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, bem como ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico; dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos, utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação; dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística; avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

I.V - Competências comportamentais - Perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social; identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões.

Art. 6º A Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI – Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Art. 7º A organização curricular do curso de graduação em jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Educação Superior (IES) adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema sequencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento.

Art. 8º As Instituições de Educação Superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação.

Art. 9º A integração curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos:

- 1) carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;
- 2) distribuição das atividades laboratoriais, a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem;
- 3) garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local, regional e nacional.

Art. 10. A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. A carga horária mínima destinada ao Estágio Supervisionado deve ser de 200 (duzentas) horas.

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes, sendo possível também a participação de jornalistas profissionais convidados.

§ 1º - O TCC pode se constituir em um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade jornalística.

§ 2º - O TCC deve vir, necessariamente, acompanhado por relatório, memorial ou monografia de reflexão crítica sobre sua execução, de forma que reúna e consolide a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

§ 3º - As Instituições de Ensino Superior deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, estabelecendo necessariamente critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 12. O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do

formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º - O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º - As atividades do Estágio Supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do Estágio Curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º - A Instituição de Ensino Superior deve incluir, no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo, a natureza do Estágio Supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º - É vedado convalidar como Estágio Curricular a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente. Da mesma forma, é vedado convalidar como Estágio Curricular os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

Art. 13 As Atividades Complementares são componentes curriculares não obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentre elas as adquiridas fora do ambiente de ensino. As Atividades Complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando e não devem ser confundidas com Estágio Curricular Supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º - O conjunto de Atividades Complementares tem o objetivo de dar flexibilidade ao currículo e deve ser selecionado e realizado pelo aluno ao longo de seu curso de graduação, de acordo com seu interesse e com a aprovação da coordenação do curso.

§ 2º - As Atividades Complementares devem ser realizadas sob a supervisão/orientação/avaliação de docentes do próprio curso. Os mecanismos e critérios para avaliação devem ser definidos em regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de jornalismo, atribuindo a elas um sistema de créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralização do total da carga horária previsto para o curso.

§ 3º - São consideradas Atividades Complementares:

Atividades Didáticas – frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, direito, legislação, ecologia, cultura, esportes, ciência, tecnologia etc.

Atividades Acadêmicas – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais.

Art. 14. As Instituições de Ensino Superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo, definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art.15 Os Planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter – além dos conteúdos e das atividades – a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente disponível na biblioteca da instituição. Desta maneira, os alunos poderão discernir claramente a relação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso.

Art. 16 O sistema de avaliação institucional dos cursos de jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

I - o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;

II - o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;

III - a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a Instituição de Ensino Superior está inserida;

IV - o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o número de alunos por turma, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;

V - o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;

VI - as condições de acesso e facilidade de utilização da infraestrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, de forma que possam garantir o cumprimento do total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;

VII - a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;

VIII - a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente.

Art.17 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo

Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação

(Portaria Nº 203/2009,
de 12 de fevereiro de 2009)

Preâmbulo

A Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria MEC-SEU 203/2009 recebeu do Ministro Fernando Haddad a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação. Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública.

Empossada no dia 19 de fevereiro, sob a presidência do professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira, a Comissão decidiu ouvir preliminarmente a sociedade. O argumento para recorrer a essa metodologia foi a circunstância de ali atuarem as forças que configuram a fisionomia do Jornalismo Brasileiro, das fontes aos usuários, ou seja, da emissão à recepção das notícias e comentários.

Assim sendo, foram realizadas 3 audiências públicas, abertas à participação de todos os agentes dos processos jornalísticos: no **Rio de Janeiro**, professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa expressaram suas aspirações, representando a comunidade acadêmica; no **Recife**, foi a vez da comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor; em **São Paulo** manifestaram-se lideranças e representantes da sociedade civil organizada:

advogados, psicólogos, educadores, religiosos, ecologistas, bem como outros segmentos comunitários.

Da mesma forma, os cidadãos interessados na questão tiveram oportunidade de encaminhar recomendações. Isso foi possível por meio de uma consulta pública, realizada pelo portal do MEC, na internet, o que permitiu o recebimento de uma centena de sugestões de todos os quadrantes do território nacional.

Além disso, o presidente e alguns membros da comissão ouviram as propostas específicas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores, acolhendo todos os subsídios possíveis.

Ao perfil de idéias e demandas captado nas audiências públicas agregou-se a revisão do conhecimento existente sobre o ensino de jornalismo, na literatura nacional e internacional, conteúdos que embasaram substancialmente tanto o diagnóstico do cenário atual quanto os argumentos utilizados para justificar as mudanças aqui propostas.

Enquanto se processava o trabalho da comissão, alguns fatos novos alteraram o cenário nacional, sobrepondo-se ao rumo da proposta: por um lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal, revogando a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional. Por outro, a nova regulamentação do mestrado profissional, anunciada pela CAPES e publicada no Diário Oficial da União.

Entende a Comissão que esses instrumentos legais balizam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício.

Contribuirá também para esse aperfeiçoamento a restauração do estágio supervisionado, que corresponde a antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo.

A formação de profissionais especializados, pleito histórico das organizações jornalísticas, tem a possibilidade de se estabelecer através de cursos de mestrado profissional, credenciados pela CAPES. Neles, os formados em outras áreas do conhecimento poderão preparar-se para colaborar nas editorias especializadas, atuando como comentaristas, consultores ou planejadores de conteúdo.

A especialização de graduados em jornalismo, reciprocamente proposta pelos sindicatos, pode também ser garantida em mestrados profissionais, tutelados pela CAPES. Nesses novos espaços de capacitação avançada, os profissionais diplomados em jornalismo terão oportunidades para dominar os conteúdos requeridos pela reportagem nas editorias de economia, política, esportes, cultura e outras editorias da segmentação jornalística,

entre as quais as de atendimento a áreas emergentes nos cenários da atualidade.

As iniciativas recomendadas para a melhoria dos cursos de graduação, no contexto das novas regras para o exercício profissional, correspondem aos anseios das entidades sindicais e acadêmicas, defensoras do ensino de qualidade, e ganham legitimidade com as declarações explícitas das empresas do ramo, assegurando que, mesmo sem a obrigatoriedade do diploma, continuarão a contratar os graduados em jornalismo que tenham competência profissional.

Trata-se de um desafio para os cursos de graduação plena, cuja autonomia curricular constitui imperativo para a reciclagem dos seus projetos pedagógicos, restaurando a identidade do jornalismo sem abdicar de sua inserção histórica na área de comunicação e de sua natureza acadêmica como ciência social aplicada.

Depois de avaliar a trajetória percorrida pela educação dos jornalistas no Brasil, dos currículos mínimos às diretrizes curriculares, a comissão compatibilizou todas as contribuições recebidas, decidindo de modo predominantemente consensual. Para cumprir sua missão institucional a comissão explicita as idéias e ações pertinentes, distribuídas em três partes; I – a fundamentação e as justificativas; II – as diretrizes propostas, III – as recomendações finais.

I – Fundamentação e justificativas

Cenários do Jornalismo

Ao final de exaustivo estudo sobre os efeitos das descobertas tecnológicas das últimas décadas, Manuel Castells observou que na “era da Informação (...) os meios de comunicação não são os detentores do poder”. Este emana contemporaneamente das “redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais.”¹

Temos aí o diagnóstico de um mundo caracterizado pela capacidade discursiva das organizações e dos cidadãos. Para compreendê-lo é necessário retornar ao ano em que Marshall McLuhan vislumbrou a sua

¹ CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Volume 3, p. 424.

aldeia global, metáfora de um planeta onde todos podiam se comunicar entre si, em relações motivadas e dinamizadas pela sinergia do meio e pela sedução da oralidade².

Nas décadas seguintes, porém, o acelerado potencial difusor das tecnologias de informação produziu novos ordenamentos sociais, novos comportamentos culturais e novas relações de poder³, fortalecendo os movimentos periféricos⁴. A metafórica “tribo” da “Aldeia Global”, que para McLuhan era de pessoas, passou a ser formada por sujeitos institucionalizados, estrategicamente falantes. E a institucionalização do mundo informacional sepultou a idéia de que o “o meio é a mensagem”.

Com as armas da linguagem, os suportes da tecnologia e os valores da democracia, os novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo. Como sujeitos competentes da atualidade, no uso pragmático de um poder em expansão, os agentes do embate discursivo se fortaleceram para a negociação, a mediação e a solução dos conflitos reorganizadores das relações sociais⁵. Castells dá conta dessa transformação, ao sugerir que o meio, antes “mensagem”, transitara para a condição de “mensageiro”.

Na verdade, a mutação já aconteceu. Os conteúdos da atualidade, veiculados pelos gêneros jornalísticos são, em esmagadora maioria, ações discursivas de sujeitos que agem no mundo e sobre o mundo por meio de acontecimentos, atos, falas e/ou silêncios. Valorizados pelas técnicas e pela identidade ética, esses conteúdos são socializados no tempo e no espaço do Jornalismo, pelos instrumentos da difusão instantânea universal⁶. E assim, pelas vias confiáveis do Jornalismo, se globalizam idéias, ações, mercados, sistemas, poderes, discussões, interesses, antagonismos, acordos.⁷ No ritmo vigoroso da instantaneidade, acontecem eventos transformadores dos cenários sociais, culturais, políticos, econômicos etc., com efeitos imediatos na vida presente de indivíduos, povos e instituições.

Em tal cenário, urge clarear conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão do Jornalismo⁸, que terá de assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público. Na medida em que esteja à altura das complexidades do mundo em que

² McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**, São Paulo: Cultrix, 1969

³ ÁLVAREZ, Jesus T. **Gestão do poder diluído**. Lisboa: Colibri, 2006

⁴ PAIVA, Raquel. **O Espírito comum** : comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998

⁵ CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008

⁶ FRANCISCATO, C. E. . **A Fabricação do Presente** - Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005. v. 1. 273 p.

⁷ WEAVER, David (ed.). **The global journalist**. New Jersey: Hampton, 1998

⁸ MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 233

vivemos, o Jornalismo torna-se confiável para a expressão, a viabilização e a elucidação dos confrontos discursivos das ações humanas, na nova dinâmica da atualidade.

Assim, no plano pragmático da linguagem, o principal problema que se coloca ao Jornalismo atual reside naquele fenômeno denominado “revolução das fontes”.⁹ Uma revolução acelerada pelas tecnologias de difusão, graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários e conflitos da atualidade¹⁰.

O Jornalismo entrou no século XXI em estado de crise¹¹. E para bem enxergar o que se passa, há que recuperar o que se entendia por Jornalismo antes da crise surgir. O conceito-síntese dos principais autores que, ao longo do século XX, mais profundamente estudaram o assunto, era assim enunciado: “*Jornalismo é (...) um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)*”.¹²

Temos, aí, o entendimento do Jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. Trabalhava-se com uma noção passiva de atualidade e uma concepção auto-referida (“as coisas que aconteciam”), sobre as quais o jornalista atuava de forma determinante, com a sua capacidade de “captar e recriar fatos”. Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob sua decisão¹³. Logo, não havia notícia fora do Jornalismo e sem a intervenção mediadora do jornalista. Reduzidas ao papel de instâncias sem vida própria, as fontes nem citadas eram. Como se não fizessem parte do todo.

O estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova¹⁴, moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão¹⁵. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica¹⁶ é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas

⁹ CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001. p.43-58.

¹⁰ SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997

¹¹ MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2004; MINDICH, David **Tuned Out: Why Americans Under 40 don't Follow the News**. New York: Oxford University Press, 2005; SANTT'ANA, Lourival. **O destino do jornal**. Rio de Janeiro: Record, 2008

¹² MARQUES DE MELO, José. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985

¹³ McDOUGALL, Curtis. **Newsroom Problems and Policies**. New York: Dover, 1963

¹⁴ LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005

¹⁵ VIZEU, Alfredo (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008

¹⁶ MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio em Transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002

de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas¹⁷.

Nesse contexto¹⁸, o *todo* do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o *fato* e a *notícia*. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo entre “o acontecido” e “o noticiado”¹⁹. Na ocupação desse intervalo, e no controle que exercia sobre a atualidade, se fundamentava o poder da ação jornalística²⁰.

A tecnologia da banda larga aumentou ainda mais o poder da notícia, com a possibilidade de emissões interativas entre todos os mecanismos difusores – rádio, TV, jornal, revista e quantos mais aparecerem, na síntese chamada Internet²¹. Tudo isso com infinitas possibilidades de uso inteligente, pelo saber estratégico das organizações e a criatividade das pessoas.

A nova fisionomia do Jornalismo²² relativiza teorias e crenças²³ que historicamente sustentavam o poder hegemônico das redações tradicionais.

A atualidade fazia parte do Jornalismo, ao qual servia como fonte de matéria-prima. Hoje, ao contrário, é o Jornalismo que faz parte da atualidade, e a serve, como linguagem macro-interlocutória socialmente eficaz.

Trata-se de um cenário marcado, também, pelo crescimento acelerado de experiências e práticas de democracia participativa, cuja natureza é essencialmente discursiva²⁴. E a democracia participativa avança sobre os modelos tradicionais da democracia representativa, questionando-os²⁵.

Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração²⁶ quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação²⁷. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público²⁸, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis. Da mesma

¹⁷ TRAQUINA, Nelson & MESQUITA, Mário. **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Horizonte, 2003

¹⁸ MATTOS, Sergio. **O contexto midiático**. Salvador: IHGB, 2009

¹⁹ SODRÉ, Muniz – **A narração do fato**. Petrópolis, Vozes, 2009

²⁰ MINDICH, David . **Just the facts: How “objectivity” come to define american journalism**. New York: New York University Press, 1998

²¹ BOCZKOWSKI, Pablo. **Digitalizing the news**. Cambridge: MIT Press, 2004

²² MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: forma e conteúdo**. São Caetano: Difusão, 2009

²³ KUNCZIK, Michael – **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: EDUSP, 1997

²⁴ D`ALMEIDA, Nichole. **Société du Jugement**. Paris: Armand Colin, 2007

²⁵ BUCCI, Eugenio. **Em Brasília 19 horas**. Rio de Janeiro: Record, 2008

²⁶ MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**. Brasília: Casa das Musas, 2005; GUIRARDO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: A&C, 2004; MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996

²⁷ BERBAL, Sebastá; CHILLON, Luis Albert. **Periodismo informativo de creación**. Barcelona: Mitre, 1985; KUNSCH, Dimas. **Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística**. São Paulo: Anablume, 2000

²⁸ ARAÚJO, Lúcia (org.) **Comunicação e Transformação Social: a trajetória do Canal Futura**. São Leopoldo: Unisinos, 2008

forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir.

Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade²⁹ coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular.

Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão³⁰, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania.

Numa profissão³¹ em que a liberdade de informar constitui requisito essencial e numa atividade³² em que a independência editorial representa fundamento basilar, e em que os valores do interesse público se tornam vetores determinantes das decisões cotidianas, as razões das escolhas têm de resultar evidentemente da consciência cívico-social.

A Ética que interessa à sociedade e ao Jornalismo é aquela definida e sintetizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É o ideário de um mundo a construir e o compromisso politicamente assumido de construí-lo. É, também, o referencial cultural mais avançado e sábio a que o Jornalismo e os Jornalistas se devem ater, na relação crítica com a realidade próxima a transformar.

A Formação do Jornalista

A educação dos jornalistas desafia a sociedade brasileira há mais de um século. A demanda floresceu no caldo de cultura gerado pela industrialização da imprensa. Os jornais deixavam de ser correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas auto-sustentáveis. A sociedade requeria profissionais competentes para produzir

²⁹ GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004

³⁰ COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008; KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo Fundação Perseu Abramo, 1996; DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis: Vozes, 1996; KARAM, Francisco. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

³¹ FIDALGO, Joaquim . **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. Lisboa: Gulbenkian, 2009

³² NEVEU, Érik. **Sociologie du Journalisme**. Paris: La Découverte, 2001

notícias de interesse coletivo e comentários sintonizados com as aspirações do público leitor.

Já em 1908, Gustavo de Lacerda, ao fundar a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, reivindicava uma escola de jornalismo para formar repórteres. Em 1935, o educador Anísio Teixeira atendeu a essa demanda, criando o primeiro curso de jornalismo do país, experiência que se frustrou com o fechamento da Universidade do Distrito Federal pela truculência do Estado Novo. Em consequência, a academia só abriu suas portas aos jornalistas nos anos 40, quando o ensino de jornalismo foi oficializado e as primeiras escolas foram autorizadas a funcionar em São Paulo (1947) e no Rio de Janeiro (1948).

Estima-se que atualmente sejam mais de 300 cursos superiores de jornalismo em universidades e outras instituições de ensino superior em todo o país. Essa rede educacional beneficiou-se do acervo pedagógico legado pelos idealizadores do nosso modelo de ensino de jornalismo. Tanto Cásper Líbero, em São Paulo, quanto Danton Jobim, no Rio de Janeiro, pensaram estruturas didáticas sintonizadas com as experiências consolidadas em outras partes do mundo, porém destinadas a formar profissionais para atuar nas empresas jornalísticas do país, o que lhes deu consistência metodológica.

Danton Jobim teve oportunidade de debater a via brasileira para educar jornalistas profissionais com os professores de outros países (França, Estados Unidos e América Latina). Tal esforço para construir uma pedagogia brasileira de jornalismo foi continuado por Luiz Beltrão, na cidade do Recife, onde implantou um modelo alternativo para regiões em fase de desenvolvimento. Por isso mesmo, ele foi imediatamente chamado a compartilhar essa inovação com outros países latino-americanos. Na seqüência histórica, outras universidades do país aperfeiçoaram e consolidaram tais métodos e processos de ensino-aprendizagem.

Portanto, o Brasil acumula, há pelo menos seis décadas, experiência na formação universitária de jornalistas, tendo construído uma matriz pedagógica que lhe confere singularidade em nível mundial³³. Tanto assim que a revista *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, publicada simultaneamente em Washington, Londres, Nova Déli e Cingapura, dedica o Vol. 10-1, de 2009, ao caso brasileiro.

Mesclando o padrão europeu (estudo teórico) com o modelo americano (aprendizagem pragmática), logramos consolidar uma via crítico-experimental de ensino-pesquisa. No entanto, a partir da entrada em vigor da Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, os Cursos de

³³ ZELLIZER, Barbie. Journalism and the Academy In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (eds.). **The Handbook of Journalism Studies**. New York: Routledge, 2009. p. 29-41

Jornalismo estão referenciados pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações”. Desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a **área** acadêmica da comunicação com **os cursos** de graduação voltados para a formação das profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos”.

A especificidade do Curso de Jornalismo

O Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente³⁴, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões.³⁵ É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, é inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde.

O equívoco não se origina nas DCN em vigor. Anteriormente a elas, a mesma organização já estava prevista nos Currículos Mínimos “do Curso de Comunicação Social” emanados do Conselho Federal de Educação a partir de 1969. Desde então, os Currículos Mínimos de Comunicação Social substituíram os Currículos Mínimos “do Curso de Jornalismo” adotados até então.³⁶

Ocorre que, no contexto da ditadura militar, o Brasil adota, como obrigatório, o modelo de ensino da Comunicação Social proposto então pela Unesco para o Terceiro Mundo, com a intenção de substituir todas as profissões do campo da Comunicação historicamente existentes

³⁴ TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**. Volume 2 – A tribo jornalística. Florianópolis: Insular, 2002

³⁵ MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do Jornalismo. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. www.bocc.ubi.pt

³⁶ Os currículos mínimos “do Curso de Jornalismo” vigoraram a partir de 1962, com uma segunda versão em 1965. Os currículos mínimos “do Curso de Comunicação Social” foram implantados a partir de 1969, com atualizações em 1977 e 1984. MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

(Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Editoração, etc) por uma “profissão de novo tipo”, a de “Comunicador Polivalente”.³⁷

O aniquilamento das profissões consolidadas no campo era então justificado com o argumento do Terceiro Mundo “não necessitar do jornalismo tal qual o existente nas sociedades desenvolvidas”, mas sim de uma outra forma de Comunicação Social, voltada ao desenvolvimento econômico e educacional. Conforme o mesmo raciocínio, só uma vez alcançado este desenvolvimento, é que então se justificaria a existência do Jornalismo nas sociedades antes subdesenvolvidas.³⁸

Tal formulação teórica foi evidentemente forjada no contexto da Guerra Fria, quando a maior parte das nações ao Sul do Equador se encontrava sob controle ditatorial e não podia admitir a existência de uma prática profissional da Comunicação baseada na liberdade de expressão, no direito à informação e na fiscalização do poder.

Como seria de se esperar, a proposta do “Comunicador Polivalente” para substituir as profissões existentes foi rechaçada fortemente pelos meios profissionais e acadêmicos no Brasil. A conciliação, na época encontrada, foi a de criar o “Curso de Comunicação Social” com diversas habilitações, em que a formação das profissões consolidadas se daria ao lado de mais uma, a do “profissional polivalente”.³⁹

Com o tempo, a proposta do “comunicador polivalente” foi esquecida, por não encontrar respaldo nas demandas sociais, e esta habilitação deixou de aparecer nas versões posteriores do Currículo Mínimo Obrigatório. No entanto, sobreviveu desta proposta a concepção do “Curso de Comunicação Social”, com as formações profissionais específicas estruturadas como suas Habilitações.⁴⁰

A manutenção dessa estrutura se explica em parte pela dinâmica interna da área acadêmica das Ciências da Comunicação. A *Comunicação de Massa* (depois *Comunicação Social*, atualmente *Ciências da Comunicação*), como área científica, tem origem nos anos 40 do Século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial. O Departamento de Estado norte-americano reuniu acadêmicos de diversas áreas para auxiliarem na mobilização do esforço de guerra e no enfrentamento do uso que Hitler então fazia dos meios de comunicação de massa para os seus propósitos. As respostas a estes problemas chamaram a atenção para a necessidade de um novo campo

³⁷ MELO, José Marques. **Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974

³⁸ NIXON, Raymond. **Education for Journalism in Latin America**: a report of Progress. Minneapolis: Minnesota Journalism Center, 1971

³⁹ MELO, José Marques de. **Jornalismo e universidade: uma longa história de conflitos**. Jornal da ABI: Especial 90 Anos. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Imprensa, 2000

⁴⁰ ANTONIOLI, Maria Elizaberh. **Ensino de Jornalismo e legislação educacional**. São Paulo: L'Editora, 2006

estruturado de estudos, e a partir desta constatação foi fomentada a criação dos primeiros doutorados em Comunicação de Massas nos Estados Unidos.⁴¹

A área acadêmica de Jornalismo é mais antiga: o primeiro curso de graduação surge nos Estados Unidos em 1908, e o primeiro doutorado na década de 1920.⁴² Quando do aparecimento da Comunicação, décadas mais tarde, várias escolas de Jornalismo já existiam, e as duas áreas e suas respectivas concepções de cursos passaram a funcionar em paralelo, conforme as opções das diversas universidades, situação que em alguns casos perdura até o presente. Mais comum, no entanto, foi a reunião de ambas, e dos demais cursos pré-existentes do mesmo campo profissional, como Publicidade e Relações Públicas, em Faculdades de Comunicação de Massa, que compreendiam vários cursos independentes, voltados para os diversos ramos profissionais, modelo que se propagou e tende a prevalecer internacionalmente até o presente.

Foi com este modelo que a Comunicação chegou inicialmente ao Brasil, por meio do projeto da Faculdade de Comunicação de Massas da Universidade de Brasília - UnB, elaborado por Pompeu de Souza e Darcy Ribeiro em 1963, englobando três escolas com perspectivas distintas, as de Jornalismo (indústria da informação e opinião), Rádio-TV-Cinema (indústria da recreação e arte) e Publicidade e Propaganda (indústria da sugestão e da persuasão). Mas essa distinção só perduraria apenas até 1969, quando o Currículo Mínimo Obrigatório extinguiu as identidades específicas dos cursos da UnB e de todo o Brasil.

A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve conseqüências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional. Mas o jornalismo não pode ser guiado por objetivos de publicidade, relações públicas ou mero entretenimento. Decorre daí o grave problema da ruptura entre a teoria e a prática nos cursos de comunicação, falha esta que, quarenta anos depois, ainda não foi solucionada de maneira adequada: por se voltarem inicialmente a um outro tipo de profissional, as disciplinas teóricas do currículo mínimo imposto abandonaram as referências

⁴¹ ROGERS, Everett. **A History of Communication Study**. New York: The Free Press, 1997

⁴² WEINBERG, Steve. **A Journalism of Humanity: A Candid History of the World's First Journalism School**. Columbia, University of Missouri Press, 2008. BOYLAN, James. **Pulitzer's School: Columbia University's School of Journalism, 1903-2003**. New York: Columbia University Press, 2003

fundamentais para a prática do jornalismo, quando não se voltaram contra elas.⁴³

Contudo, com o posterior abandono do projeto de formar o “comunicador polivalente” nos cursos, a teoria não retornou às questões suscitadas pelas habilitações profissionais específicas, como seria o esperado. Ganhou, em vez disso, crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em conseqüência, passou a não reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo.⁴⁴

A partir desta perspectiva, o conteúdo profissional do curso passou a ser caracterizado como “meramente técnico” e destituído do interesse teórico. Por outro lado, a teoria da comunicação evoluiu desvinculada do exercício da profissão, focada numa crítica geral da mídia, sem compromisso com o diálogo para uma intervenção prática na mesma. Em decorrência, os estudantes de Jornalismo desde então têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do “espírito crítico”, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acrítica e envergonhada. A ênfase na análise crítica da mídia, quando feita sem compromisso com o aperfeiçoamento da prática profissional, abala a confiança dos estudantes em sua vocação, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo.⁴⁵

Nos últimos anos, as áreas acadêmica e profissional do Jornalismo apontam o desmembramento das diretrizes comuns e a retomada do curso específico como caminho para a solução desses problemas.

Em abril de 2006, o 9º. Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo aprovou uma resolução recomendando ao Ministério de Educação que, em razão da maturidade teórica e do reconhecimento social de sua importância, os Cursos de Jornalismo devem constituir graduação específica em Jornalismo e não mais uma habilitação dos cursos de Comunicação Social. Poucos meses depois, o 32º. Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, aprovou uma resolução no mesmo sentido.

⁴³ No contexto latino-americano, esta situação é criticada por um Prêmio Nobel da Literatura preocupado com o futuro do jornalismo no continente: MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *El Mejor Oficio del Mundo*. Cartagena: Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, 2003.

⁴⁴ MEDSGER, Betty. **Winds of Change**: Challenges Confronting Journalism Education. Arlington: The Freedom Forum, 1996.

⁴⁵ COHEN, Jeremy et al. Symposium: Journalism and Mass Communication Education at the Crossroads. **Journalism and Mass Communication Educator** 56/3, Autumn 2001

No plano internacional, a Unesco revisou o seu equívoco histórico reconhecendo a importância do jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação. Em 2007, um novo modelo de currículo, com tais indicações, foi apresentado no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo apoiado pela entidade e realizado em Cingapura pelo Centro Asiático de Informação e Comunicação Midiática.⁴⁶

A iniciativa da Unesco se dá no contexto de uma série de outros acontecimentos que sinalizam a retomada do estudo específico do Jornalismo, em nível internacional, nesta virada de século. A partir do ano 2000, foram criadas novas revistas acadêmicas em língua inglesa, com circulação internacional, como *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, *Journalism Studies* e *Journalism Practice*, e as principais associações internacionais de pesquisadores da comunicação, como a International Communication Association - ICA e a International Association for Media and Communication Research - IAMCR, criaram sessões próprias para debater o Jornalismo. Países europeus que por muito tempo relutaram em criar Escolas de Jornalismo em suas universidades, como Itália e Grã-Bretanha, revisaram esta posição a partir dos anos 90.⁴⁷

No Brasil, com uma das mais antigas e sólidas tradições teóricas no campo⁴⁸, este movimento foi acompanhado pelo lançamento de um Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que congrega as entidades sindicais; pela criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), que congrega os acadêmicos; e também do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), que congrega os docentes.

No âmbito destas entidades e das instituições de educação superior, surgiram novas revistas (como *Brazilian Journalism Research*, *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, PJ:BR – *Jornalismo Brasileiro*, *Estudos em Jornalismo e Mídia*; *Pauta Geral*, etc) e voltou a ser valorizado o estudo de questões específicas do jornalismo na pós-graduação, com a criação de grupos e linhas de pesquisa especializadas em programas consolidados e o ressurgimento de um programa *stricto sensu* especializado em Jornalismo, que havia desaparecido do panorama brasileiro em anos passados.

⁴⁶ UNESCO. **Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries & Emerging Democracies**. Paris: Unesco, 2007

⁴⁷ MOTA, Luis Gonzaga (ed.). Journalism Research in Europe. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 1, Brasília: SBPJOR, 2006, p. 11-66

⁴⁸ ROCHA, Paula Melani & SOUSA, Jorge Pedro. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal**. Porto: UFP, 2008:

Estas iniciativas não representam um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas antes a sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando a sua existência⁴⁹.

Neste mesmo caminho, outro Curso da Área de Comunicação, o de Cinema e Audiovisual, já foi desmembrado das Diretrizes Curriculares comuns pelo Conselho Nacional da Educação, através da Resolução nº.10 de 27 de junho de 2006.

Assim, considerando o estado e a evolução do campo acadêmico e da profissão, encaminhamos a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo, desmembradas das Diretrizes Curriculares Nacionais “para a área de Comunicação Social e suas Habilitações” estabelecidas pela Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002.

II - Proposta de Diretrizes Curriculares

1. Organização do Curso

A estrutura do Curso de Graduação em Jornalismo deve:

I - ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando sua articulação com diferentes segmentos da sociedade;

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;

IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

⁴⁹ MARQUES DE MELO, José (org.). **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008

VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação, estimulando o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

2. Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;
- IX - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de conclusão de curso, como componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;
- X - regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;
- XI - concepção e composição das atividades complementares.

A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

- a) Ter por objetivo **a formação de profissionais** dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento.

- b) Dar ênfase ao espírito empreendedor e ao domínio científico que gerem pesquisas ao conceber, executar e avaliar projetos inovadores capazes de dar conta das exigências contemporâneas e de ampliar a atuação profissional a novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.
- c) Estar focado teórica e tecnicamente na **especificidade do jornalismo**, com grande atenção à **prática profissional**, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público;
- d) Aprofundar o **compromisso com a profissão e os seus valores**, por meio da elevação da auto-estima profissional, dando ênfase à formação do jornalista enquanto intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;
- e) Cuidar da **preparação de profissionais** para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecer os seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;
- f) Ter **como horizonte profissional** o ambiente regido pela convergência tecnológica, onde o impresso não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho nem dite as referências da profissão, embora conserve a sua importância no conjunto midiático;
- g) Incluir na formação as rotinas de trabalho do **jornalista em assessoria** a instituições de todos os tipos;
- h) Atentar à necessidade de preparar **profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos** em um espaço cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão de obra;
- i) Pensar a graduação como uma etapa de **formação profissional continuada e permanente**.

3. Perfil do Formando/do Egresso

O egresso do Curso de Jornalismo é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos

fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação.

4. Competências: Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Valores a serem desenvolvidos

4.1. Competências gerais

- **Compreender e valorizar** como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de idéias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;
- **Conhecer**, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;
- **Identificar e reconhecer** a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;
- **Distinguir** entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;
- **Pesquisar, selecionar e analisar** informações em qualquer campo de conhecimento específico;
- **Dominar** a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;
- **Ter domínio** instrumental de pelo menos dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;
- **Interagir** com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;
- **Ser capaz** de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;
- **Saber utilizar** as tecnologias de informação e comunicação;

- **Pautar-se** pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;
- **Cultivar** a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;
- **Possuir** abertura para compreender que o aprendizado é permanente;
- **Saber conviver** com o poder, a fama e a celebridade mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação aos mesmos;
- **Perceber** constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a eles;
- **Procurar ou criar** alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;
- **Atuar** sempre com discernimento ético.

4. 2. Competências específicas

Competências cognitivas - Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em suas complexidades de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; Discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto neste exercício.

Competências pragmáticas - Contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; Perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis; Propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; Organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; Formular questões e conduzir entrevistas; Adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade; Dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, produção, edição e difusão; Conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; Produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção, e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados; Traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em

linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada; Elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos; Elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa; Compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, e ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico; Dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação; Dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística; Avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

Competências comportamentais - Perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social; Identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; Conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; Avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; Atentar para os processos que envolvem a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; Impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; Exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das idéias e das mais diversas opiniões.

5. Conteúdos Curriculares

Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, que tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política, suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições, arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como aqueles fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, as

políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento; o acesso aos bens culturais da humanidade, sem descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades peculiares ao local, ao comunitário e à vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, que tem por objetivo proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III – Eixo de fundamentação contextual, que tem por objetivo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e sócio-culturais, inclusive as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que tem por objetivo embasar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com o universo dos processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem como a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, como os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, que tem por objetivo proporcionar ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, rádiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI – Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, rádiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

5. Organização Curricular

A organização curricular do Curso de Graduação em Jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema seqüencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento.

As IES têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (400 horas para cada eixo, em média, reservadas 300 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso).

A integração curricular deves valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos:

- 1) Carga horária suficiente para distribuição estratégica dos eixos curriculares e demais atividades previstos;
- 2) Distribuição das atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem;
- 3) Garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local e regional.

A carga horária total do curso deve ser, no mínimo, de 3.200 horas, incluídas neste total 200 horas de estágio supervisionado e 300 horas de atividades complementares.

5.1. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados. Deve envolver a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico, acompanhado necessariamente por relatório, memorial ou monografia que realize uma reflexão crítica sobre sua execução, de forma a reunir e

consolidar a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

As IES deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, contendo necessariamente critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

5.2. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, a quem compete aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º - O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º - As atividades deverão ser programadas nos períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular – incluindo sempre jornalistas profissionais e docentes do curso – avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º - A instituição deve incluir no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo a natureza do Estágio Supervisionado de que trata este artigo, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º - É vedado convalidar como estágio curricular a prestação de serviços realizada a qualquer título que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista, que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente. Da mesma forma, é vedado convalidar como estágio curricular os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

5.3. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente de ensino. As atividades complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando. Não devem ser confundidas com Estágio Curricular Supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso.

O conjunto de Atividades Complementares tem o objetivo de dar flexibilidade ao currículo e deve ser selecionado e realizado pelo aluno ao longo de seu curso de graduação, de acordo com seu interesse e com a aprovação da coordenação do curso.

As Atividades Complementares devem ser realizadas sob a supervisão/orientação/avaliação de docentes do próprio curso. Os mecanismos e critérios para avaliação devem ser definidos em regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de Jornalismo, atribuindo-se um sistema de créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralização do total previsto para o curso.

São consideradas Atividades Complementares:

Atividades Didáticas – frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, cultura, esportes, ciência, tecnologia, etc.

Atividades Acadêmicas – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais.

6. Acompanhamento e Avaliação

As Instituições de Ensino Superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, que sejam centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter – além dos conteúdos e das atividades – a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a

bibliografia fundamental, necessariamente acessível na biblioteca da instituição. Desta maneira, eles poderão discernir claramente a relação entre estas diretrizes curriculares, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso.

O sistema de avaliação institucional dos cursos de Jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

- * o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;
- * o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;
- * a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a IES está inserida;
- * o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o tamanho das turmas de alunos, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;
- * o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;
- * as condições de acesso e facilidade de utilização da infra-estrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, garantindo o total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;
- * a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;
- * a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente.

III - Recomendações finais

Com a finalidade de tornar compatíveis o requisito da titulação do corpo docente e a necessidade de aderência às disciplinas ministradas, a Comissão de Especialistas recomenda a criação de um Programa Nacional de Aperfeiçoamento Docente destinado às novas gerações de professores de Jornalismo. Muitos foram titulados pelos cursos de pós-graduação da área teórica de Comunicação ou de disciplinas conexas, sem ter exercido plenamente a profissão e não raro sem o domínio cognitivo da sua especificidade. Concomitantemente, deve ser fomentada, nas Escolas de

Comunicação, a abertura de cursos de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Jornalismo, para atender à demanda crescente de novos professores para os cursos de graduação e de projetos de pesquisa científica na área.⁵⁰

Da mesma forma, recomenda-se que os projetos de pesquisa financiados pelas agências públicas de fomento, sem prejuízo da pesquisa básica na área específica, tenham entre os objetivos precisos de aplicação a melhoria da qualidade do jornalismo brasileiro, nas diversas regiões sócio-culturais, tornando-o uma efetiva forma de produção intelectual e conhecimento. Sua meta deve ser o fortalecimento dos processos jornalísticos democráticos, interativos, inclusivos, valorizando nossa identidade cultural e disseminando valores universais como solidariedade, diversidade, paz, dignidade, justiça, liberdade e prosperidade.

Em relação às modalidades de formação universitária para a profissão, a Comissão de Especialistas recomenda uma ampla consulta à área empresarial e sindical, a partir da experiência internacional existente e do estudo de sua adaptação à realidade brasileira. O Mestrado Profissional deve ser avaliado como caminho para atender simultaneamente a dois tipos de demanda:

- a) capacitar diplomados em outras áreas do conhecimento para a realização de trabalhos estratégicos, como os de consultoria, planejamento e avaliação de produtos jornalísticos, além da expressão opinativa e/ou interpretativa sobre temas peculiares a suas formações de origem, como colaboradores especializados;
- b) reciclar jornalistas já diplomados na graduação específica, capacitando-os a atuar em segmentos especializados da mídia de atualidades, bem como a realizar pesquisa aplicada em áreas emergentes.

Torna-se indispensável a regulamentação dos processos didáticos necessários à aplicação das diretrizes curriculares, no sentido de evitar ambigüidades que possam conduzir a desvios normativos, sujeitos ao arbítrio dos avaliadores de turno. A manutenção de uma comissão supervisora das novas diretrizes constitui providência essencial para garantir a concretização das estratégias aqui defendidas.

Finalmente, a Comissão de Especialistas abaixo assinada manifesta sua crença na formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista. A responsabilidade social do jornalismo, seu papel essencial na democracia e a competência específica exigida para exercê-las, lidando com as novas tecnologias, aspectos enfatizados ao longo deste documento, recomendam uma formação fundamentada na ética, na competência

⁵⁰ MEYER, Philip. Why Journalism Needs PHDs. *The American Editor*. September, 1996

técnica, no discernimento social e na capacidade crítica, habilidades que só podem ser adquiridas em uma sólida formação superior própria.

JOSÉ MARQUES DE MELO - Presidente
ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JUNIOR
EDUARDO BARRETO VIANNA MEDITSCH
LUCIA MARIA ARAÚJO
LUIZ GONZAGA MOTTA
MANUEL CARLOS DA CONCEIÇÃO CHAPARRO
SERGIO AUGUSTO SOARES MATTOS
SONIA VIRGÍNIA MOREIRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Série da UNESCO sobre educação em jornalismo

Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo

CI-2007/WS/7 REV.

Série da UNESCO sobre educação em jornalismo

Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo

Brasília, dezembro de 2010

© UNESCO 2010

Título original: UNESCO. Model Curricula for Journalism Education.
Paris: UNESCO, 2007.

Tradução: Aline Paz Rogers

Revisão técnica: Sônia Virgínia Moreira

Revisão gramatical: Maria do Socorro Senne

Diagramação: Paulo Selveira

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Impresso no Brasil



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: [55 61] 2106-3500

Fax: [55 61] 2106-3697

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Site: www.unesco.org/brasil

Sumário

I. Prefácio	4
II. Contextualização	6
III. Introdução	6
IV. Modelo curricular com listas de disciplinas de jornalismo	12
V. Descrição das disciplinas	21
VI. Anexos	30
• Programas para obtenção de diploma	
• Competências do jornalismo	
• Programa detalhado das disciplinas dos cursos de jornalismo	
VII. Colaboradores	153

Prefácio

Nos últimos anos, países em desenvolvimento e democracias emergentes registraram um rápido crescimento do número de meios de comunicação. Presenciou-se igualmente o reconhecimento do papel crucial do jornalismo na promoção da democracia, o que tem gerado uma demanda urgente por jornalistas formados com qualidade. A UNESCO, como o organismo das Nações Unidas responsável pela promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento, tem adotado várias iniciativas na busca por melhorar a qualidade do ensino do jornalismo em todo o mundo. Em dezembro de 2005, em resposta a inúmeros pedidos de Estados-membros interessados na elaboração de um modelo curricular para o ensino do jornalismo, a UNESCO convocou uma reunião consultiva com especialistas em Paris. A identificação de disciplinas que deveriam ser incluídas no programa dos cursos de jornalismo foi um dos principais resultados do encontro.

Uma equipe de quatro especialistas da UNESCO, encarregada da elaboração inicial do currículo para os cursos de jornalismo, solicitou a análise do primeiro rascunho a 20 professores de jornalismo, com reconhecida experiência na profissão, dado o trabalho realizado por eles em países em desenvolvimento e/ou democracias emergentes. As respostas obtidas se revelaram essenciais para o estabelecimento de um modelo apropriado e viável. O documento analisado continha uma lista de disciplinas tanto para os níveis de graduação quanto para a pós-graduação, uma breve descrição de cada curso e um esboço das competências fundamentais do jornalismo. Em seguida, outro grupo de instrutores de jornalismo, também com experiência de trabalho em países em desenvolvimento e/ou democracias emergentes, foi selecionado criteriosamente em países da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e Américas do Norte e do Sul, para escrever o programa das 17 disciplinas fundamentais. O documento foi então avaliado durante a segunda reunião consultiva com especialistas em Paris, na sede da UNESCO, ocasião em que determinado número de programas de disciplinas foi escolhido para completar o documento apresentado durante o 1º Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo, em junho de 2007, em Cingapura.

Gostaria de agradecer aos vários educadores do campo do jornalismo, de todas as regiões do mundo, que participaram deste projeto – sejam eles membros do painel de especialistas, os que responderam às perguntas daquele grupo, aqueles que analisaram formalmente a versão preliminar ou, ainda, os que elaboraram os programas das disciplinas. Gostaria igualmente de agradecer aos responsáveis pela concepção do modelo curricular: os especialistas Michael Cobden (coordenador), Stuart Adam, Hans-Henrik Holm e Magda Abu-Fadil. Por último, meus agradecimentos ao Centro Asiático de Informação Midiática e Comunicação (AMIC) e ao 1º Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo, por nos terem permitido a apresentação do currículo em seu congresso conjunto em Cingapura.

O modelo curricular de jornalismo foi traduzido para o francês, espanhol, árabe, russo e várias outras línguas e [será] está sendo amplamente distribuído em centros de formação de jornalismo, tanto em países em desenvolvimento quanto em países em transição. O documento está disponível para consulta no sítio da UNESCO na internet, onde *links* para banco de dados mundial de cursos e programas serão inseridos, além de um fórum interativo *on-line*, para que educadores e pessoas interessadas possam discutir o currículo e assuntos correlatos. A UNESCO pretende, igualmente, organizar encontros regionais para desenvolver uma bibliografia nacional e discutir de que forma o currículo pode ser adaptado, de acordo com as necessidades e recursos de diferentes países.

Nosso desejo é que o currículo seja fonte de inspiração e ajuda para instituições de ensino de jornalismo e professores. Sabemos que o jornalismo, juntamente com programas educacionais que permitem aos indivíduos praticar e melhorar habilidades jornalísticas, são ferramentas fundamentais na sustentação de princípios essenciais para o desenvolvimento de cada país.

Abdul Waheed Khan

Diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação, UNESCO

Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo

1. Contextualização

Em dezembro de 2005, a UNESCO convocou uma reunião em Paris com educadores no âmbito do jornalismo e lhes confiou a responsabilidade de avaliar as linhas mestras de um currículo para o ensino do jornalismo que fosse possível de ser adotado em países em desenvolvimento e democracias emergentes. A iniciativa foi uma resposta a pedidos de orientação feitos à UNESCO por países-membros que desejavam implantar cursos de jornalismo em seus sistemas educacionais. Após a reunião de dezembro, a UNESCO nomeou um grupo de trabalho composto por Michael Cobden (coordenador), G. Stuart Adam, Hans-Henrik Holm e Magda Abu-Fadil, encarregado de propor um currículo detalhado e apresentá-lo durante o primeiro Congresso Mundial de Educadores em Jornalismo, em junho de 2007, em Cingapura.

2. Introdução

Informar, analisar e comentar os fatos da atualidade: o jornalismo desempenha nas sociedades modernas um grande número de funções. Entretanto, o objetivo primordial da maioria dos jornalistas é servir à sociedade, informando ao público, fiscalizando o exercício do poder, estimulando o debate democrático e, dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico. O ensino do jornalismo deve considerar vários objetivos: ensinar a identificar notícias e reconhecer fatos de interesse em um ambiente complexo de dados e opiniões; ensinar a conduzir uma apuração jornalística; ensinar como escrever, ilustrar, editar e produzir material para diferentes formatos de mídia (jornais e revistas, rádio e televisão, e meios *on-line* e multimídia) para públicos também heterogêneos. Uma boa formação deve fornecer aos estudantes conhecimento e treinamento suficientes para que reflitam sobre a ética do jornalismo, suas boas práticas e sobre o papel do jornalismo na sociedade. Eles também devem aprender sobre a história do jornalismo, a legislação da comunicação e da informação e sobre a economia política da mídia (incluindo tópicos como propriedade dos meios, estrutura organizacional e competição). Os cursos devem ensinar como cobrir questões sociais e políticas de importância particular para o próprio país por meio de disciplinas ministradas em parceria com outros departamentos da faculdade ou universidade. O ensino do jornalismo deve garantir aos estudantes a aquisição de conhecimentos gerais amplos, bem como conhecimento especializado em um campo que seja importante para o jornalismo. Deve assegurar igualmente que os alunos desenvolvam – ou que tenham como pré-requisito – a habilidade linguística necessária para o trabalho jornalístico, incluindo, onde se fizer necessário, a habilidade de trabalhar com línguas indígenas ou vernáculos locais. O ensino de jornalismo deve preparar os

estudantes para se adaptarem ao desenvolvimento tecnológico e a outras mudanças nos meios de comunicação.

O ensino do jornalismo é oferecido de formas diferentes, por organizações diferentes, com tradições educacionais e recursos também diferentes, em diversos contextos, circunstâncias e culturas, sob as mais variadas condições políticas. O princípio fundamental que nos guiou foi a criação de uma estrutura sólida de educação básica, equilibrando os lados prático e acadêmico. Sabemos da existência de muitos programas de treinamento profissional em instituições especializadas, algumas delas independentes, outras fundadas por doadores e outras, ainda, financiadas ou gerenciadas pelo setor de mídia. É por isso que incluímos (Anexo 1) um programa de ensino que possa ser adaptado para formação profissionalizante. Entretanto, continuamos a acreditar que o estudo em cursos universitários deva continuar como a fonte básica para a formação profissional no campo do jornalismo. E é por isso que este documento foca no ensino do jornalismo oferecido em universidades, nos níveis de graduação e pós-graduação. Não pressupomos, nem temos a pretensão de acreditar, que o modelo curricular aqui apresentado será o ideal para cada situação. Nossa única pretensão é de ter tentado criar currículos que, uma vez adaptados às condições locais, construirão os fundamentos para um bom ensino de jornalismo. Sabemos que o sucesso de qualquer currículo depende de boas orientações e de um ambiente saudável para alcançar os objetivos.

Os currículos estão direcionados à formação de estudantes para a prática do jornalismo. Eles não foram concebidos para preparar os estudantes para estudos acadêmicos sobre como pessoas e organizações se comunicam por meio da mídia de massa. Durante o curso, incluímos a realização de trabalhos com o intuito de auxiliar os alunos a entender o contexto em que se exerce a profissão, abarcando a história e as formas diferentes pelas quais os meios de comunicação se organizam e atuam na sociedade. Pretendemos, igualmente, preparar os estudantes para que sejam críticos a respeito do seu próprio trabalho e em relação ao de outros jornalistas. Nosso modelo, porém, não inclui disciplinas de estudos de comunicação de massa ou estudos de cinema, estudos da informação, relações públicas ou publicidade, já que consideramos que estes devem ser oferecidos separadamente.

O ensino do jornalismo nas universidades é organizado normalmente em torno de três eixos curriculares ou linhas de desenvolvimento:

- i. Um eixo compreendendo normas, valores, ferramentas, padrões e práticas do jornalismo;
- ii. Um eixo enfatizando os aspectos social, cultural, político, econômico, legal e ético da prática jornalística, nacional e internacionalmente; e

iii. Um eixo centrado no conhecimento do mundo e nos desafios intelectuais ligados ao jornalismo.

O primeiro eixo prepara os estudantes para apurar, redigir e editar para os diferentes meios de comunicação. Ele representa o coração de qualquer programa de preparação para as carreiras do jornalismo. Não se pode esquecer, entretanto, de que às qualidades práticas que se esperam de jornalistas, como destreza na apuração de fatos e na construção de representações, devem-se somar igualmente métodos de conhecimento e reflexão. O ponto fraco do ensino do jornalismo, em boa parte das instituições, é resultante da incapacidade de reconhecer em que grau o ensino de disciplinas nas universidades constitui (juntamente com a apuração jornalística e o tratamento da informação) os fundamentos da prática do jornalismo. Do outro lado desta equação, os estudantes precisam receber formação sobre técnicas de jornalismo e o uso de equipamentos sob a direção de profissionais competentes. Estes últimos não devem ser convidados ocasionais, mas sim profissionais respeitados – e remunerados apropriadamente –, membros do quadro de docentes da instituição. A fim de enriquecer essa vertente prática, cada programa deve incluir um estágio em um tipo de mídia. As escolas de jornalismo devem estabelecer parcerias com organizações de mídia locais. Essas parcerias podem incluir seminários práticos conduzidos por instrutores de jornalismo que trabalhem com jornalistas de renome, na organização de intercâmbios e em projetos conjuntos. As instituições de ensino podem preparar seminários a serem ministrados na sede das empresas de comunicação, com o objetivo de oferecer aos alunos contato com a tecnologia e serviços de informação aos quais eles não têm acesso na faculdade. Tais parcerias podem servir para estreitar o abismo que existe entre os programas acadêmicos de jornalismo e a indústria da informação. As empresas midiáticas deveriam ser encorajadas, de um lado, a dar condições de tempo para que seus jornalistas possam melhorar sua formação, frequentando um curso universitário. E, de outro lado, oferecer aos professores de jornalismo a oportunidade de reciclar suas competências profissionais.

O segundo eixo de estudos explica os contextos sociais e institucionais nos quais os jornalistas realizam seu trabalho e faz uma conexão entre a prática jornalística e outras atividades humanas afins. Tais estudos reforçam a identidade profissional, valores e objetivos, por meio da compreensão das funções democráticas e dos constrangimentos legais e éticos aos quais se submetem os jornalistas. As aulas devem enfatizar a importância de adotar sempre atitudes profissionais e éticas, além da importância do jornalismo independente para a democracia.

O terceiro eixo expõe os estudantes ao saber contemporâneo. Em relação a isso, deve-se ter em mente que o jornalismo não é um saber isolado. Ao contrário: ele deve ser combinado com o estudo de matérias de outras áreas das humanidades e das ciências. Por isso, incentivamos os educadores de jornalismo a guiarem seus alunos na direção de uma forma de estudo que expanda e enriqueça o debate público. Nesse sentido, os professores de jornalismo devem ser incentivados a colaborar com colegas de campos correlatos.

Um modelo curricular para o ensino do jornalismo deve incluir unidades denominadas por nós de “fundamentos do jornalismo”, concebidas com o objetivo de fornecer pré-requisitos intelectuais e profissionais aos estudantes. Alguns desses fundamentos são:

- Capacidade de pensar criticamente, integrando habilidades de compreensão, análise, síntese e avaliação de conteúdos pouco familiares, e uma compreensão básica do conceito de evidência e dos métodos de pesquisa e apuração jornalística.
- Capacidade de redigir com clareza e coerência, utilizando os métodos narrativo, descritivo e analítico.
- Conhecimento de instituições nacionais e internacionais dos campos político, econômico, cultural, religioso e social.
- Conhecimento de questões da atualidade e noções gerais de história e geografia.

Começamos nosso modelo curricular para cursos de graduação apresentando tais fundamentos, porque acreditamos que estudantes recém-chegados aos estudos universitários não dispõem, muitas vezes, de certas competências e aptidões necessárias ao estudo do jornalismo. É por isso que o eixo que organiza os estudos consagrados ao desenvolvimento intelectual compreende disciplinas de jornalismo, humanidades e ciências.

O modelo curricular proposto a seguir reflete os princípios desses três eixos. Entretanto, existem outros dois princípios que guiaram nosso trabalho e que merecem ser destacados. O primeiro enfatiza a redação e a cobertura jornalística; o segundo prima pela organização da arquitetura do curso, a fim de que não sejam marginalizadas as disciplinas voltadas para os conteúdos teóricos e ao desenvolvimento intelectual.

Em cada programa curricular, propomos que as aulas de redação e de cobertura jornalística se estruturem em vários módulos, progressivos a cada semestre. Essas disciplinas são o coração ou a espinha dorsal da grade curricular, pois conduzem ao refinamento das técnicas de redação e de

apuração jornalística, e tornam possível o ensino de jornalismo mesmo sem equipamentos de última geração (apesar de computadores serem essenciais). Além disso, elas traçam um caminho a seguir – quando se dispõe de tempo para o programa de estudos – até a especialização em um campo, como política, economia, arte, cultura, questões sociais, relações internacionais, ciências naturais, física e áreas conexas, como meio ambiente, saúde e tecnologia. Ou seja, o objetivo é formar jornalistas que disponham de um leque de competências exigidas pela profissão e que, além disso, contem com saberes e capacidade de reflexão de que precisam, como o substrato da cobertura jornalística e a análise exigida em qualquer ramo do jornalismo. A filosofia que orienta a formação de jornalistas e que se reflete no modelo curricular que propomos enfatiza o desenvolvimento intelectual e as competências necessárias para a cobertura e a apuração jornalística e a redação de matérias, ao invés de uma subespecialização nos diversos tipos de mídia.

O segundo objetivo está intrinsecamente ligado ao primeiro. Sugerimos que o desenvolvimento intelectual, iniciado nas unidades sobre fundamentos do jornalismo, continue não somente nos cursos de jornalismo, mas também nos cursos de humanidades e ciências, que podem se tornar um campo de especialização para os estudantes universitários. Nesse caso, tais conteúdos não teriam a simples função de pano de fundo para o ensino profissionalizante, mas contemplariam a especialização em uma matéria (ou editoria) específica. A universidade pode combinar o ensino do jornalismo com o de qualquer curso ou campo interdisciplinar de estudos, desde que ofereça um mínimo de três níveis (ou módulos) de estudo (em uma graduação de três anos) ou quatro (graduação de quatro anos), no curso ou no campo em questão. Dessa forma, o estudante de jornalismo poderia frequentar três ou quatro disciplinas de um curso de outra área, ao mesmo tempo em que continuaria progredindo na sua formação jornalística. Ou seja, propomos que os estudantes de jornalismo que frequentem a universidade obtenham, além do diploma de jornalismo, uma formação em outro curso. Somos conscientes de que esta ideia possa ser de difícil implantação em algumas universidades. Onde há menos recursos disponíveis, o programa de estudos poderia oferecer algo mais modesto. O princípio, no entanto, continuaria válido: dedicar-se a um segundo curso amplia a compreensão das modalidades de reflexão por parte dos estudantes e lhes oferece condições para se especializarem em uma etapa posterior de suas carreiras profissionais.

Existem três categorias de disciplinas neste trabalho que correspondem aos três eixos: prática profissional, estudos de jornalismo e humanidades e ciências. Se inscrevermos cada disciplina de um bacharelado de três anos em uma dessas categorias e concedermos a cada disciplina os créditos que elas merecem receber, estimamos que, no primeiro ano, 20% das aulas devam ser

dedicadas à prática profissional, 10%, aos estudos de jornalismo e 70%, às aulas de humanidades e ciências. No segundo ano, os percentuais são 40%, 20% e 40%. No terceiro ano, 80% das aulas são de prática profissional e 20%, em humanidades e ciências. Essas porcentagens perfazem o seguinte total em um bacharelado de três anos de duração: prática profissional: 47%; estudos de jornalismo: 10%; humanidades e ciências: 43%. Sublinhamos que esses números são apenas estimativos. Os créditos concedidos para cada disciplina devem ser calculados de acordo com o sistema empregado por cada instituição de ensino, assim como o número de disciplinas que os estudantes devem cursar em cada ano. Sob uma perspectiva um pouco diferente, a distribuição do bacharelado de três anos pode ser calculada desta forma: 40% de prática profissional, 10% de estudos de jornalismo e 50% de humanidades e ciências.

Cada universidade deve decidir se especifica quais disciplinas dos cursos de humanidades e ciências – individuais ou em blocos – devem ser obrigatórias, recomendadas ou permitidas para alunos de jornalismo. Isso dependerá, dentre outras questões, do nível de formação alcançado pelos estudantes durante o ensino médio e por meio das matérias disponíveis na universidade.

Este documento inclui uma lista de competências [Anexo 2] que os estudantes devem alcançar com o auxílio dos modelos curriculares aqui apresentados. O Anexo 3 apresenta os programas detalhados de várias disciplinas obrigatórias, bem como sugestões de métodos de avaliação. As escolas também podem elaborar um documento próprio, estabelecendo outras formas para avaliar o aprendizado dos estudantes.

3. Currículos de jornalismo

Aulas de jornalismo são ministradas em diversos níveis: desde o ensino médio até programas de mestrado. Este documento oferece modelos de currículos para os três níveis: bacharelado (três ou quatro anos); mestrado de dois anos (para estudantes que estudaram ou não jornalismo anteriormente); e um programa de estudos de dois anos [Anexo 1] que pode ser considerado como uma preparação básica para a profissão de jornalista ou como uma ponte entre o ensino médio e o curso universitário de jornalismo. As faculdades de jornalismo podem criar, dentro de seus procedimentos de admissão, um sistema de validação de créditos de diplomas anteriores para a obtenção de um bacharelado. O Anexo 1 apresenta um programa de estudos de um ano para o aperfeiçoamento de jornalistas em atividade. Outros programas de estudo (pré-universitários, por exemplo) podem ser desenvolvidos, a partir da adaptação destes currículos.

BACHARELADO EM JORNALISMO, HUMANIDADES E CIÊNCIAS

Estudantes que desejam se formar bacharéis em jornalismo devem ter completado o ensino médio com uma qualificação adequada para serem admitidos na universidade e devem ser capazes de ler, escrever e falar corretamente no seu próprio idioma e no(s) idioma(s) que utilizarão como jornalistas. Durante os estudos universitários, a aprendizagem da prática do jornalismo (primeiro eixo) será enriquecida pelo estudo do jornalismo na sociedade (segundo eixo) e pela aquisição dos métodos e conteúdos que definem o saber contemporâneo por meio de disciplinas de outros cursos (terceiro eixo). Os alunos devem ser estimulados a se matricular em matérias de um segundo curso universitário que lhes fornecerá os fundamentos para se especializarem em uma determinada área do jornalismo, além de bases para cursarem uma pós-graduação. O bacharelado em jornalismo pode ser oferecido por meio de programas com duração de três ou quatro anos.

Diploma de graduação em três anos

Primeiro ano

Primeiro semestre

- Fundamentos do jornalismo, distribuídos nas seguintes unidades:
 - Redação** (com a inclusão da gramática e sintaxe, da narrativa e de métodos descritivos e explicativos);
 - Lógica, evidência e pesquisa** (desenvolvimento do pensamento crítico);
 - Instituições nacionais e internacionais** (compreensão básica do sistema de governo, da Constituição, do sistema judiciário, do processo político, da organização econômica, social e cultural do próprio país e as relações com outros países, bem como a posição ocupada pelo jornalismo na arquitetura da democracia daquele país);
 - Conhecimentos gerais** (conhecimento básico da história e da geografia nacional e internacional e uma introdução a questões sociais contemporâneas e outras de importância para os jornalistas, incluindo gênero, diversidade cultural, religião, classes sociais, conflito, pobreza, questões ligadas ao desenvolvimento e à saúde pública, com a utilização de técnicas analíticas e críticas sobre a cobertura jornalística de tais assuntos);
 - Disciplinas de humanidades/ciências.**

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 1): notícias e reportagens básicas
- Legislação da comunicação

As universidades podem oferecer esta disciplina em um momento posterior do curso. Entretanto, ela deve ser cursada antes que os trabalhos dos alunos sejam publicados ou transmitidos.

- Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): jornalismo em profundidade
- Radiojornalismo e telejornalismo
- Ética do jornalismo
- Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): continuação
- Jornalismo para internet, multimídia e tecnologias digitais
- Mídia e sociedade
- Disciplinas de humanidades/ciências

Entre o segundo e o terceiro ano

Estágio/experiência profissional

Consideramos que quatro semanas deva ser a duração mínima de um estágio para que seja proveitoso. Um período de prática maior é mais produtivo. Sempre que possível, os estudantes devem realizar os estágios em organizações de mídia nacionais ou internacionais. O estudante deve ser supervisionado e avaliado por um profissional que trabalhe no local do estágio.

Terceiro ano

Primeiro semestre

- **Cobertura jornalística e redação (Módulo 3):** Jornalismo especializado
Os estudantes se especializarão em um tema escolhido entre os oferecidos pela instituição. O módulo 3 (em sua forma ideal) integra os conhecimentos básicos de um curso universitário de jornalismo. Os cursos devem corresponder aos ramos do jornalismo e, se possível, à especialização em humanidades/ciências escolhida pelo estudante. Também é possível oferecer matérias optativas de módulo 3 com duração de um semestre.
- **Jornal-laboratório:** apuração, redação, edição, produção e diagramação, com uma introdução ao fotojornalismo.
ou

- **Oficina de audiovisual:** produção, apresentação e edição para rádio e TV. Instituições que desejam oferecer as oficinas de audiovisual e imprensa escrita como disciplinas obrigatórias podem fazê-lo simultaneamente, com carga horária menor, ou transferir a Oficina de audiovisual para o segundo semestre no lugar de uma disciplina optativa.
- **Disciplina optativa de jornalismo**
Consultar a descrição das disciplinas (Seção 3) para exemplos de matérias
- **Disciplinas de humanidades/ciências**

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 3): continuação
- Projeto de conclusão de curso
- Disciplina optativa de jornalismo
- Disciplinas de humanidades/ciências

Diploma de graduação em quatro anos

Primeiro ano

Primeiro semestre

- Fundamentos do jornalismo, com as seguintes unidades:
Redação (com a inclusão da gramática e sintaxe, da narrativa e de métodos descritivos e explicativos)
Lógica, evidência e pesquisa (desenvolvimento do pensamento crítico)
Instituições nacionais e internacionais (compreensão básica do sistema de governo, da Constituição, do sistema judiciário, do processo político, da organização econômica, social e cultural do próprio país e as relações com outros países).
Conhecimentos gerais (conhecimento básico da história e da geografia nacional e internacional e uma introdução a questões sociais contemporâneas e outras de importância para os jornalistas – incluindo gênero, diversidade cultural, religião, classes sociais, conflito, pobreza, questões ligadas ao desenvolvimento e saúde pública, com a utilização de técnicas analíticas e críticas sobre a cobertura jornalística de tais assuntos).
Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo semestre

- Fundamentos do jornalismo (continuação)
- Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 1): notícias e reportagens básicas
- Legislação da comunicação
- As universidades podem oferecer esta disciplina em um momento posterior do curso. Entretanto, ela deve ser cursada antes que os trabalhos dos alunos sejam publicados ou transmitidos.
- Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 1): continuação
- Ética do jornalismo
- Disciplinas de humanidades/ciências

Terceiro ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): jornalismo em profundidade
- Radiojornalismo e telejornalismo
- Disciplinas de humanidades/ciências

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): continuação
- Jornalismo para internet, multimídia e tecnologias digitais
- Disciplinas de humanidades/ciências

Entre o terceiro e o quarto ano

Estágio/experiência profissional

Consideramos que quatro semanas deva ser a duração mínima de um estágio para que seja proveitoso. Um período de prática maior é mais produtivo. Sempre que possível, os estudantes devem realizar os estágios em organizações de mídia nacionais ou internacionais. O estudante deve ser supervisionado e avaliado por um profissional que trabalhe no local do estágio.

Quarto ano

Primeiro semestre

- **Cobertura jornalística e redação (Módulo 3):** Jornalismo especializado
Os estudantes se especializam em um assunto escolhido entre os oferecidos pela instituição. O módulo 3 (em sua forma ideal) integra os

conhecimentos básicos de um curso universitário de jornalismo.

Os cursos devem corresponder aos ramos do jornalismo e, se possível, à especialização em humanidades/ciências escolhida pelo estudante.

Também é possível oferecer matérias optativas de módulo 3 com duração de um semestre.

- **Mídia e sociedade**
- **Disciplina optativa de jornalismo**
Consultar a descrição das disciplinas (Seção 3) para exemplos de matérias
- **Disciplinas de humanidades/ciências**

Segundo semestre

- **Cobertura jornalística e redação (Módulo 3):** continuação
- **Jornal-laboratório:** apuração, redação, edição, produção e diagramação, com uma introdução ao fotojornalismo.
ou
- **Oficina de audiovisual:** produção, apresentação e edição para rádio e TV. Instituições que desejam oferecer as oficinas de audiovisual e imprensa escrita como disciplinas obrigatórias podem fazê-lo simultaneamente, com carga horária menor ou transferir o Jornal-laboratório para o primeiro semestre no lugar de uma disciplina optativa.
- **Projeto de conclusão de curso**
- **Disciplina optativa de jornalismo**
- **Disciplinas de humanidades/ciências**
- **Observação:** Um quarto módulo de reportagem e redação pode ser oferecido como parte do curso de quatro anos, com foco em – e distinção entre – textos de análise e textos de opinião (ver a descrição da disciplina Redação de Análises e de Opinião). Para que esta possa figurar como disciplina obrigatória será preciso reorganizar a distribuição das matérias. Assim, o módulo 1 passa a ser oferecido no primeiro ano, com metade dos créditos e da carga horária, para que o módulo 2 possa ser oferecido no segundo ano e o módulo 3, no terceiro ano. O módulo 4, dessa forma, pode ser ministrado no quarto ano, durante um ou dois semestres. Alternativamente, a disciplina poderia ser oferecida como optativa, como acontece no modelo apresentado anteriormente.

MESTRADO

Neste documento são propostos dois programas de mestrado (com dois anos de duração): um para estudantes com pouco ou nenhum conhecimento do jornalismo e outro para estudantes que concluíram um bacharelado na área ou profissionais que tenham pelo menos cinco anos de prática jornalística.

Ambos os programas combinam o ensino do jornalismo com o ensino de um curso secundário. Temos consciência de que algumas universidades não

poderão oferecer as duas formações. Caso escolham o programa desenvolvido para alunos com conhecimento prévio do jornalismo, as instituições de ensino devem exigir dos outros estudantes, como pré-requisito para admissão no mestrado, que frequentem disciplinas essenciais oferecidas na graduação. Não recomendamos os programas de mestrado com apenas um ano de duração, nem a titulação de mestre em jornalismo baseada numa formação composta em sua maioria por matérias e por trabalho de campo que tratam da comunicação de massa ou do estudo da mídia de massa. Em algumas escolas de jornalismo, os mestrados acadêmicos em jornalismo encontram espaço, sobretudo nas instituições que oferecem programas de doutorado com “linhas de pesquisa sobre o jornalismo”. Nesse caso, os estudantes devem frequentar aulas de metodologia da pesquisa em ciência da informação e entrar em contato com a literatura científica do campo de estudo.

O mestrado em jornalismo oferece um conhecimento significativamente mais aprofundado do jornalismo, das suas práticas e da área de especialização escolhida. Os estudantes devem dominar o emprego de métodos de apuração e pesquisa de fontes e escrever com maior profundidade e mais rigor no estilo. Em todas as disciplinas, espera-se da parte dos alunos uma reflexão rigorosa e crítica do jornalismo, inclusive a respeito de como os conteúdos são produzidos e a relevância dos temas tratados, tendo em vista os diferentes públicos-alvos que compõem a sociedade. Ao final do curso, os estudantes de mestrado devem estar solidamente aptos – em termos de conhecimento e de metodologia – para exercer o jornalismo nos contextos mais complexos e desafiadores.

Estudantes que possuam uma boa graduação em humanidades, ciências ou outras áreas, mas com pouca ou nenhuma experiência no campo jornalístico, devem centrar-se durante o primeiro ano do mestrado na aquisição de conhecimento específico do jornalismo, da cobertura jornalística e de redação, bem como sobre texto e edição para os diferentes meios de comunicação. É recomendável que visitem empresas e organizações midiáticas e participem de conferências e seminários conduzidos por jornalistas experientes, assim como tenham a supervisão de um tutor/orientador. Paralelamente, estes estudantes devem manter e aprofundar o interesse pela sua formação acadêmica de origem ou pelo novo campo no qual desejam se especializar como jornalistas.

Estudantes bacharéis em jornalismo ou diplomados em outro curso, mas com experiência mínima de cinco anos em jornalismo, devem empregar o seu primeiro ano de mestrado para enriquecer os conhecimentos em um campo específico de estudos (ou combinado), ao mesmo tempo em que melhoram

seus conhecimentos e competências jornalísticas. A finalidade desta formação é preparar os alunos para a atividade jornalística em um setor especializado do conhecimento. A formação também pode ser adaptada àqueles interessados em gestão de mídia. Não há por que exigir que os alunos matriculados neste programa repassem todo o material de jornalismo estudado durante a graduação ou aprendido na prática profissional da atividade jornalística.

No segundo ano, estudantes sem experiência em jornalismo (educacional ou profissional) estudarão com mais detalhes a cobertura jornalística, a redação de matérias e os métodos avançados de pesquisa. Para os dois grupos, o segundo ano deve aprofundar o conhecimento em relação à área de especialização escolhida por meio da prática intensa de reportagens, tratando o assunto com a autoridade de quem o domina.

(A) Mestrado para estudantes com pouca ou nenhuma formação ou experiência profissional em jornalismo

Equilíbrio entre jornalismo e matérias de humanidades/ciências:

Os percentuais são usados para estabelecer o equilíbrio entre jornalismo e disciplinas das áreas de humanidades e ciências. O valor dos créditos em cada matéria deve ser calculado de acordo com o sistema educacional vigente em cada instituição.

Primeiro ano: Jornalismo 70%

Humanidades/ciências: 30%

Segundo ano: Jornalismo 70%

Humanidades/ciências: 30%

Primeiro ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 1): elementos de notícias e reportagens
- Mídia e sociedade, com uma introdução à cobertura de questões sociais contemporâneas de importância para os jornalistas (tais como gênero, raça, questões étnicas, religião, classes sociais, pobreza, questões ligadas ao desenvolvimento e saúde pública, com a utilização de técnicas de análise e críticas sobre a cobertura jornalística de tais assuntos)
- Ética do jornalismo
- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): jornalismo em profundidade
- Legislação da comunicação (nacional e internacional)

- Oficinas de mídia – pelo menos duas da lista a seguir:
 - cobertura jornalística e redação para rádio
 - produção e edição para rádio
 - cobertura jornalística e redação para TV
 - produção e edição para TV
 - produção, edição e planejamento gráfico para jornais
 - fotojornalismo
 - produção, edição e planejamento gráfico para revistas
 - redação, edição e produção para internet e meios multimídia
- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Entre o primeiro e o segundo ano

Estágio/experiência profissional

Quando possível, os estudantes devem ser inseridos em empresas de mídia nacionais ou internacionais, na área de especialização escolhida.

Segundo ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística especializada
Os estudantes se especializam em uma área a ser escolhida entre aquelas oferecidas pela instituição de ensino. A cobertura especializada (em sua forma ideal) integra os conhecimentos fundamentais de um curso universitário de formação em jornalismo. Em termos ideais, as áreas devem corresponder ao campo do jornalismo e, se possível, aos estudos prévios nas áreas de humanidades/ciências feitos pelos estudantes e do programa de mestrado.
- Métodos avançados de pesquisa jornalística
- Redação de análises e textos de opinião
- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Segundo semestre

- Cobertura jornalística especializada (continuação)
- Métodos avançados de pesquisa jornalística
- Projeto de mestrado/dissertação (trabalho de fôlego em jornalismo, combinado com a área de especialização do estudante e acompanhado por uma reflexão respaldada sobre o processo jornalístico, implicações éticas e outros aspectos)
- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

(B) Mestrado para bacharéis em jornalismo ou em outro curso com, pelo menos, cinco anos de experiência jornalística

Equilíbrio entre jornalismo e disciplinas de humanidades/ciências:

Os percentuais são usados para criar um equilíbrio entre o conteúdo de jornalismo e as disciplinas dos cursos de humanidades e ciências. O valor dos créditos em cada matéria deve ser calculado com base no sistema educacional vigente em cada instituição.

Primeiro ano: Jornalismo 30% Humanidades/ciências: 70%

Segundo ano: Jornalismo 50% Humanidades/ciências: 50%

Primeiro ano

Primeiro semestre

Métodos avançados de pesquisa jornalística

Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Segundo semestre

Métodos avançados de pesquisa jornalística

Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Entre o primeiro e o segundo ano

Estágio/experiência profissional

Caso seja possível, os estudantes devem ter a oportunidade de estagiar em empresas de mídia nacionais ou internacionais, na área de especialização escolhida.

Segundo ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística especializada
Os estudantes se dedicam a um tema a ser escolhido entre os oferecidos pela instituição de ensino. A cobertura especializada (em sua forma ideal) integra os conhecimentos fundamentais de um curso universitário de jornalismo. No modo ideal, os temas devem corresponder aos campos do jornalismo e, se possível, a estudos prévios nas áreas de humanidades/ciências desenvolvidos pelos estudantes de graduação e do programa de mestrado.
- Redação de análises e textos de opinião

- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

Segundo semestre

- Cobertura jornalística especializada (continuação)
- Projeto de mestrado/dissertação
Um trabalho extenso de jornalismo combinado com a área de especialização do estudante, acompanhado de uma reflexão respaldada sobre o processo jornalístico e as implicações éticas e de outros teores
- Disciplinas da graduação de um único curso (ou campo interdisciplinar de conhecimento) que forneça as bases para a especialização jornalística.

DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS

Fundamentos do jornalismo: o propósito desta disciplina é fornecer as bases para o ensino do jornalismo na graduação. As aulas incluem as seguintes unidades: (1) **Lógica, evidência e pesquisa** (desenvolvendo o pensamento crítico); (2) **Redação** (com a inclusão da gramática e sintaxe, da narrativa e de métodos descritivos e explicativos); (3) **Instituições nacionais e internacionais** (contempla a compreensão básica do sistema de governo, da Constituição, do sistema jurídico, do processo político, da organização econômica, social e cultural do próprio país e das relações com outros países, bem como a posição ocupada pelo jornalismo na arquitetura da democracia daquele país); (4) **Conhecimentos gerais** (contempla o conhecimento elementar da história e da geografia nacional e internacional e uma introdução a questões sociais contemporâneas e outras de importância para os jornalistas, incluindo gênero, raça, questões étnicas, religião, classes sociais, conflito, pobreza, questões ligadas ao desenvolvimento e saúde pública, com a utilização de técnicas de análise e de redação de texto crítico sobre a cobertura jornalística de tais assuntos). A unidade sobre lógica, evidência e pesquisa não foi concebida para introduzir os estudantes às técnicas de entrevista e outros métodos de apuração (que serão tratados a partir do primeiro módulo de cobertura jornalística e redação). A matéria foi criada para a melhoria na habilidade dos estudantes de pensar com maior clareza e espírito crítico, para que sejam capazes de assimilar conteúdos desconhecidos ou pouco familiares de modo rápido e suficiente, de forma a auxiliá-los a fazer as perguntas corretas que os ajudarão a avaliar e checar a informação. A unidade de redação não foi pensada para ensinar aos estudantes a redigir textos de reportagens (assunto que será introduzido no módulo 1 de Cobertura jornalística e redação), mas com o objetivo de garantir que os alunos escrevam bem o bastante para

assimilar as formas da escritura jornalística. As unidades sobre instituições nacionais e internacionais e conhecimentos gerais foram concebidas para fornecer aos estudantes um conhecimento básico e de contextualização histórico-social necessário para o estudo do jornalismo e para estimular o interesse em relação a questões importantes para o jornalismo.

Cobertura jornalística e redação (módulo 1): Introdução à apuração e à redação jornalísticas. Os tópicos incluem o julgamento do que é notícia (*news judgement*) e a elaboração de pautas para a apuração de notícias (*news gathering*), incluindo entrevistas, observação e outros métodos e técnicas de pesquisa que assegurem precisão e redação de textos e reportagens simples (estrutura da notícia, técnicas narrativas e o uso de citações – as “aspas”). Os estudantes aprendem a cobrir reuniões, discursos e outras atividades, marcar e fazer tipos diferentes de entrevista ao vivo, por telefone ou por correio eletrônico. Aprendem também a apurar problemas da atualidade e as medidas que estão sendo tomadas para resolvê-los. Eles aprenderão a trabalhar sob a pressão de prazo (*deadlines*) e serão introduzidos em tópicos como ética na cobertura e na redação jornalística. A disciplina também deve contemplar o aprendizado de funções e aplicativos informáticos importantes para a pesquisa, redação e edição jornalística. Neste ponto, é preciso fazer a seguinte observação: embora as aulas de cobertura jornalística e redação estejam voltadas em geral para o jornalismo escrito, os princípios e as práticas são aplicáveis ao jornalismo audiovisual e digital.

Cobertura jornalística e redação (módulo 2): Esta disciplina tem por objetivo desenvolver as habilidades dos estudantes de jornalismo para a profissão por meio do aperfeiçoamento da apuração jornalística, com o tratamento de assuntos em profundidade. A formação em cobertura jornalística privilegiará técnicas avançadas de entrevista, reportagem assistida por computador (RAC) e outros métodos de investigação jornalística, além da interpretação de pesquisas e estatísticas eleitorais, assim como o acesso e a análise de documentos oficiais. A formação em redação compreenderá a análise e a prática do estilo narrativo complexo, incluindo técnicas de análise e interpretação. Esta disciplina pode oferecer uma introdução sobre a cobertura jornalística de calamidades e riscos.

Cobertura jornalística e redação (módulo 3): Jornalismo especializado

A partir das técnicas de cobertura jornalística e redação ensinadas nos módulos 1 e 2, os estudantes aprendem a apurar e escrever para uma editoria específica. A ênfase está na cobertura jornalística dirigida ao público em geral, e a disciplina deve ser concluída com a produção de um trabalho jornalístico de qualidade, em qualquer formato. No módulo 3, o julgamento do

jornalista a respeito do significado e da transcendência dos assuntos reflete a profundidade de sua experiência no domínio da ação humana. Reflete igualmente um entendimento dos métodos de interpretação que foram internalizados dentro de um saber ou campo interdisciplinar. Para finalizar, os estudantes devem integrar sua especialização jornalística (a ser concluída na disciplina do módulo 3) ao programa de matérias das humanidades ou ciências.

Cobertura jornalística e redação (módulo 4)

Ver: Redação de análise e textos de opinião (Mestrado), página 27 (incluir número da página durante a diagramação).

Radiojornalismo e telejornalismo

Introdução às técnicas de apuração, análise e redação de matérias para públicos de rádio e televisão (incluindo as emissoras comunitárias). Os estudantes aprendem a usar gravadores de áudio e câmeras de vídeo, programas de edição para a produção de notícias, como fazer uma entrevista gravada, como escrever para ser ouvido ou visto (apenas áudio ou TV com acompanhamento de imagens), assim como a postura durante transmissões de programas de rádio e TV.

Jornalismo para internet e multimídia

Os estudantes aprendem a evolução recente da internet como ferramenta jornalística e meio de comunicação. Os alunos aprendem como a narrativa pode ser transformada pela tecnologia e como jornalistas podem empregar a tecnologia para trabalhar melhor. Comprovam também como o relacionamento com o público pode ser transformado, caminhando na direção de maior interatividade com os cidadãos por meio da internet e redes de relacionamento. Os estudantes estarão prontos para considerar problemas éticos suscitados pelas novas tecnologias e como a estrutura dos conglomerados de mídia pode ser transformada por essas mesmas tecnologias. Os estudantes terão aulas de redação para veículos *on-line* e multimídia, incluindo a organização de *links* e a utilização de bancos de dados, como publicar notícias e atualizá-las de acordo com o desenrolar dos fatos. Os estudantes aprenderão a criar páginas para sítios da internet, adicioná-las a um servidor e usar câmeras digitais. Desenvolverão experimentos com áudio e vídeo para criar narrações interativas. Durante o curso, os alunos entrarão em contato com o impacto das tecnologias móveis. Dessa forma aprenderão a se adaptar às tecnologias emergentes.

Legislação da comunicação

(1) As instituições de ensino podem oferecer esta disciplina em momento posterior do fluxograma de matérias nos cursos pré-universitários e nas graduações. Entretanto, o básico da legislação deve ser ensinado antes de os

trabalhos dos estudantes serem publicados ou divulgados.

(2) A legislação da comunicação não precisa ser ensinada por advogados, mas os professores devem ser necessariamente estudiosos do Direito.

Esta disciplina considera o conjunto de leis, nacionais e internacionais, que afeta os jornalistas e os meios de comunicação. O conteúdo inclui: princípios democráticos e constitucionais de direito à informação e liberdade de expressão; limitações legais para proteger a segurança nacional e a ordem pública; regras e princípios que regem as relações entre os países; leis e procedimentos relativos ao acesso à informação; limites legais de proteção em caso de processos judiciais, incluídos o desacato aos tribunais e a proibição de publicar informações sobre os processos; restrições jurídicas para proteger valores e grupos sociais, entre elas aquelas relativas a blasfêmias, expressões de racismo e obscenidade; limites jurídicos derivados dos direitos individuais, entre os quais figuram a difamação e o direito à intimidade.

A disciplina também considera os instrumentos jurídicos internacionais em matéria de direitos humanos, como a Convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, a Convenção de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra e as convenções e estatutos referentes aos crimes de guerra e aos crimes contra a humanidade (incluindo o genocídio). Durante o curso, pode-se oferecer aos estudantes uma introdução ao sistema jurídico nacional e internacional, incluindo a estrutura dos diversos tribunais.

Ética do jornalismo

Uma análise crítica de questões éticas fundamentais e valores relacionados a dizer a verdade, entre eles, a autonomia jornalística (incluindo os conflitos de interesse); provas e dados; verificação da informação e sua corroboração; fontes citadas e anônimas; clareza, tratamento justo e parcialidade; fotografia, manipulação digital e falseamento; invenção, especulação, rumores e fofocas; jornalismo “de talão de cheques”¹ internet; citações; plágio; a objetividade e o superficial; o acompanhamento de notícias; a correção de erros etc.

As aulas também devem dar atenção a problemas éticos recorrentes e aos desafios ligados a deveres cívicos, tais como o julgamento do que é notícia (*news judgement*); a diversidade (incluindo identidades raciais e culturais); gênero e orientação sexual; estereótipos; infância; cobertura de questões

¹ NR: forma de cobertura jornalística na qual o jornalista paga a sua fonte (objeto da matéria) para ter direito exclusivo de publicar a informação.

ligadas à segurança; padrões de gosto (suicídios, funerais e fotos de cadáveres, entre outros); e assuntos ligados à intimidade das pessoas, tais como figuras públicas/vida privada, celebridades, revelação de nomes, vítimas de estupro, emergências, sequestros e raptos de pessoas e de meios de transporte, terrorismo, massacres, guerras e violência. A disciplina tratará das questões de segurança ligadas à cobertura jornalística de conflitos.

Mídia e sociedade

Análise crítica do papel exercido pela mídia na construção da democracia e os efeitos dos fatores políticos, econômicos, culturais e tecnológicos na atividade dos meios de comunicação. O curso contemplará assuntos nacionais e internacionais relativos à censura e ao controle governamental; os meios de comunicação e os conflitos (incluindo o ativismo cidadão e violência e as iniciativas de paz); a organização e a propriedade dos meios de comunicação; o valor do pluralismo e da diversidade de meios de comunicação; a sensibilidade diante de temas como gêneros, questões étnicas, tensões raciais e religiosas, questões ligadas a classes sociais, pobreza, desenvolvimento e saúde pública; o impacto das mudanças tecnológicas; publicidade; tendências – o jornalismo de celebridade e de entretenimento; o papel crítico da mídia; os efeitos da cobertura jornalística sobre o público; e as formas pelas quais os governos exercem poder e se comunicam por meio da mídia nacional e internacional; além de uma introdução às diferentes práticas e culturas jornalísticas.

Jornal-laboratório

Nesta oficina, os estudantes produzirão semanalmente um jornal completo – desde as sugestões de pautas até a diagramação das páginas antes da impressão. Para tanto, a oficina oferecerá aulas teóricas e práticas sobre jornalismo impresso, redação, edição, editoração e produção de páginas para a web. Os alunos serão apresentados às técnicas empregadas por repórteres e editores (ou responsáveis pelo conteúdo) na produção do conteúdo informativo e as técnicas usadas pelos subeditores para selecionar e tratar reportagens e fotos. Os estudantes aprenderão a editar, adequando o texto ao espaço disponível na página, com exatidão e estilo, e a perceber a notícia em seu conjunto e linha por linha. Aprenderão a desenhar e elaborar páginas, o que implica a escolha e utilização das notícias, imagens e redação de legendas para fotos, títulos de matérias, sutis etc. No final da disciplina, os estudantes devem estar preparados para trabalhar como editores de jornais. Nesta oficina (ou em outra disciplina separadamente), os estudantes receberão informação sobre os princípios e as práticas do fotojornalismo, fotografando notícias, reportagens, retratos, esportes e desenhando e elaborando fotocomposições com a utilização de técnicas digitais.

Oficina de audiovisual (rádio e TV)

Os estudantes terão as seguintes atribuições dentro desta oficina: buscar ideias de pauta, produzir matérias informativas, redigir textos, estabelecer os horários da programação e participar de noticiários. Eles atuarão como entrevistadores, repórteres com matérias gravadas, prepararão minidocumentários e farão entrevistas no estúdio e externas. Ao final do semestre, os alunos devem dominar as habilidades necessárias para produzir uma reportagem ou uma entrevista que satisfaça a critérios profissionais. Também devem estar preparados para trabalhar como integrantes de equipes de edição ou produção de uma emissora de rádio ou televisão.

Oficina de jornalismo de revista

Os estudantes conceberão, desenharão e produzirão o protótipo (ou “boneca”) de uma revista até a fase em que esteja pronta para impressão. Eles aprenderão a elaborar pautas, compor e corrigir textos, selecionar fotos e editá-las, verificar dados e fontes, organizar conteúdo, escolher a tipografia e diagramar as páginas. Ao final do curso, os alunos devem estar aptos para trabalhar na edição de revista.

Projeto de conclusão de curso

O projeto de conclusão de curso (ou trabalho de conclusão de curso) de bacharelado em jornalismo consiste em uma reportagem ou uma série de reportagens jornalísticas de peso, em qualquer suporte. O propósito é demonstrar a capacidade do aluno para realizar pesquisa em profundidade, apurar e organizar um grande volume de fatos e material e apresentá-lo profissionalmente. Se possível, os estudantes devem escolher um tema ligado à área de especialização selecionada no programa de humanidades/ciências. Pode-se, igualmente, exigir que os estudantes elaborem uma reflexão sobre os assuntos mais proeminentes tratados pela reportagem. Esse componente de reflexão obrigaria os estudantes a prepararem uma lista das fontes utilizadas em sua reportagem e – o que é mais importante – escreverem a respeito do tema a partir de uma perspectiva teórica, abordando questões éticas, jurídicas e de outra natureza suscitadas pela reportagem.

Projeto de mestrado/dissertação

O projeto de mestrado é um trabalho ou uma série de trabalhos jornalísticos de extensão e complexidade consideráveis, em qualquer formato e no âmbito da especialização do estudante. O propósito é demonstrar a capacidade do discente em conduzir e realizar, de forma continuada, uma investigação jornalística em profundidade, ao apurar fatos, organizar um grande volume de material e apresentá-los profissionalmente. A dissertação deve vir acompanhada de um relatório que demonstre a compreensão reflexiva do próprio projeto de

mestrado, suas fontes e seu possível efeito. As universidades podem igualmente permitir que os alunos elaborem uma dissertação sobre aspectos do jornalismo. Os projetos teóricos devem satisfazer os critérios habituais de qualidade dos estudos acadêmicos do nível de mestrado.

Redação de análises e textos de opinião (mestrado)

Esta disciplina introduz aos estudantes de mestrado, que já possuem formação ou experiência em cobertura jornalística, o cada vez mais popular gênero de análise de notícias e as diferentes modalidades de redação de artigos de comentários e de opinião. Os estudantes aprenderão a trabalhar com assuntos políticos e sociais de grande importância, por meio de exercícios intensivos de redação e análise, e a estudar algumas das tradições destes campos, incluindo questões de cunho moral e argumentação e estratégias retóricas ilustradas pelos melhores exemplos jornalísticos. O que torna persuasivo os gêneros de opinião? Como são construídos os artigos persuasivos de análise de notícias? Durante as aulas serão estudados exemplos extraídos das principais revistas e jornais, dos principais autores jornalísticos. Os alunos aprenderão a desenvolver tanto a redação quanto a capacidade analítica. Por meio da análise de diversos assuntos, o curso permitirá aos estudantes se familiarizarem com a linha que separa editorialização e análise.

Métodos avançados de pesquisa jornalística (mestrado)

O objetivo desta disciplina é preparar os estudantes para apurar, compreender, analisar, avaliar informações complexas, relativas a uma determinada área de investigação, e apresentar ao público tais informações com exatidão, clareza e de forma atraente. Os alunos aprenderão a ajustar à realidade do exercício jornalístico o rigor, o método, a humildade e o ceticismo próprios das ciências sociais e das pesquisas científicas. Entre as tarefas obrigatórias e de avaliação, os estudantes deverão fazer análises de relatórios de pesquisa no âmbito temático de especialização de cada um.

Cobertura jornalística especializada (mestrado)

Informar e escrever sobre área específica do jornalismo. A ênfase estará na cobertura explicativa, dirigida ao público em geral, culminando em um trabalho jornalístico extenso, em qualquer formato. O julgamento que o jornalista especializado faz do significado e da importância dos fatos reflete a profundidade de sua experiência em um setor da atividade humana. Permite apreciar, igualmente, a compreensão dos métodos de interpretação cultivados dentro de uma área específica ou campo interdisciplinar. Dessa forma, os estudantes devem ser encorajados a coordenar suas áreas de especialização no jornalismo com o conhecimento adquirido nas áreas de humanidades/ciências e as disciplinas estudadas durante o mestrado.

Estágio/experiência profissional

Os estudantes deverão estagiar como repórteres, editores, fotógrafos, diagramadores ou artistas gráficos em um meio de comunicação, de preferência de alcance nacional ou internacional. O estágio deve ser desenvolvido dentro da redação, sob a supervisão de um editor sênior (para ganhar experiência por meio do trabalho em equipe). O estágio deve durar, no mínimo, quatro semanas. De preferência, deve ser de três a seis meses e, no momento de sua conclusão, o supervisor deve fazer um relatório para a instituição de ensino sobre os progressos do estagiário. Cada escola irá trabalhar com suas próprias formas de avaliação, que podem ser bem simples. Por exemplo, se o supervisor relata que o estudante participou satisfatoriamente das atividades propostas, o estudante deve ser aprovado no quesito experiência profissional. Quando possível, o aluno deve ser colocado em sua área de especialização. Se o estágio causar interrupções inaceitáveis no fluxograma acadêmico ou atrapalhar os horários das aulas, os estudantes devem ser autorizados a completar o estágio em outro momento da graduação. As instituições de ensino podem considerar necessário o acréscimo de um semestre para o estágio, seja no final do curso ou antes do começo do último ano de estudos.

Disciplinas optativas em jornalismo (exemplos)

As instituições podem escolher agrupar as disciplinas optativas em blocos.

Cobertura jornalística de conflitos*
 Cobertura jornalística de calamidades e riscos*
 Jornalismo para o desenvolvimento*
 Jornalismo internacional*
 Jornalismo político*
 Cobertura jornalística da diversidade*
 Cobertura jornalística da pobreza*
 Cobertura jornalística da saúde pública*
 Cobertura jornalística de questões ambientais*
 Cobertura jornalística da educação*
 Cobertura jornalística dos movimentos sociais*
 Jornalismo esportivo*
 Jornalismo econômico*
 Jornalismo científico*
 Jornalismo cultural*
 Jornalismo visual/infografia**
 Fotojornalismo**
 Edição e revisão de páginas (*copy desk*)
 Projeto gráfico de revistas**
 Redação de análises e textos de opinião
 Jornalismo literário/narrativa de não ficção
 Gestão de meios de comunicação
 Economia dos meios de comunicação

*As escolas podem oferecer as disciplinas optativas acima como disciplinas de módulo 3 (Cobertura jornalística e redação especializada), caso as instituições disponham de meios adequados. Por exemplo, pode-se oferecer Cobertura jornalística da educação, se a universidade contar com uma Faculdade de Educação.

**Aqui cabe a possibilidade de as escolas oferecerem essas disciplinas optativas como oficinas de meios de comunicação, além da oficina de imprensa escrita (jornal-laboratório) e da oficina de audiovisual (rádio e televisão).

ANEXO 1

Diploma de jornalismo (dois anos, pós-ensino médio)

O ensino secundário (ensino médio) varia de país para país e de escola para escola. Os pontos fortes dos estudantes que começam um programa de ensino pós-secundário numa instituição que não oferece cursos de nível superior também podem ser muitos díspares e é possível, em consequência, que o programa que sugerimos aqui precise ser adaptado. Entretanto, os candidatos que desejam se formar em jornalismo teriam de demonstrar aptidão para o jornalismo, o que inclui a capacidade de ler, escrever e falar corretamente em seu próprio idioma e no idioma ou idiomas que utilizarão como jornalistas, assim como o interesse pelos mecanismos cívicos e culturais, dentre outros, de sua comunidade e sociedade.

Os alunos devem terminar o programa de estudos bem formados, tendo exercitado as técnicas e modalidades de cobertura e redação jornalísticas básicas (e de apresentação e trabalho em meios de comunicação audiovisuais) e conhecido os princípios éticos e a legislação que circunscrevem o exercício do jornalismo. Com a finalidade de enriquecer a formação dos estudantes e dotá-los de uma base de conhecimentos gerais, fomentar um enfoque mais crítico do exercício da profissão e permitir-lhes o acesso aos estudos de nível superior, deve-se combinar a formação jornalística com o estudo de línguas e de outras disciplinas dos campos das ciências e das humanidades. As escolas de jornalismo vinculadas a universidades podem fixar em seus procedimentos de admissão um sistema de créditos por meio do qual se avaliaria e contabilizaria o trabalho realizado em um curso de diploma, que visa à concessão de créditos para obter um bacharelado. Neste caso, o programa apresentado a seguir pode servir como uma ponte entre o ensino médio e o ensino superior de jornalismo.

Primeiro ano

Primeiro semestre

- Fundamentos do jornalismo, com as seguintes unidades:
 - Lógica, evidência e pesquisa** (desenvolvimento do pensamento crítico)
 - Redação** (com a inclusão de gramática e sintaxe, narrativa e métodos descritivos e explicativos);
 - Instituições nacionais e internacionais** (compreensão básica do sistema de governo, da Constituição, do sistema jurídico, do processo político, da organização econômica, social e cultural do próprio país, e as relações com outros países, bem como a posição ocupada pelo jornalismo na construção da democracia do país);

Conhecimentos gerais (conhecimento básico da história e da geografia nacional e internacional; introdução a questões sociais contemporâneas e outras de importância para os jornalistas, incluindo gênero, diversidade cultural, religião, classes sociais, conflito, pobreza, questões ligadas ao desenvolvimento e saúde pública, com a utilização de técnicas analíticas e críticas sobre a cobertura jornalística de tais assuntos).

Disciplinas de humanidades/ciências

As instituições de ensino devem decidir se especificarão quais disciplinas dos cursos de humanidades e ciências – individuais ou em blocos – serão obrigatórias ou incentivadas aos alunos de jornalismo. Isso dependerá, dentre outras questões, do nível de formação adquirido pelos estudantes durante o ensino médio e por meio das matérias disponíveis aos alunos pela instituição.

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 1): notícias e reportagens básicas
- Legislação da comunicação
- As instituições podem oferecer esta disciplina no segundo ano do programa. Entretanto, deve ser cursada antes que os trabalhos dos alunos sejam publicados ou divulgados.
- Mídia e sociedade
- Disciplinas das áreas de humanidades/ciências

Entre o primeiro e o segundo ano

Estágio/experiência profissional

Consideramos que quatro semanas deva ser a duração mínima de um estágio, para que seja proveitoso. Um período mais longo de prática é mais produtivo. O estudante deve ser supervisionado e avaliado por um profissional que trabalhe no local do estágio.

Segundo ano

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): jornalismo em profundidade
- Radiojornalismo e telejornalismo
- Ética do jornalismo
- Disciplina das áreas de humanidades/ciências

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): continuação
- Jornalismo para internet, multimídia e tecnologias digitais
- Jornal-laboratório: apuração, redação, edição, produção e diagramação, com introdução ao fotojornalismo.

ou

Oficina de audiovisual: produção, apresentação e edição para rádio e TV. Instituições que desejem oferecer as oficinas de audiovisual e imprensa escrita como disciplinas obrigatórias podem fazê-lo simultaneamente, com carga horária menor ou oferecer as oficinas em ambos os semestres do segundo ano.

Disciplinas das áreas de humanidades/ciências

Diploma de jornalismo (programa de um ano, para profissionais em meio de carreira)

Primeiro semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 2): jornalismo em profundidade
- Legislação da comunicação
- Ética do jornalismo
- Disciplina de humanidades/ciências combinada com uma especialização do módulo 3

Segundo semestre

- Cobertura jornalística e redação (Módulo 3): jornalismo especializado
- Mídia e sociedade
- Jornalismo para internet e multimídia
- Disciplina de humanidades/ciências combinada com uma especialização do módulo 3

ANEXO 2

Competências do jornalismo

A prática do jornalismo demanda uma grande variedade de competências: Conhecimento geral e habilidade intelectual;

Técnicas profissionais de pesquisa e apuração, redação (e outras formas de apresentação), edição, planejamento gráfico e produção;

Habilidade no uso das ferramentas jornalísticas e de adaptação às novas tecnologias e práticas inovadoras;

Entendimento da profissão, incluindo a ética profissional;

Conhecimento do papel desempenhado pelo jornalismo na sociedade, incluindo a história do jornalismo, a organização dos meios de comunicação e a circunscrição legal da prática jornalística; e

Conhecimento das melhores práticas em jornalismo.

Essas competências podem ser agrupadas de diversas formas. Uma delas é identificar as competências essenciais e acessórias ou as competências preexistentes ou adquiridas. Outra forma é pelo processo sequencial do jornalismo, da ideia de pauta à apuração, redação do texto, edição, diagramação e produção, dentro de um contexto ético e obedecendo à legislação, segundo a tradição da história do jornalismo e dos padrões das melhores práticas, dentro das organizações midiáticas. Outra forma seria pela hierarquia, da menor à maior organização de mídia, ou pelo nível do programa educacional de jornalismo. Muitas organizações de mídia e jornalismo nacionais e internacionais desenvolveram listas de competências. Veja o exemplo da Declaração de Tartu da Associação Europeia de Formação Jornalística (EJTA), de 26 de junho de 2006 (a seguir e disponível no endereço <http://www.ejta.nl/>).

Esse documento agrupa as competências jornalísticas em três categorias: padrões profissionais (normas éticas e profissionais); jornalismo e sociedade e conhecimento.

A. Padrões profissionais

Capacidade de apuração

- Habilidade de compreender, analisar, sintetizar e avaliar um material desconhecido com celeridade.
- A essência desta competência fundamental do jornalismo é frequentemente denominada "pensamento crítico". Ela pode ser alcançada por meio dos estudos universitários em qualquer área ou por meio da realização de curso sobre pensamento crítico. Essa habilidade permite que o jornalista esteja apto para distinguir as informações relevantes das irrelevantes, avaliar provas e argumentos, identificar

parcialidades e pensar com independência, coragem e criatividade, fazendo questionamento profundo, desafiando pressupostos comuns, estabelecendo conexões interdisciplinares e comparando perspectivas, interpretações e teorias.

- Capacidade de julgamento do que é notícia (*news judgement*) e uma compreensão reflexiva do que constitui uma boa informação e o que faz uma história interessante para o jornalismo.
- Os jornalistas compreendem os elementos e a estrutura de um fato e o que lhe confere interesse jornalístico. Por que esse fato é importante? A que se deve sua importância? Por que ele interessa neste momento? A quem ele afeta? Quem estaria preocupado com este fato? Como as pessoas reagirão a esta informação? De que modo isto as ajudaria a tomar decisões? (Em relação a esta competência, como em várias outras, deve-se considerar as implicações do desenvolvimento tecnológico na comunicação).
- Capacidade de fazer perguntas e entender as respostas em idiomas nacionais e locais.
- Para os jornalistas, fluência no uso do idioma nacional e nas línguas exigidas pelo trabalho é essencial. Em muitos países, e para jornalistas que desejam trabalhar além das fronteiras de seu país, o conhecimento do inglês e de outros idiomas é bastante recomendado.
- Capacidade de observação
Jornalistas precisam ter percepção, capacidade de se lembrar de fatos, manter a posição de observador e resistir à vontade de se tornar um personagem nas matérias que estão cobrindo.
- Capacidade de apurar rápida e eficientemente, entender e selecionar informações relacionadas com o fato por meio de entrevistas, pesquisa em material já veiculado em jornais e na internet, usar técnicas investigativas.
- Jornalistas dominam um repertório de métodos de pesquisa e de apuração que inclui entrevistas, técnicas investigativas e reportagem assistida por computador. Eles são capazes de identificar e acessar arquivos públicos impressos e *on-line* e outros documentos, ler com eficiência para identificar notícias e fatos, e resumi-los, parafraseá-los e citá-los adequadamente. Os jornalistas são capazes de identificar fontes e entrar em contato por telefone, correio eletrônico e pessoalmente. Eles são capazes de estruturar entrevistas, fazer perguntas, escutar e observar.
- Capacidade de tomar notas precisas.
Os jornalistas são capazes de tomar notas literais em uma sequência de, pelo menos, duas ou três orações de um discurso normal. Em alguns casos, a taquigrafia é necessária para exercer a profissão e pode ser ensinada nas escolas de jornalismo.
- Técnicas para verificação e corroboração da informação.

Jornalistas questionam a exatidão de quase tudo, de entrevistas a documentos. Antes de publicar ou transmitir uma informação, esta é checada com a fonte inicial e, melhor ainda, corroborada por outras fontes. Um jornalista competente desenvolve técnicas eficientes para garantir a exatidão.

- Habilidade com cálculos aritméticos e conhecimento básico de estatística e métodos de pesquisa de opinião.

Jornalistas encaram dados estatísticos com a mesma atenção e ceticismo que empregam rotineiramente em outros aspectos do seu trabalho. Para tanto, esses profissionais precisam ter conhecimento de matemática e princípios básicos de estatística, pesquisas de intenção de voto e outros tipos de sondagens, bem como seus métodos e interpretações.

Habilidade para redigir

- Habilidade para escrever com precisão, clareza, correção, de forma concisa e atraente, nas diversas modalidades da notícia jornalística, prestando atenção no conteúdo e no público-alvo. Deve-se identificar sempre a fonte da informação, ideia ou citação direta ou indireta que possam ser questionáveis.
- Todos os jornalistas principiantes são capazes de escrever notícias e reportagens utilizando técnicas narrativas, explicativas e descritivas. Os jornalistas com mais experiência ou formação são capazes de redigir matérias analíticas e interpretativas, bem como grandes reportagens e documentários. Jornalistas que escrevem para editoriais de opinião, programas de rádio e TV são capazes de escrever ensaios, colunas e editoriais.
- Habilidade para escrever inclui: a redação do *lead*, introdução central para a notícia que conquiste o leitor/ouvinte/telespectador; estruturação da notícia de forma que sirva aos fins narrativos, sem deixar de ser clara e verdadeira; inserção de citações; emprego de mecanismos de transição; inclusão do contexto e de fatos anteriores, sem criar obstáculos ao fluxo narrativo; sempre que possível, mostrar o acontecido ao invés de explicar por meio da narração; usar a voz ativa sempre que possível; deixar óbvia a fonte de informação, ideia ou citação direta ou indireta que possam ser questionáveis.
- Jornalistas dos meios audiovisuais sabem como escrever visando à utilização da voz, de sons e de imagens, como estabelecer o foco da história, como introduzir trechos gravados e ao vivo, como falar claramente, fluentemente e de forma interessante, usando corretamente o idioma.

Um emprego hábil das ferramentas jornalísticas para edição, planejamento gráfico e produção de materiais para os meios de comunicação impressos, audiovisuais e *on-line*; e a compreensão e capacidade de se adaptar à convergência e às transformações tecnológicas no jornalismo.

- Os jornalistas principiantes conseguem manejar o teclado com precisão e eficiência e devem ser competentes na utilização de uma série de funções da internet, tal como a capacidade de apurar e comprovar a autenticidade, exatidão e o grau de confiabilidade da informação que se encontra disponível na rede.
- A convergência e o desenvolvimento multimídia exigem jornalistas que conheçam ferramentas utilizadas na profissão, em todos os formatos de mídia, que saibam transitar com facilidade de um meio a outro, e que tenham um bom domínio das ferramentas de, pelo menos, um dos principais meios informativos.
- Os jornalistas de todos os meios de comunicação devem saber utilizar tanto computadores com sistema operacional Macintosh quanto Windows, bem como laptops; utilizar o editor de textos e de edição de imagens e criar um banco de dados simples. Os jornalistas da imprensa escrita devem saber usar câmeras fotográficas analógicas e/ou digitais e saber revelar fotos em laboratórios de revelação manual e/ou utilizar programas de computador para tratamento e edição de imagens, bem como programas de diagramação de páginas. Os jornalistas radialistas devem saber manusear um gravador de fitas e/ou gravador e microfone multidirecional, assim como manejar equipamentos e programas informáticos de edição e produção de áudio. Os jornalistas de TV devem saber operar filmadoras, microfones e equipamento de edição de vídeo. Os jornalistas de meios *on-line* devem saber como utilizar programas de criação de páginas para internet e sistemas de gestão de conteúdos, além de câmeras digitais e programas de edição de imagens.

Familiaridade com exemplos atuais e do passado das melhores práticas jornalísticas no próprio país e no resto do mundo

Os jornalistas se inspiram em exemplos das melhores práticas jornalísticas de todos os meios de informação, da atualidade e do passado, de seu país e de outros.

Uma compreensão da ética profissional, incluindo os direitos e deveres do jornalista

Os jornalistas devem ser conhecedores dos pressupostos éticos, ao fazer escolhas e tomar decisões em seu trabalho. Esses pressupostos podem figurar ou não nos códigos de conduta profissional. Tais códigos, escritos ou não, são importantes para jornalistas se os próprios jornalistas (em vez do

Estado ou outras autoridades) os tiverem elaborado. Considerações éticas, entretanto, devem ser fundadas na própria filosofia moral do jornalista e no entendimento sobre os seus direitos e responsabilidades como resultado de sua consciência do papel que a profissão exerce na democracia, assim como a necessidade de ser preciso, justo e equilibrado na cobertura e na redação da matéria.

Competências requeridas no local de trabalho

Os jornalistas têm a capacidade necessária para obedecer a prazos de entrega e trabalhar individualmente ou em equipe, em organizações e empresas de comunicação ou como *freelancers*.

B. Jornalismo e sociedade

- Conhecimento da função ocupada pelo jornalismo na sociedade, incluído seu papel no desenvolvimento e na consolidação da democracia.
- A capacidade de refletir sobre as mudanças do jornalismo.
- A compreensão do modo pelo qual as entidades políticas, empresariais e de outros segmentos utilizam e geram a informação.
- Consciência da circulação internacional da informação e o efeito que esta tem no próprio país.
- Conhecimento sobre a história do jornalismo e dos meios de comunicação do próprio país e do resto do mundo.
- Conhecimento sobre os proprietários, organização e competição no mercado de mídia.
- Conhecimento da legislação da comunicação no próprio país e no mundo.

C. Conhecimentos

- Uma compreensão básica do sistema de governo do próprio país, da Constituição, do sistema jurídico, dos processos políticos, economia, organização social e cultural e relações com outros países.
- Conhecimento básico de geografia e de história do país do jornalista e do mundo.
- Noções fundamentais de ciências.
- Conhecimento especializado de, pelo menos, uma área temática importante para o jornalismo no país do jornalista.

DECLARAÇÃO DE TARTU DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE FORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Tartu (Estônia), 10 de junho de 2006

Os membros da Associação Europeia de Formação Jornalística ensinam e formam seus estudantes/participantes, de acordo com o princípio segundo o qual os jornalistas devem servir à sociedade:

- Oferecendo uma aproximação mais profunda das condições políticas, econômicas e socioculturais;
- Fomentando e fortalecendo a democracia em todos os níveis;
- Favorecendo e fortalecendo a responsabilidade pessoal e institucional;
- Reforçando as possibilidades de que os cidadãos façam escolhas em contextos pessoais e societários;

ao mesmo tempo em que:

- sentem-se responsáveis pela liberdade de expressão;
- respeitam a integridade do próximo;
- são críticos frente às fontes e independentes em relação aos grupos de interesse;
- aplicam normas éticas consuetudinárias.

Após os estudos ou formação, os estudantes são competentes para:

1. Refletir sobre a função social do jornalismo e das transformações dentro do próprio jornalismo.
2. Encontrar questões estimulantes e ângulos pertinentes, atendendo aos objetivos do público e de produção de um meio de comunicação ou de mídia diversa.
3. Organizar e planejar a atividade jornalística.
4. Apurar informações com rapidez, utilizando técnicas de apuração e métodos de pesquisa habituais.
5. Selecionar a informação essencial.
6. Estruturar a informação de maneira jornalística.
7. Apresentar a informação em linguagem e formato apropriados e eficazes.
8. Avaliar e justificar o trabalho jornalístico.
9. Cooperar com a equipe ou com os critérios editoriais.
10. Trabalhar em uma empresa de comunicação ou como *freelancer*.

ANEXO DA DECLARAÇÃO DE TARTU: OBJETIVOS EM TERMOS DE COMPETÊNCIA

1. Competência para refletir sobre o papel social e o desenvolvimento dentro do jornalismo

- ter um compromisso com a sociedade/comunidade/público e conhecimento do desenvolvimento social;
- ter conhecimento do papel e influência do jornalismo na sociedade moderna;
- ser capaz de desenvolver um ponto de vista fundamentado sobre as mudanças mais importantes dentro do jornalismo;
- entender os valores subjacentes às escolhas profissionais;
- ser capaz de fazer escolhas bem fundamentadas sobre o próprio desenvolvimento como jornalista.

2. Competência para encontrar questões e ângulos relevantes e que merecem ser publicados, de acordo com o público e os objetivos de um certo meio ou diferentes mídias

- ter conhecimento dos eventos da atualidade e ser capaz de analisá-los, caso os assuntos sejam interessantes e mereçam ser publicados;
- conhecer o(s) meio(s) onde trabalha, a fim de determinar se o assunto/ângulo é adequado ou não;
- conhecer bem o público-alvo e ser capaz de determinar a relevância de um assunto/ângulo para esse público;
- ser capaz de analisar a opinião pública e estimular o debate.

3. Competência para organizar e planejar o trabalho jornalístico

- ser capaz de elaborar um plano de trabalho realístico;
- ser capaz de trabalhar sob a pressão do tempo;
- ser capaz de lidar com situações imprevistas.

4. Competência para apurar informações com rapidez, utilizando técnicas de apuração e métodos de pesquisa habituais

- dispor de bons conhecimentos gerais e sociológicos, sobretudo de economia, política e questões socioculturais;
- conhecer todas as fontes necessárias, incluindo pessoas, referências de livros, banco de dados, agências de notícias, internet;
- saber como consultar as fontes e utilizar as próprias observações de forma efetiva e eficiente;
- contar com a vontade e a capacidade para que suas informações sejam equilibradas mediante o emprego de métodos, como a verificação e a dupla verificação da informação, balanceando a notícia sistematicamente;

- ter vontade e habilidade para interagir com o público de diferentes formas, pessoalmente e por meio da (nova) mídia.

5. Competência para selecionar a informação essencial

- ser capaz de distinguir as questões centrais das secundárias;
- ser capaz de selecionar informações obedecendo a critérios de correção, exatidão, confiabilidade e grau de integridade;
- ser capaz de interpretar a informação selecionada e analisá-la dentro do contexto (histórico) relevante;
- ser capaz de selecionar informações relevantes para o produto midiático e o meio em que trabalha;
- estar ciente do impacto da sua informação sobre as fontes, o público e o debate público.

6. Competência para estruturar a informação de maneira jornalística

- ser capaz de utilizar diferentes tipos de estrutura de texto;
- ser capaz de alcançar um equilíbrio entre forma e conteúdo;
- ser capaz de estruturar a informação atendendo as demandas do produto e do meio para os quais trabalha;
- ser capaz de estruturar a informação segundo critérios de relevância;
- ser capaz de organizar a informação de acordo com técnicas narrativas alternativas.

7. Competência para apresentar a informação em linguagem e formato apropriados e eficazes

- ter domínio linguístico proeminente, tanto oral quanto escrito;
- ser capaz de produzir informação visual, como, por exemplo, na forma de imagens ou gráficos, e apresentá-la combinada a palavras, sons e outras imagens;
- dominar os mais importantes gêneros de informação, incluindo técnicas de estilo e formatos básicos;
- ser capaz de trabalhar com equipamentos técnicos relevantes para a atividade jornalística, bem como com programas de computador;
- cooperar com a equipe técnica e conhecer as possibilidades oferecidas pelos instrumentos de trabalho.

8. Competência para avaliar e justificar o trabalho jornalístico

- ter presente a imagem da qualidade demandada pelo produto jornalístico;
- oferecer uma análise crítica e integral do próprio trabalho e do trabalho de outros profissionais, tendo como base a qualidade;
- ter a capacidade e a vontade de refletir criticamente sobre o próprio trabalho e aceitar críticas sobre o mesmo;

- ser capaz de explicar e assumir a responsabilidade pelas escolhas feitas concernentes às fontes, ao enfoque e à execução do trabalho;
- ser capaz de assumir a responsabilidade tanto pelo produto quanto pelo processo, de acordo com os padrões éticos.

9. Competência para cooperar com a equipe ou com os critérios editoriais

- ter boas relações sociais;
- ser confiável;
- mostrar dedicação e iniciativa;
- ter consciência de seus pontos fortes e fracos;
- demonstrar sensibilidade ante as relações hierárquicas e democráticas.

10. Competência para trabalhar em uma empresa de comunicação ou como *freelancer*

- ser criativo, inovador e capaz de apresentar suas ideias;
- conhecer seus direitos e obrigações e ser capaz de avaliar criticamente suas condições de trabalho;
- conhecer os objetivos, a situação financeira e de mercado, a estrutura organizacional e processos (das) nas empresas de comunicação;
- ser capaz de avaliar as opções estratégicas e a política editorial de uma organização midiática;
- conhecer os aspectos práticos de ser um *freelancer*/empresário.

Direitos autorais: Associação Europeia de Formação Jornalística

ANEXO 3

Programa detalhado das disciplinas

Os programas de estudo a serem apresentados a seguir foram escolhidos para ilustrar como as disciplinas podem ser organizadas. Eles são modelos de programas oferecidos com a intenção de serem adaptados às diferentes realidades locais e nacionais. Cada programa contém ideias, métodos e material que podem servir de inspiração para outros professores e planejadores.

Fundamento do Jornalismo: Lógica, Evidência e Pesquisa

Nível da disciplina: Primeiro ano, graduação em jornalismo (15 semanas)

Descrição da disciplina: Esta matéria formará estudantes com habilidades em pensamento lógico, analítico e de pesquisa, qualidades essenciais para jornalistas bem informados sobre questões públicas. A disciplina é dividida da seguinte forma: introdução, seguida de quatro seções. A introdução explora a análise lógica dos argumentos, linguagem e evidência. A primeira seção mostra como essas habilidades podem ser usadas na análise de afirmações falsas feitas por grupos que buscam manipular jornalistas. As seções 2, 3 e 4 aplicam essas habilidades a áreas importantes: (a) o uso de informações numéricas (por exemplo, no momento das eleições); (b) saúde e meio ambiente, e (c) escrevendo sobre genes e genômica. Outros temas, além de saúde e genes, podem ser usados para testar a capacidade lógica dos estudantes. Genes e questões ligadas à saúde foram escolhidos como exemplos de assuntos relevantes para diversos perfis de estudantes.

Formato: Palestras, oficinas com convidados (por exemplo, cientistas), estudos de caso e discussão em classe. Cada estudante participará de um seminário (individualmente ou em grupo) que apresentará questões que emanam de um caso específico.

Enfoque pedagógico: O enfoque favorece a participação ativa e o teste de conhecimentos. Os estudantes empregam habilidades e conhecimento a questões específicas por meio de exercícios, seminários e discussão. Palestras surgem como uma entre inúmeras ferramentas pedagógicas. A disciplina tem início com o ensino de habilidades e conhecimentos gerais. Em seguida, a tarefa é encontrar formas atraentes de mostrar como tais habilidades críticas e conhecimentos ajudam jornalistas a avaliar a informação fornecida por especialistas renomados.

Número de horas por semana: {2 horas: 1 – Palestra; 1 – seminário/exercício}

Bibliografia obrigatória e recomendada:

Obrigatória: os professores podem escolher dois textos obrigatórios dos quatro livros-textos a seguir.

Sobre lógica e evidência:

- GROAKE, Leo; TINDALE, Christopher; FISHER, Linda. *Good Reasoning Matters: a constructive approach to critical thinking*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Ou

- VAUGHN, Lewis; MACDONALD, Chris. *The Power of Critical Thinking*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Sobre números e ciência:

- COHN, Victor; COPE, Lewis. *News and Numbers*. 2.ed. Ames: Iowa State University Press, 2001.

Ou

- LASZLO, Pierre. *Communicating Science: a practical guide*. Berlin: Springer, 2006.

Recomendada (para professores e estudantes motivados):

- DU PRE, Athena. *Communicating about Health: current issues and perspectives*. Mountain View, Calif.: Mayfield Publishing, 2000.
- EWEN, Stuart. *PR! A Social History of Spin*. New York: Basic Books, 1996.
- FRIEDMAN, Sharon M. et al. *Communicating Uncertainty: media coverage of new and controversial science*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1999.
- GIERE, Ronald. *Understanding Scientific Reasoning*. 4.ed. Fort Worth: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1997.
- LEISS, William; POWELL, Douglas. *Mad Cows and Mother's Milk*. 2.ed. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.
- MACLEAN, Eleanor. *Between the Lines: how to detect bias and propaganda in everyday life*. Montreal: Black Rose Books, 1981.
- PAUL, Richard; ELDER, Linda. *Critical Thinking: tools for taking charge of your learning and your life*. Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 2001.
- PAULOS, John Allen. *A Mathematician Reads the Newspaper*. New York: DoubleDay, 1996.
- SIMONS, Herbert. *Persuasion in Society*. Thousand Oaks, Cal.: Sage, 2001.
- WICKHAM, Kathleen Woodruff. *Math Tools for Journalists*. Oak Park, ILL.: Marion Street Press, 2002.

Calendário semanal de aulas (esboço)

Observação sobre as leituras obrigatórias: as leituras são sugeridas para cada seção; o professor pode escolher quantas leituras pedir aos alunos.

O professor deve completar este material básico com exemplos locais, na língua materna dos alunos. Leituras de textos não obrigatórios pressupõem que o professor poderá repassar fotocópias aos alunos.

- Introdução
 - Aula 1: Introdução à disciplina; análise lógica de argumentos e linguagem.
 - Aula 2: Formas de evidência e critérios para avaliação da credibilidade da evidência.
 - Aula 3: Habilidades de investigação e técnicas para jornalistas.
- Leituras obrigatórias:
 - Capítulos 1 e 3 de *Good Reasoning Matters*
 - Capítulos 1, 2 e 3 de *The Power of Critical Thinking*
 - Capítulos 2 e 3 de *News and Numbers*
- Seção 1: Informações falsas ou enganadoras
 - Aula 4: Técnicas de relações públicas, grupos de interesses especiais, comunicação política.
 - Aula 5: Análise de coletivas de imprensa (ou conferências de imprensa), *press releases* e momentos de crise que utilizam técnicas de “gestão dos meios de comunicação”.
- Leituras obrigatórias:
 - Capítulos 4 e 5 de *The Power of Critical Thinking*
 - Capítulo 5 de *Good Reasoning Matters*
 - Capítulos 2 e 3 de *Persuasion in Society*
- Seção 2: Avaliação e comunicação da informação numérica
 - Aula 6: Analisando formas básicas de informação estatística e erros comuns. Por exemplo: uso de gráficos, índices de emprego, indicadores de doenças.
 - Aula 7: Cobertura jornalística de eleições e empresas de sondagem de opinião; oficina com uma empresa conhecida de sondagem de opinião.
 - Aula 8: Métodos para avaliação do grau de credibilidade dos estudos de especialistas e de sítios da internet.
- Leituras obrigatórias:
 - Capítulos 7, 9 e 10 de *News and Numbers*
 - Capítulos 9 e 10 de *The Power of Critical Thinking*
 - Capítulos 3 e 4 de *A Mathematician Reads the Newspapers*
- Seção 3: Saúde e meio ambiente
 - Aula 9: Problemas da comunicação pública sobre a ciência em geral. Cobertura jornalística de produtos para a saúde e de estilos de vida “saudáveis”.

Aula 10: Anúncios de novos medicamentos: simulação de uma coletiva de imprensa para o “anúncio” de um estudo de uma nova droga com cientistas renomados da área da saúde; como os medicamentos são testados e chegam ao conhecimento público.

Aula 11: Cobertura informativa dos riscos e perigos associados ao meio ambiente: estudos de casos e debate.

Aula 12: Cobertura jornalística sobre mudanças climáticas: avaliando a cobertura do passado e do presente. Questões de “equilíbrio” e debate especializado em torno das mudanças climáticas.

- Leituras obrigatórias:

Partes 1 e 2 de *Communicating Science*

Capítulo 6 de *News and Numbers*

Capítulos 1, 2 e 3 de *Communicating Uncertainty*

Capítulos 1 e 2 de *Mads Cows and Mother’s Milk*

- Seção 4: Genes e genômica

Aula 13: Usando habilidades lógicas e de evidência para analisar debates midiáticos sobre alimentos e organismos transgênicos.

Aula 14: Clonagem e terapia genética. Análise de questões éticas e outras implicações em torno da clonagem e da “correção” de genes defeituosos em humanos.

Aula 15: Conclusão da disciplina: revisão das aulas; o papel do jornalista responsável e informado no ambiente midiático contemporâneo.

- Leituras obrigatórias:

Capítulos 7 e 8 de *Communicating Science*

Capítulos 6 e 7 de *Communicating Uncertainty*

Capítulos 9 e 10 de *Persuasion in Society*

Protocolos de avaliação e classificação:

Sugestão de esquema a ser utilizado:

1. Participação nas discussões feitas em classe: 15%
2. Exercícios (2): 15%
3. Seminário/apresentação: 40%
4. Trabalho final de semestre/exame final: 30%

Contribuição do Doutor Stephen J. A. Ward, diretor e professor associado de Ética Jornalística, School of Journalism, University of British Columbia, Canadá.

Fundamentos do jornalismo: Redação

Nível da disciplina: Primeiro ano da graduação feita em três ou quatro anos.

Descrição da disciplina: Introdução à redação de textos narrativos, descritivos e explicativos, com revisão da gramática, sintaxe e estilo. A redação de notícias será introduzida no módulo 1.

Formato: Palestras sobre redação, prática de redação diária, discussões em grupo sobre os trabalhos dos outros colegas, apostilas de gramática, testes de gramática e exercícios extensos de redação.

Enfoque pedagógico: Durante todo o semestre, os estudantes terão de redigir um texto curto (de 100 a 200 palavras) cinco vezes por semana (de segunda a quinta-feira e um texto no final de semana) e entregá-lo cada dia da semana pela manhã para registro. Estes exercícios fornecerão aos estudantes a prática da observação, narração e o reconhecimento de histórias que podem constituir uma notícia. No final do semestre, os alunos terão redigido 75 textos curtos (e três de maior extensão). O objetivo é transformar a redação em um elemento da vida diária do estudante. Um claro problema para o professor é como ler todos esses textos. O ideal seria contar com o auxílio de estudantes mais avançados no percurso acadêmico (ou jornalistas ou escritores que trabalhem na cidade), para lerem e corrigirem, pelo menos, um texto de cada aluno por semana. Caso este recurso não esteja disponível, o professor deve corrigir uma média de 15 textos por dia. Cada aluno, em uma turma de 150, teria um texto corrigido a cada duas semanas, ou seja, sete textos durante o semestre. Entretanto, cada texto entregue pelos estudantes contará para a nota final e recebimento dos créditos da disciplina.

Os alunos também serão beneficiados com o *feedback* semanal dos colegas que analisarão os textos em pequenos grupos de discussão. Novamente, o ideal seria que cada grupo fosse coordenado por um estudante de graduação mais avançado no curso ou alguém já graduado. Caso não seja possível, o professor deve fazer um rodízio entre os grupos. Cada grupo pode selecionar um texto de cada estudante por semana para ser publicado em uma antologia semanal ou mensal, impressa ou *on-line*, ou para divulgação em um mural de anúncios ou leitura na emissora de rádio da instituição de ensino.

Na metade do semestre e duas vezes na etapa final da disciplina, os alunos redigirão textos de maior extensão, utilizando as técnicas aprendidas em sala de aula. Seria conveniente que, durante as correções de todos os textos, o professor ressaltasse os aspectos positivos das redações e evitasse observações que pudessem gerar medo ou humilhação. Entretanto, o professor deve assinalar os erros e também corrigi-los. Deve-se incentivar os estudantes a experimentar e a descobrir estilo e criatividade próprios.

Gramática: Cada semana, o professor indicará um capítulo de um livro de gramática ou de estilo, ou entregará aos estudantes uma apostila de gramática, que serão objeto de avaliação na semana seguinte por meio de um teste. Se o professor dispuser de ajuda, os testes devem ser recolhidos e corrigidos e as notas registradas a cada semana. Caso não disponha de auxílio, os alunos corrigirão os testes uns dos outros em sala. Um teste de gramática deve ser feito duas vezes no semestre e corrigido pelo professor. Este programa de disciplina deixa a cargo do professor a seleção dos pontos gramaticais e de estilo a serem estudados e avaliados a cada semana, já que os mesmos se encontram disponíveis em livros-textos e variam de um idioma ao outro. A finalidade de todas essas aulas de gramática é a de melhorar a redação. Neste sentido, por exemplo, os alunos devem ter domínio dos tempos verbais, de modo que possam escrever com consciência um dado tempo verbal, utilizando o passado e o futuro segundo a necessidade. Devem compreender a diferença entre a voz ativa e voz passiva, para que possam utilizar a primeira sempre que possível.

Número de horas por semana: Duas horas em sala de aula; mais três a cinco horas de redação extraclasse.

Bibliografia obrigatória e recomendada

Para os estudantes: os professores podem montar uma apostila ou pedir que os alunos comprem um manual de gramática ou estilo, um livro sobre redação e uma antologia de textos modelos de não ficção. Alguns exemplos em língua inglesa:

- CLARK, Roy Peter. *Writing Tools: 50 essential strategies for every writer*. London: Little, Brown, 2006.
- CLARK, Roy Peter; SCANLAN, Christopher. *America's Best Newspaper Writing*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2001.
- HARRINGTON, Walt. *Intimate Journalism*. [s.l.]: Sage, 1997.
- KERRANE, Kevin; YAGODA, Ben. *The Art of Fact*. New York: Scribner, 1998.
- KESSLER, Lauren; MCDONALD, Duncan. *When Words Collide: a media writer's guide to grammar and style*. Belmont, California: Wadsworth, 1996.
- LUNSFORD, Andrea A. *The St. Martin's Handbook: with 2003 mla update*. Bedford/St. Martin's, 2003.
- ORWELL, George. *Selected Writings*. New York: Heinemann, 1958.
- STRUNK, William; WHITE, E.B. *The Elements of Style*. London: Longman, 1999.
- ZINSSER, William K. *On Writing Well*. New York: HarperCollins, 2006.

Para professores:

Entre os textos em língua inglesa que podem ser úteis para os professores, destacamos os seguintes:

- ADAM, G. Stuart; CLARK, Roy Peter. *Journalism. The Democratic Craft*. New York: OUP, 2006.
- BARZUN, Jacques. *Simple & Direct: a rhetoric for writers*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CAPPON, Renee J. *The Word: an associated press guide to good news writing*. New York: Associated Press, 1991.
- FLESCH, Rudolf. *The Classic Guide to Better Writing*. New York: HarperCollins, 1996.
- HART, Jack. *A Writer's Coach*. London: Pantheon, 2006.
- KANE, Thomas S. *The New Oxford Guide to Writing*. New York: OUP, 1994.
- MURRAY, Donald. *A Writer Teaches Writing*. Boston: Houghton Mifflin, 1985.
- SCANLAN, Christopher. *Reporting and Writing*. New York: OUP, 2000.
- STEPP, Carl Sessions. *The Magic and Craft of Media Writing*. Chicago: NTC, 2000.
- YAGODA, Ben. *When You Catch an Adjective, Kill It*. New York: Broadway Books, 2007.
- Inúmeros *websites* oferecem formação, dicas e exercícios de redação.

Cronograma de aulas

Duas aulas de uma hora por semana. Na primeira hora, o professor tratará dos textos escritos pelos estudantes na semana anterior, falará sobre um aspecto da redação e realizará o teste de gramática. Na segunda hora, os estudantes se dividirão em grupos de 10 a 15 para corrigir textos dos colegas da semana precedente e participar de outras atividades de redação.

Semana 1

Aula de duas horas:

(1) Introdução. Criar os grupos de discussão e procedimentos para avaliação diária.

(2) Aula sobre narração: a narrativa curta (texto sobre um acontecimento ou incidente). Sublinhar que a narrativa curta não se trata de uma opinião ou reflexão pessoal, mas do relato de algo que aconteceu.

Avaliação inicial de gramática.

Exercício diário (de segunda a quinta): escrever uma narrativa de 100 a 150 palavras de algo que você fez ou presenciou durante o dia.

Exercício para o final de semana: revisar sua melhor narrativa.

Leituras para a Semana 2*: (1) Narração, com um exemplo de uma história de não ficção, (2) Apostila de gramática ou capítulo do livro-texto.

* As leituras de cada semana consistem em material fotocopiado de redação e de gramática preparado pelo professor ou fragmentos de textos indicados, previamente, e fotocópias de exemplos de textos. Podem-se reunir todos os materiais fotocopiados em uma apostila (com a permissão dos direitos do autor).

Semana 2

Aula sobre narração: a história.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: estudantes leem sua primeira narrativa (revisada); correção dos textos dos colegas e sugestões de melhoria.

Exercício diário: Segundo exercício sobre narrações curtas. Escrever narrações com um fator complicador (por exemplo, um menino cai da bicicleta, um desfile de rua que se choca com o tráfego de carros, um comprador que não consegue decidir o que comprar...). Escreva para pessoas da sua idade.

Exercício para o final de semana: reescreva sua melhor narrativa para pessoas da idade dos seus pais ou avós.

Leituras para a Semana 3: (1) Um exemplo, extraído de um jornal local ou nacional ou de uma revista, ou de uma antologia de uma narrativa de não ficção que mostre elementos ensinados em sala, (2) Gramática.

Semana 3

Palestra: Análise da narrativa não ficcional recomendada para leitura na semana anterior.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: segunda narrativa curta (original e reescrita).

Exercício diário: Terceiro exercício sobre narrações curtas. Nesta semana, escreva para pessoas da idade dos seus pais ou avós, fazendo com que a história atinja um clímax e um desfecho.

Exercício para o final de semana: reescreva sua melhor narrativa para pessoas da sua idade.

Leituras para a Semana 4: (1) Descrição com exemplos, (2) Gramática.

Semana 4

Palestra: Descrição.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: terceira narrativa curta (original e reescrita).

Exercício diário: Quarto exercício sobre narrações. Esta semana enfatiza a descrição. Escrever para adultos aprendendo seu idioma como língua estrangeira.

Exercício para o final de semana: reescreva sua melhor narrativa para criança.

Leituras para a Semana 5: (1) Um exemplo, extraído de um jornal ou revista, local ou nacional, ou de uma antologia, de um texto descritivo de não ficção, (2) Gramática.

Semana 5

Palestra: Análise do texto descritivo recomendado na última semana; texto para ser ouvido (com fita e *script* de uma história de rádio).

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: quarta narrativa curta (original e reescrita).

Exercício diário: quinto exercício sobre narrações, escritas para o público em geral.

Exercício para o final de semana: reescreva sua melhor narrativa curta para ser lida em voz alta.

Leituras para a Semana 6: (1) Um exemplo, extraído de um jornal, revista, ou antologia sobre a criação de ambientes de uma história não ficcional, (2)

Gramática.

Semana 6

Palestra: descrição do ambiente e cobertura informativa de um evento.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: quinta narrativa curta (original e reescrita).

Exercício diário: um parágrafo descritivo escrito para alguém que não seja familiar com a pessoa ou objeto (ou cenário) descrito.

Exercício para o final de semana: Comparecer a um evento indicado pelo professor e escrever um texto entre 500 e 700 palavras sobre ele. Entregar o primeiro esboço na segunda-feira.

Leituras para a Semana 7: (1) Elaboração e revisão de textos, (2) Gramática.

Semana 7

Palestra: Elaborando e revisando textos (eliminação de elementos desnecessários, ajuste da linguagem etc.).

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: texto sobre o evento.

Exercício diário: primeiro esboço de uma narrativa curta sobre algo que aconteceu com os alunos naquele dia e então revisar o texto para eliminar elementos desnecessários e ajustar a linguagem.

Exercício para o final de semana: revisar o texto sobre o evento, exercitando clareza e concisão, e entregar a versão final para a nota.

Leituras para a Semana 8: (1) Exemplos extraídos de jornais e revistas locais, com textos emotivos, (2) Gramática.

Semana 8

Aula de duas horas:

(1) Palestra: elaboração e revisão de textos (para acrescentar sentimentos, tom, drama).

(2) Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: discussão em torno dos esboços e textos finais.

Exercício diário: Estudantes devem escolher um tema brando ou previsível e

escrever utilizando emoções, por exemplo, o momento de acordar naquele dia, o café da manhã, caminhando (ou pegando o ônibus) para a aula etc.

Exercício para o final de semana: Estudantes devem entregar duas redações sobre o mesmo assunto, uma boa e outra mediana (e como o segundo texto poderia ser melhorado).

Leituras para a Semana 9: (1) Exemplos extraídos de jornais, revistas ou antologia sobre textos explicativos, (2) Gramática.

Semana 9

Palestra: textos explicativos.

Teste de gramática (ou análise do teste de gramática).

Discussão semanal em grupo: Discussão das correções do final de semana.

Exercício diário: "Eu me pergunto por que/o que/como...". Os estudantes receberão fotos, objetos, histórias do jornal local, conjunto de fatos etc., para cada dia da semana e deverão listar todas as coisas que eles se perguntam sobre o assunto.

Exercício para o final de semana: Os estudantes se dividirão em duplas e escolherão algum aspecto sobre o colega da dupla sobre o qual ele se pergunta e o questionará para escrever uma história.

Leituras para a Semana 10: (1) Exemplos de textos explicativos sobre ideias e processos, (2) Gramática.

Semana 10

Palestra: explicação sobre ideias e processos.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: discussão sobre os textos do final de semana sobre os colegas.

Exercício diário: (de domingo a quinta-feira): um texto explicativo de 100 a 150 palavras (por exemplo, dando direções de como ir da universidade até em casa, explicando como o Facebook funciona etc.); escrever para leitores adultos, não familiarizados com as ideias e processos explicados.

Exercício para o final de semana: Escrever uma história para o público em geral, explicando algo da ciência ou das ciências sociais.

Leituras para a Semana 11: (1) Como começar um texto, (2) Gramática.

Semana 11

Palestra: Atrair o leitor: o que uma boa introdução ou *lead* faz pelo texto?

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: textos explicativos da última semana.

Exercício diário: Escrever uma narrativa curta, concentrando-se numa primeira frase bastante eficaz.

Exercício para o final de semana: Identificar três bons *leads* nos jornais do final de semana e explicar o porquê.

Leituras para a Semana 12: (1) Fechamento (2) Gramática.

Semana 12

Palestra: O que um bom fechamento faz por uma narrativa?

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: discussão das narrações da semana anterior e dos exercícios sobre *lead* do final de semana.

Exercício diário: Escrever uma narrativa curta, concentrando-se num final eficaz.

Exercício para o final de semana: Comparecer a um evento indicado pelo professor e escrever um texto entre 750 – 1.000 palavras sobre ele, usando técnicas de narração, descrição e explicação. Entregar o primeiro esboço na segunda-feira pela manhã.

Leituras para a Semana 13: (1) A linguagem do jornalismo (2) Gramática.

Semana 13

Palestra: A linguagem do jornalismo: concreta, específica, ativa, clara, democrática, não sexista e não racista.

Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: discussão das narrações da última semana e do primeiro esboço do texto sobre o evento.

Exercício diário (de domingo a quinta): escrever um texto usando exemplos da linguagem do jornalismo.

Exercício para o final de semana: revisar o texto sobre o evento e entregá-lo na segunda para nota.

Leituras para a Semana 14: (1) Transições eficazes e ineficientes, (2) Gramática.

Semana 14

Aula de 2 horas:

(1) Palestra: Transições.

(2) Teste de gramática.

Discussão semanal em grupo: cada aluno lerá seu melhor texto do semestre e explicará por que ele é bom.

Exercício diário: escrever uma narrativa sobre algo que aconteceu durante esta disciplina.

Exercício para o final de semana: transformar as narrações curtas em uma narrativa de 750 a 1.000 palavras sobre a disciplina. Entregar para nota.

Leituras para a Semana (1) Um texto de não ficção exemplar, (2) Gramática.

Semana 15

Palestra: Análise do texto de não ficção exemplar: quais são os pontos fortes?

Teste de gramática (ou correção do teste da semana passada).

Discussão semanal em grupo: debater as narrações sobre a disciplina.

Protocolos de avaliação e classificação:

Estudantes devem entregar um texto narrativo todas as manhãs. Pelo menos um texto por semana receberá nota, se o professor dispuser de um assistente. Caso contrário, o professor corrigirá uma seleção de textos por semana para assegurar que cada estudante tenha sete ou oito textos com notas atribuídas durante o semestre.

Exercícios diários e de final de semana

Entregues: 25%

Corrigidos: 25%

Textos longos: 30%

Teste de gramática: 20%

Contribuição de Michael Cobden, University of King's College, Halifax, NS, Canadá.

Fundamentos do jornalismo: instituições nacionais e internacionais

Nível da disciplina: Primeiro ano da graduação de três ou quatro anos.

Descrição da disciplina: Este curso tem o objetivo de oferecer a compreensão básica do sistema de governo do próprio país, sua Constituição, sistema judiciário, processo político, geografia, economia, incluindo a compreensão da pobreza, questões de meio ambiente e desenvolvimento e aquelas relacionadas a outros países.

Formato: Combinação de palestras, apresentação em grupos e duas provas de consulta.

Enfoque pedagógico: A disciplina consistirá de duas aulas por semana com uma hora de duração, ocasião em que os estudantes deverão fazer anotações do conteúdo dado. No meio e no final do semestre, haverá uma prova com consulta. Os estudantes poderão consultar suas anotações para responder às questões relacionadas ao conteúdo dado em sala. A cada quatro aulas aproximadamente, haverá apresentações em grupo (no máximo 12 alunos por grupo), sobre tópicos relacionados direta ou indiretamente aos temas estudados em sala. Para garantir a igualdade de condições entre os grupos, o tema será divulgado somente duas semanas antes da apresentação.

Número de horas por semana: duas horas (semanas 1 – 15, palestras com apresentações de grupos e duas provas de consulta).

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou material

Para o professor:

- ALLEN, Tim; THOMAS, Alan. *Poverty and Development*. 2.ed. rev. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ARMSTRONG, David G. et al. *Geography: the world and its people*. 2.ed. Glencoe: McGraw-Hill, 1998.
- BARR, Nicholas. *Economics of the Welfare State*. 4.ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BLAUG, Mark. *Economic Theory in Retrospect*. [USA]: Richard B. Irwin, 1962.
- BOYLE, Godfrey (Coord.). *Renewable Energy*. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DAHL, Robert A. *Democracy and its critics*. Yale: Yale University Press, 1989.
- DUNN, John (Coord.). *Democracy: the unfinished journey, 508 B.C. to A.D. 1993*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune (Coords.). *Constitutionalism and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, Universitetsforlaget, 1988.
- FREEMAN, Samuel. Original meaning, democratic interpretation and the Constitution. *Philosophy and Public Affairs*, winter, 1992.
- GILLESPIE, Andrew. *Foundations of Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HILLMAN, Mayer; FAWCETT, Tina; RAJAN, Sudhir Chella. *The Suicidal Planet: how to prevent global climate catastrophe*. Reading: Thomas Dunne Books, 2007.
- HIRST, Paul; KHILNANI, Sunil (Coords.). *Reinventing democracy*. [USA]: Blackwell, 1996.
- HUNT, Alan. *Explorations in law and society: towards a constitutive theory of law*. Florence, Kentucky: Routledge, 1993.
- LIPSEY, Richard; CHRYSTAL, Alec. *Economics*. 11.ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MILL, John Stuart. *Utilitarianism*. Disponível em: <<http://www.utilitarianism.com/jsmill.htm>>.
- RILEY, Jonathan; FERREJOHN, J.; RAKOVA, J. *Constitutional Culture and Democratic Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- RODRIGUEZ-POSE, Andrés. *The European Union: Economy, Society, Polity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- SEN, Amartya. *Inequality re-examined*. Ventnor, UK: Clarendon Press, 1992.
- SEN, Amartya; WILLIAMS, Bernard (Coords.). *Utilitarianism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. London: Wordsmith Editions, 1998. (edição original francesa de 1835).

Para os estudantes:

Estudantes devem ter acesso a computadores conectados à internet para acessar informação adicional às aulas.

Cronograma de aulas**Semana 1**

Aula 1: Introdução à disciplina; discussão sobre a lista de leitura, métodos pedagógicos e de avaliação.

Aula 2: Palestra sobre a natureza da democracia, começando pelo experimento da democracia direta na Grécia Antiga (508 a. C.) até a Revolução Francesa e seu legado.

Semana 2

Aula 1: Pode-se estudar a política de Gandhi em comparação com o Movimento das Liberdades Civas de Martin Luther King nos Estados Unidos ou com a Comissão da Verdade e da Reconciliação na África do Sul.

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 3

Aula 1: As tensões entre democracia e constitucionalismo, entre o Legislativo e o Judiciário.

Aula 2: Debater os mesmos assuntos, centrando-se em um país. Pode-se abordar a Constituição da União Europeia (excertos de textos de Rodriguez-Pose podem ser utilizados).

Semana 4

Aula 1: Discussão sobre direitos humanos e a lei.

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 5

Aula 1: Discussão sobre direitos humanos e a lei em um país específico.

Aula 2: Gênero e o sistema judiciário – leis civis devem ser uniformes em diferentes comunidades?

Semana 6

Aula 1: Introdução a conceitos básicos de economia.

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 7

Aula 1: Visão geral do pensamento econômico de Adam Smith a Karl Marx.

Aula 2: Economia neoclássica.

Semana 8

Aula 1: Questões econômicas específicas do próprio país.

Aula 2: Prova de consulta com duração de uma hora. Os estudantes deverão

escrever respostas curtas (50 a 100 palavras) para 10 perguntas (que eles escolherão entre cerca de 20 questões), baseadas no conteúdo dado em sala de aula, nas oito primeiras semanas, e nas notas feitas durante as explicações. Cada questão vale três pontos.

Semana 9

Aula 1: O Estado do Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Keynes e a economia do bem-estar.

Aula 2: Questões relativas ao Estado do Bem-Estar Social próprias de um país (como, por exemplo, os planos quinquenais da Índia).

Semana 10

Aula 1: Globalização, privatização e liberalização: a década de 1990.

Aula 2: Globalização, privatização e liberalização: a década de 1990.

Semana 11

Aula 1: Compreendendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), focalizando a saúde, educação e paridade do poder de compra, seu cálculo, assim como uma análise de todo o país.

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 12

Aula 1: Visão geral da localização geográfica dos países, incluindo locais problemáticos e zonas de conflito ao redor do globo.

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 13

Aula 1: Visão geral sobre preocupações geográficas, tais como mudanças climáticas e energia alternativa – estudo de um país específico.

Aula 2: Preocupações com o desenvolvimento e o meio ambiente.

Semana 14

Aula 1: Preocupações com o desenvolvimento e o meio ambiente – existe um conflito de interesses entre a economia e as questões do meio ambiente?

Aula 2: Apresentação de grupo.

Semana 15

Aula 1: Debate e revisão

Aula 2: Prova de consulta com duração de uma hora. Os estudantes deverão escrever respostas curtas (50 a 100 palavras) para 10 perguntas, baseadas no conteúdo dado, em sala de aula, entre as semanas 9 e 15, e nas notas feitas durante as explicações. Cada questão vale três pontos.

Protocolos de avaliação e classificação:

Comparecimento às aulas e participação em classe: 10%

Duas provas de consulta: 30% + 30% = total 60%

Apresentação de grupo: 30%

Comentários

Este programa de disciplina foi concebido para o nível de graduação. No programa da disciplina para o mestrado, podem-se substituir as apresentações orais em grupo por aulas com formato de seminário para grupos menores (de 8 a 10 estudantes cada um), nos quais se analisariam diversos temas e especializações relacionados com o curso. Em caso de curso de diploma pré-universitário (ou pós-ensino médio) oferecido em uma instituição que não outorga diplomas de bacharelado, no lugar das exposições orais em grupo poderiam se organizar classes de tutoria que seriam úteis para esclarecer conceitos e alimentar novos debates entre os estudantes.

Contribuição de Nalini Rajan, diretora de estudos, Asian College of Journalism, Chennai, Índia.

Fundamentos do jornalismo: Conhecimentos Gerais

Nível da disciplina: Primeiro ano da graduação de quatro anos

Nesta disciplina, os estudantes devem adquirir uma visão geral da história do mundo e, em seguida, entender a história do seu próprio país ou região. Dessa forma, eles poderão compreender os processos que acabaram culminando em acontecimentos dramáticos, como a partilha da Índia, a devastadora guerra civil em Ruanda, ou o recente ressurgimento do socialismo na América Latina. A partir daí, caminhando na direção das identidades políticas, é importante abordar aspectos teóricos e práticas ligadas a gênero, raça, casta, religião, cultura e entender como o confronto entre essas identidades contribui para o desenvolvimento de uma nação.

Descrição da disciplina: A disciplina contempla o conhecimento básico da história nacional e internacional, além de uma introdução a questões sociais contemporâneas e outras de importância para jornalistas: gênero, raça, questões étnicas, religião, classe social e conflito. Os estudantes serão treinados para aplicar técnicas analíticas e críticas à cobertura jornalística sobre esses temas.

Formato: Combinação de palestras, análises de textos e duas provas com consulta.

Enfoque pedagógico: As turmas de graduação são normalmente numerosas, por isso existe um limite máximo de estudantes para que a interação entre professor e aluno, as tutorias e a apresentação de seminários sejam possíveis. As 15 semanas incluem palestras, complementadas com suporte audiovisual, como trechos de filmes/vídeos. Os estudantes devem tomar notas detalhadas das aulas. Embora seja importante discutir e esclarecer as dificuldades enfrentadas pela turma em relação a determinados conteúdos, é difícil realizar todas essas atividades em sala de aula, dado o curto período de tempo disponível. O professor, entretanto, deve ser capaz de oferecer tais oportunidades aos estudantes, sempre que possível, na forma de turmas tutoriais.

No meio do semestre, haverá uma prova com consulta, ocasião em que os estudantes trarão suas anotações para a sala de aula e responderão a questões relacionadas com o conteúdo dado em classe. Um exemplo do tipo de questão que pode ser usada em prova para uma escola de jornalismo na Índia: Quais eram as objeções dos socialistas indianos à participação dos dalits (antigos intocáveis) na Conferência Mundial sobre Racismo e Xenofobia, realizada em Durban, África do Sul, em agosto-setembro de 2001?

A prova de consulta atende a dois objetivos: tratar os estudantes como repórteres que fazem anotações extensas e reduzir as possibilidades de plágio. A cada quatro aulas, em média, um texto específico será objeto de análise de grupo (cada grupo com, no máximo, 12 alunos). Durante a análise do texto, cada grupo deve se mostrar consciente do desenvolvimento sociopolítico e econômico da atualidade na região em questão. Cada grupo receberá o texto apenas duas semanas antes da apresentação, para permitir a todos condições de igualdade na preparação da análise.

Número de horas por semana: 2 horas (semanas de 1 a 15: palestras, texto em grupo e análise de notícias em classe. Duas provas com consulta).

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou material

Os textos que podem ser substituídos por outros do próprio país estão marcados com um asterisco. Com exceção desses textos, o professor pode usar trechos de filmes como ferramenta de ensino complementar.

Para o professor:

- AHMED, Akbar S. *Postmodernism and Islam: predicament and promise*. London: Routledge, 1992.
- *AHMED, Imtiaz; GHOSH, Partha S.; REIFELD, Helmut (Coords.). *Pluralism and equality: values in Indian society and politics*. [USA]: Sage Publications, 2000.

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Rev.ed. London: Verso, 1991.
- BANTON, Michael. *Racial Theories*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- *BASU, Tapan et al. *Khaki shorts and saffron flags*. London: Orient Longman, 1993.
- BAYLY, Susan. *Caste, society and politics in India: from the eighteenth century to the modern age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (The New Cambridge History of India series).
- BHARGAVA, Rajeev (Coord.). *Secularism and its critics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BHARGAVA, Rajeev; BAGCHI, Amiya Kumar; SUDARSHAN, R. (Coord.). *Multiculturalism, liberalism and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- *CHANDRA, Bipan. *Communalism in modern India*. New Delhi: Vikas, 1984.
- *CHATTERJEE, Partha. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- *DAS, Veena; GUPTA, Dipankar; UBEROI, Patricia (Coords.). *Tradition, pluralism and identity: in honour of T.N. Madan; contributions to Indian Sociology*. [USA]: Sage Publications, 1999. (Occasional studies; 8).
- DIRKS, Nicholas. *Castes of mind: colonialism and the making of modern India*. 2.ed. [s.l.]: Permanent Black, 2002.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: the caste system and its implications*. [s.l.]: Weidenfeld and Nicolson, 1970.
- ELLIOTT, Carolyn M. *Civil society and democracy: a reader, themes in politics*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public man, private woman: women in social and political thought*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- *GANDHI, Rajmohan. *Understanding the Muslim Mind*. London: Penguin Books, 1987.
- *GOPAL, Sarvepalli (Coord.). *Anatomy of a confrontation: the Babri-masjid Ramjanmabhumi issue*. London: Penguin Books, 1991.
- GUHA, Ramachandra; PARRY, Jonathan P. (Coord.). *Institutions and inequalities: essays in honour of André Béteille*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GUPTA, Dipankar (Coord.). *Social Stratification*. 2.ed. ampl. Oxford: Oxford University Press, 1992. (Oxford in India readings in sociology and social anthropology).
- *HASAN, Zoya (Coord.). *Politics and the state in India, Readings in Indian government and politics*. [USA]: Sage Publications, 2000.
- HAWLEY, John Stratton (Coord.). *Fundamentalism and gender*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

- HUTCHINSON, John. *Modern nationalism*. [s.l.]: Fontana Press, 1994.
- *JAFFRELOT, Christophe. *The Hindu nationalist movement and Indian politics: 1925 to the 1990s*. London: Penguin, 1999.
- *KAVIRAJ, Sudipta (Coord.). *Politics in India*. Oxford: Oxford University Press, 1997. [Oxford in India readings in sociology and social anthropology].
- KEYLOR, William R. *The Twentieth Century World and Beyond: an international history since 1900*. 5.ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KYMLICKA, Will. *Liberalism, community and culture*. Ventnor, UK: Clarendon Press, 1989.
- KYMLICKA, Will. (Coord.). *The rights of minority cultures*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- *LANNOY, Richard. *The speaking tree: a study of Indian culture and society*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- *MADAN, T. N. *Modern myths, locked minds: secularism and fundamentalism in India*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- *MAHAJAN, Gurpreet. *Identities and rights: aspects of liberal democracy in India*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- MAHAJAN, Gurpreet. *The Multicultural Path: issues of diversity and discrimination in democracy*. [USA]: Sage Publications, 2002.
- MOUFFE, Chantal (Coord.). *Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community*. London: Verso, 1992.
- *NANDY, Ashis. *At the edge of psychology: essays in politics and culture*. Oxford University Press, 1990.
- OMVEDT, Gail. *Dalits and the democratic revolution: Dr. Ambedkar and the Dalit movement in colonial India*. [USA]; Sage Publications, 1994.
- PARISH, Steven M. *Hierarchy and its discontents: culture and the politics of consciousness in caste society*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- RAJAN, Nalini. *Democracy and the limits of minority rights*. [USA]; Sage Publications, 2002.
- SAID, Edward W. *Representations of the intellectual: the 1993 Reith Lectures*. New York: Vintage, 1994.
- *SINHA, Mrinalini. *Colonial masculinity: the 'manly Englishman' and the 'effeminate Bengali' in the late nineteenth century*. London: Manchester University Press, 1995.
- SIVAN, Emmanuel. *Radical Islam: medieval theology and modern politics*. Yale: Yale University Press, 1985.
- *SUNDER RAJAN, Rajeswari. *Real and imagined women: gender, culture and postcolonialism*. Abingdon: Routledge, 1993.
- *VANAIK, Achin. *Communalism contested: religion, modernity and secularization*. [s.l.]: Vistaar Publications, 1997.

Para os estudantes:

É preciso levar em consideração que cada grupo disporá de apenas duas semanas para preparar a análise de texto. Cada grupo de estudantes deve escolher um livro ou um trecho de uma obra da lista de bibliografia abaixo e fazer uma análise, considerando o desenvolvimento sociopolítico contemporâneo da região em questão. Os estudantes devem ter acesso a computadores com internet, de modo que possam obter informações complementares à leitura. O professor pode fornecer uma lista inicial de sítios da internet que pode ser aumentada pelos estudantes.

- BROWN, Judith M. *Modern India: the origins of asian democracy*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- DONGHI, Tulio Halperin. *The contemporary history of Latin America*. Duke University Press, 1993.
- DUNKERLY, James. *Rebellion in the veins: political struggle in Bolivia 1952-1982*. London: Verso, 1984.
- GALEANO, Eduardo. Open veins of Latin America: five centuries of pillage of a continent. *Monthly Review Press*, n. 25, 1997.
- GELWIN, James L. *The Modern Middle East: A History*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GILDEA, Robert. *Barricades and Borders: Europe 1800-1914*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- GRAY, Jack. *Rebellions and Revolutions: China from the 1800s to 2000*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- GUILLERMOPRIETO, Alma. *The Heart that Bleeds: Latin America now*. New York: Vintage, 1995.
- HASAN, Mushirul. *The Mushirul Hasan Omnibus: comprising nationalism and communal politics in India, 1885-1930; a nationalist conscience: M.A. Ansari: the Congress and the Raj*, Manohar Publications, 2006. (Islam in the subcontinent: muslims in a plural society).
- JONES, Maldwyn A. *The Limits of Liberty: American History 1607-1992*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KI-ZERBO, Joseph. *Histoire de l'Afrique Noire*. Paris: Librairie A. Hatier, 1978.
- LLOYD, T.O. *Empire, Welfare State, Europe: History of the United Kingdom 1906-2001*. 5.ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- PACKENHAM, Thomas. *The Scramble for Africa*. New York: Harper Perennial, 1992.
- SPEAR, Percival. *A History of India*, v. 2. London: Penguin, 1990.
- THAPAR, Romila. *History and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- THAPAR, Romila, *A History of India*, v. 1. London: Penguin, 1966.

Devido à dificuldade no acesso a certos textos, o professor pode organizar um portfólio de leituras que cobrirá o semestre e utilizá-lo como base para a elaboração de um livro de conhecimentos gerais para seu país. Esta compilação seria um recurso valioso para outros instrutores e um exercício de grande valor acadêmico para o professor. O portfólio pode ser organizado na forma de um sítio internacional na internet, com flexibilidade para substituir localmente os textos disponíveis.

Cronograma por semana, incluindo temas e material de leitura

Os textos e temas que podem ser substituídos por aqueles do próprio país ou região estão marcados com um asterisco.

Semana 1

Aula 1: Introdução à disciplina; apresentação da lista de leituras e do enfoque pedagógico e método de avaliação.

Leitura para a aula 2: excertos de Kaylor (2005).

Aula 2: Visão geral da história mundial.

Leitura para a semana 2: excertos de Kaylor (2005).

Semana 2

Aula 1: Visão geral da história mundial.

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Leitura para a semana 3: [Aula 1] Excertos de Anderson (1983), Hutchinson (1994, capítulo 1: *How modern is the nation? Fact of history or modern myth?* p. 1-38), Mahajan (2001, Capítulos 1-2, p. 1-39); [Aula 2] Excertos de Elshtain (1981).

Semana 3

Aula 1: Introdução às políticas de identidade e suas relações com a construção nacional. A discussão deve ser centrada em torno da importância de declarações locais e suas ligações com declarações globais.

Aula 2: Visão geral sobre questões de gênero, diferenciando o público do privado, e o biológico do que é construção social.

Leitura para a semana: Excertos de *Sinha (1985), e *Sunder Rajan (1993).

Semana 4

Aula 1: Questões de gênero em um país ou região, a partir de uma perspectiva pós-colonial.

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Leitura para a semana 5: Excertos de Banton (1998).

Semana 5

Aula 1: Em que consiste a ideologia da discriminação racial? Existe um fundamento científico para a discriminação racial?

Aula 2: Debate sobre o *apartheid* na África do Sul, as relações étnicas nos Estados Unidos no período pós-guerra civil e uma análise da Conferência

Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial, celebrada em Durban em 2001.

Leitura para a semana 6: Excertos de Dumont (1970, capítulo 2: *From system to structure: the pure and the impure*, p. 33-64), Lannoy (1971, 3ª parte: *The Social Structure*, p. 135-214), Gupta (1992, *Varna and caste*, de M.N. Srinivas, p. 28-34; *Caste in a South Indian village*, de André Béteille, p. 146-162; *Hierarchy, status and power: the caste system and its implications*, de Louis Dumont, p. 471-491).

Semana 6

Aula 1: O que é uma casta? Trata-se de fenômeno específico do subcontinente indiano ou de uma construção colonial?

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Leitura para a semana 7: (Aula 1) Excertos de Bayly (1999, capítulos 4-9). (Aula 2) Excertos de Guha (1999, capítulo 2: *The Brahmins and Brahminical values in modern Tamil Nadu*, p. 30-55; *Two cheers for reservation: the Satnamis and the steel plant*, de Jonathan P. Parry, p. 128-169); Hasan (2000, capítulo 11: *Changing terms of elite discourse—the case of reservation for ‘Other Backward Classes’*, de D.L. Sheth, p. 246-268); Parish (1997, capítulo 6: *The Indian untouchable’s critique of culture*, p. 172-197); Dirks (2002, 1ª parte: *The ‘invention’ of caste*, p. 1-60; 4ª parte: *Recasting India: caste, community, and politics*, p. 229-302); e Omvedt (1994, capítulos 3-4, *Emergence of the Dalit movement*, p. 59-160).

Semana 7

Aula 1: *Discussão crítica de termos como “varna”, “jati”; a figura do renunciante;

Sanscritização e kshatriyaização.

Aula 2: * A crítica de Dali ao sistema de castas e a afirmação das castas nas políticas indianas.

Leitura para a semana 8: Excertos de Bhargava (1998, capítulo 3: *Religious liberty - freedom of choice or freedom of conscience*, de Michael J. Sandel, p. 73-93; capítulo 4: *The two thresholds of laicisation*, de Jean Bauberot, p. 94-136).

Semana 8

Aula 1: Breve panorama do secularismo e da secularização na França e nos Estados Unidos.

Aula 2: Prova com consulta, com uma hora de duração. Os estudantes deverão escrever respostas curtas (50 a 100 palavras) para 10 perguntas (que eles escolherão entre cerca de 20 questões), baseadas no conteúdo dado em sala de aula, nas oito primeiras semanas e nas anotações feitas durante as explicações. Cada questão vale três pontos.

Leitura para a semana 9: Ahmed (1992, capítulo 1: *Postmodernism and Islam*, p. 1-50); *Basu et al. (1993); *Chandra (1984, capítulo 1: *What is communalism?*

p. 1-33); *Gandhi (1987, capítulo 1: *Hindus and Muslims*, p. 1-18); *Gopal (1991, *Introduction*, p. 11-21); Hawley (1994, capítulo 7: *Fundamentalism and the control of women*, de Karen McCarthy Brown, p. 175-211); *Hasan (2000, capítulo 12: *Religion and Politics in a secular state—law, community and gender*, de Zoya Hasan, p. 269-289); *Jaffrelot (1999, 1ª parte: *Three Hindu nationalist strategies*, p. 11-157); *Madan (1997); Nandy (1990, capítulo 4: *Final Encounter: The politics of the assassination of Gandhi*, p. 70-98); Rajan (2002, capítulo 3: *Freedom of conscience or of choice?* p. 77-116); Sivan (1985, capítulo 1: *The mood: doom and gloom*, p. 1-15); *Vanaik (1997, 1ª parte, capítulo 1, *Introduction*; capítulo 2, *Reflections on communalism and nationalism in India*, p. 3-62).

Semana 9

Aula 1: Compreender o secularismo no contexto das culturas tradicionais do mundo em desenvolvimento.

Aula 2: A interface entre religião, secularismo e gênero.

Leitura para a semana 10: Excertos de Kymlicka (1995); Bhargava (1999); Mahajan, (2002, capítulo 1: *Introduction—beyond pluralism, towards multiculturalism*, p. 11-22; capítulo 3: *Valuing diversity, preserving minority cultures*, p. 53-84).

Semana 10

Aula 1: O que é multiculturalismo e em que ele difere do pluralismo?

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Leitura para a semana 11: Excertos de Kymlicka (1995), Bhargava (1999); Mahajan (2002, capítulo 5, *Feminism and multiculturalism*, p. 123-145; capítulo 6, *The limits of multiculturalism*, p. 146-165).

Semana 11

Aula 1: Compreendendo o multiculturalismo no mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Aula 2: Feminismo e multiculturalismo: são eles compatíveis?

Leitura para a semana 12: Excertos de *Chatterjee (1994).

Semana 12

Aula 1: A construção nacional no contexto das declarações locais e mundiais. O Estado-nação está desaparecendo?

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Leitura para a semana 13: [Aula 1] Excertos de Elliott (2003, capítulo 2, *Modes of civil society*, de Charles Taylor, p. 43-62; capítulo 3, *The idea of civil society—a path to social reconstruction*, de Michael Walzer, p. 63-82; capítulo 4, *Rethinking the public sphere—a contribution to the critique of actually existing democracy*, de Nancy Fraser, p. 83-105); Mouffe (1992, capítulo 3, *Context is all: feminism and theories of citizenship*, p. 63-85).

(Aula 2) Excertos de *Kaviraj (1997, 1ª parte, capítulo 4, *The nation and its outcasts*, de Partha Chatterjee, p. 94-118; 7ª parte, capítulo 2, *Crisis of governability*, de Atul Kohli, p. 383-395).

Semana 13

Aula 1: Estado, sociedade civil e nacionalismo.

Aula 2: Contexto de um país ou região: Estado, sociedade civil e nacionalismo.

Leitura para a semana 14: Todos os seis capítulos de Edward Said (1994).

Semana 14

Aula 1: Debate em torno da função e da responsabilidade do jornalista graduado.

Aula 2: Análise em grupo do texto selecionado.

Semana 15

Aula 1: Debate e aula de revisão.

Aula 2: Prova com consulta, com uma hora de duração. Os estudantes deverão escrever respostas curtas (50 a 100 palavras) para 10 perguntas (que eles escolherão entre cerca de 20 questões), baseadas no conteúdo dado em sala de aula entre as semanas de 9-15 e nas anotações feitas durante as explicações. Cada questão vale três pontos.

Protocolos de avaliação e classificação:

Comparecimento às aulas e participação em classe: 10%

Duas provas de consulta: 30% + 30% = total 60%

Apresentação de grupo: 30%

Comentários

Este programa de disciplina foi concebido para o nível de graduação. No programa da disciplina para o mestrado, as apresentações orais em grupo podem ser substituídas por aulas em formato de seminário para grupos menores (de 8 a 10 estudantes cada), nos quais se analisariam diversos temas e especializações relacionados com o curso. Em caso de curso com diploma pré-universitário (ou pós-ensino médio), as aulas de análise de textos poderiam ser substituídas por uma avaliação semanal de conhecimentos gerais e notícias, que contaria para a obtenção de créditos na matéria. A cada semana, as perguntas versariam sobre as notícias daquele período (e as informações de conhecimento geral que essas notícias pressupõem ou agregam). Outra possibilidade seria determinar para cada estudante ou grupo um periódico *on-line* de local diverso. O professor encontraria uma forma para que os estudantes compartilhassem entre eles os conhecimentos adquiridos.

Contribuição de Nalini Rajan, diretora de estudos, Asian College of Journalism, Chennai, Índia.

Apuração e redação (Módulo 1): Fundamentos da notícia e da reportagem

Nível da disciplina: Bacharelado, primeiro ano do programa de três anos e segundo ano do programa de quatro anos da graduação.

Descrição da disciplina: Está centrada no desenvolvimento de habilidades que introduzam os estudantes aos fundamentos da cobertura jornalística e da redação de notícias. O principal objetivo é ajudar os alunos a desenvolver um estilo de redação claro e conciso e alimentar a paixão pela cobertura jornalística rigorosa e precisa. O conteúdo está organizado para reforçar o profissionalismo e a autoconfiança no desempenho da função.

Muitas tarefas deverão ser cumpridas fora do horário e do ambiente da sala de aula: os estudantes deverão agir como repórteres que escrevem para uma publicação. Como em qualquer veículo de comunicação, os alunos estarão subordinados a um editor – neste caso, ao professor – que os orientará durante o processo de apuração e redação e avaliará os trabalhos, destacando os pontos fortes, fracos e as possibilidades de progresso.

Objetivo final: Trabalhar com os alunos o mais próximo possível do mundo real do jornalismo, no qual eles farão coberturas e escreverão com *deadline* preciso, assim como vivenciarão o processo de edição com o professor da disciplina.

Formato: Palestras, debates, exercícios em pequenos grupos e trabalho de campo.

Enfoque pedagógico: Três aspectos devem ser considerados no momento de decidir como implementar esta disciplina:

- (1) uma forte interação entre professor e aluno é essencial durante as tarefas de apuração e redação. As turmas devem ter em torno de 20 estudantes, se possível. A disciplina pode ser redesenhada para acomodar um número maior de estudantes, com menor ênfase nas etapas de edição e treinamento.
- (2) O acesso às tecnologias de informação e comunicação deve ser considerado na composição da disciplina. Se o curso é oferecido em país com ótimo acesso às tecnologias, pode-se enfatizar o uso da internet como ferramenta de apuração jornalística.
- (3) Melvin Mencher oferece uma sequência excelente que pode ser usada para estruturar a primeira aula de apuração e redação. Mencher, ou qualquer outro autor da bibliografia para os professores, deve ser completado com referências e exemplos locais sempre que possível. Algumas das apostilas deste programa de disciplina, tais como o processo analítico, podem ser traduzidas. Os professores são encorajados a ajudar os estudantes a conhecer

o ambiente de mídia local, incluindo visitas às redações de jornais e estações de rádio e TV para que eles comecem a construir uma rede de contato com os jornalistas locais.

Número de horas por semana: 4 horas (2h – aulas, discussão e exercícios em classe em pequenos grupos; 2h – trabalho de campo que inclui apuração, redação, edição e revisões/alterações).

Bibliografia obrigatória e recomendada

Para o professor:

- BIAGI, Shirley. *Interviews that Work: a practical guide for journalists*. 2.ed. [s.l.]: Wadsworth Publishing, 1992.
- DEDMAN, Bill. *Power Reporting*. Disponível em: <<http://powerreporting.com>>. (Recursos didáticos e exercícios de reportagem assistida por computador e edição).
- FRIEDLANDER, Edward Jay; LEE, John. *Feature Writing for Newspapers and Magazines*. 4.ed. London: Longman, 2000.
- MENCHER, Melvin. *News Reporting and Writing*. 10.ed. New York: McGraw-Hill, 2006
- PILGER, John. *Tell Me No Lies: investigative journalism that changed the world*. [s.l.]: Thunder Mouth's Press, 2005.
- RICH, Carol. *Writing and Reporting News*. 5.ed. [s.l.]: Thomson Publishing, 2007.

Para os estudantes:

Capítulos do livro de Mencher (2006) e outras leituras listadas abaixo para aulas específicas.

Equipamento: É altamente recomendado ter acesso a computadores com internet.

Cronograma de aulas

Semana 1

Introdução à disciplina.

Discussão: Por que você quer estudar jornalismo? Quando você se interessou pela profissão pela primeira vez? Em sua situação atual, que função você acredita que desempenhará como jornalista? (Esta pergunta pode conduzir a um debate sobre como os estudantes avaliam o comportamento dos meios de comunicação em seu país).

Leituras para a semana 2: Capítulos 1 e 2 de Mencher.

Semana 2

Palestra: A função dos meios de comunicação em uma democracia, com ênfase na importância dos jornalistas graduados e comprometidos a servir como ponte entre governos e a população.

Exercício sobre a missão essencial do jornalismo: quais são os princípios da profissão?

Palestra/debate no final desta aula: O que é notícia?

Exercício a começar na semana 3: Leia um jornal local e faça uma lista das notícias de primeira página. Em sua opinião, são notícias equilibradas e justas? Por que ou por que não? Escutar uma emissora de rádio ou assistir à televisão local. Anotar as principais notícias do dia e realizar o mesmo exercício.

Leituras para a semana 3: Capítulos 3 e 16 de Mencher.

Semana 3

Palestra: Fundamentos da apuração e da redação de notícias.

Exercício em grupos pequenos: Debate sobre as notícias extraídas dos meios de comunicação locais.

Palestra/sessão prática: O professor dará orientações sobre a cobertura jornalística de uma reunião, um discurso e uma coletiva de imprensa, seguidas de um exercício de redação. Os estudantes receberão informações básicas sobre um discurso e uma reunião na comunidade e deverão escrever um *lead*.

Exercício para a semana 4: Cobertura jornalística de um discurso ou reunião que acontecerá no *campus* universitário ou na comunidade local. Os estudantes devem receber orientações impressas indicando a extensão dos textos e o prazo para entrega.

Leituras para a semana 4: Capítulo 5, *The Lead and Inverted Pyramid*, de Mencher.

Semana 4

Palestra: Estratégias de apuração e redação.

Os estudantes entregarão os textos sobre o discurso ou reunião e o professor fará comentários sobre os mesmos.

Exercícios de classe: Os estudantes receberão o *lead* de uma notícia e deverão identificar as perguntas básicas. Eles compartilharão as respostas essenciais e refletirão: "O que faz um bom *lead*?"

Exercício para a semana 5: Durante a aula, o professor simulará uma entrevista coletiva sobre tema relevante, percorrendo com os estudantes o processo de preparação e de apuração. Os estudantes deverão comparecer a uma reunião ou discurso no *campus* ou na comunidade.

Leituras para a semana 5: Mencher, Capítulos 6 e 15.

Semana 5

Palestra: Fazendo o que é certo: a paixão pela precisão.

O professor deve propor um exercício sobre o processo de análise da notícia, com o apoio de uma apostila fotocopiada. Os alunos receberão uma notícia e deverão analisar o *lead*, os gráficos, as passagens e o uso de citações. Depois do exercício se seguirá um debate.

Exercício para a semana 6, dividido em duas partes:

- 1) Separar cinco *leads* de notícias de diferentes jornais. Aplicando o processo de análise, identificar quais perguntas do *lead* são respondidas (por exemplo: quem, o quê). 2) Recortar uma reportagem de periódico ou revista local. Recorrer ao processo de análise para responder à pergunta: quais são os pontos fortes e fracos desta notícia?
- 2) Identificar uma notícia no *campus* universitário e acompanhá-la durante cinco dias. O assunto deve atender aos critérios do que é notícia e ser de interesse geral dos estudantes.

Leituras para a semana 6: Capítulo 7 de Mencher.

Semana 6

Palestra: A importância das estratégias de redação e de narração.

O debate deve estar centrado no exercício para a semana 6 e ilustrará os pontos apresentados em aula.

Palestra/debate: Redação de perfis. Os estudantes trabalharão em duplas e entrevistarão uns aos outros, seguindo as instruções para a redação de um bom perfil pessoal. Eles deverão guardar uma cópia das perguntas e praticar anotações e busca temática.

Exercício para a semana 7: Os estudantes irão redigir um texto sobre os seus entrevistados e o apresentarão para o resto da turma na semana seguinte.

Os textos devem se concentrar em mostrar e não apenas relatar.

Segundo exercício para a semana 7: Redigir notícias baseadas em informações obtidas com a polícia e outras fontes locais. Encontrar as principais fontes de notícias sobre delinquência.

Leituras para a semana 7: Capítulo 8, Features, Long Stories and Features, de Mencher.

Semana 7

Palestra: Anatomia da reportagem e continuação das técnicas narrativas.

Discussão: Os estudantes irão compartilhar os textos escritos sobre os colegas de classe e trabalharão o processo de análise, abordando o *lead* das notícias, os gráficos, as passagens e o uso de citações. O professor deve, em seguida, analisar as notícias escritas pelos alunos e seguir o mesmo processo.

Palestra: Estratégias de redação que funcionam. Os estudantes irão exercitar o uso dessas estratégias.

Exercício para a semana 8: Seguir os passos da apostila “Como escrever um perfil”, com base em alguém da família ou da vizinhança do estudante.

Leituras para a semana 8: “Writing the Newspaper Feature Story” e “The Specialized Feature Story”, de Edward Friedlander e John Lee.

Semana 8

Palestra: Semelhanças e diferenças entre reportagens de jornal e de revista.
Exercício: analisar duas reportagens de revista usando o processo de análise.
Parte 2 do exercício: compartilhar as entrevistas/histórias escritas sobre alguém da família ou vizinhos.

Exercício para a semana 9: Apuração e redação de um perfil relacionado a assunto de interesse do *campus* ou da comunidade. O professor precisa autorizar a sugestão do estudante.

Leituras para a semana 9: Revisão dos Capítulos 12 e 15 de Mencher.

Semana 9

Palestra: A busca pela informação e os primeiros passos na seleção de notícias.

Debate sobre a redação dos perfis: Pontos fortes e fracos, o que teriam feito de modo diferente. É a oportunidade de checar a definição elementar do que é notícia.

Exercício em pequenos grupos: Mapear/delinear uma notícia complexa.

Os estudantes devem elaborar uma lista dos acontecimentos mais importantes no *campus* universitário e na comunidade. Em seguida devem se separar em grupos e escolher um assunto para analisar.

Exercício para a semana 10: Escolher uma entre as sugestões de notícias da lista elaborada pela turma e iniciar a pesquisa/apuração sobre a mesma.

Esta atividade será preparatória para a tarefa com notícias de fatos atuais.

Leituras para a semana 10: Capítulos 11 e 14 de Mencher.

Semana 10

Palestra: Construção e uso de dados contextuais e a localização de fontes.

Exercício em pequenos grupos: Propor temas para a tarefa sobre notícias de fatos atuais.

Exercício para a semana 11: Trabalhar nas etapas iniciais da notícia sobre fato atual.

Leituras para a semana 11: Capítulos 18, 20 e 21 de Mencher.

Semana 11

Palestra: Cobrindo o cotidiano de uma comunidade.

Exercício e discussão: Os estudantes escreverão sobre um acidente, um obituário e sobre um boletim policial em sala de aula. Durante a semana, os estudantes irão selecionar entre 6 e 8 notícias dos jornais locais sobre acidentes, mortes e crimes e trazer para debate em sala de aula.

Leitura para semana 12: Mencher, Capítulo 25.

Semana 12

Palestra: Liberdade de imprensa e a lei.

Debate sobre a mídia do país e o grau de precisão e veracidade, na visão dos

estudantes, do jornalismo praticado. O debate deve incluir avaliações externas de especialistas de mídia sobre a prática do jornalismo, como Freedom House e outros.

Tarefas para a semana 13: Continuação do trabalho de apuração de notícias sobre fatos atuais, com relatos ao professor sobre o exercício.

Leituras para a semana: Capítulo 26 de Mencher.

Semana 13

Palestra: Gosto – como definir o mais apropriado.

Discussão: O professor exibirá um vídeo que trate dos vários aspectos relacionados a estereótipos, à criação de mitos pela mídia, à obscenidade e as imagens gráficas. Os estudantes deverão debater o significado de padrões e regras para jornalistas.

Exercício para a semana 14: Finalizar a notícia sobre fato atual para ser entregue no início da próxima aula.

Segundo exercício para a semana 14: Visitar sítios na internet indicados pelo professor e localizar pelo menos três códigos de ética para jornalistas. Como exercício em sala de aula, formar grupos que irão ligar para veículos da mídia local para checar se dispõem de códigos de ética para os seus jornalistas.

Leituras para a semana 14: Capítulo 27 de Mencher.

Semana 14

Palestra: Princípios éticos no jornalismo.

Entrega das notícias sobre fatos atuais e debate em torno do processo de apuração e redação.

Exercício: Os estudantes irão trabalhar em grupos e compartilhar as informações obtidas junto aos meios de comunicação locais sobre os códigos de ética.

Usarão esse material para criar o que acreditam ser um modelo de código de ética.

Leituras e exercícios para a semana 15: Visitar o sítio do Poynter Institute sobre tomadas de decisões que envolvam a ética jornalística.

Semana 15

Palestra: Mídia e diversidade: caminhando em campos minados éticos

Exercício em pequenos grupos: Os alunos receberão estudos de caso para que os analisem empregando três modelos de tomada de decisão que envolvam a ética jornalística. A apostila será produzida com base nesses modelos.

Atividade final: Compartilhar o sucesso obtido no processo de apuração da notícia e redação dos textos ao longo das semanas.

Protocolo de avaliação e classificação:

Comparecimento às aulas e participação em classe: 30%

Notícias sobre discursos, coletivas de imprensa e reuniões: 20%

Notícias: 20%. Cada estudante deve escrever seis notícias.

Perfis, notícias sobre temas atuais e revisão: 30%

Comentários

Este programa foi elaborado para cursos de graduação. Em um programa de mestrado, as atividades elementares de apuração e leituras se concentrariam em um período mais curto, e seria exigido dos estudantes de pós-graduação a produção de um trabalho aprofundado de investigação, além da apuração de notícias sobre fatos atuais. Dessa forma, os alunos teriam um tempo maior para se dedicar às etapas do processo investigativo.

Contribuição de Sherry Ricchiardi, doutora, professora, Indiana University.

Apuração e redação (módulo 2): Jornalismo em profundidade

Nível da disciplina: Bacharelado

Descrição da disciplina: Esta disciplina com um ano (ou 30 semanas de aulas) de duração foi criada para aperfeiçoar a capacidade dos estudantes de informar e redigir textos com maior profundidade. Os estudantes irão desenvolver recursos próprios de pensamento crítico para conceituar, construir e redigir notícias. Os alunos aprenderão técnicas avançadas de entrevista e métodos de pesquisa e de interpretação de estudos e questionários. Eles aprenderão também a acessar e analisar acervos públicos, bem como organizar e gerenciar bancos de dados. A disciplina irá focar na análise e na prática de relato complexo, com o emprego de técnicas narrativas. Inclui uma introdução à cobertura jornalística de calamidades.

Formato: Uma combinação de palestras, debates, seminários, uso de laboratório de informática, trabalho de campo e tarefas individuais.

Enfoque pedagógico: A disciplina combinará salas de aulas e bastante trabalho de campo. Serão no máximo 16 alunos por classe.

Números de horas por semana: Quatro horas (duas aulas de duas horas por semana).

Textos:

- BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. *All the President's Men*. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BRADY, John Joseph. *The Interviewer's Handbook: a guerilla guide; techniques & tactics for reporters & writers*. Waukesha, WI: Kalmbach, 2004.

- FRIEDLANDER, Edward Jay; LEE, John. *Feature Writing for Newspapers and Magazines*. 5.ed. New York: Longman, 2004.
- HOUSTON, Brant; BRUZZESE, Len; WEINBERG, Steve. *The Investigative Reporter's Handbook: a guide to documents, databases and techniques*. 4.ed. Boston: Bedford/St. Martin's, 2002.
- HOUSTON, Brant. *Computer-Assisted Reporting: a practical guide*. 3.ed. Boston: Bedford/St. Martin's, 2004.
- HUCKERBY, Martin. *The Net for Journalists: a practical guide to the internet for journalists in developing countries*. Paris: UNESCO, Thomson Foundation, Commonwealth Broadcasting Association, 2005.
- IORIO, Sharon (Coord.). *Qualitative Research in Journalism: taking it to the streets*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2004.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *The Elements of Journalism: what newspeople should know and the public should expect*. New York: Three Rivers Press, 2001.
- LUECHTEFELED, Lori. *Interviewing the Interviewers*. [s.l.]: Investigative Reporters and Editors, 2004.
- MENCHER, Melvin. *News Reporting and Writing*. 10.ed. Boston: McGraw Hill, 2006.
- MEYER, Philip. *Precision Journalism: a reporter's introduction to Social Science methods*. 4.ed. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2002.
- PROTESS, David et al. *The Journalism of Outrage: investigative reporting and agenda building in America*. New York: Guilford Press, 2005.
- RICH, Carole. *Writing and Reporting News: a coaching method*. Belmont, CA: Wadsworth, 2006.
- ROSENSTIEL, Tom; MITCHELL, Amy (Coords.). *Thinking Clearly: cases in journalistic decision-making*. New York: Columbia University Press, 2003.
- Um manual de estilo jornalístico.

Material complementar e sítios úteis:

- ADAM, G. Stuart; CLARK, Roy Peter. *Journalism: the democratic craft*. New York: Oxford University Press, 2006.
- BOYNTON, Robert. *The New, New Journalism: conversations with America's best non-fiction writers*. New York: Vintage, 2005.
- CLARK, Roy Peter. *Writing Tools: 50 essential strategies for every writer*. Boston: Little, Brown & Co., 2006.
- CENTER FOR INVESTIGATIVE REPORTING. Disponível em: <<http://www.muckraker.org>>.
- INVESTIGATIVE REPORTERS AND EDITORS. Disponível em: <<http://www.ire.org>>.
- JOURNALISM.ORG. *Journalism Tools*. Disponível em: <http://www.journalism.org/resources/j_tools>.

- NEWS UNIVERSITY. Disponível em: <<http://www.newsu.org>>.
- NIEMAN PROGRAM ON NARRATIVE JOURNALISM. Disponível em: <<http://www.nieman.harvard.edu/narrative/>>.
- POYNTER INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.poynter.org>>.
- PRÊMIOS PULITZER. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org>>.

Equipamento: Computadores com acesso à internet.

Cronograma de aulas

Primeiro semestre:

Semana 1

1. Introdução à disciplina; discussão das leituras e tarefas

Revisão do Módulo 1

Leitura para a próxima aula: Mencher (2006, Capítulo 11, *Digging for information*)

2. Palestra: Níveis de cobertura jornalística

Leitura para a próxima aula. Quatro textos de jornais locais: uma notícia baseada em *release*, uma reportagem, uma reportagem investigativa e um texto explicativo.

Semana 2

1. Níveis de cobertura jornalística

Tarefa: Os estudantes selecionarão e analisarão três notícias de jornal ou revista, cada uma exemplificando um tipo de cobertura jornalística. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Kovach e Rosenstiel (2001, Capítulo 4, *Journalism of Verification*; Capítulo 6, *Monitor Power and Offer Voice to the Voiceless*).

Houston et al. (2002, *Prefácio*).

2. Palestra: Reportagem investigativa/em profundidade (definições e importância em uma democracia)

Leituras para a próxima aula:

Houston e outros (2002, *Introduction: Paper Trails and People Trails: An Overview*).

Dados biográficos do professor convidado e textos que serão abordados por ele na próxima aula.

Começar a ler para a próxima semana 3: *All the President's Men*, de Bernstein e Woodward (1974).

Semana 3

1. Seminário: O que envolve a apuração em profundidade? (Convidado)
Tarefa: Os alunos deverão redigir um texto crítico sobre a palestra e sobre os artigos de autoria do professor convidado. Entregar na próxima aula.
Leituras para a próxima aula:
Mencher (2006, capítulo 13, *Building and Using Background*; capítulo 14, *Finding, Cultivating and Using Sources*).
2. Palestra: Identificando contextos e fontes de informação.

Semana 4

1. Exibição de filme: "Todos os homens do presidente"
Tarefa: Os estudantes devem redigir um texto crítico sobre o livro e o filme. Entregar na aula seguinte.
Leituras para a próxima aula:
Brady (2004 capítulo 4, *The Care and Handling of Sources*; capítulo 5, *Backgrounding*).
Luechtefeld (2004, parte 6, *Finding and Cultivating Sources*).
Houston et al. (2002, capítulo 5, *People Trails: Finding and Interviewing Sources*).
2. Palestra: Localizando e entrevistando fontes
Tarefa: Os estudantes devem selecionar duas pessoas cujas trajetórias considerem merecedoras de perfil ou estudo e explicar os motivos por escrito. Entregar na próxima aula.
Leituras para a próxima aula:
Mencher (2006 capítulo 15, *Interviewing Principles and Practices*).
The Best Questions, de Brady (2004, capítulo 7, *Just Asking*; capítulo 8, *Asking the Tough Question*; capítulo 22).

Semana 5

1. Palestra: Perguntas relevantes em entrevistas
Discussão: Os estudantes devem falar sobre as personalidades que elegeram como merecedoras de um perfil. Cada aluno receberá aleatoriamente um nome para redigir um perfil em profundidade, seja como notícia para jornal ou artigo para revista. O texto deve ter entre 1.500 e 2.000 palavras, usando como base entrevistas com o indicado e outras duas pessoas, registros públicos e informação *on-line*. O perfil deve ser entregue na primeira aula da semana 11.
Tarefa: Os estudantes devem começar a levantar informações preliminares para o perfil e entregarão um documento de duas páginas, na segunda aula da próxima semana, explicando o objeto do texto, a estratégia para obter informações e os possíveis problemas que encontrarão. O documento deve incluir, também, no mínimo 10 questões que serão feitas sobre o objeto do perfil.
Leituras para a próxima aula:

Brady (2004, capítulo 14, *Getting the Good Quote*; capítulo 15, *Off the Record*; capítulo 16, *Liar, Liar, Interviews Afire*; capítulo 17, *The Problem with PR*).
Luechtefeld (2004, parte 1, *Dealing with Sensitive Issues*; parte 5, *Nailing the Technical Interview*).

2. Palestra: Conseguindo o máximo das entrevistas

Leituras para a próxima aula:

Leitura(s) similar(es) à do capítulo 2, *Primary Documents: Obtaining the Best Evidence*, em Houston et al. (2002).

MENDEL; TOBY. *Liberdade de informação: um estudo de direito comparado*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf>.

BANISAR; DAVID. *Freedom of Information Around the World 2006: a global survey of access to government records laws*. Disponível em: <http://www.freedominfo.org/documents/global_survey2006.pdf>.

Um ou dois artigos de fundo que utilizem uma ampla variedade de registros públicos.

Semana 6

1. Palestra: Documentos em acervos públicos

Tarefa: (1) Os estudantes devem acessar acervos públicos de uma instituição governamental e explicar como os registros podem ser usados na organização de uma reportagem em profundidade. Entregar na segunda aula da próxima semana.

Leitura para a próxima aula:

Mencher (2006 capítulo 12, *Making Sound Observations*).

2. Trabalho de campo em um hospital público ou em evento interessante onde os estudantes poderão observar – sem incomodar – as atividades do local.

Tarefa: Os alunos irão registrar suas observações, sem esquecer o contexto. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Houston (2003 capítulo 2, *Online Resources: Researching and Finding Data on the Internet*; capítulo 7, *Specialised Search*; capítulo 8, *Deeper Searching*);

Huckerby (2005, capítulo 12, *Checking on What You Find*).

Semana 7

1. Recursos *on-line*

Exercício em sala de aula: Os estudantes devem baixar dados oficiais de sítios governamentais na web, bem como encontrar sítios úteis para o projeto de redação do perfil.

Leituras para a próxima aula:

Huckerby (2005, capítulo 9, *News*; capítulo 11, *Reference Tools*; capítulo 18,

Blogs; capítulo 19, *Multimedia*; capítulo 20, *Internet Phones and Email*; capítulo 23, *Security*).

2. Palestra e exercício em sala de aula: Recursos *on-line*.

Tarefa: Os estudantes escreverão um relatório sobre o progresso do trabalho sobre o perfil. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Mencher (2006, capítulo 8, *Features, Long Stories and Series*).

Friedlander et al. (2003, capítulo 6, *Writing the Newspaper Feature Story*; capítulo 7, *Writing the Specialized Feature Story*).

Dois textos (um perfil e uma reportagem).

Semana 8

Palestra: A grande reportagem

Tarefa: Os estudantes devem reescrever uma notícia factual, transformando-a em uma reportagem aprofundada. Deve ser entregue na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Rich (2006, capítulo 26, *Profiles*).

Biografias e perfis escritos pelo convidado da próxima aula.

2. Seminário: Redação de perfis e outras grandes reportagens (convidado).

Tarefa: 1) Os estudantes devem escrever uma reportagem sobre o convidado, baseada em sua palestra, em artigos e em trabalho de documentação complementar. Deve ser entregue na próxima aula.

Leituras para próxima aula:

ARMOUR; STEPHANIE. *Brainstorming, Good Files Help Identify Trend Stories*. 2000. Disponível em:

<<http://www.gannett.com/go/newswatch/2000/july/nw0721-1.htm>>.

Exemplos de desenvolvimento de notícias.

Semana 9

1. Palestra: Desenvolvimento da notícia

Tarefa: (1) Os estudantes receberão, para ler e revisar, uma cópia não corrigida da reportagem escrita por um colega de classe sobre o convidado da semana anterior. (2) Os estudantes devem entregar um texto contendo duas ideias de desenvolvimento da notícia. Essa notícia deve ter entre 2.000 e 2.500 palavras e ser acompanhada por gráficos. A entrega fica marcada para a segunda aula da semana 15. Os exercícios 1 e 2 são para a próxima aula.

Mencher (2006 capítulo 4: *Mathematics for the Reporter; Basic Calculations; Means, Modes and Medians; Analyzing Averages; Personalizing Numbers, More on Math*).

Meyer (2002 capítulo 3: *Some Elements of Data Analysis*).

2. Palestra: Matemática para jornalistas

Exercício em classe: Os estudantes fazem um teste de proficiência em matemática.

Tarefa: Os estudantes devem trabalhar na revisão da reportagem corrigida pelos colegas de aula para entregar ao professor a versão revisada e a original. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Houston (2004, capítulo 10, *Doing the Computer-Assisted Reporting Story*).

Organização de notícias em profundidade por meio de apuração assistida por computador.

Semana 10

1. Palestra: Reportagem assistida por computador

Tarefa: Os estudantes devem iniciar pesquisas em bancos de dados e estatísticas que usarão no desenvolvimento da notícia. Redigir um relatório sobre os progressos na apuração e identificar as próximas etapas. Entregar na segunda aula da semana¹².

Leitura para a próxima aula:

Houston (2004 capítulos 3-4, *Spreadsheets*, partes 1-2).

2. Orientação final sobre redação de perfil.

Semana 11

1. Palestra: Tabelas para jornalistas

Exercício em sala de aula (laboratório de informática): os alunos farão exercícios com tabelas. [2] Os estudantes receberão uma cópia não corrigida do perfil escrito por um colega para ler e corrigir.

Tarefa: Os alunos deverão revisar o perfil e entregá-lo ao professor, juntamente com o texto original. Para a próxima aula.

Leitura para a próxima aula:

Houston (2004 capítulos 5-6, *Database Managers*, partes 1-2).

2. Palestra: Gerenciamento de banco de dados para jornalistas

Exercício em sala de aula (laboratório de informática): Estudantes fazem exercício de gerenciamento de banco de dados.

Leituras para a próxima aula:

Houston (2004 capítulo 7, *Getting Data Not on the Internet*; capítulo 8, *Building Your Own Database* ; capítulo 9, *Dirty Data*).

Semana 12

Palestra: Construindo um banco de dados

Exercício em classe: Estudantes fazem exercícios de construção de banco de dados.

Leituras para a próxima aula:

Rich (2006 capítulo 12: *Wall Street Journal Formula e Section Technique*).
Artigos locais que usam a fórmula e a técnica de editorias do Wall Street Journal.

2. Palestra: Outras técnicas narrativas

Tarefa: Os estudantes escrevem um texto sobre como a fórmula e a técnica de editorias do Wall Street Journal podem ser aplicadas no desenvolvimento da sua notícia.

Leituras para a próxima aula:

Rich (2006 capítulo 14, *Storytelling and Feature Techniques*).

KRAMER; MARK. What is Narrative Journalism?. Disponível em:
<http://www.nieman.harvard.edu/narrative/what_is.html>.

Outros materiais de leitura e exemplos extraídos do Nieman Program on Narrative Journalism. Disponível em:

<<http://www.nieman.harvard.edu/narrative/>>.

Artigos da mídia local que empregam técnicas narrativas.

Semana 13

1. Palestra: Como construir narrativas

Tarefa: Os estudantes escrevem um texto curto, baseado em uma cena, personagem ou ação que tenham encontrado no desenvolvimento da sua notícia. O texto deverá ser enviado para o professor, por correio eletrônico, dois dias antes da próxima aula. O professor entregará os textos ao palestrante da próxima aula, que irá avaliá-los.

Leituras para a próxima aula:

Dados biográficos e textos do palestrante convidado.

2. Seminário: A prática do jornalismo de narrativa (palestrante convidado).

Tarefa: Os estudantes devem revisar os textos com base nos comentários feitos pelo palestrante convidado. Entregar na aula seguinte.

Leituras para a próxima aula:

Rich (2006 capítulo 24, *Disasters and Tragedy*).

Notícias do primeiro dia, notícias subsequentes e matérias em profundidade sobre uma calamidade que tenha atingido o local em que moram os estudantes.

Semana 14

1. Palestra: Apuração de calamidades

Tarefa: Os estudantes devem planejar o tipo de cobertura (conjunto de notícias) de um desastre natural que pode atingir sua comunidade. Para entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Informações sobre a agência governamental que lida com calamidades e sobre o seu representante, que será o palestrante convidado da próxima aula. Dados biográficos e artigos de um jornalista que tenha feito a cobertura jornalística de um ou mais desastres.

2. Seminário: Quando ocorre uma calamidade (palestrantes convidados)
Exercício em classe: Os estudantes simularão a cobertura de uma calamidade em tempo real.

Semana 15

1. Orientações finais.

2. Debate: Os estudantes destacam pontos no desenvolvimento da sua notícia e debatem a experiência de apuração e redação da notícia. Final do primeiro semestre.

Segundo semestre:

Semana 1

1. Introdução à segunda parte da disciplina. Discussão da lista de autores e de tarefas. Revisão do primeiro semestre.

Leituras para a próxima aula:

Protest (2005 capítulo 1, *The Quest for Reform*; capítulo 2, *The Investigative Tradition*).

Leitura(s) sobre a situação do jornalismo investigativo no país ou na região.

2. Palestra: Por que o jornalismo investigativo interessa.

Tarefa: Os estudantes escrevem uma análise sobre o “alto impacto” de uma reportagem investigativa. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Uma reportagem investigativa de grande repercussão.

Exemplos de duas ou três investigações em diferentes setores.

Semana 2

1. Palestra: O que os jornalistas podem investigar

Debate: Os estudantes debaterão o trabalho de investigação que vão realizar neste semestre: uma reportagem investigativa de duas ou três partes (cada uma delas entre 1.000 e 1.500 palavras) acompanhadas de um boxe de 300 a 400 palavras com informação complementar, gráfico(s) e fotografia(s).

A primeira versão deve ser entregue na primeira aula de semana 12.

A versão final deve ser entregue na segunda aula da semana 14.

Tarefa: Os estudantes escolhem uma ideia original para o seu trabalho de investigação e escrevem resumo de uma página explicando por que o tema deve ser tratado, os principais ângulos de abordagem e os possíveis efeitos que a reportagem pode causar na comunidade, se for publicada. Entregar na próxima aula.

Leitura para auxiliar os estudantes na escolha de um tema de investigação: Reler a introdução de Houston et al. (2002, *Paper Trails and People Trails: An Overview*).

2. Palestra: O que os jornalistas podem investigar (continuação).

Tarefa: (1) Os estudantes que tiverem a ideia para a reportagem aprovada podem começar a redigir um projeto detalhado da matéria, que deve ser entregue na primeira aula da semana 4.

(2) Os estudantes cuja ideia não tenha sido aprovada devem elaborar um texto sugerindo outro tema. Deve ser entregue na próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Protesse (2005 capítulo 9, *Building the Investigative Agenda*).

Semana 3

1. Palestra: Organizando a investigação

Debate: Os estudantes avaliam novos campos para a reportagem investigativa.

Tarefa: Os estudantes iniciam/continuam a redação dos projetos detalhados de apuração, que devem estar prontos na primeira aula da semana 4. Leituras para a próxima aula:

Luechtefeld (2004 parte 2, *Cross-cultural Interviewing*; parte 3, *Confrontational Interviews*; parte 4, *Interviewing Whistleblowers*).

2. Palestra: Situações difíceis durante entrevistas

Semana 4

Debate: Os alunos apresentam o projeto de reportagem e recebem *feedback*.

Tarefa: Os estudantes devem apresentar atualizações semanais do avanço dos seus trabalhos investigativos a serem entregues em todas as primeiras aulas, a partir da semana 5.

Leituras para a próxima aula:

Compilação ou resumo de legislação de mídia pertinente.

Artigos sobre ações legais da parte de jornalistas ou contra eles.

Dados biográficos do convidado da próxima aula.

2. Seminário: Questões legais que envolvem o jornalismo investigativo (palestrante convidado).

Tarefa: Os estudantes devem incluir em seu relato semanal os problemas legais que podem surgir durante a investigação.

Leituras para a próxima aula:

Houston e outros (2002 capítulo 23, *The Ethics and Accuracy of Investigative Journalism*).

Rosenstiel et al. (2003, capítulo 6, *Watergate*).

Estudos de casos selecionados pelo professor.

Semana 5

1. Palestra: Questões éticas do jornalismo investigativo

Tarefa: Os estudantes devem desconstruir o artigo que será tratado na próxima aula (ver em leituras). Deve estar pronto para a próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Houston et al. (2002, capítulo 22, *Writing Compelling Projects*).

Artigo a ser usado no debate da próxima aula.

2. Palestra: Organizando a notícia

Tarefa: Os estudantes devem incluir, em seu relato semanal, possíveis problemas éticos que possam surgir durante a realização da investigação. Entregar a partir da próxima aula.

Leituras para a próxima aula:

Dados biográficos e série de reportagens investigativas do convidado da próxima aula.

Semana 6

1. Seminário: Escrevendo uma série investigativa (palestrante convidado).

Tarefa: Os estudantes devem escrever um texto curto sobre o seminário.

Entregar na próxima semana.

Leituras para a próxima aula:

Leituras semelhantes ao de Houston et al. (2002, capítulo 6, *Investigating Government: The Legislative Branch and Those Who Try to Influence it*; capítulo 7, *Investigating the Government: The Executive Branch*).

2. Palestra: Sobre os poderes Executivo e Legislativo

Tarefa: Relato semanal sobre o desenvolvimento do trabalho. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima semana:

Meyer (2002, capítulo 6, *Surveys*; capítulo 11, *How to Analyze Election Surveys*).

GAWISER, Sheldon; WITT, G. Evans. *20 Questions A Journalist Should Ask About Poll Results*. National Council on Public Polls. Disponível em:

<<http://www.ncpp.org/?q=node/4>>.

Semana 7

1. Palestra: Interpretação de pesquisas

2. Exercício em sala: Os estudantes redigem uma notícia sobre pesquisa ou estudo.

Tarefa: Relato semanal sobre o desenvolvimento do trabalho. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima semana:

Houston (2004, professional's appendixes: *A Short Introduction to Statistical Software*; *A Short Introduction to Mapping Data*).

Artigos que tratem de *softwares* como SPSS (pacote estatístico para as ciências sociais) e mapeamento de dados.

Semana 8

1. Palestra: Introdução a *softwares* estatísticos e de mapeamento de dados. Exercício em sala de aula (laboratório de informática): os estudantes realizam exercícios com o pacote estatístico para as ciências sociais (SPSS)

Leituras para a próxima semana:

lorio (2004, capítulo 4, *Qualitative Case Study Methods in Newsroom Research and Reporting*; capítulo 5, *Focus Groups Newsroom Style*; capítulo 6, *Oral and Life Histories: Giving Voice to the Voiceless*).

Artigos que empregam estudos de caso, grupos focais e história oral/de vida.

2. Palestra: Outros métodos das ciências sociais para jornalistas: uma introdução.

Tarefa: Resumo semanal sobre o trabalho. Entregar na próxima aula.

Leituras para a próxima semana:

lorio (2004, capítulo 8, *Ethnographic Journalism*; capítulo 9, *Inventive Civic Mapping*).

Artigos nos quais tenham sido utilizados a etnografia e o mapeamento cidadão (*civic mapping*).

Semana 9

1. Palestra: Outros métodos da pesquisa em ciências sociais para jornalistas: uma introdução (continuação)

Leituras para a próxima semana:

Leituras semelhantes similares a Houston et al. (2002, capítulo 10, *Investigating Government: The Judicial System*).

2. Palestra: O Poder Judiciário.

Tarefa: Resumo semanal sobre o trabalho. Entregar na próxima aula.

95 Leituras para a próxima semana:

Leituras similares a Houston et al. (2002, capítulo 10, *Investigating Government: Law Enforcement*).

Semana 10

Palestra: A Polícia

Leituras similares a Houston et al. (2002, capítulo 10, *Investigating the Private Sector: For-Profit Businesses and Their Workers*).

2. Palestra: Negócios privados.

Tarefa: O relato semanal sobre o andamento da reportagem deve ser enviado por correio eletrônico, dois dias antes da data sem aula.

Anúncio: Não haverá aula na primeira metade da semana 11. Os alunos terão um dia livre para avançar em seu projeto investigativo.

Leituras para a primeira aula da semana 12:

THE CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY. *The Corruption Notebooks*: 25

Investigative Journalists Report on Abuses of Power in Their Home Country. .

Washington: The Center for Public Integrity, 2004.

Textos sobre corrupção no governo.

Semana 11

1. Dia livre.

2. Orientação final antes da apresentação da primeira versão da reportagem.

Semana 12

1. Palestra: Desperdício e corrupção governamentais

Leituras para a próxima aula:

Biografia dos palestrantes convidados.

Relatório do organismo estatal contra a corrupção e casos de corrupção que a instituição tenha processado judicialmente.

Reportagens sobre corrupção de autoria dos jornalistas convidados.

2. Seminário: Investigando atos e práticas de corrupção (convidados: representante do organismo de combate à corrupção e jornalista que produziu reportagens sobre corrupção).

Tarefa: A partir dos comentários da primeira versão do texto final, os estudantes devem incluir em seu relato semanal os passos a seguir para preencher as lacunas de pesquisa e de redação.

Leituras para a próxima aula:

Dependerão do tema escolhido pelo professor.

Semana 13

1. Palestra: Tema escolhido pelo professor

Leituras para a próxima aula:

Dependerão do tema escolhido pelo professor.

2. Palestra: Tema escolhido pelo professor

Tarefa: Relato semanal sobre o projeto. Deve ser enviado por correio eletrônico, antes da próxima aula.

Semana 14

1. Última orientação sobre a versão revisada da reportagem.

2. Entrega da reportagem investigativa.

Tarefa: Estudantes devem preparar uma apresentação da reportagem.

Semana 15

1 e 2: Apresentações dos estudantes: O que descobrimos?
Fechamento do semestre.

Protocolos de avaliação e classificação:

Primeiro semestre

Perfil: 10%

Reportagem sobre tendências: 15%

Tarefas e exercícios em classe: 15%

Comparecimento às aulas e participação em classe: 5%

Segundo semestre

Defesa do tema de reportagem, planejamento da reportagem e relatórios do andamento da reportagem: 10%

Reportagem investigativa: 30%

Tarefas e exercícios em classe: 10%

Comparecimento às aulas e participação em classe: 5%

Comentários

Sugestão para as aulas de mestrado:

Reduzir o tempo para pesquisa e redação do perfil em profundidade.

Eliminar o desenvolvimento da notícia.

Exigir o projeto investigativo, mas não tão elaborado quanto no programa de graduação.

Reduzir à metade o número de aulas dedicadas à redação de notícias assistidas por computador e eliminar pelo menos duas reportagens em profundidade de repercussão.

Reduzir o número de textos para debate, mantendo o dedicado a Watergate e, pelo menos, duas reportagens de grande repercussão.

Eliminar os dois temas complementares escolhidos pelo professor no segundo semestre.

Dedicar apenas uma aula para corrupção no governo.

Dedicar uma aula, ao invés de duas, aos recursos *on-line*.

Reorganizar a ordem de alguns temas (por exemplo: a introdução a softwares no segundo semestre poderia seguir a aula sobre tabelas e gerenciamento de banco de dados do primeiro semestre).

Contribuição de Yvonne T. Chua, professora associada, Departamento de Jornalismo, College of Mass Communication, University of the Philippines (Diliman).

Os títulos das disciplinas de módulo 3 devem ser:
Apuração e redação/módulo 3: Jornalismo especializado (Jornalismo Econômico)

Nível da disciplina: Último ano do bacharelado

Descrição da disciplina: Partindo das técnicas apuração e redação do primeiro e segundo módulos, os estudantes aprenderão a pesquisar e escrever sobre economia e negócios. O curso trará os conhecimentos e as habilidades necessários para cobrir economia, mercados financeiros, empresas e indústrias, assim como questões socioeconômicas conexas, tais como pobreza, desemprego, desenvolvimento sustentável, economia informal e assuntos relativos aos consumidores. A ênfase da disciplina está na cobertura jornalística explicativa para o público em geral. O curso deve ser concluído com um trabalho jornalístico extenso, em qualquer formato, para qualquer meio. Além disso, o curso leva a uma reflexão sobre a prática da cobertura jornalística de economia e negócios e sobre o papel da cobertura econômica nos países em desenvolvimento e economias emergentes.

Formato: Combinação de palestras, seminários e oficinas de redação.

Enfoque pedagógico: Considerando que a disciplina enfatiza a produção do jornalismo econômico e de negócios, os estudantes serão encorajados a adotar uma postura crítica em relação ao gênero. Diferentes maneiras de cobrir temas de economia e negócios serão discutidas durante as palestras e seminários. Os alunos poderão aplicar os novos conhecimentos em tarefas semanais que serão analisadas todas as semanas pelos colegas em oficinas e receberão nota do professor. Essas tarefas, com exceção dos casos indicados, são matérias jornalísticas sobre o tema da semana. Presume-se que os alunos que escolheram esta disciplina tenham cursado economia ou estudos sobre desenvolvimento como parte de seu programa de humanidades/ciências e tenham um bom domínio dos conceitos econômicos elementares. As palestras devem incluir crítica da cobertura jornalística sobre o assunto do dia. Outros professores podem ser convidados para lecionar temas especializados.

Número de horas por semana: Aulas e seminários: quatro horas. Preparação e tarefas: seis horas.

Número de semanas da disciplina: 30 semanas.

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou material

Leitura obrigatória

- BANNOCK, G.; BAXTER, R. E.; DAVIS, E. *The Penguin Dictionary of Economics* 7. ed. Harmondsworth: Penguin Books, 2003.
- ROUSH, C. *Show me the money: writing business and economics stories for mass communication*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.
- ROUX, A. *Everyone's Guide to the South African Economy*. 8.ed. Cape Town: Zebra Press, 2005. [Ou texto similar sobre outro país].
- SEN, A. *Development as freedom*. New York: Alfred A.Knopf, 1999.
- SEN, A. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- STIGLITZ, J. E. *Making globalization work*. London: Allen Lane, 2006.
- VAITILINGHAM, R. *The Financial Times guide to using the financial pages*. 4.ed. London: Prentice Hall, 2001.
- WICKHAM, K. *Math tools for journalists*. Oak Park, IL: Marion Street Press, 2002.
- THE WORLD BANK INSTITUTE. *The right to tell: the role of mass media in economic development*. Washington D.C.: The World Bank Institute, 2002.

Cronograma de aulas, leituras e tarefas semana por semana

Semana 1

Apresentação do professor e dos alunos. Introdução à estrutura da disciplina, à bibliografia e às tarefas. Debate: o que é jornalismo econômico?

Tarefa: escrever um relatório de 500 palavras sobre uma publicação financeira do país. Que tipo de matérias é publicado? Quem é o público leitor? Você considera a publicação interessante? Por quê/por que não?

Leitura para a semana 2: Roush (2004, capítulos 1-2); Roux (2005, capítulo 1) [ou bibliografia similar do próprio país].

Semana 2

Cobrando economia: como escrever notícias sobre economia e negócios para seu público leitor.

Tarefa: redigir um texto de 500 palavras sobre o *status* local de negócios.

Leitura para a semana 3: Roush (2004, capítulo 3).

Semana 3

Cobrando economia: macroeconomia e microeconomia. Produto Interno Bruto. Orçamentos e Sistema de Contas Nacionais. Política fiscal.

Leitura para a semana 4: Roux (2005, capítulos 10-11) [ou similar].

Semana 4

Dinheiro e inflação. O papel do Banco Central.

Leitura para a semana 5: Roux (2005, capítulo 5) [ou similar].

Semana 5

Desemprego e questões trabalhistas. Pobreza e desenvolvimento.

Leitura para a semana 6: The World Bank Institute (2002, capítulos 12 e 15); Sen (1999).

Semana 6

Jornalismo para o desenvolvimento.

Leitura para a semana 7: Wickham (2004).

Semana 7

Lidando com números e estatísticas.

Tarefa: teste com números (ver

<http://www.unc.edu/~pmeyer/carstat/mathtestquestions.html>)

Leitura para a semana 8: The World Bank Institute (2002, capítulos 1-3).

Semana 8

Pausa para reflexão: a relação entre o jornalismo econômico, a percepção pública e a política.

Tarefa: ensaio de 1.500 palavras sobre o papel do jornalismo.

Semana 9

Empresas e negócios: empresas públicas e privadas.

Tarefa: Identificar cinco empresas públicas e cinco empresas privadas em seu país. Escrever relatório de 100 palavras sobre cada uma. O que elas fazem? Quantos empregados têm? Qual é a mais lucrativa?

Semana 10

Ética do jornalismo de negócios.

Tarefa: Discutir os códigos de ética aplicáveis às empresas midiáticas em seu país.

Leitura para a semana 11: Roush (2004, capítulos 4-5).

Semana 11

Compreendendo a contabilidade das empresas: demonstrativo de entradas, balanços e demonstração dos fluxos de caixa.

Semana 12

Avaliando o rendimento de uma empresa: informando sobre os resultados empresariais.

Leitura para a semana 13: Roush (2002, capítulo 7).

Semana 13

O financiamento de negócios: ofertas públicas iniciais.

Leitura para a semana 14: Roush (2002, capítulo 6).

Semana 14

Fusões e aquisições.

Leitura para a semana 15: Roush (2002, capítulo 9).

Semana 15

Pequenos negócios e setor informal.

Tarefa: Escrever uma matéria de 1.000 palavras sobre uma pequena empresa.

Semana 16

Revisão e prova de meio de semestre.

Leitura para a semana 17: The World Bank Institute (2002, capítulos 5, 7 e 12).

Semana 17

Pausa para reflexão: o papel do jornalismo de negócios.

Tarefa: ensaio de 1.500 palavras sobre o papel do jornalismo de negócios.

Leitura para a semana 18: Vaitilingam (2001, capítulos 1 e 9).

Semana 18

Compreendendo os mercados de ações e redigindo uma matéria sobre os mercados de ações.

Leitura para a semana 19: Vaitilingam (2001, capítulo 11).

Semana 19

Mercados financeiros: entendendo o mercado de dívidas.

Semana 20

Escrevendo sobre *bonds* e dívida do governo.

Leitura para a semana 21: Vaitilingam (2001, capítulo 13).

Semana 21

Mercados financeiros: entendendo e escrevendo sobre derivados.

Leitura para a semana 22: Vaitilingam (2001, capítulo 12); Roux (2005, capítulo 9) [ou similar].

Semana 22

O mercado do câmbio.

Semana 23

Escrevendo sobre a circulação de moedas (e por que deveríamos nos interessar).

Leitura para a semana 24: Vaitilingam (2001, capítulo 14).

Semana 24

Commodities.

Semana 25

Escrevendo sobre *commodities* e comércio internacional.

Leitura para a semana 26: Roux (2005, capítulo 12) [ou similar]; Stiglitz (2006).

Semana 26

Globalização.

Leitura para a semana 27: Vaitilingam (2001, capítulo 17); Stiglitz (2006).

Semana 27

O papel das instituições internacionais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, agências de auxílio financeiro.

Leitura para as semanas 28 e 29: Sen (1987).

Semana 28

O problema da pobreza.

Semana 29

Pausa para reflexão: jornalismo, globalização e pobreza.

Tarefa: escrever comentário sobre uma notícia (1.000 palavras) descrevendo a relação entre pobreza e globalização em seu país.

Semana 30

Revisão e prova final.

Protocolos de avaliação e classificação:

Os estudantes serão avaliados por meio das tarefas semanais, uma produção jornalística de maior peso, uma prova ao fim do primeiro semestre e uma prova final. A produção jornalística de maior peso deve ter a forma de uma reportagem, com 2.000 palavras sobre um tema de economia ou negócios.

Tarefas semanais: 20%

Reportagem: 30%

Prova do primeiro semestre: 20%

Prova final: 30%

Contribuição de Robert Brand, Cátedra Pearson de Jornalismo Econômico, School of Journalism and Media Studies, Rhodes University, África do Sul.

Apuração e redação/Módulo 3: Jornalismo especializado (Jornalismo Cultural)

Nível da disciplina: Bacharelado (módulo 3)

Descrição da disciplina:

Objetivos e conteúdo:

- Desenvolver a capacidade de informar sobre artes, elaborar críticas e redigir perfis/reportagens a partir do comparecimento a eventos culturais, consumo de produtos culturais e encontros com profissionais do setor cultural em diversos meios.
- Estimular os estudantes a desenvolver abordagens diferentes em seus artigos e refletir criticamente sobre os mesmos.

- Explorar criticamente os vários gêneros de cobertura jornalística das artes e da cultura popular, das belas-artes à televisão.
- Familiarizar os estudantes com conceitos e debates essenciais para as principais forças de expressão artística.
- Examinar os processos pelos quais julgamentos críticos são traduzidos em linguagem jornalística.

Resultados de aprendizagem

Ao final da disciplina, os estudantes serão capazes de:

- Produzir uma variedade de críticas e resenhas apropriadas para os diferentes meios de comunicação.
- Traduzir a atmosfera e a cor local de apresentações ao vivo ou de eventos de arte.
- Elaborar os perfis de artistas/personalidades de um campo cultural.
- Discutir criticamente alguns estilos comuns ao jornalismo e à programação cultural.
- Descrever os principais aspectos do financiamento artístico da cultura nacional e o papel dos principais agentes de promoção.
- Manter boas relações e se integrar com o mundo da promoção das artes e das relações públicas em sua cultura nacional, com o objetivo de divulgar material promocional. Jornalistas, críticos e artistas estarão envolvidos.

Formato

Palestras com uma hora de duração. Apresentação oral em grandes grupos, com o objetivo de delinear a história e a estrutura da produção cultural, o papel do Estado e das organizações culturais, os aspectos econômicos das artes etc. A função do professor é oferecer uma visão geral e atuar como orientador para outros trabalhos e leituras.

Seminários (uma a duas horas de duração). Pequenos grupos interativos (máximo de 20 alunos) para explorar e discutir: o papel da cobertura das artes e cultura na produção midiática; tipos específicos e gêneros de produção artística; e apresentações individuais ou em grupo, mapeando a cobertura jornalística das artes e outros aspectos. Apresentações individuais ou em grupo determinadas nas semanas anteriores.

Oficinas (duas a três horas de duração). Pequenos grupos (máximo de 20 alunos) orientados e assessorados pelo professor com a finalidade de desenvolver habilidades analíticas, críticas e de cobertura jornalística nos diferentes gêneros do jornalismo cultural, incluindo a crítica, o perfil, os ensaios/ reportagens no meio de comunicação escolhido pelo jornalista. As oficinas podem ser organizadas em torno de uma tarefa específica e incluirão

o comparecimento a um evento cultural com o professor e exercícios de cobertura ao vivo.

Exercícios de produção (duração variável), com a finalidade de aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridas em atividades realistas, com prazo definido, dirigidas a um público-alvo específico e tendo como resultado a criação de um jornal-mural/boneca de revista/revista radiofônica ou televisiva/sítio para internet etc., dependendo dos recursos disponíveis.

Enfoque pedagógico:

Combina quatro elementos:

- trabalho jornalístico para os meios impresso, *on-line*, rádio e TV, utilizando uma variedade de gêneros na cobertura cultural.
- análise crítica das principais características da cobertura existente e debate sobre os critérios para se alcançar excelência na cobertura
- reflexão sobre os papéis social, econômico e político das indústrias culturais e os métodos pelos quais a mídia os apresenta, analisa e promove.
- contribuições, como convidados, de jornalistas que trabalham na área cultural.

Número de semanas da disciplina: 30 semanas, dois semestres.

Bibliografia obrigatória e recomendada

O requisito principal da disciplina é que os estudantes entrem em contato com o que há de melhor em termos de jornalismo cultural contemporâneo em seus país e idioma: as páginas de cultura e de crítica de jornais diários e cadernos de final de semana, revista, publicações especializadas sobre arte, cinema e televisão, além das principais revistas internacionais, assim como os equivalentes que possam existir para rádio e televisão.

Obrigatória

- ALLAN, Stuart. The Rise of 'Objective' Newspaper Reporting. In: _____. *News Culture*. 2.ed. Maidenhead (UK): Open University Press, 2004. p. 7-24.
- ALLEN, Rod *The art of reviewing*. In: KEEBLE, Richard (Coord.). *Print Journalism: a critical introduction*. Abingdon: Routledge, 2005. p. 179 -188.
- ANDERSON, Benedict. Cultural Roots. In: _____. *Imagined Communities*. London: Verso, 1991. capítulo 2.
- HESMONDALGH, Desmond. Approaches to Culture. In: _____. *The Culture Industries*, London: Sage, 2002. capítulo 2.
- HESMONDALGH, Desmond. Introduction. In: _____. *The Culture Industries*, London: Sage, 2002.

- HESMONDALGH, Desmond. Ownership, Organisation and Cultural Work. In: _____. *The Culture Industries*, London: Sage, 2002. capítulo 5.
- KEEBLE, Richard. Some specialist areas: personal columns, reviewing, freelancing In: _____. *Newspapers Handbook*. London: Routledge, 2006. capítulo 13.
- SCOTT, Robert Dawson. Bridging the cultural gap: how arts journalists decide what gets onto the arts and entertainment pages. *Critical Quarterly*, v. 41, n. 1, p. 46-55, 1999.
- MARSHALL, P. David. Celebrity and journalism. In: STUART Allan. *Journalism: critical Issues*, Maidenhead (UK): Open University Press, 2005. p. 19-29.
- TITCHENER, Campbell B. *Reviewing the Arts*. 2.ed. Mahweh, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998.

Recomendada

- BARBER, Lynn. *Mostly Men*. London: Penguin, 1992. [Reconhecida entrevistadora britânica].
- FULLER, David; WAUGH, Patricia (Coords.). *The Arts and Sciences of Criticism*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GROSS, John. *The Rise and Fall of the Man of Letters*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1969.
- HUGHES, Robert *Nothing If Not Critical*: selected essays on art and artists. New York: Alfred A. Knopf, 1990.
- JAMES, Clive. *Glued to the Box*: Television Criticism from the Observer 1979-82. London: Picador, 1984. [outras coleções incluem Visions Before Midnight e The Crystal Bucket].
- KAEEL, Pauline. *Hooked*: Film Writings 1985-88. London: Marion Boyars, 1990.
- LANE, Anthony. *Nobody's Perfect*: The Reviews of Anthony Lane. London: Picador, 2004.
- REMNICK, David (Coord.). *Life Stories*: profiles from the New Yorker. London: Pavilion Books, 2001.
- THOMSON, David. *The New Biographical Dictionary of Cinema*. New York: Knopf, 2002.
- TYNAN, Kenneth. *Profiles*. London: Nick Hern Books, 1990.
- TYNAN, Kenneth. *Tynan on Theatre*, Harmondsworth: Penguin, 1964.
- UPDIKE, John. *Odd Jobs*: essays and criticism. London: Penguin, 1991.
- Atlantic Monthly; Literary Review; London Review of Books; New York Review of Books; Times Literary Supplement. Sítios da internet: sítios nacionais importantes. No caso do Reino Unido, www.artscouncil.org (Arts Council) e www.culture.gov.uk (Ministério de Cultura, Comunicação e Desporto).

Cronograma de aulas (tema, material para leitura, tarefa)

Semana 1

Palestra: Para que serve o jornalismo cultural? Visão geral das funções crítica, promocional, de transmissão cultural etc. Os principais campos de ação do jornalista cultural: principais instituições culturais/atores/fontes. Os festivais de arte.

Tarefa: Os estudantes devem coletar cinco exemplos da atualidade de cobertura artística de dois dos seguintes meios: jornais, revistas, TV, rádio.

Leitura: Jornais, revistas/emissões audiovisuais disponíveis.

Semana 2

Palestra: O que faz um “bom” jornalismo cultural? Leituras e discussão utilizando o jornalismo atual, retirado de publicações contemporâneas, televisão e rádio. Quem cobre o que, como e por quê? Que função eles representam para o leitor/ouvinte/espectador?

Semana 3

Palestra: Resenha. Estrutura, componentes principais, ponto de vista, ambientação, reportagem etc. Foco na resenha de livros e em exemplos de páginas de livros.

Oficina: como escrever uma resenha de livro.

Tarefa: ler um romance recém-lançado e escrever uma resenha de 500 palavras (para a semana 4).

Leitura: Capítulo importante sobre crítica (13), de Keeble (2006).

Semana 4

Palestra: O trabalho do jornalista de cultura. A editoria de cultura.

Participação possível de jornalista convidado.

Oficina: Os alunos apresentam as resenhas dos livros.

Leitura: Rod Allen.

Semana 5

Palestra: A cultura e a nação. Cultura, arte e “comunidades imaginárias”: a função da produção cultural na criação de narrativas sobre a nação e a comunidade.

Leitura: Benedict Anderson (1991, capítulo 2).

Semana 6

Palestra: O conceito moderno de indústrias culturais

Leitura: Hesmondalgh (2002, introdução e capítulos 1-2).

Seminário: Discussão sobre os gêneros do jornalismo cultural contemporâneo. Por exemplo: contrastar as funções promocional e crítica.

Tarefa: Os estudantes devem coletar material promocional de um filme lançado recentemente.

Semana 7

Palestra: O negócio cultural: a economia das indústrias culturais, do lazer e o seu significado para a economia nacional. Pode-se convidar um agente ou relações públicas.

Leitura: Hesmondalgh (2002, capítulo 5) e revistas importantes de comércio, caso existam.

Seminário: Discussão sobre a integração da produção cultural e de lazer.

Tarefa: Os estudantes devem fazer um balanço das atividades de lazer e consumo dos produtos culturais pelas suas famílias, durante um dia útil ou no final de semana.

Semana 8

Palestra: O desenvolvimento histórico do jornalismo cultural. A função do ensaio crítico e da resenha em diferentes culturas e o seu lugar no crescimento dos meios de comunicação de massa.

Tarefa: escrever uma crítica curta sobre um filme recente.

Leitura: Stuart Allen (2004, p. 7-24); David Marshall (2005).

Oficina: Examinar uma seleção de críticas de cinema. Resenhas dos alunos.

Semana 9

Palestra: Crítica de cinema: função, tipos, estrutura, componentes essenciais, ponto de vista, atmosfera e reportagem.

Leituras: Excertos de Pauline Kael (1990), Anthony Lane (2004) e críticos contemporâneos.

Oficina: Os alunos assistirão a um documentário curto para escrever uma crítica em sala de aula. Compartilhar e discutir.

Semana 10

Palestra: Escrevendo sobre apresentações ao vivo no teatro e na música.

Criando a cor local, envolvendo o público. Participação possível de jornalista convidado.

Oficina: Técnicas de cobertura para captar apresentações ao vivo

Tarefa: Visitar uma apresentação ao vivo. Escrever uma crítica de 500 palavras.

Leitura: Textos selecionados de Tynan (1964).

Semana 11

Palestra: Apresentação de exemplos de críticas.

Oficina: Apresentação e avaliação das críticas sobre a apresentação ao vivo.

Participação possível de jornalista convidado.

Semana 12

Palestra: Resenha de livro 2. Dispositivos narrativos utilizando informação preliminar e material dos editores. Participação possível de jornalista convidado ou visita a um escritor.

Leitura: Textos selecionados de Uplike (1991).

Semana 13

Palestra: O ensaio crítico – abordando um tema, lidando com uma estrutura narrativa complexa, chegando a um juízo.

Oficina: Construindo uma resenha de livro eficaz. Exercício em classe.

Leitura: Ensaios contemporâneos.

Semana 14

Palestra: A crítica de TV. Questões especiais que ela suscita.

Leitura: Clive James e as páginas atuais do jornalismo sobre TV.

Oficina: Assistir a um programa de TV e redigir uma crítica curta em sala de aula. Compartilhar e discutir.

Semana 15

Palestra: Crítica de exposições – por exemplo: galeria de arte ou instalação.

Leitura: Excertos de Robert Hughes (1990) e críticas recentes.

Oficina: Visitar uma exposição com a turma dividida em grupos, sob o comando do professor.

Tarefa: Escrever uma crítica de 500 palavras.

Semana 16

Palestra: Apresentação de tipos de resenhas.

Oficina: Apresentação das críticas redigidas pelos estudantes. Compartilhar e discutir.

Semana 17

Palestra: Perfis. Estilo, tom, ponto de vista e estrutura. Integrando a informação preliminar com uma visão crítica. O perfil de uma celebridade. Discussão crítica de uma variedade de perfis. Pode-se convidar um jornalista para esta aula.

Leitura: Excertos de, por exemplo, David Remnick (2001), Kenneth Tynan (1964), David Thompson (2002), Lyn Barber (1992) e exemplos de perfis contemporâneos.

Semana 18

Palestra: A entrevista na imprensa escrita.

Oficina: Técnicas de entrevista impressa para jornalistas da área cultural. Entrevistado convidado.

Leitura: Lynn Barber (1992) e entrevistadores da atualidade.

Semana 19

Palestra: A entrevista para rádio e TV.

Oficina: Técnicas de entrevista 2. Entrevistado convidado.

Semana 20

Palestra: Revisão de questões-chaves e instruções para a fase de produção.

Semanas 21 a 28

Oficinas de produção em grupos de diversos números de revistas culturais/sítios para internet do tipo *What's on* ["O que está acontecendo agora", sobre as novidades do mundo cultural]. Cobertura da cena artística, com resenhas de eventos específicos, perfis de artistas/intérpretes etc.

Semana 29

Oficina: Avaliação de revistas culturais. Banca formada por jornalistas culturais convidados.

Semana 30

Avaliação e conclusão da disciplina.

Avaliação:

Portfólio de jornalismo contendo: uma resenha de livros com 700 palavras; crítica de um evento em uma galeria de arte (500 palavras); crítica de uma peça de teatro (500 palavras); crítica de um show musical ou CD (300 palavras); crítica de um filme/programa de TV (300 palavras); perfil de um artista/intérprete/gênero ou ensaio crítico sobre a história/desenvolvimento/situação atual de uma forma artística, gênero, meio, com 1.500 palavras.

Observação: Todas as resenhas e críticas devem especificar a publicação ou mídia: 80%

Registro/diário com reflexões sobre a experiência de escrever críticas, o que foi aprendido (1.000 palavras): 20%.

Comentários: O programa desta disciplina destina-se ao último ano da graduação em jornalismo. Apesar da abordagem neste programa estar baseada na cultura anglófona, ela parte da ideia de que existem funções comuns no jornalismo cultural, independente das particularidades de cada cultura. Essas funções comuns são o papel do jornalismo cultural como: i) promotor de diferentes aspectos da produção cultural, apoiando o trabalho histórico da produção artística ao criar um sentimento de comunidade em diversos níveis; ii) o primeiro passo (o primeiro "rascunho") no processo de avaliação crítica, produção social de memória e de um cânone cultural, conferindo uma significação cultural; iii) um modo de educação informal, que oferece inúmeras aberturas aos leitores/espectadores, para que adquiram certos gostos e interesses; iv) um meio de entretenimento em si mesmo, seja pelo prazer individual da controvérsia crítica, a criação de "pontos de debate" social, seja pela exaltação da criatividade e do potencial humanos. No caso de um diploma pré-universitário, escolheria simplificar os componentes das palestras, diminuiria o número de leituras e começaria com as atividades críticas. Redefiniria a tarefa de redação: transformaria o ensaio

em uma notícia descritiva sobre o que fazem os jornalistas culturais. Reduziria a extensão dos textos do portfólio. Para o programa de pós-graduação (supondo que tenha menos alunos), elevaria a carga de tarefas e também focaria na produção para um meio de comunicação ao final do programa: um "periódico mural" no *campus* universitário, um sítio na internet, um programa de televisão com formato de revista etc., segundo os recursos disponíveis na instituição de ensino.

Colaboração do professor John Tulloch, diretor, Lincoln School of Journalism, University of Lincoln, Reino Unido.

Apuração e redação/Módulo 3: Jornalismo especializado (Jornalismo internacional e para o desenvolvimento)

Nível da disciplina: Último ano da graduação.

Descrição da disciplina: Nas primeiras 15 semanas, a disciplina explorará o campo da reportagem sobre assuntos internacionais e estimulará o desenvolvimento de uma perspectiva crítica da cobertura jornalística internacional. Os estudantes farão exercícios de redação sobre questões internacionais. Nas 15 últimas semanas, a disciplina utilizará a abordagem de mídia e desenvolvimento para trabalhar temas e práticas do jornalismo para o desenvolvimento, com ênfase em jornalismo comunitário, produção para mídia independente e a chamada democracia digital.

Formato: Palestras, seminários e oficinas.

Enfoque pedagógico: Na maioria dos países em desenvolvimento, a reportagem e cobertura de assuntos internacionais e de questões ligadas ao desenvolvimento quase nunca fazem parte dos currículos de graduação em jornalismo. Esta disciplina tem a intenção de treinar os alunos para a cobertura de temas internacionais e de desenvolvimento, e ajudá-los a entender a função social dos meios de comunicação e dos jornalistas. Caso a classe seja composta por mais de 20 alunos, grupos de cinco ou menos devem ser formados para os exercícios.

Número de horas por semana: três horas.

Bibliografia obrigatória e recomendada

Para o professor:

- ADAM, G. Stuart; CLARK, Roy Peter. *Journalism: the democratic craft*. New York: Oxford University Press, 2005.
- ARTZ, Lee; KAMALIPOUR, Yahya R. (Coords.). *The media globe: trends in international mass media*. Lanham, MD: Rowman and Littlefields, 2006.
- BANERJEE, Indrajit; SENEVIRATNE, Kalinga (Coord.). *Public Service Broadcasting: a best practices sourcebook*. Paris: UNESCO, 2005.
- DAYA, Thussu (Coord.). *Media on the move: global flow and contra-flow*. London: Routledge, 2006.
- SCHRAMM, Wilbur. *Mass Media and National Development: the role of information in the developing countries*. Paris: UNESCO, Stanford University Press, 1964.

Para os estudantes:

- THE AUSTRALIAN BROADCASTING CORPORATION. *The Media Report*, 3 May 2007. Disponível em: <http://www.abc.net.au/rn/mediareport/stories/2007/1909919.htm>.
- BICKLER, C. et al. *Reporting for Change: a handbook for local journalists in crisis areas*. Institute for War & Peace Reporting, 2004. Disponível em: http://www.iwpr.net/index.php?apc_state=henh&s=o&o=special_index1.html.
- BINDÉ, Jérôme. *Towards Knowledge Societies*: UNESCO world report. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=20507&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.
- CENTER FOR DIGITAL DEMOCRACY. Disponível em: <http://www.democraticmedia.org/>.
- CHATHAM HOUSE. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk/>.
- CHESTER, Jeff. *Digital Destiny: news media and the future of democracy*. New York: The New Press, 2007.
- CYBERJOURNALISM.NET. Disponível em: <http://www.cyberjournalist.net/>.
- DART CENTER FOR JOURNALISM AND TRAUMA. Disponível em: <http://www.dartcenter.org/>.
- GINNEKEN, Jaap van. *Understanding Global News: a critical introduction*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.
- GLOBAL JOURNALIST. Disponível em: <http://www.globaljournalist.org/web-content/index.html>.
- GOPNIK, Adam. Culture vultures. *The New Yorker*, 24 May 1999. Disponível em: http://www.newyorker.com/archive/1999/05/24/1999_05_24_027_TNY_LIBRY_000018234.

- GWINN, Mary Ann. A deadly call of the wild. *Seattle Times*, 4 Apr. 1989. In: LEWIS Jon E. *The Mammoth Book of Journalism*. London: Constable & Robinson, 2003.
- HANNERZ, Ulf. *Foreign News: exploring the world of foreign correspondents*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- INDEPENDENT MEDIA CENTER. Disponível em: <http://www.indymedia.org/pt/index.shtml>.
- INSTITUTE FOR WAR AND PEACE REPORTING. Disponível em: <http://www.iwpr.net>.
- INTER PRESS SERVICE-NEWS AGENCY. Disponível em: <http://www.ips.org>.
- THE INTERNATIONAL CENTER FOR JOURNALISTS. Disponível em: <http://www.ijnet.org/Director.aspx?P=Ethics>.
- THE INTERNATIONAL NEWS SAFETY INSTITUTE. Disponível em: <http://www.newssafety.com>.
- MAKUNIKE, Ezekiel. Out of Africa: Western Media stereotypes shape images. *Media & Values*, n. 61, 1993. Disponível em: http://www.medialit.org/reading_room/article108.html.
- MCGILL, Doug. *Global Narratives for Local Audiences*. The Nieman Conference on Narrative Journalism, 2005. Disponível em: <http://www.mcgillreport.org/NiemanSpeech.pdf>.
- NAJI, Jamal Eddine. *Citoyens et media: guide pratique pour un dialogue entre citoyens et media*. Paris: UNESCO, Organization Marocaine des Droits de l'Homme, 2006.
- POTTER, W. James. *Media Literacy*. 3.ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.undp.org>.
- REDE DE JORNALISTAS INTERNACIONAIS. Disponível em: <http://www.ijnet.org/Director.aspx?P=Home114>.
- REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Disponível em: <http://www.rsf.org>.
- SHOEMAKER, Pamela; COHEN, Akiba A. *News around the World: content, practitioners, and the public*. New York: Routledge, 2005.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.transparency.org>.
- UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. *Literacy Statistics*. Disponível em: http://www.uis.unesco.org/ev.php?URL_ID=5204&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.
- WINOCUR, Rosalía. *Ciudadanos Mediático: la construcción de lo público en la radio*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.
- WORLD ASSOCIATION OF COMMUNITY BROADCASTERS. Disponível em: <http://www.amarc.org>.

- THE WORLD BANK. *The Rome Consensus: communication for development*. Disponível em: <<http://www.devcommcongress.org/worldbank/public.asp?idmacro=23&idmicro=43>>.
- THE WORLD BANK. *The World Bank Projects & Operations*. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/BF7U187JM0>>.

Material necessário: Computadores com acesso à internet.

Semana 1

Palestra: Visão geral da disciplina. Bibliografia selecionada: livros, revistas especializadas, sítios da internet e blogs. Métodos de avaliação: redação de matérias e comparecimento às aulas.

Semana 2

Palestra: O professor escolherá um continente, o apresentará e pedirá aos estudantes que escolham um país.

Atividade em classe: Discussão sobre os países escolhidos e questões inerentes: informação internacional contextualizada?

Exercício escrito: Os alunos terão 45 minutos para escrever um texto de 30 linhas sobre qualquer aspecto do país escolhido.

Leitura obrigatória: van Ginneken (1998, Capítulos 2-3).

Semana 3

Palestra: Como as notícias internacionais são elaboradas? A estrutura das notícias.

Atividade externa: Visita a uma agência internacional de notícias /ao jornal local/à estação de TV ou pesquisar na internet sobre o Inter Press Service.

Leitura obrigatória: van Ginneken (1998, capítulos 6-7).

Semana 4

Palestra: Exemplos de matérias internacionais: temática das notícias, o conceito de noticiabilidade (*newsworthiness*).

Atividade em classe: Discussão sobre o fluxo internacional de notícias.

Exercício de cobertura/redação: Os alunos “cobrirão” um evento local e escreverão uma notícia para um meio de comunicação internacional.

Leitura obrigatória: Shoemaker e Cohen (2005, capítulos 2 e 7).

Semana 5

Professor convidado: um correspondente internacional estrangeiro.

Documentário: *Press pass to the world* (2005). Diretor: Craig McCourry.

Duração: 83 min. Discussão sobre a percepção de noticiabilidade.

Semana 6

Atividade em classe: Apurando informações 1: Localizando fontes de notícias internacionais. Reportagem/exercício de redação: os alunos farão uma

pesquisa em três sítios da internet: Repórteres sem Fronteiras, Chatham House e International Journalists' Network.

Leitura obrigatória: Hannerz (2004, capítulo 7).

Semana 7

Atividade em classe: Apurando informações 2: Conduzindo entrevistas para o noticiário internacional.

Atividade externa: Os alunos entrevistarão um jornalista estrangeiro sobre um tema encontrado em sítios da internet.

Leitura obrigatória: Gwinn, "A Deadly Call of the Wild". *Seattle Times*, 4 de abril 1989.

Semana 8

Atividade em classe: Discussão sobre os estilos de reportagem do noticiário internacional.

Exercício: relato de Gwinn para o *Seattle Times*.

Leitura obrigatória: artigo de McGill (2005).

Semana 9

Palestra: Meios de comunicação internacionais – como as mídias tradicionais e *on-line* se organizam atualmente.

Atividade em classe: Discussão sobre as chamadas "*glocal*" news (notícias internacionais/locais). A influência da tecnologia na cobertura internacional: os blogs e o jornalismo cidadão.

Leitura obrigatória: Pesquisar o sítio Cyberjournalism.Net <<http://www.cyberjournalist.net/>>.

Semana 10

Seminário: Debate sobre como a internet pode ser uma ferramenta para a cobertura internacional.

Exercício de redação: Os alunos criarão um blog de notícias internacionais, com título, seções e temas.

Leitura obrigatória: INSTITUTE FOR WAR & PEACE REPORTING. *Reporting for a Change: a handbook for local journalists in crisis areas*.

Peace Reporting, 2004. Disponível em:

<http://iwpr.net/sites/default/files/iwpr_training_manual_english.pdf>.

Semana 11

Filme: *Live from Baghdad* (2002). Diretor: Mick Jackson. Duração: 110 min. Drama/Guerra.

Seminário: discussão sobre a segurança dos jornalistas em áreas de conflito.

Exercício de apuração/redação: Os alunos redigirão textos a partir do material disponível nos sítios do Institute for War & Peace Reporting <<http://iwpr.net/>> e do Dart Center for Journalism and Trauma <<http://dartcenter.org/>>.

Leitura obrigatória: artigo de Makunike (1993).

Semana 12

Atividade em classe: Debate sobre os estereótipos da cobertura internacional: eles ainda existem? Qual o papel exercido por eles e como evitá-los?

Leitura obrigatória: Pesquisa no sítio Global Journalist <<http://www.globaljournalist.org/>>.

Semana 13

Professor convidado: um editor de notícias internacionais falará sobre sua rotina de trabalho.

Exercício de apuração/redação: Os alunos entrevistarão o convidado e escreverão uma matéria para rádio, TV, revista, jornal, agência de notícias ou internet, usando citações.

Leitura obrigatória: CONSULTATIVE CLUB OF INTERNATIONAL AND REGIONAL ORGANIZATIONS OF JOURNALISTS. *International Principles of Professional Ethics in Journalism*. Paris:UNESCO, 1983. Disponível em: <http://ethicnet.uta.fi/international/international_principles_of_professional_ethics_in_journalism>, e a lista de códigos de ética do Centro Internacional para Jornalistas (ICJF).

Semana 14

Atividade em classe: discussão sobre os princípios internacionais que os jornalistas devem observar.

Atividade externa: Produzir matérias internacionais usando notícias de uma redação local (jornal, rádio, TV, agência de notícias ou material *on-line*).

Leitura obrigatória: Jornalistas e a lei: legislação para o jornalismo em diferentes países.

Semana 15

Atividade em classe: Debate sobre leis que regem o jornalismo e a liberdade de imprensa em diferentes países.

Exercício de redação: Os alunos escolherão um país para redigir uma matéria sobre liberdade de imprensa.

Semana 16

Palestra: A teoria do desenvolvimento. Abordagem histórica dos estudos de desenvolvimento nacional.

Atividade em classe: Debate sobre o conceito de desenvolvimento nacional.

Leitura obrigatória: Pesquisar no sítio do Instituto de Estatística da UNESCO (*Unesco Institute for Statistics*. Disponível em:

<http://www.uis.unesco.org/ev_en.php?ID=2867_201&ID2=DO_TOPIC> as estatísticas mais recentes sobre alfabetização no mundo.

Semana 17

Convidado: Professor de Relações Internacionais apresentará os principais temas relacionados ao desenvolvimento.

Exercício escrito: Os alunos irão redigir um texto de 45 linhas sobre a situação da alfabetização em seu país comparada com outros países indicados pelo professor.
Leitura obrigatória: Potter (2005), capítulo a ser escolhido pelo professor.

Semana 18

Palestra: Organizações midiáticas e a cobertura internacional de questões do desenvolvimento.

Atividade em classe: discussão sobre alfabetização e/ou a influência dos meios de comunicação.

Exercício de apuração/redação: Os alunos escreverão uma matéria sobre a influência dos *mass media* em, pelo menos, dois países de uma lista indicada pelo professor.

Leitura obrigatória: relatório de Naji (2006) sobre cidadãos e meios de comunicação.

Semana 19

Palestra: A situação dos meios de comunicação de massa nas nações em desenvolvimento; os leitores de jornais e revistas e a audiência de rádio e televisão.

Atividade em classe: Jornalismo para o desenvolvimento *versus* meios de comunicação de massa em países em desenvolvimento.

Exercício de apuração/redação: Realizar pesquisa nos sítios do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para identificar fontes sobre desenvolvimento.

Semana 20

Atividade em classe: Questões do desenvolvimento: como os jornalistas podem cobrir questões de meio ambiente e saúde.

Atividade externa: visitar uma ONG local (ou uma embaixada ou consulado local) que desenvolva projetos relacionados a questões ambientais.

Leitura obrigatória: Pesquisar o sítio do Independent Media Center.

Semana 21

Atividade em classe: Produção de notícias para mídia independente: fontes de informação abertas.

Exercício de redação: Os alunos escreverão uma matéria sobre meio ambiente ou saúde para um meio de comunicação independente regional/ nacional.

Leitura obrigatória: Winocur (2002, capítulo 3; e pesquisa no site da AMARC <<http://www.amarc.org/>>.

Semana 22

Convidado: um representante local da AMARC.

Atividade em classe: discussão sobre rádios comunitárias e como cidadãos informam e são informados.

Semana 23

Atividade externa: Visitar uma rádio comunitária e entrevistar os radialistas da comunidade.

Leitura obrigatória: artigo de Gopnik (1999, *Cultures Vultures*).

Semana 24

Atividade em classe: Debate sobre a cobertura da violência pela mídia internacional.

Exercício de redação: Alunos escreverão uma matéria para rádios comunitárias sobre assunto internacional.

Leitura obrigatória: Pesquisa no sítio internet Transparência Internacional.

Semana 25

Convidado: um representante de escritório local da Transparência Internacional ou um representante de uma organização internacional, como a ONU.

Atividade em classe: Debate sobre a cobertura de casos de corrupção – fontes e bancos de dados para jornalistas.

Semana 26

Atividade em classe: Debate sobre o interesse público: pessoas de países em desenvolvimento sabem o que são questões de desenvolvimento?

Exercício de redação: Notícia sobre fraude ou corrupção para a mídia internacional.

Leitura obrigatória: Chester (2007, capítulo 11).

Semana 27

Atividade em classe: Debate sobre comunicação digital, sistemas de comunicação e democracia.

Atividade externa: Visita a um escritório de comunicação governamental.

Leitura obrigatória: Transcrição do “The Media Report” da ABC, edição de 03/05/2007.

Semana 28

Palestra: Internet, sociedade civil e democracia.

Atividade em classe: Debate sobre os meios de comunicação como ferramenta de empoderamento (*empowerment*).

Leitura obrigatória: O Consenso de Roma (The Rome Consensus: Communication for Development and its impact for journalism).

Semana 29

Atividade em classe: Debate sobre a agenda internacional do jornalismo para o desenvolvimento.

Exercício de redação: BINDÉ, J. *Towards Knowledge Societies: the UNESCO World Report*. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001418/141843e.pdf>>.

Semana 30

Atividade em classe: Debate sobre a situação da Sociedade da Informação e Comunicação em vários países.

Exercício de redação: Estudantes escreverão uma matéria sobre *e-governance* (administração eletrônica), crescimento econômico e direitos humanos em um país em desenvolvimento.

Protocolos de avaliação e classificação:

Comparecimento às aulas: 20%

Exercícios em sala de aula: 50%

Prova final: 30%

Comentários

O curso de mestrado poderia continuar com o estudo em profundidade das notícias internacionais e de assuntos relacionados ao desenvolvimento, além de trabalhar com jornalismo interpretativo. Nesse nível, a disciplina poderia incluir informações mais aprofundadas sobre a temática (internacional e de desenvolvimento), de modo a auxiliar os estudantes a decidirem se dedicariam sua dissertação de mestrado a esta área.

Contribuição de Sonia Virgínia Moreira, professora adjunta, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Apuração e redação/Módulo 3: Jornalismo especializado (Política e Governo) – Jornalismo Político

Nível da disciplina: Último ano da graduação.

Descrição da disciplina: A finalidade desta disciplina é oferecer um enfoque global da cobertura da reportagem política, desde a apuração dos acontecimentos, métodos de pesquisa e investigação até a redação sobre o evento. Os alunos realizarão atividades práticas e debaterão sobre os atores, processos, temas e políticas que moldam o cenário político. Os estudantes informarão sobre esses elementos diretamente do local onde eles acontecem, independente de onde a história conduzir, produzindo um conjunto de notícias e reportagens. A disciplina também incentivará os estudantes a desenvolverem uma análise crítica dos debates políticos. A matéria tratará dos aspectos mais relevantes da comunicação política, do jornalismo cidadão, do papel dos meios de comunicação em um ambiente democrático e da opinião pública como alvo da comunicação política. O curso também promoverá

debates sobre a propriedade dos meios de comunicação, liberdade de expressão, censura, regulamentação e restrições ao acesso a informações públicas.

Formato: Combinação de palestras, seminários, oficinas e exercícios individuais.

Enfoque pedagógico: A disciplina combinará conteúdos práticos e conceituais, além de atividades. Haverá palestras tradicionais a cargo do professor e de jornalistas convidados que estejam em atividade, além de seminários e oficinas. Em cada um dos seminários haverá uma atividade prática sobre a questão do dia. Cada estudante deverá entregar quatro reportagens especiais, que serão descritas e comentadas durante as semanas 8 (sobre uma instituição política, ou grupos de interesse), 15 (sobre um dos principais assuntos de política, economia, sociedade ou políticas públicas tratadas durante a disciplina), 21 (sobre a campanha de um partido político ou a campanha de um candidato) e 30 (sobre o financiamento de uma campanha política).

Número de horas por semana: quatro horas (duas horas de palestras e duas horas de seminário e oficina).

Número de semanas da disciplina: Um ano acadêmico completo (30 semanas).

Bibliografia obrigatória e recomendada

(uma bibliografia local é necessária)

Para os textos obrigatórios, consultar o cronograma de aulas.

- ARMSTRONG, Rob. *Covering Government: a civics handbook for journalists*. [s.l.]: Blackwell Publishing, 2002.
- ARMSTRONG, Rob. *Covering Politics: a handbook for journalists*, [s.l.]: Blackwell Publishing, 2004.
- BUZAN, Barry. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CENTRO PARA LA APERTURA Y EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA. *Indicadores de Periodismo y Democracia a nivel local en América Latina*, Cadal, n. 6, segundo semestre, 2006. Disponível em: <www.cadal.org>.
- COLE, Richard. *Communication in Latin America: journalism, mass media and society*. Wilmington, Del.: Scholarly Resources, 2000.
- CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Annual Review of Developments in Globalization and Regional Integration in the Countries of the ESCWA Region*. New York: United Nations Publications, 2006.
- COOK, Timothy. *Governing With the News: the news media as a political institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

- CURRAN, James; GUREVITCH, Michael. *Mass Media and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CURRAN, James; PARK, Myung-Jin. *De-Westernizing Media Studies*. New York: Routledge, 2000.
- DE BURGH, Hugo. *Making Journalists Diverse Models*. New York: Global Issues, Routledge, 2005.
- ELLIS, Barbara. *The Copy Editing and Headline Handbook*. [s.l.]: Basic Books, 2007.
- FOX, Elizabeth; WAISBORD, Silvio. *Latin Politics, Global Media*. Dallas: University of Texas Press, 2002.
- FOX, Walter. *Writing the News: a guide for print journalists*, Iowa State University Press, 2001.
- FREEDOM HOUSE. *Freedom of the press: a global survey of media independence*, [s.l.]: Rowman & Littlefield, 2006. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2006>>.
- GARCÍA BEAUDOUX, Virginia. *Comunicación política y campañas electorales: estrategias en elecciones presidenciales*. [s.l.]: Gedisa, 2005.
- GOLDSTEIN, Norm (Ed.). *The Associated Press Stylebook*. [USA]: Associate Press, 2006.
- GUNTHER, Richard; MUGHAN, Anthony. *Democracy and the Media: A Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HACKETT, Robert. Building a Movement for Media Democratization. In: PHILLIPS P. *Seven Stories*. [s.l.]: Project Censored, 2001.
- HACKETT, Robert; CARROLL, William. *Remaking Media: the struggle to democratize public communication*. New York: Routledge, 2006.
- HERBERT, John. *Practising Global Journalism: exploring reporting issues*. [s.l.]: Focal Press, 2000.
- HOWARD, Ross. *Conflict Sensitive Journalism: a handbook*. 2004. Disponível em: <<http://www.i-m-s.dk/media/pdf/Handbook%20pdf-vers%20eng%20220404.pdf>>.
- JENKINS, Henry; THORBURN, David (Coords.). *Democracy and New Media*. New York: MIT Press, 2003.
- KUHN, Raymond; NEVEU, Erik (Coords.) *Political Journalism: new challenges, new practices*. London: Routledge, ECPR Studies in European Political Science, 2002.
- LAVRAKAS, Paul; TRAUGOTT, Michael (Coords.) *Election Polls, News Media and Democracy*. [s.l.]: Seven Bridges Press, 2000.
- LEVIN, Mark. *The Reporter's Notebook: writing tools for student journalists*. [s.l.]: Mind-Stretch Publishing, 2000.
- MCCHESENEY, Robert Waterman. *Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times*. [s.l.]: New Press, 2000.
- MCNAIR, Brian. *Journalism and Democracy: an evaluation of the political public sphere*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000.

- MENDEL, Toby. *Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf>.
- PERLOFF, Richard. *Political Communication PR: politics, press, and public in America*. [USA]: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.
- PRICE, Monroe; ROZUMILOWICZ, Beata; VERHULST, Stefaan (Coords.). *Media Reform: democratizing the media, democratizing the state*. New York: Routledge, 2002.
- PRIESS, Frank (Coord.). *Relación entre política y medios*. [s.l.]: Temas, 2002.
- RYAN, Buck; O'DONNELL, Michael. *The Editor's Toolbox: a reference guide for beginners and professionals*. [s.l.]: Blackwell Pub Professional, 2001.
- STEIN, M.; PATERNO, Susan; BURNETT, Christopher. *The Newswriter's Handbook Introduction to Journalism*. [s.l.]: Blackwell Publishing, 2006.
- SWANSON, David; MANCINI, Paolo. *Politics, Media, and Modern Democracy*. [s.l.]: Praeger, Greenwood, 1996.
- UNESCO. *Indicadores de desenvolvimento da mídia*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>>.
- UNIVERSITY OF CHICAGO. *The Chicago Manual of Style*. 15.ed. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- THE WORLD BANK. *Global Economic Prospects, 2004: realizing the development promise of the Doha Agenda 2004*. Washington, D.C.: World Bank Publications, 2004.
- YANTEK, Thom; HARPER, Joe. *Media, Profit, and Politics: competing priorities in an open society*. [s.l.]: Kent State University Press, 2003.

Equipamento: Computadores com conexão à internet.

Cronograma de aulas

Semana 1

Introdução à disciplina. Apresentação da lista de leituras e da metodologia do curso. Explicação sobre o método de avaliação e de prática. Breve teste introdutório para verificar o nível de conhecimento preliminar dos alunos e a familiaridade com a área de estudos. Explicação sobre a primeira reportagem especial (para a semana 8): os alunos escolherão uma instituição política ou um grupo de interesse e trabalharão em grupos de três. Eles prepararão texto de 2.500 palavras, listando os problemas principais e desafios para a cobertura midiática da instituição ou grupo escolhido. Eles também explicarão o papel político exercido pela instituição, seus interesses e suas relações com outros atores da arena política. As reportagens devem incluir entrevistas com jornalistas e interlocutores que trabalhem neste campo. Leitura para a semana 2: Armstrong (2002, 2004) e Perloff (1998).

Semana 2

Palestra: Instituições, organizações e atores políticos. Separação de poderes no sistema democrático: Executivo (áreas e organização, funcionamento, hierarquia), Legislativo (estrutura, comissões, procedimentos legislativos, representação de partidos políticos) e Judiciário (estrutura e organização, tribunais, leis).

Seminário: Discussão das principais características de apuração e redação de matérias sobre o Legislativo e Supremo Tribunal Federal.

Tarefa: cobertura de uma coletiva de imprensa de funcionário legislativo ou de uma sessão legislativa.

Leitura para a semana 3: Armstrong (2002, 2004) e Perloff (1998).

Semana 3

Palestra: Grupos de interesse e outras fontes de poder. Forças armadas, organização de comércio, organizações religiosas, empresas privadas, ONGs. Grupos de pressão não formais: terroristas, guerrilheiros, traficantes de drogas e armas, manifestantes, ativistas, grevistas. Discussão sobre as dificuldades jornalísticas em cobrir esses campos e atores.

Seminário: Desafios da apuração jornalística e redação em ambientes hostis.

Tarefa: entrevistar dois membros de um grupo de interesse.

Leitura para a semana 4: Armstrong (2002, 2004) e Perloff (1998).

Semana 4

Palestra: Partidos políticos. Principais partidos políticos, suas origens, fundamentos ideológicos, participação na história nacional recente, referências principais. Sistema político e Constituição. Leis eleitorais, sistema eleitoral, participação e voto.

Seminário: análise da situação atual dos principais partidos políticos e suas perspectivas em relação à campanha eleitoral.

Leitura para a semana 5: Curran e Park (2000), Armstrong (2004) e Perloff (1998).

Semana 5

Palestra: Processos políticos. História recente, com uma descrição dos eventos nacionais recentes mais relevantes, causas e contextos políticos, principais atores políticos, consequências e efeitos no cenário político contemporâneo. Enquadramento regional e internacional.

Seminário: análise da cobertura midiática sobre os eventos tratados.

Exercício: entrevistar dois políticos envolvidos nos acontecimentos discutidos em sala de aula.

Leitura para a semana 6: Curran e Park (2000), Armstrong (2004) e Perloff (1998).

Semana 6

Palestra: Debates políticos. A história recente, com uma descrição dos debates políticos, econômicos e ideológicos mais relevantes da última década;

explicações, contexto político, apoiadores e opositores. Enquadramento regional e internacional.

Seminário: discussão das tendências ideológicas mais importantes relacionadas aos debates estudados durante a palestra.

Exercício: entrevista com um historiador e com um sociólogo sobre os acontecimentos discutidos.

Leitura para a semana 7: Curran e Park (2000) e United Nations (2006).

Semana 7

Palestra: Relação com os países vizinhos. Integração e cooperação.

Arquitetura institucional. Questões regionais controversas. Integração econômica. Envolvimento regional em processos internacionais fundamentais.

Exercício: entrevistas com um membro do governo e com um membro de uma organização não governamental que trabalhe com esses processos.

Seminário: discussão dos processos regionais em curso e o impacto na cobertura midiática.

Semana 8

Seminário e oficina: Apresentação oral e discussão relativas à primeira reportagem especial sobre uma instituição política ou um grupo de interesse.

Leitura para a semana 9: Armstrong (2002), Buzan (2003) e Howard (2004).

Semana 9

Palestra: Principais questões e políticas nacionais relacionadas à segurança.

Política externa e política de segurança: breve contextualização histórica, principais elementos, estratégias, aliados e rivais. Insegurança interna e ameaças globais. Terrorismo, tráfico de drogas, contrabando e rebeliões.

Seminário: análise das notícias mais relevantes relacionadas a esses campos.

Um jornalista com conhecimento de causa pode ser convidado.

Exercício: relatório escrito com estatísticas comparativas sobre a falta de segurança nacional. Explicação sobre a segunda reportagem especial (para a semana 15): os alunos escolherão uma das principais questões políticas, econômicas ou sociais e políticas discutidas nas semanas 9, 10 e 11. Os alunos se dividirão em grupos de três e prepararão uma reportagem aprofundada de 2.500 palavras sobre o tópico escolhido, incluindo entrevistas e estatísticas. Os alunos devem descrever o impacto da questão em seu país e fazer uma comparação regional.

Leitura para a semana 10: Banco Mundial (1998).

Semana 10

Palestra: Principais questões e políticas econômicas nacionais. Política econômica: atores e funções. Tesouro Nacional, Banco Central, setor financeiro.

Variáveis econômicas. Setores da economia: agricultura, indústria, serviços. Crise energética. Influência de grupos de interesse nacionais nas

políticas econômicas. Atores internacionais: FMI, Banco Mundial, organizações regionais.

Seminário: análise das notícias mais relevantes sobre os assuntos publicados/veiculados nos meios de comunicação. Pode-se convidar um jornalista especialista na área.

Exercício: reportagem escrita com estatísticas comparativas sobre a evolução econômica do país, sublinhando a influência exercida por cada setor econômico.

Leitura para a semana 11: Perloff (1998).

Semana 11

Palestra: Principais questões e políticas sociais. Pobreza, desemprego, migração, discriminação. Mudanças globais e os impactos nos cenários nacionais. Meio ambiente. Saúde. Educação. Enquadramentos regionais.

Seminário: análise das notícias mais relevantes sobre os assuntos publicados/veiculados nos meios de comunicação. Pode-se convidar um jornalista especialista na área.

Tarefa: escrever um informativo comparando a evolução das estatísticas de um dos problemas sociais tratados (pobreza, desemprego etc.).

Leitura para a semana 12: Jenkins e Thorburn (2003), Yantek e Harper (2003) e De Burgh (2005).

Semana 12

Palestra: Os meios de comunicação. Os meios de comunicação como ator político influente. Políticas com e sem os meios de comunicação. Os meios de comunicação como atores que contribuem para o fortalecimento institucional e como ameaça às instituições. Mídia e democracia.

Seminário: discussão dos textos lidos para a semana.

Leitura para a semana 13: Thorburn (2003), Priess (2002), Yantek e Harper (2003), De Burgh (2005) e UNESCO (2010).

Semana 13

Palestra: Debate sobre a propriedade pública/privada. Multimídia e fusões.

Liberdade de expressão e novos desafios. Censura estatal e privada.

Regulamentos. Restrições ao acesso à informação pública. Propaganda estatal como instrumento de pressão. Políticos como proprietários de meios de comunicação.

Seminário: Análise de alguns índices de ONGs sobre a liberdade de expressão no mundo (Annual Press Review do International Press Institute, o relatório anual do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) e o Índice anual de liberdade de imprensa dos Repórteres Sem Fronteiras).

Exercício: Informe escrito com uma análise comparativa crítica dos índices tratados durante o seminário.

Leitura para a semana 14: Jenkins e Thorburn (2003), Freedom House (2006), Ghunter e Mughan (2000), De Burgh (2005) e Mendel (2009).

Semana 14

Palestra: Os meios de comunicação em um ambiente político. Credibilidade e impacto. Objetividade e subjetividade. Manipulação política. Jornalista paralisado em um conjunto de pressões. Falar “a verdade” ou falar “o que as pessoas querem ouvir”.

Seminário: discussão dos textos da semana.

Semana 15

Seminário e oficina: Apresentação oral e discussão da segunda reportagem especial sobre uma das principais questões políticas, econômicas ou sociais, ou políticas públicas discutidas durante as aulas.

Leitura para a semana 16: Lavrakas e Traugott (2000) e Armstrong (2004).

Semana 16

Palestra: Opinião pública. Opinião pública como um ator político decisivo no sistema democrático. Avaliando as tendências da opinião pública: propósitos, tipos e utilidade das pesquisas de opinião. Manipulando a opinião pública: mesmos números, resultados diferentes.

Seminário: Debate sobre o comportamento tradicional dos eleitores: a circunscrição, a classe socioeconômica, a idade e o gênero como determinantes de padrões políticos.

Exercício: Escrever uma matéria sobre os resultados das últimas pesquisas e suas relações com o comportamento eleitoral que as seguirá. Explicação sobre a terceira reportagem especial (para a semana 21): os estudantes escolherão uma campanha de partido político ou candidato e trabalharão em grupos de três. O grupo preparará uma reportagem especial (2.500 palavras) com uma análise crítica da estratégia, público-alvo, meios e técnicas de retórica utilizados na campanha escolhida.

Leitura para a semana 17: Lavrakas e Traugott (2000), Priess (2002), e García Beaudoux (2005).

Semana 17

Palestra: Comunicação política. Noções fundamentais da comunicação política: objetivos, interlocutores, público e canais. Comunicação política permanente: estratégias políticas, interesse público, notícias e informação oficial e não oficial. Comunicação específica. Campanhas políticas: estratégias, mensagens, imagens, temas e financiamento.

Seminário: Discussão de estudos de caso baseados em campanhas políticas locais.

Leitura para a semana 18: Lavrakas e Traugott (2000), Priess (2002), e García Beaudoux (2005).

Semana 18

Palestra: Comunicação política e técnicas de retórica: simplificação, inimigo principal, exagero, contradiscurso, distorção. Representação política: a política

como espetáculo, debates, declarações para televisão e rádio, *spots*, eventos políticos, públicos-alvo.

Seminário: Discussão de estudos de caso baseados em campanhas políticas locais. Leitura para a semana 19: Lavrakas e Traugott (2000), Priess (2002), e García Beaudoux (2005).

Semana 19

Palestra: Comunicação política e crise: desastres, escândalos, crises governamentais ou ministeriais, conflitos, motins e guerras. Técnicas para coletar informações em um ambiente hostil.

Seminário: Análise de notícias relevantes sobre crises. Um jornalista experiente pode ser convidado.

Exercício: Informativo escrito sobre cobertura midiática de uma crise local, incluindo entrevistas com jornalistas e testemunhas envolvidas.

Leitura para a semana 20: Jenkins e Thorburn (2003), Lavrakas e Traugott (2000) e Perloff (1998).

Semana 20

Palestra: Jornalismo-cidadão. Jornalismo como uma atividade social. Novas funções do jornalismo e da opinião pública. Construir a cidadania por meio da participação e interação eletrônica (internet, correio eletrônico, fórum, redes sociais, blog), que causam mudanças nas comunidades por meio de ação dos diversos meios de comunicação e ajudam a criar uma opinião pública crítica.

Tarefa: matéria escrita sobre o trabalho feito por uma instituição envolvida com o jornalismo-cidadão.

Semana 21

Seminário e oficina: Apresentação oral e discussão da terceira reportagem, sobre a campanha de um partido político ou candidato.

Leitura para a semana 22: Fox (2001), Levin (2000) e Stein (2006).

Semana 22

Palestra: Cobertura de um evento. Tipos de eventos políticos. Eleições, convenções, reuniões, discursos e coletivas de imprensa. Seguindo o noticiário, o candidato e sua equipe. Atores, mensagens, gestos, público e ambiente político. Um evento, pontos de vista diferentes. Julgamento noticioso. Análise crítica das implicações políticas.

Exercício: Cobertura de uma coletiva de imprensa de uma campanha política.

Explicação sobre a terceira reportagem especial (para a semana 30): os estudantes farão uma investigação sobre o financiamento eleitoral (2.500 palavras), em grupos de três. Eles devem descobrir as fontes de financiamento públicas e privadas de uma campanha política, bem como técnicas de levantamento de fundos usadas por um partido político ou candidato.

Leitura para a semana 23: Cook (1998), McNair (2000), Fox (2001) e Stein (2006).

Semana 23

Palestra: Fontes de informação. Classificação. Fontes materiais de informação: arquivos, documentos, estatísticas, *press releases*, *newsletters*, vídeos e artigos. Fontes humanas de informação: burocratas, políticos e sua equipe, porta-vozes, informantes e conselheiros. Como lidar com as fontes de informação. Técnicas. Informação para ser publicada, informação para ser pesquisada. Seminário: Prática do gerenciamento da informação de fontes diferentes (fornecida pelo professor).

Leitura para a semana 24: Cook (1998), Levin (2000) e Stein e Burnett (2006).

Semana 24

Palestra: Fontes de informação e níveis de informação política. Interesses políticos das fontes. Fontes de informação política: favorável, desfavorável, oficial e técnica. Construindo uma relação de confiança com as fontes. Citações, diferenças e propósitos. Informações *on the record* e *off the record* nos ambientes políticos. Informações com origem desconhecida. Evitando o papel de mensageiro político.

Seminário: prática de avaliação da informação política (fornecida pelo professor), de fontes diferentes.

Leitura para a semana 25: The AP Stylebook (2006), The Chicago Style Guide (2003), Kuhn e Neveu (2002) e McNair (2000).

Semana 25

Palestra: Processamento da informação. Como e onde apurar a informação política. Lutando para manter o controle do agendamento. Desenvolvendo ideias de pautas. Verificação da informação, ouvir o outro lado e oferecer o contexto da informação política. Métodos para assegurar a exatidão. Fatos e opiniões. Valores-notícias e ética. Objetividade. Responsabilidade. Entrevistas: objetivos, tipos e técnicas.

Seminário e exercício: Praticar a verificação da informação política proveniente de diferentes fontes (fornecidas pelo professor).

Leitura para a semana 26: Jenkins e Thorburn (2003), Ellis (2007), Fox (2001) e Ryan e O'Donnel (2001).

Semana 26

Palestra: A sala da redação e a editoria de política. Divisão de funções e temas da editoria de política. Reportagens investigativas. Pesquisa assistida por computador. Rotina de produção diária e organização do trabalho.

Consultando outras mídias: agência, rádio, internet e televisão.

Seminário: análise comparativa da cobertura da mídia local sobre questões políticas.

Exercício: Visitar a editoria de política de um jornal ou revista e elaborar um relatório sobre a organização do trabalho.

Leitura para a semana 27: Herbert (2000), Jenkins e Thorburn (2003), Ellis (2007), Fox (2001) e Ryan e O'Donnel (2001).

Semana 27

Palestra e seminário: Cobertura midiática especial. Viagens oficiais, reuniões de cúpula regionais ou internacionais, eventos políticos especiais, trabalhando em zonas de conflito. Enviados, correspondentes e colaboradores. Pode-se convidar um jornalista com conhecimento do tema.

Leitura para a semana 28: Ellis (2007), Fox (2001), e Ryan e O'Donnel (2001).

Semana 28

Palestra: Edição. Pré-edição e pós-edição. Quadro conceitual. Coletando informação, a partir do prisma jornalístico. Conceber manchetes, imagens e gráficos, segundo critérios políticos.

Seminário: análise comparativa de critérios diferentes de edição nas mídias locais.

Leitura para a semana 29: Ellis (2007), Fox (2001), Levin (2000) e Stein e Burnett (2006).

Semana 29

Palestra: cobertura e redação de matéria para diferentes meios de comunicação. Diferenças e semelhanças entre as coberturas para TV, rádio e impressos. Informações, imagens, vozes: o que se deve buscar e o que se levar em consideração em todos os casos. Jornalista multimídia.

Seminário: um político será convidado para participar da simulação de uma coletiva de imprensa e os estudantes prepararão reportagens para meios diferentes.

Semana 30

Seminário e oficina: Apresentação oral e discussão do quarto trabalho especial, sobre financiamento de campanhas políticas.

Protocolos de avaliação e classificação:

Comparecimento às aulas e exercícios: 30%

Quatro reportagens especiais: 30%

Prova final: 40%

Comentários

O programa desta disciplina foi preparado para o nível de graduação. No programa para mestrado, mudariam alguns exercícios práticos, focando mais nas reportagens aprofundadas e análises sobre política, considerando que a maioria dos estudantes já tenha conhecimento prévio da reportagem básica. Também destinaria tempo a outros tópicos específicos, como ideologias partidárias, ou processo de tomada de decisão obedecendo à burocracia. Por outro lado, ofereceria um panorama mais sucinto de algumas instituições e questões ligadas a elas.

Contribuição de Jorge Liotti, diretor do Departamento de Jornalismo, Universidad Católica Argentina (UCA).

Apuração e redação/Módulo 3: Jornalismo especializado (Ciência e Saúde/ Jornalismo científico).

Nível da disciplina: Último ano da graduação

Descrição da disciplina:

A aquisição de conhecimentos e habilidades na cobertura jornalística de ciência e saúde deveria ser um ponto central na formação de estudantes de jornalismo e comunicação de massa nos países em desenvolvimento. A finalidade deste curso é formar estudantes que poderão transmitir notícias sobre ciência e saúde aos cidadãos de seu país, como parte dos esforços para melhorar a qualidade global da vida destas pessoas.

Os objetivos específicos da disciplina são:

- sensibilizar os estudantes de jornalismo sobre o caráter indispensável da ciência na melhoria dos níveis de vida dos cidadãos em geral, e dos cidadãos das nações em desenvolvimento em particular;
- familiarizar os estudantes de jornalismo (alguns deles podem ter preconceitos contra a ciência) com áreas científicas e como elas impactam a vida da população;
- enxergar e valorizar o papel exercido por um bom sistema de saúde no desenvolvimento geral de um país;
- incentivar os estudantes a desenvolver habilidades para o jornalismo científico e serem capazes de transmitir eficazmente informações sobre ciência/saúde a seus leitores, ouvintes ou espectadores.

Para alcançar esses objetivos, será preciso expor os estudantes aos conhecimentos básicos de ciência e saúde que incidem de maneira considerável na qualidade de vida diária dos cidadãos dos países onde exercem a atividade jornalística. Eles também serão introduzidos às habilidades necessárias para cumprir seus deveres profissional e eficazmente.

Formato

O ensino consistirá em palestras, seminários e exercícios em sala de aula e externos. Os exercícios serão avaliados, receberão nota e serão discutidos durante as aulas subsequentes.

Enfoque pedagógico

A disciplina trará familiaridade aos estudantes em relação às principais questões dos campos da ciência, saúde e tecnologia, com a profundidade necessária para informar e escrever com autoridade e habilidade, para que as informações sejam acessíveis ao público. Os alunos aplicarão o conteúdo aprendido em exercícios semanais, que serão discutidos em seminários e

receberão nota do professor. Tais exercícios consistem na redação de matérias sobre o tema (ou temas) da semana. Supõe-se que os estudantes que escolheram esta disciplina estejam estudando alguns dos temas mencionados em seu programa de humanidades/ciências e que possuam noções científicas básicas sobre o modo pelo qual os cientistas enfocam suas pesquisas. As aulas devem incluir também exercícios regulares de análise crítica da cobertura jornalística de ciência, saúde e tecnologia. Os professores devem convidar especialistas em assuntos-chaves, para que ofereçam palestras ou participem de seminários.

Número de horas

Dois semestres de 15 semanas cada, três a quatro horas por semana.

Bibliografia obrigatória

BLUM, Debora; KNUDSON, Mary (Coords.). *A Field Guide for Science Writers*. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LODER, Natasha. *So You Want to be a Science Writer*. London: Association of British Science Writers, 2002. Disponível em:

<http://www.absw.org.uk/Documents/SYWTBASW.pdf>.

MEYER, Philip. *Precision Journalism*. New York: Oxford Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2002.

Bibliografia recomendada

- ACTION HEALTH INCORPORATED. *A Unique Partnership: adolescents' well being in Nigeria*. Lagos: AHI, 2002.
- AKANDE, John A. *Technology, Industrialization and Environment*. Ibadan: CREM Books, 2000.
- AKINFELEYE, Ralph (Coord.). *Contemporary Issues in Mass Media for Development and National Security*. Lagos: Unimedia Publications Limited, 1988.
- AKINFELEYE, Ralph; PAUL, J. C. *The Politics of Health Legislation: an economic perspective*. Michigan: Health Administrators Perspective, 1988.
- FAMILY HEALTH INTERNATIONAL. *How to Create an Effective Communication Project*. Lagos: FHI AIDS Control & Protection (AIDSCAP) Project, [s.d].
- FRIEDMAN, Sharon M.; DUNWOODY, Sharon; ROGERS, Carol (Coords.). *Communicating Uncertainty: media coverage of new and controversial science*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- GAWANDE, Atul (Coord.). *The Best American Science Writing 2006*. New York: Harper Perennial, 2006.
- GREENE, Brian; FOLGER, Tim (Coords.). *The Best American Science and Nature Writing 2006*. New York: Houghton Mifflin, 2006.

- HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVES. *Reproductive Health & Rights of In-School Adolescents*. Lagos: HDI, 2001.
- JUNGK, Robert. *Brighter Than a Thousand Suns*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1956.
- LAMBRIGHT, W. Henry. *Governing Science and Technology*. New York: Oxford University Press, 1977.
- LOVELOCK, James. *The Revenge of Gaia: why the Earth is fighting back – and how we can still save humanity*. London: Penguin, 2007.
- MOMOH, Tony. *Nigerian Media Law and Ethics*. Lagos: Efua Media Associates Limited, 2004.
- NGA. *Integrated Health and Population Communication Curriculum: a manual for teaching and learning*. Lagos: NIJ/JHU-PLS, [s.d].
- NIEMAN. Nieman Reports. *Science Journalism*, v. 56, n. 3, fall 2002. Disponível em: < <http://www.nieman.harvard.edu/reports/02-3NRfall/02-3NRfall.pdf>>.
- OGUNBODE, Toye (Coord.). *Medical Disorders in Tropical Obstetrics*. Lagos: Evans Brothers, Nigeria Publishers Limited, 1997.
- O'HARE, Dan; FRIEDRICH, Gustav W.; SHAVER, Lynda Dixon. *Strategic Communication*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1998.
- SOBOWALE, Idowu. *Scientific Journalism*. Lagos: John West Publications Limited, 1983.
- UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. Science Journalism Research Group. Disponível em: <<http://www.sciencejournalism.net/>>.

Cronograma de aulas

Primeiro semestre

Semana 1

Introdução, natureza, origem, avanços na ciência: uma visão geral da importância da ciência.

Exercício: Uma reflexão de 250 a 300 palavras sobre a utilidade e os efeitos perigosos da ciência.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 1), e Loder (2002, capítulo 1).

Semana 2

Descobertas científicas notáveis, invenções, adaptações e outros avanços.

Exercício: Escrever uma proposta de reportagem, abordando uma questão da ciência nacional. A proposta deve ser aprovada pelo professor, e a reportagem deve ser entregue no final do segundo semestre.

Leitura para a próxima semana: Meyer (2002, p. 1-3) e Sobowale (2002, capítulo 1).

Semana 3

Uma visão geral sobre questões de saúde e como elas impactam o bem-estar dos cidadãos. Implicações econômicas de sistemas de saúde bem organizados ou desestruturados.

Exercício: Escrever uma matéria de oito parágrafos sobre o problema de saúde mais inquietante da sua comunidade.

Leitura para a próxima semana: Family Health International.

Semana 4

Técnicas de reportagem do jornalismo científico, incluindo entrevista e apresentação.

Exercício: Entrevistar um funcionário experiente da saúde pública na sua cidade sobre um problema atual que causa preocupação e escrever uma notícia de 500 palavras.

Leitura para a próxima semana: Meyer (2002, capítulo 3) e Sobowale (2002, capítulo 14).

Semana 5

Escrever a linguagem científica e técnica para um público de massa. Como conservar a precisão e o contexto ao escrever de forma que o público em geral entenda.

Exercício: Entrevistar um cientista de renome ou um professor de ciência em sua cidade e escrever uma matéria de duas páginas.

Leitura para a próxima semana: Meyer (2002, p. 4-17) e Lambright (1977, capítulo 1).

Semana 6

Diferentes ramos da ciência e como cada um contribui para o desenvolvimento da vida humana; a relação simbiótica entre ciência e tecnologia.

Exercício: Comparar e contrastar três ramos da ciência e como eles impactam a vida humana (máximo de 500 palavras).

Leitura para a próxima semana: NGA (excertos sobre problemas populacionais).

Semana 7

Problemas populacionais: controle de natalidade, espaçamento entre os nascimentos, uso de contraceptivos; a realidade e as políticas de controle populacional; as implicações sociais e econômicas.

Exercício: Estudo de 20 mulheres da cidade. Escrever uma matéria de 10 parágrafos sobre as percepções delas dos programas de planejamento familiar.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 2).

Semana 8

Os meios de comunicação de massa e ciência/saúde: como os meios de comunicação de massa podem ser mais bem aproveitados na disseminação de informações sobre ciência e saúde.

Tarefa: escrever um artigo crítico sobre uma notícia de ciência ou saúde veiculada em um meio de comunicação local, com a resposta do editor ou editor-chefe.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 6).

Semana 9

Redação de matérias para a editoria de ciência e saúde. A eficácia da matéria jornalística como veículo para a cobertura informativa de assuntos de ciência e saúde.

Exercício: Escrever uma matéria publicável (750 palavras) sobre o flagelo que a malária ou a poliomielite causam em sua região.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 5).

Semana 10

Cobrando o clima: questões como mudança climática, precipitação de chuvas, seca, desertificação, reflorestamento, produção agrícola, fome e suas consequências para a sociedade.

Exercício: Monitorar as previsões do tempo durante cinco dias e escrever uma matéria de 10 parágrafos sobre a precisão das previsões, com a resposta de um meteorologista local.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 11).

Semana 11

O meio ambiente: poluição. Emissões de monóxido de carbono por veículos e indústrias; dejetos industriais e poluição sonora. Tratamento de esgoto e contaminação de recursos hídricos. Eliminação de dejetos sólidos domésticos e industriais.

Exercício: monitorar o nível de barulho em sua vizinhança/cidade durante dois dias e entrevistar as autoridades sobre o que eles farão sobre o problema.

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 11).

Semana 12

Jornalismo científico investigativo.

Exercício: Fazer uma reportagem investigativa sobre a indústria ilegal de drogas em seu estado ou sobre um grande vazamento de petróleo ou outro problema ambiental (para a semana 15 do primeiro semestre).

Leitura para a próxima semana: Blum e Knudson (2006, capítulo 12).

Semana 13

Conquistando fontes de informação. Ênfase na manutenção de relacionamento com especialistas que serão fontes constantes de informação e formação.

Exercício: Listar dez fontes de informação que você planeja contatar para sua reportagem investigativa.

Leitura para a próxima semana: Loder (2002, capítulo 3).

Semana 14

Como cobrir conferências, seminários, simpósios, colóquios de ciência e saúde.
Exercício: Cobrir uma conferência sobre saúde e escrever uma notícia para publicação.

Leitura para a próxima semana: Ler um artigo de uma revista especializada em ciência ou saúde e se preparar para apresentar um relato sobre o conteúdo na próxima semana.

Semana 15

Publicações de ciência e saúde como fontes de informação: como escrever sobre artigos acadêmicos apresentados em conferências e sobre artigos de revistas especializadas.

Entrega da reportagem investigativa, com a lista de fontes.

Exercício: Grupos de estudantes conduzirão um seminário sobre questões legais e éticas envolvendo ciência e saúde.

Leitura para a próxima semana: Apostila sobre legislação dos meios de comunicação e questões éticas para jornalistas científicos.

Segundo semestre

Semana 1

Questões legais e éticas na cobertura de ciência e saúde: privacidade, confidencialidade médico/paciente, direito de autor, patentes e outras questões legais.

Leitura para a próxima semana: Apostila sobre fontes alternativas de cuidados com a saúde.

Exercício: os alunos deverão informar os progressos obtidos em sua reportagem sobre uma questão científica nacional (entregar no final do semestre).

Crítica de livro (1): Gawande (2006), Green (2006) ou Nieman Reports (2002) (para o final da semana 5).

Semana 2

Fontes alternativas de cuidados com a saúde: ervas medicinais, folhas e raízes; sinergia entre medicina alternativa e tradicional; controle de qualidade.

Exercício: Escrever um artigo sobre o grau de aceitação da medicina alternativa pelas pessoas que vivem na comunidade do estudante.

Leitura para a próxima semana: O professor e o palestrante convidado devem elaborar uma lista de leitura.

Semana 3

Doenças tropicais: parasitas – plasmódio, oncocercose, filariose (palestrante convidado).

Exercício: Escrever uma matéria de 15 parágrafos sobre uma doença tropical em seu país.

Leituras para a próxima semana: o palestrante convidado da próxima aula deve passar uma lista de leituras, incluindo o sítio do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas <<http://www.ipcc.ch/>> e excertos de Lovelock (2007). Durante o resto do semestre, as leituras serão indicadas pelo professor após consultar o palestrante convidado.

Semana 4

Mudanças climáticas e debate sobre aquecimento global (palestrante convidado). Exercício: escrever uma matéria baseada na avaliação do palestrante convidado sobre o Protocolo de Quioto. Os exercícios dos próximos encontros com palestrantes convidados devem ser baseados nas aulas, mas podem assumir várias formas, tais como notícias e reportagens, apresentação de grupos, convite a representantes de indústrias para contrapor a análise do palestrante convidado etc.

Semana 5

Agricultura em geral: definição de agricultura, população mundial e produção alimentícia, a indústria pecuária; sistemas de produção pecuária; gerenciamento de diferentes tipos de fazendas (propriedades) de animais (palestrante convidado).

Exercício: Baseado no relato do palestrante convidado sobre questões da agricultura em seu país.
Entrega da crítica de livro (1).

Semana 6

Malária: tipos de mosquitos que carregam o parasita da malária; tratamento; saneamento ambiental; resistência a medicamentos; implicações econômicas da malária (palestrante convidado).

Exercício: Escrever um artigo sobre os fundamentos científicos dos medicamentos antimalária. Crítica de livro (2) sobre Friendman (para a semana 10).

Semana 7

Ciência e tecnologia da alimentação: intoxicação alimentar e prevenção; preparação e conservação dos alimentos; contaminação da comida por fontes naturais e outras questões ligadas à alimentação (palestrante convidado).

Exercício: reportagem investigativa sobre inspeção alimentar ou serviços de aborto ou tratamento para Aids/HIV, na região do estudante (para semana 12).

Semana 8

Órgãos reprodutores e funções corporais: amadurecimento; mudanças psicológicas: implicações; aborto (palestrante convidado).

Semana 9

HIV /Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: causas, tratamento, controle social e efeitos econômicos na sociedade (palestrante convidado).

Semana 10

Energia: petróleo na estrutura energética contemporânea; classificação e composição do petróleo bruto e gases naturais; outros aspectos da indústria; outros tipos de fontes de energia; significados social, econômico e político da energia; industrialização e degradação do meio ambiente (palestrante convidado).
Exercício: Escrever uma matéria sobre uma iniciativa de fonte alternativa de energia em sua área.

Entrega da crítica de livro (2).

Semana 11

Pressão sanguínea: hipertensão, hipotensão, diabetes e outras condições cardíacas (palestrante convidado).

Exercício: Escrever o perfil de um paciente que sofra de umas das doenças tratadas durante a semana.

Semana 12

Imunização e as seis doenças infantis mortais. Outras doenças infantis; princípios de higiene geral etc. (palestrante convidado).

Semana 13

Genética: genes, mutação, clonagem e aplicação nos tratamentos de doenças; produção alimentar (palestrante convidado).

Exercício: Escrever uma matéria explicando o que é o DNA para o público em geral.

Semana 14

Mineração; exploração e processamento; *marketing* e importância para o desenvolvimento nacional (palestrante convidado).

Exercício: Revisão da reportagem investigativa.

Semana 15

Sangue: grupos sanguíneos, genótipo, coleta. Banco de sangue; transfusões; alterações sanguíneas e exames diagnósticos (palestrante convidado).

Entrega da reportagem especial.

Protocolos de avaliação e classificação:

Os alunos serão avaliados por meio dos exercícios semanais de jornalismo, duas reportagens investigativas e uma reportagem especial. Esta última deve ter 5.000 palavras ou ser um documentário de 30 minutos para rádio ou televisão ou, ainda, um sítio para internet com informações completas sobre uma questão nacional de ciência.

Exercícios semanais: 25%

Críticas de livros: 15%
Reportagens investigativas: 30%
Reportagem especial: 30%

Colaboração de Idowu Sobowale, diretor, Department of Mass Communication, Olabisi Onabanjo University, Ago Iwoye, Ogun State, Nigéria.

Radiojornalismo e telejornalismo

Nível da disciplina: Segundo ano da graduação de três anos ou terceiro ano da graduação de quatro anos.

Descrição da disciplina

Esta disciplina da graduação prepara os estudantes para realizar a cobertura jornalística, escrever e apresentar notícias, reportagens e entrevistas de rádio, televisão e rádio comunitária. O curso inclui uma análise de como a cobertura jornalística pode ser usada como ferramenta de mudança e como reduzir ao máximo a subjetividade e os preconceitos. A ênfase principal está no desenvolvimento de habilidades para o trabalho jornalístico no rádio e na TV.

Objetivos da disciplina

- Ensinar aos estudantes aspectos conceituais e teóricos das mídias audiovisuais e radiofônicas.
- Mostrar as diferenças entre meios impressos e eletrônicos e as técnicas usadas para cobertura e redação jornalística.
- Capacitar os alunos para o uso de gravadores de áudio e vídeo e outros equipamentos relacionados.
- Ensinar os estudantes a utilizar técnicas de apuração e redação de notícias para os meios audiovisuais.
- Propor exercícios práticos sobre edição de áudio e vídeo.
- Desenvolver técnicas de entrevista e outras habilidades para o trabalho em rádio e TV.

Ao final do curso, os estudantes devem contar com uma preparação adequada para o mercado de trabalho jornalístico de rádio e TV.

Formato

Combinação de palestras, discussões, exercícios em pequenos grupos, seminários, trabalhos de campo e oficinas. A palestra, com uma hora de duração, cobrirá aspectos como orientação aos estudantes, motivação, dados importantes e contextos histórico e conceitual da disciplina. Os seminários

(uma ou duas horas) vão focar os aspectos práticos da disciplina e permitirão aos estudantes que eles conheçam a experiência de profissionais dos meios de comunicação. Durante as oficinas (de duas a três horas), os alunos vão adquirir as competências práticas necessárias para informar, entrevistar, escrever, editar e apresentar. Realizarão apresentações individuais ou em grupos sobre temas escolhidos, previamente aprovados pelo professor. Além dos exercícios escritos, terão de elaborar várias notícias e reportagens para rádio e televisão e um documentário para um dos dois meios de comunicação.

Enfoque pedagógico

Os estudantes serão supervisionados de perto e avaliados durante a preparação das matérias. É necessário o acesso às tecnologias de informação e comunicação e a outros equipamentos. Os estudantes podem se dividir em pequenos grupos, para adquirir mais prática e alimentar o espírito de trabalho em equipe. Especialistas serão convidados para seminários que atenderão a dois objetivos: criar a possibilidade de os estudantes se beneficiarem da experiência prática dos jornalistas e permitir que estes atuem como ponte entre universidade e meios de comunicação. A disciplina terá como eixos centrais a apuração, a cobertura jornalística e a redação de matérias (incluindo entrevistas), edição e produção. A criatividade dos alunos deve ser aproveitada na gravação de reportagens e documentários.

Número de horas por semana: quatro horas.

Número de semanas da disciplina: 15 semanas.

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou material

Obrigatória para os professores:

- ALEXANDER, James P. *Programmed Journalism Editing*. Ames, Iowa; Iowa State University Press, 1979.
- BOYD, Andrew. *Broadcast journalism*. Oxford: Heinemann Professional Publishing, 1990.
- BOYD, Andrew. *Broadcast Journalism*. Oxford: Focal Press, 1997.
- BRONFELD, Stewart. *Writing for Films and TV*. New York: Simon & Schuster, Inc., 1986.
- CARTWRIGHT, Steve R. *Pre-Production Planning of Video Film and Multimedia*. Oxford: Focal Press, 1996.
- CARTWRIGHT, Steve R. *Training With Video*. New York: Knowledge Industry Publications, 1996.
- CHANTLER, Paul; HARRIS, Sam. *Local Radio Journalism*. Oxford: Focal Press, 1997.
- CHRISSELL, Andrew. *Understanding Radio*. New York: Methuen & Co.

- Ltd., 1986. p.19-45.
- CREMER, Charles F. *ENG [Electronic News Gathering] Television News*. New York: McGraw Hill, 1996.
 - CROOK, Tim. *International Radio Journalism*, London: Routledge, 1988.
 - DIMBLEBY, Nick; DIMBLEBY, Richard; WHITTINGTON, Ken. *A Guide to Production Techniques*. London: Hodder and Stoughton Bath, 1994.
 - DOMINICK, Josef R. *The Dynamics of mass communication: media in the digital age*. Athens: University of Georgia; New York: Mc Graw Hill, 2002.
 - ENG, Peter; HODSON, Jeff. *Reporting and Writing News: a basic hand book*. Bangkok: Indo-China Media Memorial Foundation, Dec. 2001. p. 112-121.
 - FINBERG, Howard I.; LITALE, Bruce D. *Visual Editing*. Belmont: Wadsworth, 1990.
 - FRASER, Colin; ESTRADA RASTREPO, Sonia. *Community Radio Handbook*. Paris: UNESCO, 2001.
 - GOUH, Howard. *Planning, producing, presenting the radio programme: an AIBD manual for media trainers*. Malásia: AIBD, 1982. p. 175-77.
 - HAUSMAN, Carl. *Crafting the News for Electronic Media*. California: Woodsworth Publishing, 1995.
 - HOLLAND, Patricia. *The television handbook*. London: Routledge, 1997.
 - JABBAR, Javed e QAZI FEZZ, Isa. *Mass Media Laws and Regulations in Pakistan*. Singapore. Amic, 1997.
 - MAESENEER De. Paul. *Here is the News: a radio news manual*. Paris: UNESCO, [s.d.].
 - MUSBUGER, B. Robert. *Media Manual: single camera video production*. London: Focal Press, 1993. p. 84-152.
 - NIAZI, Zamir. *The Web of Censorship*. Karachi: Oxford University Press, 1994.
 - TABING, Louie. *How to do community radio*. New Delhi: UNESCO Publication, 2002.
 - WALTERN, Roger L. *Broadcast Writing*. New York: McGraw Hill, 1994.
 - WILBY, Pete. *The Radio Handbook*. London: Routledge, 1996.
 - WULFEMEYER, K. Tim. *Beginning Broadcast Writing*. Ames Iowa: Iowa State University Press, 1984.
 - YORK, Ivor. *Basic Television Reporting*. London: Focal Press, 1990.
 - ZBAR, Paul B.; ORNE, Peter W. *Basic Television Theory and Servicing*. New Delhi: Tata McGraw Hill Publishing Co., 1988.

Cronograma de aulas

Semana 1

Introdução à disciplina e ao conteúdo básico do radiojornalismo e do telejornalismo.

Atividade: Visita ao departamento de rádio e TV da universidade ou a emissoras locais.

Tarefa: As expectativas dos estudantes em relação à disciplina (para ser usado

posteriormente com fins de autoavaliação).

Leitura para a semana 2: Chrisell (1986, p. 19-45), Dominick (2002, p. 180-197; 258-298).

Semana 2

Breve histórico e evolução do rádio e da TV.

Cronologia de eventos importantes e desenvolvimento de tendências no rádio e TV, os impactos sociais que causaram e como o setor está evoluindo para atender a necessidades futuras.

Introdução aos equipamentos de rádio e TV: exercícios práticos de gravação e exercícios de manejo de microfone.

Tarefa: Evolução e crescimento da mídia eletrônica, de preferência no próprio país, o papel exercido no desenvolvimento nacional e perspectivas futuras.

Leitura para a semana 3: Gouh (1982, p. 71-76).

Observação: os professores devem recomendar leituras de fontes locais.

Semana 3

Notícia: Definição, valores, elementos, características e estrutura. Fontes e público.

Texto para áudio: Diferença entre a redação para a mídia impressa e para rádio e TV.

Atividade: Um grupo de estudantes deve gravar boletins informativos nacionais e locais do mesmo dia. Eles classificarão as notícias em várias categorias, de acordo com os valores-notícia. Outro grupo coletará notícias importantes de jornais da mesma data e fará igual trabalho de classificação. Os grupos devem, então, comparar e contrastar os resultados sob vários ângulos.

Tarefa: Diferentes grupos receberão tópicos relacionados à definição da notícia, fontes, valores, elementos e características e deverão apresentá-los em sala de aula (para desenvolver as habilidades de apresentação).

Leitura para a semana 4: Gouh (1982, p. 175-177) ; Maeseneer (s.d., p. 68-86).

Semana 4

Introdução à (sala de) redação: estrutura, funções, cultura; o básico da cobertura jornalística; recebimento de pauta; ferramentas de apuração: folhetos, *releases*, discursos etc.

Atividade: Os estudantes devem ler um jornal local e listar notícias que poderiam ter uma continuação. Eles devem pensar em diferentes ângulos, e cada ângulo deve ser transformado em uma matéria. Monitorar as notícias sobre o mesmo assunto difundidas em diferentes canais para fornecer os ângulos da continuação (*suite*).

Tarefa: Grupos de estudantes devem preparar um exercício escrito sobre técnicas de apuração jornalística e apresentá-lo em sala.

Avaliação: Teste escrito de uma hora, com questões de múltipla escolha, relacionado com as quatro primeiras semanas de aula. O teste pode fazer

parte da nota de exercícios escritos.

Leituras para a semana 5: Maeseneer (s.d., p. 38-49); Boyd (1997, p. 50-74); Eng e Hodson (2001, p.s 112-121); York (1990, p. 48-58); Cremer (1996, p. 173-201); Dominick (2002, p. 430-455).

Semana 5

Técnicas de redação jornalística [incluindo os ângulos da notícia; as perguntas do *lead*; a introdução; o foco]. Fatos e opinião; clichê; corroboração; atribuição; notícias com vários ângulos X notícia com um único ângulo.

Desenvolvendo a notícia: introdução, corpo e conclusão; precisão; ética na cobertura: fontes e verificação da informação; confirmação cruzada; pedidos de desculpas; construção da confiança.

Atividade: Construir uma matéria a partir de fatos dados. Exercício de simulação a partir de uma situação dada.

Seminário: Debate com profissionais sobre verificação de fontes.

Tarefa: Exercícios escritos sobre ângulos da notícia, diferença entre notícias e ponto de vista, a importância da precisão e da objetividade, informação cruzada etc.

Leitura para a semana 6: Gouh (1982, p. 65-70); Musbuger (1993, p. 24-80); Cremers (1996, p. 131-169).

Semana 6

Edição de som. Introdução à edição audiovisual. Edição de fitas (manual) X edição digital. Técnicas de edição; aprendendo a usar vários programas de edição sonora no computador, tais como *Adobe audition*.

Atividade: Exercícios de edição.

Tarefas: Pequenos projetos de edição.

Leitura para a semana 7: Musbuger (1993, p. 84-152).

Semana 7

Técnicas de gravação: gravadores e câmeras: princípios, utilização e má utilização. Os microfones: tipos, princípios e usos; treinamento da voz; manuseando outros equipamentos (mesas de mixagem de áudio e vídeo, gravação pelo telefone, gravações telefônicas ao vivo, conhecimento básico dos transmissores etc.).

Atividade: Os estudantes devem gravar vários trechos de sons, imagens e tomadas em câmara de vídeo. Esses materiais devem ser apresentados e discutidos em classe.

Tarefa: Os grupos devem ser enviados ao estúdio para observação e auxílio.

Leitura para a semana 8: Maeseneer (s.d., p. 94-105); York (1990, p. 126-134); Sayed Shah Jehan, p. 19-21.

Semana 8

A entrevista: técnicas, tipos, fases.

Atividade: Os grupos ouvirão e gravarão entrevistas de rádio e TV e farão uma lista das perguntas que foram feitas. Os grupos deverão sair em campo para fazer entrevistas.

Seminário: Jornalista experiente de uma emissora de rádio ou televisão orientará os estudantes sobre técnicas de entrevistas.

Tarefa: Simulação – um estudante age como entrevistador e outro como entrevistado.

Avaliação: Teste escrito com uma hora de duração, com questões de múltipla escolha, relacionado às quatro últimas semanas de aula. O teste pode fazer parte da nota de exercícios escritos.

Leituras para a semana 9: Cremer (1996, p. 203-283).

Semana 9

Focando nas notícias. Exercício de redação de notícias enviadas por correspondentes e/ou agências de notícias. Exercício da redação da informação como correspondente; elaboração de deixas e textos de correspondentes por meio de exemplos; últimas notícias; características; a corrida para ser o primeiro a divulgar uma notícia; a preparação dos boletins de notícias.

Atividade: a) Os grupos deverão redigir comunicados a partir de uma série de fatos fornecidos previamente; b) Exercício de redação de últimas notícias: criar várias notícias baseadas nas condições dadas; c) Seminário: especialista compartilhará sua experiência na elaboração de boletins.

Tarefa: Exercício escrito sobre a construção de textos de correspondentes, as características de últimas notícias, etc.

Leitura para a semana 10: Ivor York (1990, p. 92-96); Robert Musburger (1993, p. 156-170); Cremer (1996, p. 250-287); EGAN LEE, Candace. *Video shooting Basics*. Disponível em: <<http://zimmer.csufresno.edu/~candace/basics/shooting.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2007.

Semana 10

Edição avançada e técnicas de produção. Sistema de multifaixas: inserção de arquivos de áudio em multifaixas, nomeando as faixas, audição e controle de faixas, ajuste de volume e medidores de potência, visualização da gravação de multifaixas, propriedade das faixas, mixagem, blocos sonoros, edição de formatos sonoros e propriedades de *loop*. Técnicas de edição de vídeo, cortes de edição etc.

Atividades: grupos de estudantes devem praticar a utilização do sistema de multifaixas.

Seminário: especialista em *Adobe Audition* apresentará e compartilhará suas habilidades.

Tarefa: Exercícios escritos sobre várias técnicas de produção audiovisual, tais como os princípios de trabalho do sistema de multifaixas, fundamentos da voz em off (*VO - voice over*) e som em fita (*SOT - sound on tape*), *B Rolling* etc.

Leitura para a semana 11: EGAN LEE, Candace. *Video Shooting Basics*.

Disponível em: <<http://zimmer.csufresno.edu/~candace/basics/shootong.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2007.

Semana 11

Efeitos do *Adobe Audition*: Efeitos, estabilização, redução de ruído, *fade in*, *fade out*, equalizador, compressão, entradas, frações, compensação do ganho de saída, tempo de abertura, reverberação, longitude total de reverberação, mixagem.

Localização e solução de problemas do *Adobe Audition*: Resolvendo e contornando problemas enfrentados durante a edição de vídeo com transições e efeitos, gráficos de vídeo, títulos etc.

Atividade: a) Seminário: aulas com especialista sobre as várias formas de usar os efeitos e como os problemas de gravação do *Adobe Audition* podem ser contornados.

b) Os alunos devem mostrar como produzir diferentes efeitos audiovisuais.

Tarefa: os exercícios em grupo devem ter como base os vários efeitos do *Adobe Audition* e da última versão *Autodesk* inferno.

Leitura para a semana 12: York (1990, p. 138-148).

Semana 12

Reportagens e documentários: Tipos e formatos, características e temas.

Programas de entrevista (*talk shows*), programas itinerantes, *feedback* do público, transmissões ao vivo, sons ambientes etc.

Atividade: Os grupos devem preparar reportagens e documentários, tendo como temas problemas socioculturais. Os trabalhos serão analisados na aula destinada ao *feedback* das atividades.

Tarefa: Cada estudante deve desenvolver seu próprio conceito sobre a realização de um documentário, sempre considerando as diferentes fases de produção.

Leitura para a semana 13: Tabing (2002, p. 38-69); Fraser e Estrada Rastrepo (2001, p. 5-20).

Semana 13

Comunicação audiovisual comunitária: definição, características, valores, necessidades e diagnósticos. Programas baseados em comunidades: temas, questões, reportagens e princípios. Ética na comunicação comunitária audiovisual.

Atividade: Os alunos devem ir a áreas da periferia/zona rural para observar e apurar problemas relevantes e expectativas da comunidade; produzir um programa sobre os temas apurados, que serão discutidos em seminário.

Tarefa: Exercício escrito sobre os problemas, necessidades e diagnósticos da comunicação comunitária.

Avaliação: Teste escrito com uma hora de duração com questões de múltipla escolha, relacionado ao conteúdo das quatro últimas semanas. O teste pode fazer parte da nota de exercícios escritos.

Leituras para a semana 14: Maeseneer (s.d., p. 120-137); Gouh (1982, p. 23-41).

Semana 14

Apresentação: Aperfeiçoando as habilidades de apresentação; gestão do tempo; programas ao vivo com participações por telefone e atividades ao vivo.

Atividade: Os estudantes devem agir como apresentadores de um programa com participações ao vivo por telefone e de outros tipos de programas ao vivo.

Tarefa: Exercício escrito sobre as qualidades de um bom apresentador e a ética nos programas ao vivo.

Leitura para a semana 15: Howard Gouh (1982, p. 243-247); Chrisell (1986, p. 191-217).

Semana 15

Conhecendo as preferências da audiência e suas escolhas: pedidos de conselhos e informação, mensagens, apresentadores convidados, entrevistados, povo fala, visitas a povoados, mesas-redondas, entrevistas em grupo, audiência como espectadores, convidados com talento, estúdio móvel, audição de grupos, programas independentes etc. Pesquisa de audiência e técnicas de *feedback*.

Atividade: Os estudantes receberão temas que poderão ser discutidos em mesas-redondas.

Avaliação: Teste escrito com uma hora de duração com questões de múltipla escolha, relacionado ao conteúdo das duas últimas semanas. O teste pode fazer parte da nota de exercícios escritos.

Protocolos de avaliação e classificação

Comparecimento às aulas: 10%

Tarefas escritas: 30%

Produção de reportagens e documentário: 60%

Comentário

Em caso de falta de equipamento, pode-se pôr em prática uma estratégia composta por três partes. Na primeira fase da disciplina, com o uso de materiais simples disponíveis, tais como gravadores de fita manuais e câmeras de vídeo baratas, os programas podem ser produzidos no estúdio do departamento e retransmitidos por meio das emissoras de rádio e TV locais. Em uma segunda etapa, um estúdio e unidades de produção digital podem ser instalados. Na terceira fase, emissoras de rádio e de televisão do próprio departamento podem ser criadas.

Contribuição do professor Shahjahan Sayed, diretor, Department of Journalism & Mass Communication, University of Peshawar, Paquistão; coautor: Gul Wahab, professor do mesmo departamento.

Jornalismo *on-line* e multimídia

Nível da disciplina: Segundo ano da graduação de três anos ou terceiro ano da graduação de quatro anos.

Descrição da disciplina: O propósito desta disciplina é oferecer aos estudantes de jornalismo uma perspectiva ampla e habilidades práticas para as formas emergentes de jornalismo que têm como base a internet e outras plataformas digitais. Por meio de palestras (ou seminários), discussões em classe e leitura de textos recomendados, os alunos poderão verificar como a revolução digital afetou e tem afetado o jornalismo. Os estudantes também aprenderão princípios básicos para publicação de conteúdo na web, desde o planejamento e concepção de um sítio de notícias até a produção e a publicação de textos, fotos, arquivos de áudio e vídeo, por meio de aulas no laboratório de informática e exercícios práticos. A turma estudará como as relações com o público podem ser transformadas em um compromisso interativo com a internet e outras redes de mídia. Os alunos também serão alertados sobre os problemas éticos que podem surgir com as novas tecnologias e como a estrutura das organizações de mídia pode ser transformada pela tecnologia. Eles também aprenderão a utilizar câmeras digitais e a realizar experimentos com áudio e vídeo em projetos interativos e multimídia; considerarão o impacto das tecnologias móveis e aprenderão a se adaptar às tecnologias emergentes, tendo sempre em mente os valores básicos do jornalismo e seu papel em uma sociedade democrática.

Formato: Combinação de palestras, discussões em classe, aulas no laboratório de informática, exercícios e projetos jornalísticos.

Enfoque pedagógico:

A disciplina adota um duplo enfoque pedagógico, já que inclui as tradicionais palestras, discussões em classe e seminários e o lado prático, com tutorias e exercícios no laboratório de informática. Turmas pequenas (com até 20 alunos), com um computador por aluno, seriam ideais. Uma turma maior pode ser dividida em grupos pequenos para as aulas de laboratório. Cada estudante deve dispor de um computador com acesso à internet. Caso isso não seja possível, a tela do computador do professor deve ser projetada (embora isso

não seja recomendado, considerando que os alunos aprendem mais quando fazem a atividade do que quando simplesmente assistem à explicação do professor).

Número de horas por semana: quatro horas (duas de palestra/discussão, duas de laboratório).

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou material

On-line

- Material recente e relevante publicado em sítios especializados na internet, incluindo tutorias de programas de computador e artigos sobre jornalismo digital.

Livros

- FOUST, James. *Online Journalism: principles and practices of news for the web*. Scottsdale, AZ: Holcomb Hathaway Publishers, 2005.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. *The Elements of Journalism: what newspeople should know and the public should expect*. New York, NY: Crown Publishers, 2001.
- QUINN, Stephen. *Convergent Journalism: the fundamentals of multimedia reporting*. New York, NY: Peter Lang Publishing, 2005.
- STOVALL, James Glen. *Web Journalism: practice and promise of a new medium*. Boston, MA: Pearson Education, 2004.

Softwares

- Dreamweaver, Photoshop, Audacity, Soundslides, iMovie (ou outros programas de edição de vídeo como FinalCut Pro ou Adobe Premiere).

Cronograma de aulas

Semana 1

Seminário: Apresentação do programa da disciplina. Apresentação dos estudantes. Panorama do jornalismo *on-line* local e internacional. Como a web funciona. (FOUST, 2005, capítulo 2).

Laboratório: Ferramentas e terminologia (FOUST, 2005, capítulo 1) e introdução à linguagem HTML (FOUST, 2005, capítulo 3).

Leitura para a próxima semana: Para o seminário, Ward, Capítulo 1 e Stovall, Capítulo 1; para o laboratório (FOUST, 2005, capítulos 1 e 3).

Semana 2

Seminário: O que é jornalismo *on-line* e como ele tem evoluído. Uma breve história da internet e da revolução digital, seu impacto sobre o jornalismo mundial e nacional. Estudo de caso local ou regional deve ser apresentado.

Laboratório: HTML e introdução ao CSS (*Cascading Style Sheets*). Início do projeto de publicação na web: páginas com o currículo dos estudantes.

Leitura: Kovach e Rosentiel (2001) ou

<<http://www.nieman.harvard.edu/reports/professor/elements.pdf>>; Foust (2005, capítulo 1).

Semana 3

Seminário: Valores elementares do jornalismo aplicados à nova mídia. “Os nove elementos do jornalismo”. Tipos de jornalismo *on-line* (fora e dentro do país). Discussão e seleção de tópicos para um artigo curto de pesquisa. Deve ser entregue na semana 8.

Laboratório: HTML: Inserção de *hyperlinks*, de imagens e outras técnicas avançadas de autoria. Continuação do trabalho nas páginas com o currículo dos estudantes.

Leitura: Foust (2005, capítulo 6).

Semana 4

Seminário: Planejamento do projeto da turma. Webzine (revista *on-line*) ou um sítio de notícias para a web. Princípios do *design* para a web, arquitetura da informação, acessibilidade em sítios de notícias na internet.

Laboratório: Finalizar as páginas com o currículo dos estudantes. Começar a construção de uma webzine.

Leitura: Stovall (2004, capítulo 2).

Semana 5

Seminário: Análise de sítios de notícias: Os estudantes irão examinar um sítio de notícias, nacional ou estrangeiro, que servirá como referência para o projeto Webzine da turma. Discussão e atribuição das notícias que os alunos deverão redigir e editar para o projeto.

Laboratório: HTML: Introdução à criação de tabelas e utilização de CSS.

Criação da Webzine em HTML e CSS.

Leitura: Foust (2005, capítulo 5) e Stovall (2004, capítulo 4).

Semana 6

Seminário: Coletando informações na internet. Princípios da reportagem assistida por computador. Relatório com os avanços nas reportagens para a Webzine.

Laboratório: HTML: técnicas adicionais com tabelas e CSS. Continuação da criação da Webzine em HTML e CSS.

Leitura: Foust (2005, capítulo 7) e Stovall (2004, capítulo 5).

Semana 7

Seminário: Princípios de redação e edição para a web. Entrega das matérias editadas para publicação na Webzine.

Laboratório: Introdução à câmera digital e técnicas de uso.

Semana 8

Seminário: Avaliação da Webzine. Prova de meio de semestre ou apresentação do artigo.

Laboratório: Introdução ao Photoshop e a entrevistas em áudio para a web.

Leitura: Gillmor (capítulos 1 e 12).

Semana 9

Seminário: *Blogs* e jornalismo participativo. O compromisso do público com os sítios de notícias. Criação de um *blog* da turma, que será combinado com a Webzine. Discussão e seleção de tópicos para um artigo mais extenso que será apresentado na semana 15.

Laboratório: Inserção de imagens e/ou fotos na Webzine. Introdução ao software Audacity.

Leitura: Foust (2005, capítulo 9)

Semana 10

Seminário: Multimídia e interatividade: alterando a narrativa jornalística.

Discussão e atribuição das notícias que os alunos deverão redigir e editar para a Webzine, enfatizando projetos multimídia (vídeo, áudio, fotos etc.).

Laboratório: Inserção do áudio de notícias na WebZine. Introdução à câmera de vídeo e técnicas de vídeo reportagem para a web.

Leitura: Stovall (2004, capítulos 8-9).

Semana 11

Seminário: Princípios básicos de vídeo e fotografia para a web. Infográficos interativos e animados, *slides-shows* com áudio e outras formas de apresentações visuais.

Laboratório: Introdução ao software *Soundslides* e inserção de matérias na Webzine. Introdução ao iMovie (ou outro programa de edição de vídeo, como o Adobe Premiere ou FinalCut Pro).

Leitura: Quinn (2005, capítulo 2).

Semana 12

Seminário: A redação multimídia: como a internet está alterando a estrutura das empresas de mídia. O impacto da tecnologia móvel na produção e na disseminação de notícias: das mensagens de texto para celulares aos *podcasts* e outros formatos de notícias.

Laboratório: Inserção de notícias com vídeos na Webzine. Como fazer um *podcast*.

Leitura: Foust (2005, capítulo 10); texto sobre aspectos legais locais/nacionais.

Semana 13

Seminário: Problemas éticos e legais do jornalismo *on-line*. Entrega dos projetos multimídia.

Laboratório: Inserção (opcional) de *podcasts* na Webzine.

Leitura: Artigos *on-line* sobre a situação do mercado de trabalho na região do aluno.

Semana 14

Seminário: Discussão sobre o mercado de trabalho e oportunidades para trabalhar em jornalismo *on-line* na região ou país. Avaliação da Webzine e do blog.

Laboratório: Finalização da Webzine.

Semana 15

Seminário: Apresentação dos artigos. Conclusões.

Contribuição de Rosental Calmon Alves, Cátedra Knight em Jornalismo e Cátedra UNESCO em Comunicação, University of Texas at Austin.

Legislação dos Meios de Comunicação

Nível da disciplina: Primeiro ano da graduação de três anos ou segundo ano da graduação de quatro anos.

Descrição da disciplina

Esta disciplina abrange as leis que afetam os jornalistas e os meios de comunicação. Ela introduz aos estudantes o sistema judiciário nacional, incluindo a estrutura dos tribunais; aprecia os princípios democráticos de liberdade de expressão, liberdade de imprensa e transparência. A disciplina também contempla os mecanismos regulatórios para os meios de comunicação e as diversas leis e instrumentos internacionais que limitam ou permitem a liberdade de expressão dos jornalistas.

Formato: Combinação de palestras e seminários.

Enfoque pedagógico

A abordagem com estudos de caso deve ser adotada e utilizada o máximo possível para integrar teoria e prática e para esclarecer conceitos legais complexos. Os professores devem coletar no próprio país estudos de caso apropriados para ilustrar o funcionamento dos princípios legais em casos específicos. Seminários conduzidos pela equipe de professores ou estudantes de graduação fornecerão aos estudantes a oportunidade de discussão mais aprofundada. Para os seminários, os estudantes devem preparar apresentações escritas que valerão notas.

Número de horas por semana: Palestras e seminários: quatro horas.
Leituras, preparação e tarefas: seis horas.

Número de semanas: 15

Bibliografia obrigatória e recomendada

Observação: Em razão de o sistema legal ser diferente de país para país, a bibliografia deste curso pode somente sugerir algumas leituras gerais sobre

temas particulares. Para leituras sobre particularidades das leis em qualquer país, os professores devem buscar leituras específicas sobre o país onde ensinam. O sítio Article 19 (<http://www.article19.org/publications/global-issues/index.html>) contém informações sobre diferentes aspectos da legislação dos meios de comunicação em vários países. Os professores também podem usar material legal de seu próprio país para casos ilustrativos.

Bibliografia recomendada

- ARTICLE 19. *Defamation ABC: a simple introduction to key concepts of defamation law*. London: Article 19, 2006.
- ARTICLE 19. *The freedom of expression handbook*. London: Article 19, 2007.
- ARTICLE 19. *Kid's talk: freedom of expression and the UN Convention on the Rights of the Child*. London: Article 19, 1999.
- BRAND, R. C. Between privilege and subpoena: protecting confidential sources. *Ecquid Novi*. v. 27, n. 2, p. 113-135, 2006.
- BUSSIEK, C.; BUSSIEK, H. *The media: making democracy work; tool box 1-4*. Windhoek: Friedrich Ebert Stiftung, 2004. Disponível em: <<http://www.fesmedia.org.na>>.
- COLIVER, S. (Coord.). *Striking a balance: hate speech, freedom of expression and non-discrimination*. London: Article 19, 1992.
- COMMONWEALTH SECRETARIAT. *Freedom of expression, association and assembly*. New York: Commonwealth Secretariat, 2003. (Best practice series).
- CRAM, I. *Contested words: legal restrictions on freedom of speech in liberal democracies*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2006.
- LICHTENBERG, J. (Coord.). *Democracy and the mass media*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MENDEL, T. *Liberdade de Informação: um estudo do direito comparado*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/>
- ROZENBERG, J. *Privacy and the press*. New York: Oxford University Press, 2004.
- UNESCO. *Indicadores de desenvolvimento da mídia*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>>.
- WALDEN, R. C. (Coord.). *Insult laws: an insult to press freedom*. Reston, Va.: World Press Freedom Committee, 2000.

Cronograma semanal de aulas

Semana 1

Apresentação do professor e dos alunos. Discussão sobre a estrutura da disciplina, leituras e tarefas. O que é legislação dos meios de comunicação? Leitura para a semana 2: Bussiek e Bussiek (2004, Toll Box 1, p. 6-34).

Semana 2

Palestras: O que é um jornalista? Os jornalistas devem ser registrados? A noção de padrões profissionais. Regulação dos meios de comunicação: regulação estatal ou regulação própria? Seminário: Os jornalistas devem ter permissão (licença) para praticar a profissão? Discussão em relação ao próprio país. Leitura para a semana 3: a ser designada pelo professor (específica do país).

Semana 3

Palestras: O sistema legal e os tribunais. Fontes da lei. A Constituição. Seminário: Jornalismo e cidadania: os jornalistas devem ter direitos especiais? Leitura para a semana 4: Bussiek e Bussiek (2004, Toll Box 1, p. 38-42); LICHTENBERG, J. *Foundations and limits of freedom of the press*. Em Lichtenberg, J. (1990).

Semana 4

Palestras: Liberdade de expressão. Disposições constitucionais. Instrumentos internacionais. Seminário: Discutir o ambiente de liberdade nos meios de comunicação em seu país. Leitura para a semana 5: Bussiek e Bussiek (2004, Toll Box 1, p. 45-49 e UNESCO (2010).

Semana 5

Palestras: Segurança nacional e ordem pública. Seminário: Como você define interesse nacional? Leituras para a semana 6: Bussiek e Bussiek (2004, Toll Box 4, p. 1-35); Mendel (2009): estudo de caso relativo ao seu país.

Semana 6

Palestras: Leis e formas de acesso à informação. Proteção aos denunciantes. Seminário: Os cidadãos devem ter acessos às informações conservadas em organismos privados? Leitura para a semana 7: a ser designada pelo professor (específica do país).

Semana 7

Palestras: Regras para a cobertura de tribunais e julgamentos. Regras sobre desacato ao tribunal e assuntos *sub judice*.

Seminário: Discussão do *sub judice* e como ele é aplicado em seu país.
 Leitura para a semana 8: Bussiek e Bussiek (2004, Toll Box 1, p. 56-57), Cram (2006, capítulo 5: *Wounding words: The constitutional challenge posed by hate speech in modern liberal democracies*).

Semana 8

Palestras: Como conseguir o equilíbrio entre a proteção de grupos vulneráveis e a liberdade de expressão? Leis sobre difamação, discursos insufladores de ódio e racismo.

Seminário: A liberdade de expressão deve incluir a liberdade de ofender? Discutir.
 Leitura para a semana 9: Cram (2006, capítulo 6: *Sexually explicit expression and the courts*).

Semana 9

Palestras: Proteção dos valores sociais. Obscenidade e pornografia. Violência e brutalidade. Proteção à infância.

Seminário: A liberdade de expressão deve ser extensiva à pornografia?

Leitura para a semana 10: Bussiek e Bussiek (2004, Tool Box 1, p. 50-54).

WORLD PRESS FREEDOM COMMITTEE. Article 19. 2006. Defamation ABC. A simple introduction to key concepts of defamation law. London: Article 19.

Introduction and country survey. In: WALDEN, R. C (Ed.). *Insult laws: an insult to press freedom*. Reston, Va.: World Press Freedom Committee, 2000.

Leitura sobre lei de difamação a ser indicada pelo professor (específica do país).

Semana 10

Palestra: Os princípios das leis sobre difamação, defesa e reparações judiciais. Difamação e leis contra injúria (se aplicáveis).

Seminário: Em ações de difamação, os jornalistas devem ser submetidos a leis mais ou menos rigorosas em relação aos outros cidadãos?

Leitura para a semana 11: Rozenberg (2004, capítulo 1, *Confidence or privacy*);

Rozenberg (2004, capítulo 4, *Regulating the press*).

Leitura sobre lei de privacidade a ser indicada pelo professor (específica do país).

Semana 11

Palestras: A legislação e as normas profissionais sobre privacidade.

Seminário: Discussão: direito à privacidade x liberdade de expressão.

Leitura para a semana 12: Bussiek e Bussiek (2004, Tool Box 1, p. 41-44);

BRAND, R. C. Between privilege and subpoena: protecting confidential sources. *Ecquid Novi*. v. 27, n. 2, p. 113-135, 2006.

Semana 12

Palestras: A proteção de fontes confidenciais. Disposições sobre o direito de resposta.

Seminário: Os jornalistas devem ter direitos especiais para proteger suas fontes?

Leitura para a semana 13: a ser indicada pelo professor (específica do país).

Semana 13

Palestras: Meios de comunicação e eleições. Leis relacionadas à cobertura de eleições.

Seminário: Os países deveriam adotar em sua legislação uma “doutrina da equidade” para os meios de comunicação durante as eleições?

Leitura para a semana 14: Bussiek e Bussiek (2004, Tool Box 1, p. 9-11).

Semana 14

Palestras: Alguns instrumentos internacionais que afetam os meios de comunicação.

Seminário: Discutir a efetividade dos instrumentos internacionais na garantia da liberdade para os meios de comunicação.

Semana 15

Revisão.

Protocolos de avaliação e classificação

Apresentações escritas semanais para os seminários: 20%. Os alunos devem preparar relatórios escritos sobre os tópicos discutidos nos seminários, que servirão como base de debates e para a nota.

Ensaio de meio de semestre: 30%. Tema a ser escolhido pelo professor, mas que deve estar ligado ao tema discutido na semana 7 da disciplina.

Prova final: 50%.

Contribuição de Robert Brand, Cátedra Pearson de Jornalismo Econômico, School of Journalism and Media Studies, Rhodes University, África do Sul.

Ética do Jornalismo

Nível da disciplina: Segundo ano da graduação.

Descrição da disciplina

A ética do jornalismo não deve ser apenas outra matéria teórica. Ela pode ser desafiadora, criativa e experimental como as aulas práticas. Propomos a criação de um Laboratório de Ética, espaço real ou virtual no qual os estudantes recriam e enfrentam dilemas éticos similares àqueles das redações. O principal objetivo desta disciplina é desenvolver as habilidades dos estudantes na identificação de questões éticas, por meio da observação e avaliação de estudos de casos locais, nacionais e internacionais. A disciplina não é baseada em erros e acertos, mas no pensamento crítico e na tomada de decisões supervisionadas. O curso também abordará a ética jornalística global

como uma extensão do jornalismo. Deve enfatizar os aspectos éticos da prática jornalística, tanto no interior quanto no exterior das fronteiras nacionais, e preparar estudantes para serem críticos do jornalismo praticado no próprio país e em outros lugares.

Formato: Combinação de palestras e seminários.

Enfoque pedagógico

Os estudantes desenvolverão a habilidade de pensar criticamente e praticar a ética no jornalismo. Para atender a este propósito, desenvolvemos habilidades de compreensão, análise, síntese e avaliação de dilemas éticos nos níveis micro e macro de discussão. Em alguns casos, os estudantes deverão realizar simulações de situações. Eles também deverão explorar a diversidade das abordagens culturais e definições de ética jornalística, sociedade e as responsabilidades individuais dos jornalistas em diferentes sociedades. Recomendamos aulas específicas para leitura, redação de artigos, discussão de estudos de casos locais, nacionais e internacionais, exibição de filmes e convite a palestrantes para participarem dos debates em sala de aula. Esta disciplina deve incluir, igualmente, seminários e oficinas multidisciplinares.

Número de horas por semana: quatro horas de ensino (aulas e debates em sala) por semana e quatro horas de estudo individual (tarefas, pesquisa de temas específicos e leitura).

Número de semanas: Disciplina de um semestre – 15 semanas.

Bibliografia obrigatória e recomendada

- ALIA, Valerie; BRENNAN, Brian; HOFFMASTER, Barry. *Deadlines and Diversity: journalism ethics in a changing world*. Black Point (Nova Scotia): Fernwood Publishing, 1996.
- BASSHAM, Gregory et al. *Critical Thinking*. New York: McGraw-Hill, 2005.
- BAGGINI, Julian. *Making Sense: Philosophy behind the headlines*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BLACK, J.; BARNEY, R. (Coord.). Search for a global media ethic. *Journal of Mass Media Ethics*, v. 17, n. 4, edição especial, 2002.
- BLACK, J.; STEELE, Bob; BARNEY, Ralph. *Doing ethics in journalism: a handbook with case studies*. Birmingham, AL: The Sigma Delta Chi Foundation and The Society of Professional Journalists, EBSCO Media, 1993.
- BERGER, Guy. Grave New World? Democratic journalism enters the global twenty-first century. *Journalism Studies*, v. 1, n. 1, p. 81-99, 2000.
- BERNIER, Marc-François. *Ethique et déontologie du journalisme*. Québec: Presses de l'université Laval, 1994.

- BERTRAND, Claude-Jean. *The Arsenal of Democracy: media accountability systems*. [Canada]: Hampton Press, 2003.
- BERTRAND, Claude-Jean. *Media Ethics and Accountability System*. [Canada]: Transaction Publishers, 2000.
- BIAGI, Shirley; KERN-FOXWORTH, Marilyn. *Facing Difference: race, gender, and mass media*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1997.
- BIVINS, T. H. A worksheet for ethics instruction and exercises in reason. *Journalism Educator*, v. 48, n. 2, p. 4-16, 1993.
- BONETE PERALES, Enrique (Coord.). *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*. Madrid: Tecnos, 1995.
- CIVARD-RACINAIS, Alexandrine. *La déontologie des journalistes: principes et pratiques*. Paris: Ellipses, 2003.
- CHADWICK, Ruth (Ed.). *Ethical issues in Journalism and Media*. London: Routledge, 1992.
- CHRISTIANS, C. G.; COVERT, C. *Teaching ethics in journalism education*. New York: The Hastings Center, 1980.
- CHRISTIANS, C.; NORDENSTRENG, K. Social Responsibility Worldwide. *Journal of Mass Media Ethics*, v. 19, n. 1, p. 3-28, [s.d.].
- CUNNINGHAM, Brent. Rethinking objectivity. *Columbia Journalism Review*, 2003], p. 24-32, Jul./Aug. 2003.
- FRITZ, N. Jerald. Hidden-cameras: protocol for use. *Communications Lawyer*. Forum on Communications Law American Bar Association, v. 16, n. 4, p. 22-23, winter 1999.
- GERBNER, G.; MOWLANA, H.; NORDENSTRENG, K. (Eds.). *The Global Media Debate*. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1999.
- HARGREAVES, I. *Journalism: truth or dare*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- IGGERS, Jeremy. *Good News, Bad News: Journalism, Ethics & the Public Interest*. [Canada]: Westview Press, 1999.
- JAY, Ruby; GROSS, Larry P.; KATZ, John S. (Eds.). *Image Ethics: the moral rights of subjects in photographs, film, and television*. New York: Oxford University Press, 1991.
- KARAM, Francisco J. *Jornalismo, Ética e Liberdade*. São Paulo: Summus Ed., 1997.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *The Elements of Journalism: what newspeople should know and the public should expect*. New York: Crown Publishers, 2001.
- MERRILL, John. *Journalism Ethics: philosophical foundations for news media*. Bedford: St. Martin's, 1996.
- MERRILL, J. C. *Global Journalism*. 2.ed. New York: Longman, 1991.
- NORDENSTRENG, Kaarle. *Reports on Media Ethics in Europe*. Tampere: University of Tampere, 1995.

- PATTERSON, Wilkins. *Media Ethics*. New York: McGraw Hill, 1998.
- PAVLIK, John. *Journalism and New Media*. [USA]: Columbia University, 2001.
- SARKARIA, Justice. *A Guide to Journalistic Ethics*. New Delhi: Press Council of India, 1995.
- SEIB, P. *The Global Journalist: news and conscience in a world of conflict*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2002.
- SEIB, P.; FITZPATRICK, K. *Journalism Ethics*. New York: Harcourt Eds., 1996.
- SNJ. *Livre blanc de la déontologie des journalistes ou de la pratique du métier au quotidien*. Paris: Syndicat national des journalistes, 1993.
- VANDER MEIDEN, Anne (Ed.). *Ethics and Mass Communication*. Utrecht, Netherlands; State University of Utrecht, [s.d].
- WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America: news accountability and democracy*. New York: Columbia UP, 2000.
- WARD, S. J. A. *The Invention of Journalism Ethics: the path to objectivity and beyond*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005.
- WARD, S. J. A. Philosophical Foundations of Global Journalism Ethics. *Journal of Mass Media Ethics*, v. 20, n. 1, p. 3-21, 2005.
- WEAVER, D. H. (Ed.). *The Global Journalist*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1998.

Cronograma de aulas

Seleção semanal de estudos de casos locais, nacionais ou internacionais para debate em sala de aula: Quais são os fatos relevantes do caso? Quais questões éticas estão em jogo? Que valores estão em conflito? Quem são os atores principais? Quais são as atitudes ou condutas cabíveis? Quais são suas possíveis consequências? Qual é a melhor conduta a se adotar? O que deveria ter sido feito pelos atores principais?

Semana 1

Apresentação do programa. Introdução à ética do jornalismo; contexto filosófico da ética.

Discussão em classe: O que é ética? Natureza da ética no jornalismo – não apenas “certo e errado”; princípios do pensamento crítico e da tomada de decisões.

Leituras sugeridas: Bassham (2005, Prefácio, Capítulo 1: *Introduction to Critical Thinking*, p. 1-26).

Como eu defenderia este caso? Leia e discuta a Introdução e Capítulo 1 de Patterson (1998, p. 1- 19).

Semana 2

História da ética no jornalismo. Viés, imparcialidade. Identidades étnicas e culturais.

Ler Ward (2005), Biagi (1997). Escrever um texto de duas páginas descrevendo

uma decisão enfrentada por você em sua vida pessoal, acadêmica ou profissional. Que tipo de decisão você tomou? Como você chegou a esta decisão?

Semana 3

Ética pessoal e ética de grupo; consequências das escolhas pessoais – julgamento moral. Definir conceitos jornalísticos básicos em relação à ética do jornalismo: verdade, justiça, integridade, imparcialidade, independência e responsabilidade (*accountability*).

- Qual é o propósito jornalístico ou valor-notícia desta matéria?
- Quais são minhas motivações para escrever estas notícias?
- Como esta decisão se encaixa nos meus valores globais de jornalista?

Leituras sugeridas: Baggini (2002, introdução, capítulos 1-2, p. 1-83); Christians (1980); Bivins (1993, p. 4-16).

Semana 4

Ética global – valores universais ou relativismo? Valores individuais e sociais. Ética jornalística global como extensão da ética do jornalismo; valores globais na sala da redação; códigos de ética, códigos de prática (exemplos internacionais) – história e evolução; em que os jornalistas acreditam? Alia (1996); Civard-Racinais (2003, p. 135).

Semana 5

Conflito de interesses – princípio da independência; censura – ameaças, represálias e intimidação; integridade pessoal. Kovach e Rosenstiel (2001, *Journalism of verification*, p. 70-93); Black et al. (1993).

Semana 6

A objetividade é possível? Objetividade x relativismo; objetividade x subjetividade.

Cunningham (2003, p. 24-32); Ward (2005).

Semana 7

Liberdade de imprensa. Princípios da abertura e liberdade de expressão; ética durante conflitos e guerras; jornalismo para a redução de conflitos; jornalismo para a resolução de conflitos; cobertura de questões de segurança de Estado e acesso à informação. Os limites do direito de saber; ética jornalística e patriotismo.

Leituras sugeridas: Christian et al. (1998).

Semana 8

O princípio da responsabilização (*accountability*): ética legal – considerações sobre calúnia e difamação; limites profissionais – princípio da redução de danos (*principle of harm limitation*), mídia tendenciosa e sensacionalismo. Os jornalistas devem ser responsáveis? Bertrand (2003).

Semana 9

Em busca da verdade e da informação precisa: noção de verdade; verificação da informação; provas, checagem de fatos e corroboração; plágio; invenções, especulações, rumores e fofoca; separação entre notícia e opinião; simulações, representações, alterações e imaginações artísticas; justiça e equilíbrio – julgamentos morais; fontes de informações; atribuição precisa e confidencialidade das fontes anônimas; os demagogos Merrill (1996).

Semana 10

Novas tecnologias, velhos dilemas: confusão sobre quem é jornalista e quais normas são relevantes. Discussão sobre os efeitos e as implicações das novas tecnologias. Velocidade x precisão; ética na era digital; jornalismo cidadão; blogs; filtrando vídeos de notícias no espaço digital aberto, como Youtube e My Space. Pavlik (2001, p. 82-87).

Semana 11

Câmeras escondidas: edição de vídeo; fotos, manipulação digital e deturpação; imagens ofensivas; situações sensíveis e particulares: como os jornalistas devem cobrir sequestros, atentados suicidas e outros acontecimentos nos quais a cobertura midiática poderia exacerbar o problema ou levar a consequências fatais? Sugestão de leitura sobre câmeras escondidas em: <<http://www.rtna.org/resources/hidencamera/contents.html>> e Fritz (1999, p. 22-23).

Semana 12

Imagens: quando os limites são ultrapassados? Julgamento noticioso; diversidade (incluindo identidades raciais); padrões de gosto; gênero e orientação sexual; estereótipos; infância. Leitura sugerida: Ruby (1991).

Semana 13

Ética e jornalismo de talão de cheques: subornos, interesses pessoais, sobrevivência dos princípios éticos; pressão advinda da competição; decisões éticas, furos; aumento da importância dos valores dos negócios; jornalismo como parte de uma empresa que visa ao lucro; prioridade dos imperativos econômicos sobre os deveres éticos; chefia x ética jornalística; jornalismo de talão de cheques. Black (2002).

Semana 14

Crise do jornalismo e questões mundiais: jornalismo cidadão e ética; estudos de casos locais, nacionais e internacionais. Exemplos de dilemas éticos reais recentes. Leitura: Sarkaria (1995); Waisbord (2000); Nordenstreng (1995); Vander Meiden (s.d.). Bonete Perales (1995).

Semana 15

O futuro da ética do jornalismo: há um futuro para o jornalismo? Jornalismo como uma fonte importante de notícias e debate democrático ou apenas outra

fonte de entretenimento? Em um mundo de meios digitais abertos, sobrecarga de informação e novos padrões de prática jornalística, ainda existe um futuro para a ética do jornalismo? Leitura: Hargreaves (2003, p. 235-267); Weaver (1998); Berger (2000, p. 81-99).

Protocolos de avaliação e classificação

Participação em sala e frequência: 30%

Prova de meio de semestre: 20%

Ensaios: 30%. Cada estudante deve escrever quatro ensaios (duas ou três páginas) sobre tópicos relacionados com o conteúdo debatido em sala.

Prova final: 20%.

Comentários

Para o nível de mestrado, enfatizaria a pesquisa e debate de estudos de casos locais, nacionais e internacionais, pressupondo que os estudantes já tenham estudado conceitos filosóficos básicos durante a graduação.

Para as aulas de mestrado, recomendaria leituras mais extensas de autores clássicos em temas ligados à ética, como Platão, Aristóteles, Descartes, Spinoza, Hume, Kant, Kierkegaard, Weber, Freud e Foucault. O objetivo é estabelecer paralelos entre temas filosóficos e o cotidiano da cobertura jornalística.

Também concentraria as aulas em debates aprofundados sobre meios de comunicação e sociedade, tais como causalidade, o papel dos meios de comunicação no processo de democratização, o crescimento do jornalismo participativo (jornalismo cidadão), cobertura jornalística de conflitos, financiamento dos meios de comunicação e cobertura midiática da diversidade.

Contribuição do professor Antonio Brasil, PhD, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mídia e sociedade

Nível da disciplina: Segundo ano da graduação de três anos ou quatro anos na graduação de quatro anos.

Descrição da disciplina

Esta disciplina faz uma abordagem crítica do estudo da produção e do consumo dos *mass media*, com ênfase no papel dos meios de comunicação no processo de democratização. Será consagrada atenção especial à cobertura midiática de conflitos e iniciativas de paz e ao valor da diversidade.

Formato: Combinação de palestras, seminários e exercícios individuais.

Enfoque pedagógico

A turma será dividida em pequenos grupos (12 a 16 estudantes) durante os seminários e esta parte da aula será interativa.

Número de horas por semana: quatro horas (três – palestra; um- seminário).

Bibliografia obrigatória e recomendada e/ou equipamento

Para o professor:

- CROWLEY David; HEYER, Paul (Coords.). *Communication in History*. 5ª ed. Boston: Allyn and Bacon, 2007.
- BECKER, Lee B., VLAD, Tudor; NUSSER, Nancy. An evaluation of press freedom indicators. *The International Communication Gazette*, n. 69, p. 5-28, 2007.
- DOMINICK, Joseph R. *The Dynamics of Mass Communications*. 9.ed. Boston: Graw Hill, 2007.
- GROSS, Peter. *Entangled Evolutions: media and democratization in eastern europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.
- HACHTEN, William A. *The Growth of Media in the Third World: African failures, Asian successes*. Ames: Iowa State University Press, 1993.
- FREEDOM HOUSE. *Freedom of the press: a global survey of media independence*. New York: Rowman & Littlefield, 1993. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2006>>.
- FROHARDT, M. M.; TERMIN, J. United States Institute of Peace Special Report 110. *Use and Abuse of Media in Vulnerable Societies*. 2003. Disponível em: <<http://www.internews.org/mediaconflict/default.htm>>.
- HOWARD, Ross. *Conflict Sensitive Journalism: a handbook*. 2004. Disponível em: <<http://www.i-m-s.dk/media/pdf/Handbook%20pdf-vers%20eng%20220404.pdf>>.

- PRICE, Monroe E.; ROZUMILOWICZ, Beata; VERHULST, Stefaan (Coords.). *Media Reform: democratizing the media, democratizing the state*. London: Routledge, 2002.
- TULLER, David. *Capítulo sobre manual de reportagem sobre a diversidade*. London: A Media Diversity Institute Publication, 2002. Disponível em: <<http://www.media-diversity.org/PDFS/Reporting%20Diversity%20Manual.pdf>>.
- UNESCO. *Indicadores de desenvolvimento da mídia*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>>.

Para os estudantes:

Capítulos do livro de Dominick (2007) e outras leituras listadas a seguir para cada aula.

Equipamento: Acesso a computadores com internet é altamente recomendado.

Cronograma de aulas

Semana 1

Introdução à disciplina. Discussão da lista de leituras e outras tarefas.

Leitura para a semana 2: Dominick (2007, capítulo 3: *Historical and Cultural Context*).

Semana 2

Palestra: História dos meios de comunicação de massa. O professor usará o texto de Crawley e Heyer (2007).

A relação entre os meios de comunicação e suas dinâmicas.

Marshall McLuhan, *Understanding Radio* (in Crawley, 2007); Mitchell Stephens, *Television Transforms the News* (in Crawley, 2007); *Two Cultures—Television versus Print* (in Crawley, 2007).

Seminário: Os alunos devem discutir o texto de Dominick (2007, capítulo 3).

Leitura para a semana 3: Os meios de comunicação em 26 países são analisados como estudos de caso em Dominick (2007), Gross (2002), Price (2002) e Hachten (1993). Leitura obrigatória sobre o estudo de caso do país onde a disciplina é ensinada.

Semana 3

Palestra: História dos meios de comunicação do país

Seminário: Qual o nível de precisão das análises feitas sobre os meios de comunicação do país, lidas nos textos acima?

Leitura para a semana 4: Dominick (2007, capítulo 17, de *International Media Systems a Theories of the Press*).

Semana 4

Palestra: Sistemas midiáticos e teorias da imprensa. Principais teorias sobre os meios de comunicação. Seminário: Discussão sobre a teoria que se encaixa melhor aos meios de comunicação do país – relação com o governo.

Leitura para a semana 5: Dominick (2007, capítulo 17, de *Control and Ownership of Media* até *Examples of Other Systems*).

Semana 5

Palestra: Propriedade e economia dos meios de comunicação. Conhecimentos básicos sobre economia dos meios de comunicação: o impacto da publicidade. Seminário: Discussão dos desafios específicos para o financiamento midiático no próprio país.

Leitura para a semana 6: O professor dividirá a turma em grupos menores. Os grupos deverão ler/ouvir/assistir (a) duas ou três mídias locais durante quatro dias.

Semana 6

Palestra: Conteúdo dos meios de comunicação. Notícias, entretenimento e conteúdo educacional.

Seminário: Discussão sobre o conteúdo dos meios de comunicação que foram lidos/ouvidos/assistidos na semana anterior.

Leitura para a semana 7: Dominick (2007, capítulo 11, *The internet and the World Wide Web*).

Semana 7

Palestra: Nova mídia. O impacto da internet nas economias nacionais.

Seminário: Discussão sobre as possíveis consequências da distância informativa que existe entre o público jovem e o mais velho e entre o público urbano e o rural em países emergentes.

Leitura para a semana 8: Webster (1997, capítulo 1, *The Concept of Mass Audience*, disponível em: <<http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=89358021>>).

Semana 8

Palestra: Teorias das audiências. Sociedade de massa e audiência de massa.

Seminário: Discussão sobre a audiência de dois ou três meios de comunicação locais selecionados.

Leitura para semana 9: Dominick (2007, capítulo 2, *Perspectives on Mass Communication*).

Semana 9

Palestra: Funções dos meios de comunicação para a sociedade.

Seminário: Discussão sobre como públicos diferentes utilizam os meios de comunicação no país.

Leitura para a semana 10: Hachten (1993, capítulo 9, *Changing Theory and Ideology*).

Semana 10

Palestra: Mídia e cultura. Estudos críticos e culturais.

Seminário: Discussão sobre como a mulher é retratada em dois ou três meios de comunicação do país.

Leitura para a semana 11: Dominick (2007, capítulo 18, *Social Effects of Mass Communication*).

Semana 11

Palestra: O impacto dos meios de comunicação na sociedade. Desenvolvendo atitudes e crenças.

Seminário: Discussão sobre como os estudantes universitários são retratados pela mídia local e pela mídia estudantil.

Leitura para a semana 12: o informe mais recente: FREEDOM HOUSE.

Freedom of the Press: a global survey of media independence. New York: Rowman & Littlefield., UNESCO, 2010.

Semana 12

Palestra: Liberdade de imprensa. Os conceitos de mídia independente e livre. Censura.

Avaliação sobre liberdade de imprensa (os professores devem usar os textos de Lee B. Becker, Tudor Vlad e Nancy Nusser (2007). Avaliação dos indicadores de liberdade de imprensa, em *The International Communication Gazette* 69, p. 5-28).

Seminário: Discussão sobre o nível de precisão da avaliação feita pela Freedom House sobre o próprio país em relação à liberdade de imprensa.

FREEDOM HOUSE. *Freedom of the Press: a global survey of media independence*. New York: Rowman & Littlefield., UNESCO, 2010. Leitura para a semana 13: Rozumilowicz e Price (2002 , capítulo *Democratic change*).

Semana 13

Palestra: O papel dos meios de comunicação no processo de democratização. Etapas da reforma dos meios de comunicação.

Seminário: Discussão sobre a etapa da reforma em que se encontram os meios de comunicação do país e os problemas inerentes a este processo.

Leituras para a semana 14: HOWARD, Ross. *Conflict Sensitive Journalism: a handbook*. Disponível em: <<http://www.i-m-s.dk/media/pdf/Handbook%20pdf-vers%20eng%20220404.pdf>>.

Semana 14

Palestra: Meios de comunicação e conflitos.

Seminário: Discutir como o manual de Howard (2004) pode ser usado em democracias emergentes.

Leitura para a semana 15: Tuller (2002, capítulo 2, *General tips on reporting diversity*).

Semana 15

Palestra: Meios de comunicação e diversidade.

Raça, diversidade étnica e religiosa.

Seminário: Discussão sobre como as diversidades raciais, étnicas e religiosas são geralmente representadas nos meios de comunicação do país.

Protocolos de avaliação e classificação

Presença e exercícios em classe: 20%;

Prova (metade do semestre): 20%

Ensaaios: 30%

Prova final: 30%

Comentários

O programa desta disciplina foi concebido para o nível da graduação. Para o curso de mestrado, daria ênfase a debates importantes sobre os meios de comunicação e sociedade, como as causalidades nas relações entre mídia e sociedade e o papel dos meios de comunicação no processo de democratização.

Contribuição do Dr. Tudor Vlad, diretor adjunto, James M. Cox Jr. Center for International Mass Communication Training and Research, Grady College of Journalism and Mass Communication, University of Georgia, Estados Unidos.

Colaboradores

A UNESCO agradece aos seguintes profissionais e especialistas pelas valiosas contribuições na elaboração deste documento.

Pela orientação inicial e conselhos:

Prof. James W. Carey, Columbia Journalism School, Estados Unidos (falecido em maio de 2006).

Equipe de quatro especialistas encarregados pela elaboração inicial do modelo curricular

- **Prof. Michael Cobden**, Professor *Inglis*, University of King's College, Halifax, NS, Canadá B3H 2A1 , Tel.: 902-422-5668 Correio eletrônico: mcobden@dal.ca.
- **Prof. Gordon Stuart Adam**, professor emérito, Carleton University, Ottawa, Canadá, e pesquisador bolsista de jornalismo, The Poynter Institute for Media Studies, 801 Third St. St. Petersburg, Florida 33701, EUA, Tel.: 727-821-9400. Correio eletrônico: gsadam@poynter.org.
- **Prof. Hans-Henrik Holm**, *professor Jean Monnet*, chefe de departamento, Danish School of Journalism, Olof Palmes Alle 11 DK 8200 Aarhus N, Dinamarca, Tel.: +4589440321. Correio eletrônico: hhh@djh.dk.
- **Magda Abu-Fadil**, diretora, Programa de Treinamento em Jornalismo, Regional External Programs, American University of Beirut, P.O. Box 11-0236, Riad El Solh 1107 2020, Beirute, Líbano.

Especialistas que compareceram à 1ª Reunião Consultiva sobre Ensino do Jornalismo (dezembro de 2005)

- **Sr. Mahmoud Abdulhadi**
Diretor, Aljazeera Media Training and Development Centre
P.O. BOX 23134 Doha. Catar.
Mahmoud Abdul hadi [mahmood@aljazeera.net].
- **Magda Abu-Fadil**
Diretora, Programa de Treinamento em Jornalismo, Regional External Programs, American University of Beirut, P.O. Box 11-0236, Riad El Solh 1107 2020, Beirute, Líbano.

- **Prof. Gordon Stuart Adam**
Professor emérito, Carleton University, Ottawa, Canadá, e pesquisador bolsista de jornalismo, The Poynter Institute for Media Studies, 801 Third St. St. Petersburg, Florida 33701 EUA Tel.: 727-821- 9400. Correio eletrônico: gsadam@poynter.org.
- **Prof. Rosental Calmon Alves**
Cátedra Knight em Jornalismo & Cátedra UNESCO em Comunicação, diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, University of Texas at Austin, School of Journalism, Austin, Texas 78712. EUA. Correio eletrônico: rosentalves@mail.utexas.edu.
- **Dr. Indrajit Banerjee**
Secretário-Geral, Asian Media Information and Communication Centre (AMIC) Jurong Point, P.O. Box 360 Cingapura 916412
Tel.: (65) 6792 7570 Correio eletrônico: indrajit_banerjee@amic.org.sg.
- **Prof. Guy Berger**
Diretor, School of Journalism & Media Studies Rhodes University, Grahamstown, África do Sul, 6140 Tel.: 046 603 8336/7; Fax 046 622 8447, Cel. 082 801 1405 G.Berger@ru.ac.za <http://journ.ru.ac.za/staff/guy>.
- **Prof. Michael Cobden**
Professor *Inglis*, University of King's College, Halifax, NS, Canadá B3H 2A1, Tel.: 902-422-5668 Correio eletrônico: mcobden@dal.ca.
- **Prof. Hans-Henrik Holm**
Professor *Jean Monnet*, chefe de departamento Danish School of Journalism, Olof Palmes Alle 11 DK 8200 Aarhus N, Dinamarca, Tel.: +4589440321 Correio eletrônico: hhh@djh.dk.
- **Prof. Divina Frau-Meigs**
Sorbonne University, Paris, França.
Correio eletrônico: meigs@wanadoo.fr.
- **Prof. Frank Morgan**
Presidente, JourNet Global Network for Professional Education in Journalism and Media, School of Design, Communication & IT, The University of Newcastle, 2308 Austrália Tel.: +61+2+4921 6639 Correio eletrônico: Frank.Morgan@newcastle.edu.au.

- **Prof. Jamal Eddine Naji**
Faculty of Science of Education, University of Mohammed V.
Reduction-Souissi, Marrocos, Correio eletrônico: naji@qc.aira.com.
- **Prof. Kaarle Nordenstreng**
Department of Journalism and Mass Communication, University of Tampere, 33014 Finlândia, Correio eletrônico: Kaarle.Nordenstreng@uta.fi.
- **Mr. N. Ram**
Editor-chefe, The Hindu and Group Publication
Kasturi Buildings, 859 and 860 Anna Salai, Chennai, 600002 Índia.
Escritório: +91.44.28414253/28413344 Correio eletrônico:
nram@thehindu.co.in.
- **Prof. Ian Richards**
Diretor, Postgraduate Journalism Program, Cátedra, UniSA Human Research Ethics
Committee, Division of Education, Arts and Social Sciences, University of South Australia, St. Bernards Road, Magill South Austrália 5072
Tel.: + 61 8 8302 4526 Correio eletrônico: Ian.Richards@unisa.edu.au.
- **Dr. George Thottam**
Professor, Iona College, New Rochelle, NY 10801, EUA
Ex-presidente, Association of Schools of Journalism and Mass Communication
Correio eletrônico: gthottam@iona.edu.
- **Sr. Ognian Zlatev**
Diretor de gestão, Media Development Center, 6 Triaditsa St. Sofia 1000 Bulgária
Tel/fax: (359 2) 988 9265 Correio eletrônico: ozlatev@mediacenterbg.org.

Membros da 2ª Reunião Consultiva de Especialistas (abril de 2007)

- **Prof. Michael Cobden**
Professor *Inglis*, University of King's College, Halifax, NS, Canadá B3H 2A1,
Tel.: 902-422-5668 Correio eletrônico: mcobden@dal.ca.
- **Prof. Gordon Stuart Adam**
Professor emérito, Carleton University, Ottawa, Canadá, pesquisador e bolsista de jornalismo, The Poynter Institute for Media Studies, 801 Third St. St. Petersburg, Florida 33701 EUA. Tel.: 727-821-9400. Correio eletrônico: gsadam@poynter.org.

- **Prof. Hans-Henrik Holm**
Professor *Jean Monnet*, chefe de departamento
Danish School of Journalism, Olof Palmes Alle 11 DK 8200 Aarhus N,
Dinamarca, Tel.: +4589440321 Correio eletrônico: hhh@djh.dk.
- **Magda Abu-Fadil**
Diretora, Programa de Treinamento em Jornalismo, Regional External
Programs, American University of Beirut, P.O. Box 11-0236, Riad El Solh
1107 2020, Beirute, Líbano.
- **Prof. Rosental Calmon Alves**
Cátedra Knight em Jornalismo & Cátedra UNESCO em Comunicação,
diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, University of
Texas at Austin, School of Journalism, Austin, Texas 78712. EUA. Correio
eletrônico: rosentalves@mail.utexas.edu.
- **Dr. Indrajit Banerjee**
Secretário-Geral, Asian Media Information and Communication Centre (AMIC)
Jurong Point, P.O. Box 360 Cingapura 916412
Tel.: (65) 6792 7570 Correio eletrônico: indrajit_banerjee@amic.org.sg.
- **Dr. Kwame Karikari**
Diretor, Media Foundation for West Africa
P.O. Box LG 730 Legon, Acra, Gana mfwa@africaonline.com.gh.
- **Prof. Alfred E. Opubor**
COMED Working Group, Centre WANAD, BP 378, Cotonou, Benin.
Correio eletrônico: alfredopubor@yahoo.com Tel.: 229-90-047810;+229-97-
181048.
- **Mahalakshmi Jayaram**
Asian College of Journalism
Kasturi Centre, 124, Wallajah Road, Chennai – 600002.
Telefone : 91-44-28418254/55 Correio eletrônico:
mahalakshmi@asianmedia.org.

Profissionais que revisaram a versão preliminar do documento

1. Hussein Amin (American University in Cairo)
2. Ransford Antwi (Southern Africa Media Training Trust)
3. Lee B. Becker (James M. Cox Center for International Mass Communication
Training and Research, University of Georgia)
4. Trevor Brown (Indiana University School of Journalism)

5. Marijan de Bruin (CARIMAC, University of the West Indies)
6. Nico Drok (Free University of Amsterdam)
7. Guo Zhongshi (Steve Guo) (Hong Kong Baptist University)
8. Tim Hamlett (Hong Kong Baptist University)
9. Kwame Karikari (University of Ghana & Media Foundation for West Africa)
10. Altafallah Khan (University of Pshawar)
11. Stjepan Malovic (Zagreb University & Dubrovnik University)
12. Michael McManus (Divine Word University, Papua Nova Guiné)
13. Sonia Virgínia Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
14. Evangelina Papoutsaki (Unitec, Nova Zelândia)
15. John Pavlik (Rutgers University)
16. Silvia Pellegrini (Universidad Católica de Chile)
17. B.P. Sanjaya (University of Hyderabad, Índia)
18. Shah Jehan Sayed (Peshawar University, Paquistão)
19. Tudor Vlad (Romania, and the James M. Cox Center for International Mass Communication Training and Research, University of Georgia)
20. Ali Ziyati (Ajman University, Emirados Árabes Unidos)

Autores dos programas das disciplinas

Profissionais encarregados de escreverem o programa detalhado das disciplinas.

1. Rosental Calmon Alves (University of Texas em Austin)
2. Robert Brand (Rhodes University, África do Sul)
3. Antonio Brasil (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
4. Yvonne Chua (University of the Philippines, Filipinas)
5. Jorge Liotti (Universidad Católica, Argentina)
6. Sonia Virgínia Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
7. Nalini Rajan (Asian College of Journalism, Chennai, Índia)
8. Sherry Ricchiardi (Indiana University, EUA)
9. Shah Jehan Sayed (Peshawar University, Paquistão)
10. Idowu Sobowale (Nigéria)
11. John Tulloch (Lincoln University, Reino Unido)
12. Martin Vestergaard (Danish School of Journalism, Dinamarca)
13. Tudor Vlad (Romênia, e James M. Cox Center for International Mass Communication Training and Research, University of Georgia, EUA)
14. Stephen Ward (University of British Columbia, Canadá)
15. Michael Cobden (University of King's College, Canadá)
16. Stephen Ward (University of British Columbia, Canadá)

UNESCO

Sr. Ramon Tuazon

Ex-consultor da UNESCO e Vice-presidente
Asian Institute of Journalism and Communication
Unit 902 Annapolis Wilshire Plaza,
11 Annapolis St., Greenhills, San Juan, Metro Manila
Tel. 724-4604, 724-4564, 725-4227;
Correio eletrônico: rrtuazon722@yahoo.com

Sr. Mogens Schmidt

Subdiretor-geral adjunto para a Comunicação e Informação
UNESCO, 1, rue Miollis, Paris 75732 France
Telefone: 33.1 45 68 42 03
Correio eletrônico: m.schmidt@unesco.org

Sr. Wijayananda Jayaweera

Diretor, Divisão de Comunicação para o Desenvolvimento
UNESCO, 1, rue Miollis, Paris 75732 França
Telefone: +33.1 45 68 41 98
Correio eletrônico: w.jayaweera@unesco.org

Sra. Mirta Lourenço

Chefe, Seção de Qualificação da Mídia
Divisão de Comunicação para o Desenvolvimento
UNESCO, 1, rue Miollis 75732 Paris cedex 15
Tel.: + 33 [0]1 45 68 42 28
Correio eletrônico: m.lourenco@unesco.org

Hara Prasad Padhy

Especialista de Programa
UNESCO, 1, rue Miollis, Paris 75732 França
Tel.: +33 (1)1 45 68 44 55
Correio eletrônico: h.padhy@unesco.org



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 2106-3697

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Site: www.unesco.org/brasil